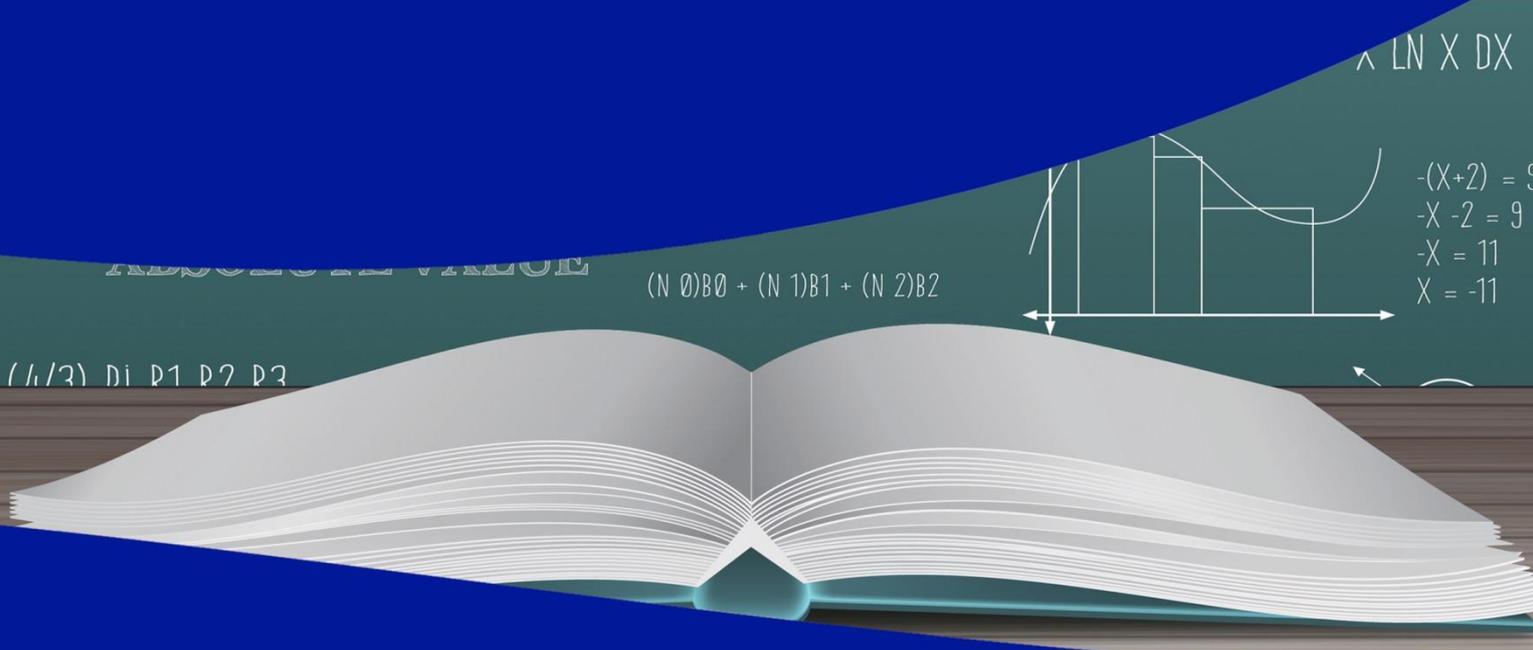


RECENSEAMENTO GERAL DA POPULAÇÃO E HABITAÇÃO 2010 EDUCAÇÃO



**EDUCAÇÃO
CENSO 2010**

Catálogo recomendado:

Instituto Nacional de Estatística

Recenseamento Geral da População e Habitação 2010 - Educação

Presidente

Antonio dos Reis Duarte

Editor

Instituto Nacional de Estatística – Gabinete do Censo 2010

Av. Cidade de Lisboa, nº 18,

Cx. Postal 116, Praia

Tel.: +238 261 38 27 * Fax: +238 261 16 56

E-mail: inecv@ine.gov.cv

Design e composição;

Instituto Nacional de Estatística

© Copyright

Equipa técnica & esclarecimentos

Antonio Duarte

e-mail: aduarte@ine.gov.cv

Carlos Mendes

e-mail: Carlos.Mendes@ine.gov.cv

Apoio ao utilizador

Divisão de difusão

E-mail: difusao.ine@ine.gov.cv

Imagem que compõe a capa obtido de: www.freepik.com

PREFÁCIO

A realização de um levantamento de dados como os Censos representa o desafio mais importante para um Instituto Nacional de Estatística, sobretudo devido à sua complexidade, os recursos humanos e financeiros envolvidos, mas constitui a única fonte de informação sobre a situação de vida da população nos municípios, nos meios rurais e urbanos, nas localidades de um país.

O IV Recenseamento Geral da População e Habitação (RGPH 2010) foi organizado e executado pelo Instituto Nacional de Estatística (INE) em Junho de 2010 no âmbito do Decreto-Lei n.º27/ 2008, de 08 de setembro cujos resultados se referem a 15 de Junho de 2010 (momento censitário). O RGPH-2010, visa, globalmente, melhorar o conhecimento das características da população e da habitação através da produção de informações imprescindíveis para a definição de políticas públicas nacionais e municipais e para a tomada de decisões de investimento, seja proveniente da iniciativa privada ou pública.

Para a realização do RGPH 2010, o INE, fez uma grande aposta na utilização de novas tecnologias, adoptando os procedimentos avançados, em todo o processo de concepção, recolha, tratamento e disseminação dos dados, tendo-se, com isso, atribuído a Cabo Verde o pioneirismo, entre os países africanos, na realização de um Censo totalmente digital. Uma das marcas desta aposta, verificou-se na utilização dos computadores de mão (**Personal Digital Assistant – PDA**) em substituição da recolha tradicional por questionário em papel, apresentando vantagens várias como, por exemplo, a redução/eliminação da impressão em papel, a introdução de mecanismos que garantam maior eficiência e eficácia, maior controlo na transmissão de dados, aumento da qualidade de dados e diminuição do tempo de disponibilização dos dados, o que resultou na redução considerável do tempo e do custo da operação.

Numa lógica de integração, aproveitou-se a oportunidade para se utilizar as mais recentes tecnologias e ferramentas dos Sistemas de Informação Geográfica (SIG) e da tecnologia GPS (*Global Positioning System*). Isto permitiu também a georreferenciação de todas as unidades de observação (edifícios, alojamentos, etc), fazendo com que haja uma conexão destas unidades aos respectivos agregados e indivíduos. Além disso, foi também possível a disseminação dos dados através de novos produtos (Site do INE, WebGIS, Atlas Digital, CensInfo) de forma desgregada em termos geográficos satisfazendo algumas das exigências de utilizadores de que requerem informação espacial.

Os resultados definitivos foram objectos de um conjunto de publicações, a saber: um volume de Cabo Verde em números por zonas e lugares e um volume para cada um dos 22 Concelhos do País. Ainda serão objectos de publicação, várias análises temáticas, nomeadamente: Estado e Estrutura da População, Algumas características socioculturais da população: Religião e Rabelados, Migração, Educação, Características Económicas da População, Condições de Vida dos Agregados familiares, Fecundidade & Natalidade, Mortalidade, População Idosa & Envelhecimento, Incapacidade, Género.

A presente publicação tem como objectivo documentar e divulgar as metodologias: instrumentos metodológicos e organizativos fundamentais utilizados na preparação, recolha e tratamento dos dados deste recenseamento, bem como as análises de dados que ajudarão os utilizadores a melhor compreender e interpretar os resultados e as evidências.

Espera-se com isso, disponibilizar à sociedade, informação estatística oficial, concebidas com o intuito de servirem como referência e evidências empíricas para melhorar o conhecimento da sociedade cabo-verdiana que sirvam de alicerces para a tomada de decisão (pública ou privada) e para a definição de políticas públicas mais assertivas com base em evidências.

Por fim, deixamos aqui patente, os nossos sinceros agradecimentos aos nossos parceiros nacionais e internacionais, que contribuíram de forma decisiva para a realização do RGPH 2010, a todo o suporte dado pelas diferentes autoridades nacionais, às famílias (e indivíduos) que são a base e razão de existir do RGPH, aos autores e a todos os que, forneceram o seu contributo para concretização desta publicação.

António dos Reis Duarte

ÍNDICE

PREFÁCIO	1
ÍNDICE DE TABELAS	5
ÍNDICE DE GRÁFICOS	7
ÍNDICE DE FIGURAS & ILUSTRAÇÕES	8
SIGLAS E ABREVIATURAS	10
INTRODUÇÃO.....	11
CAPITULO I: CONTEXTO DA EDUCAÇÃO EM CABO VERDE.....	12
1.1 Contexto demográfico, político, sociocultural e socioeconómico.....	12
1.1.1. Contexto demográfico, político e sociocultural.....	12
1.1.2. Contexto socioeconómico	14
CAPITULO II: ASPECTOS TEÓRICOS E METODOLÓGICOS.....	17
2.1. Aspectos metodológicos/ quadro teórico conceptual de análise	17
2.1.1. Conceitos e definições	18
2.1.2. Dados e métodos de análise	28
2.1.3. Vantagens e limites	29
2.1.4. Método e nível de análise.....	30
2.1.5. Qualidade de dados	31
2.1.5.1. Apuramentos vs. Diferença entre efectivos.....	31
CAPITULO III: FREQUÊNCIA ESCOLAR E ESCOLARIZAÇÃO	35
PARTE I: FREQUÊNCIA ESCOLAR: VOLUME E ESTRUTURA.....	35
3.1.1. Frequência escolar: estrutura por sexo e a nível nacional.....	35
3.1.2. Frequência escolar: estrutura por meio de residência e por sexo	37
3.1.3. Frequência escolar: estrutura por ilhas/concelho, meio de residência e sexo	38
PARTE II- ESCOLARIZAÇÃO: INTENSIDADE/VOLUME	42
3.2.1. Intensidade/volume por sexo e idade nível nacional	42
3.2.2. Grupos funcionais de idade: nível nacional.....	42
3.2.3. Intensidade/volume por sexo e idade ao nível nacional: Pirâmide de idades	43
3.2.4. Intensidade escolar por grupos funcionais e sexo por meio de residência.	45
3.2.5. Indicadores da escolarização: acesso e permanência em um nível escolar	48
3.2.6. Indicadores da escolarização: Taxa bruta e líquida de escolarização.....	56
CAPITULO IV: ALFABETISMO/ANALFABETISMO	78
4.1. Estrutura e volume: nacional e por sexo	78
4.2. Estrutura e volume: meio de residência, por sexo	79
4.3. Taxa de alfabetismo/alfabetização.....	80
4.3.1. Intensidade e diferenças entre os sexos: nível nacional.....	81

4.3.2.	Intensidade e diferenças entre os sexos: meio de residência	82
4.3.3.	Intensidade e diferenças entre os sexos: grupos de idade	83
4.3.4.	Intensidade e diferenças entre os sexos: concelhos urbanos	84
4.3.5.	Intensidade e diferenças entre os sexos: concelhos rurais	85
4.4.	Evolução do Alfabetismo de 2000 a 2010: estrutura e intensidade	89
CAPÍTULO V: NÍVEL DE INSTRUÇÃO, ANO DE ESTUDO E ÁREA DE FORMAÇÃO		91
5.1.	Nível de instrução: volume e composição	91
5.1.1.	Estrutura ao nível nacional	92
5.1.2.	Nível de instrução completado ou concluído: nacional	96
5.1.3.	Agrupamento do nível de instrução: nacional	98
5.1.4.	Nível de instrução agrupado: concelho e sexo	99
5.1.5.	Nível de Instrução do representante vs. Nível de instrução do indivíduo	102
5.2.	Nível de instrução passada da população de 25 anos ou mais	104
5.2.1.	Estrutura por sexo: nacional	104
5.2.2.	Intensidade passada por geração: nível nacional	106
5.2.3.	Número médio de anos de estudo por geração: nível nacional	107
5.2.4.	Intensidade passada: número médio de anos por geração, concelho e sexo	108
5.3.	Posse de um curso/área de formação: estrutura nacional, por sexo	110
5.4.	Evolução do nível de instrução de 2000 a 2010: Alguns indicadores	115
5.5.	A avaliação dos ODM para educação: um olhar em 2010	116
CAPÍTULO VI: CRIANÇAS/JOVENS DE 6 - 24 ANOS EM SITUAÇÃO “ESPECIAIS”		117
6.1.	Número de anos de estudo alcançado vs. “esperado”: nacional, por sexo	117
6.2.	Abandono escolar	118
6.2.1.	Estrutura por sexo: nacional	118
6.2.2.	Estrutura por sexo: meio de residência	119
6.2.3.	Estrutura por sexo meio de residência: algumas características	119
6.2.4.	Abandono escolar por algumas características: sexo e meio de residência	122
6.2.5.	Algumas características do representante: sexo, meio de residência	124
6.2.6.	Estrutura por concelho: sexo meio de residência	126
6.2.7.	Intensidade do abandono escolar: idades simples e sexo	127
6.3.	A precocidade e atraso escolar: repartição por sexo e meio de residência	129
CONCLUSÃO		131
BIBLIOGRAFIA		135
ANEXO A: TABELAS COMPLEMENTARES		136

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1: Dados brutos e apurados (absoluto e %), segundo a composição da população de 6 anos ou mais em relação ao alfabetismo, Cabo Verde, 2010.....	32
Tabela 2: Dados brutos e apurados (absoluto e %), sobre a população de 3 anos ou mais, em relação à frequência escolar, Cabo Verde,2010	33
Tabela 3: Dados brutos e apurados (absoluto e %), sobre a população de 3 anos ou mais segundo nível de instrução, Cabo Verde,2010.....	34
Tabela 4: População de 3 anos ou mais, distribuída (em efectivo e em %) segundo sexo por frequência escolar, Cabo Verde,2010.....	36
Tabela 5: População de 3 anos ou mais (em efectivo e em %) por meio de residência e frequência, segundo sexo, Cabo Verde, 2010.....	37
Tabela 6: Distribuição (em %) da população de 3 anos ou mais no meio urbano, por ilhas/concelho segundo sexo e frequência escolar, Cabo Verde,2010.	39
Tabela 7: Distribuição (em %) da população de 3 anos ou mais no meio rural, por ilhas/concelho segundo sexo e frequência escolar, Cabo Verde, 2010.	41
Tabela 8: População de 3 anos ou mais residentes no meio urbano (em %), segundo sexo por grupos específicos e grupos funcionais de idade, a frequência escolar Cabo Verde, 2010.....	46
Tabela 9: População de 3 anos ou mais residentes no meio rural (em %), segundo sexo por grupos específicos e grupos funcionais de idade, a frequência escolar Cabo Verde, 2010.....	47
Tabela 10: Taxa de escolarização (%) por sexo, grupo de idade e meio de residência, por sexo, Cabo Verde, 2010.....	50
Tabela 11: Esperança de vida escolar de 6 a 24 anos, por meio de residência e sexo, Cabo Verde, 2010	53
Tabela 12: Taxa bruta de escolarização (%) por nível de ensino e meio de residência, sexo em cada grupo de idade seleccionado, Cabo Verde 2010.	57
Tabela 13: Taxa líquida de escolarização (%) por nível de ensino e meio de residência, sexo em cada grupo de idade seleccionado, Cabo Verde 2010.....	68
Tabela 14: População de 6 anos ou mais, distribuída (em efectivo e em %) por capacidade para ler e escrever segundo sexo, Cabo Verde, 2010.....	78
Tabela 15: População de 6 anos ou mais distribuídos (em efectivo e em %) por meio de residência e capacidade para ler e escrever segundo sexo, Cabo Verde, 2010.....	79
Tabela 16: População de 15 anos ou mais distribuídos (em efectivo e %) por capacidade para ler e escrever segundo sexo, Taxa de Alfabetização (%) e Taxa de Analfabetismo (%), Cabo Verde, 2010	81
Tabela 17: População de 15 anos ou mais distribuídos (em efectivo e %) por capacidade para ler e escrever segundo sexo, Taxa de alfabetização (%) e Taxa de analfabetismo (%), Cabo Verde, 2010	82
Tabela 18: População de 3 anos ou mais, distribuídos (em efectivo e em %), por nível de instrução segundo a frequência (actual, ou passada) e população escolarizada, Cabo Verde, 2010.....	92
Tabela 19: População de 3 anos ou mais, distribuídos (em efectivo e em %), segundo a frequência (actual e passada) por nível de instrução, Cabo Verde, 2010.....	94
Tabela 20: População de 3 anos ou mais, distribuídos (em efectivo e em %) segundo sexo e nível de instrução detalhado, Cabo Verde, 2010	97

Tabela 21: População de 3 anos ou mais do meio urbano distribuídos (em efectivo e em %) por nível de instrução, segundo sexo e Cabo Verde, 2010.....	100
Tabela 22: População de 3 anos ou mais do meio rural distribuídos (em efectivo e em %) por nível de instrução, segundo sexo e Cabo Verde, 2010.....	101
Tabela 23: Distribuição (%) da População de 3 anos ou mais por sexo e nível de instrução máximo no agregado familiar, segundo nível de instrução do representante, Cabo Verde, 2010	103
Tabela 24: Distribuição (%) da População de 3 anos ou mais por meio de residência e nível de instrução máximo no agregado familiar, segundo nível de instrução do representante, Cabo Verde, 2010	104
Tabela 25: Distribuídos (em %) da população de 25 anos ou mais que já “terminaram” os estudos segundo sexo, por meio de residência e nível de instrução máximo, Cabo Verde, 2010	105
Tabela 26: População de 25 anos ou mais que já não frequentavam a escola no momento censo, repartida (em %) por nível de instrução segundo sexo, Cabo Verde 2010.....	106
Tabela 27: População de 15 anos ou mais que já não frequentavam escola no momento censo, repartida (em %) por geração segundo nível de instrução, Cabo Verde 2010.....	107
Tabela 28: Distribuição (%) da população 15 anos ou mais detentora de um curso completo por meio de residência e tipo de curso/área de formação, segundo sexo, Cabo Verde 2010.	111
Tabela 29: Taxa, proporção e rácio (em percentagens) correspondentes a ODM II e III avaliados em 2010, Cabo Verde 2010	116
Tabela 30: População de 6 a 24 anos que “abandonou escola” distribuída (efectivo e %) segundo sexo por meio de residência, Cabo Verde 2010	119
Tabela 31: Distribuição (%) da população de 6 a 24 anos que “abandonou a escola”, por sexo e meio urbano e rural, segundo características seleccionadas, Cabo Verde, 2010.....	121
Tabela 32: Distribuição (%) da população de 6 a 24 anos que “abandonou a escola”, por características seleccionadas, segundo sexo e meio de residência, Cabo Verde, 2010.	123
Tabela 33: Distribuída (%) da população de 6 a 24 anos que “abandonou a escola”, por sexo do individuo e meio de residência, segundo as características seleccionadas do representante, Cabo Verde, 2010.	125
Tabela 34: Distribuição (%) da população de 3 a 24 anos segundo sexo por algumas características de “precocidade ou atraso escolar”, por meio de residência, Cabo Verde, 2010.	129

ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Composição (em %) da população de 3 anos ou mais segundo a frequência escolar, por grupos etários, Cabo Verde, 2010	42
Gráfico 2: Pirâmide de idades da população, a frequentar, já não frequenta e nunca frequentou, Cabo Verde, 2010.	44
Gráfico 3: Taxa específica (%) de frequência escolar ou de escolarização de 6 a 24 anos, meio Urbano, Cabo Verde 2010.....	48
Gráfico 4: Taxa específica (%) de frequência escolar ou de escolarização de 6 a 24 anos, meio Rural, Cabo Verde 2010	48
Gráfico 5: Esperança de vida escolar (em anos), entre rapazes e raparigas dos 6 aos 24 anos por concelho, meio urbano, Cabo Verde, 2010.....	54
Gráfico 6: Esperança de vida escolar (em anos), entre rapazes e raparigas dos 6 aos 24 anos por concelho, meio rural, Cabo Verde, 2010.	55
Gráfico 7: Taxa bruta de escolarização, entre rapazes e raparigas de 6 a 11 anos por concelho, meio rural, Cabo Verde 2010.	60
Gráfico 8: Taxa bruta de escolarização, entre rapazes e raparigas de 6 a 11 anos por concelho, meio urbano, Cabo Verde, 2010.....	60
Gráfico 9: Taxa bruta de escolarização, entre rapazes e raparigas de 12 a 17 anos por concelho, meio rural, Cabo Verde 2010.	64
Gráfico 10: Taxa bruta de escolarização, entre rapazes e raparigas de 12 a 17 anos por concelho, meio urbano, Cabo Verde, 2010.....	65
Gráfico 11: Relação de Feminidade (RF) da Taxa líquida de escolarização no Ensino Básico (6 a 11 anos) no meio urbano, concelhos, Cabo Verde 2010.	70
Gráfico 12: Relação de Feminidade (RF) da Taxa líquida de escolarização no Ensino Básico (6 a 11 anos) no meio rural, por sexo e concelhos, Cabo Verde 2010.	71
Gráfico 13: Relação de Feminidade (RF) da Taxa líquida de escolarização no Ensino Secundário (12 a 17 anos) no meio urbano, por sexo e concelhos, Cabo Verde 2010.....	74
Gráfico 14: Relação de Feminidade (RF) da Taxa líquida de escolarização no Ensino Secundário (12 a 17 anos) no meio rural, por sexo, e concelhos, Cabo Verde 2010.	75
Gráfico 15: Relação de Feminidade (RF) da Taxa de alfabetismo (%) por grupo específico seleccionado, Cabo Verde, 2010.....	83
Gráfico 16: Relação de Feminidade (RF) da Taxa de alfabetismo (%) no meio urbano dos concelhos, Cabo Verde, 2010.	85
Gráfico 17: Relação de Feminidade (RF) da Taxa de alfabetismo (%) no meio rural dos concelhos, Cabo Verde, 2010.	86
Gráfico 18: Evolução da população de 15 anos ou mais que sabem ler e escrever, Variação de 2010/2000 (em %) por sexo, meio de residência, e RF (%), Cabo Verde, 2000 e 2010.....	89
Gráfico 19: Evolução da Taxa de Alfabetização entre homens e mulheres e meio de residência, Cabo Verde 2000 e 2010.....	90
Gráfico 20: População de 3 anos ou mais distribuídos (em %) segundo a frequência actual do nível de instrução e sexo, Cabo Verde, 2010	95
Gráfico 21: População de 3 anos ou mais distribuídos (em %) segundo a frequência "passada" do nível de instrução e sexo, Cabo Verde, 2010.....	96
Gráfico 22: Repartição (%) da população de 3 anos ou mais, segundo o nível de instrução no momento do RGPH, Cabo Verde 2010.	98

Gráfico 23: População de 3 anos ou mais (em %) segundo o nível de instrução.....	99
Gráfico 24: Número médio de anos de estudo, para pessoas de 25 anos ou mais, segundo geração, Cabo Verde 2010.....	108
Gráfico 25: Número médio de anos de estudo para pessoas de 25 anos ou mais, segundo geração, Cabo Verde 2010.....	108
Gráfico 26: Número médio de anos de estudo (em anos), pessoas de 25 anos ou mais por concelho, meio urbano e sexo, Cabo Verde 2010.....	109
Gráfico 27: Número médio de anos de estudo (em anos), pessoas de 25 anos ou mais, por concelho, meio rural e sexo Cabo Verde 2010.....	110
Gráfico 28: Distribuição (%) da população 15 anos ou mais detentora de um curso completo segundo tipo de curso/área de formação, Cabo Verde 2010.....	112
Gráfico 29: Distribuição (%) da população 15 anos ou mais detentora de um curso completo por tipo de curso/área de formação, segundo sexo, Cabo Verde 2010.....	113
Gráfico 30: Distribuição (%) da população masculina de 15 anos ou mais detentora de um curso completo por geração, segundo curso/área de formação, Cabo Verde 2010.....	114
Gráfico 31: Distribuição (%) da população feminina de 15 anos ou mais detentora de um curso completo por geração, segundo curso/área de formação, Cabo Verde 2010.....	114
Gráfico 32: População de 4 anos ou mais repartida (efectivo e %) por nível de instrução segundo sexo, variação percentual (2000 a 2010), Cabo Verde 2010.....	115
Gráfico 33: Número médio (em anos) de estudo alcançado e número médio (em anos) de anos de estudo "esperado" para raparigas e rapazes de 5 a 14 anos, por idade simples, Cabo Verde 2010.....	118
Gráfico 34: Distribuição (em %) da população de 6 a 24 anos que "abandonaram a escola" segundo sexo, Cabo Verde 2010.....	119
Gráfico 35: Relação de Feminidade (RF) em % das pessoas que "abandonaram a escola", por concelho, meio rural, RGPH, Cabo Verde, 2010.....	126
Gráfico 36: Relação de Feminidade (RF) em % das pessoas que "abandonaram a escola", por concelho, meio rural, RGPH, Cabo Verde, 2010.....	127
Gráfico 37: Proporção (em %) do abandono escolar na população de 6 a 24 anos, no meio urbano, por sexo e idades simples, RGPH, Cabo Verde, 2010.....	128
Gráfico 38: Rácio de Feminidade (RF) (em %) do abandono escolar na população de 6 a 24 anos, no meio urbano, por sexo e idades simples, RGPH, Cabo Verde, 2010.....	128
Gráfico 39: Proporção (em %) do abandono escolar na população de 6 a 24 anos, no meio rural, por sexo e idades simples, RGPH, Cabo Verde, 2010.....	128
Gráfico 40: Rácio de Feminidade (RF) (em %) do abandono escolar na população de 6 a 24 anos, no meio rural, por sexo e idades simples, RGPH, Cabo Verde, 2010.....	128

ÍNDICE DE FIGURAS & ILUSTRAÇÕES

Figura 1: Quadro conceptual de análise.....	18
Figura 2: Taxa Bruta de Escolaridade (%) de 6 a 11 anos, meio rural Feminino vs. Masculino, Cabo Verde 2010.....	62
Figura 3: Taxa Bruta de Escolaridade (%) de 6 a 11 anos, meio urbano Feminino vs. Masculino, Cabo Verde 2010.....	63

Figura 4:Taxa Bruta de Escolaridade (%) de 12 a 17 anos, meio rural Feminino vs. Masculino, Cabo Verde 2010.....	66
Figura 5:Taxa Bruta de Escolaridade (%) de 12 a 17 anos, meio urbano Feminino vs. Masculino, Cabo Verde 2010.....	67
Figura 6:Taxa Líquida de Escolaridade (%) de 6 a 11 anos, meio rural Feminino vs. Masculino, Cabo Verde 2010.....	72
Figura 7:Taxa Líquida de Escolaridade (%) de 6 a 11 anos, meio urbano Feminino vs. Masculino, Cabo Verde 2010.....	73
Figura 8:Taxa Líquida de Escolaridade (%) de 12 a 17 anos, meio rural Feminino vs. Masculino, Cabo Verde 2010.....	76
Figura 9:Taxa Líquida de Escolaridade (%) de 12 a 17 anos, meio rural Feminino vs. Masculino, Cabo Verde 2010.....	77
Figura 10:Taxa de Alfabetização (%) no meio rural: Feminino vs. Masculino, Cabo Verde 2010	87
Figura 11:Taxa de Alfabetização (%) no meio urbano: Feminino vs. Masculino, Cabo Verde 2010	88

SIGLAS E ABREVIATURAS

CV	Cabo Verde
EB	Ensino Básico
EVE	Esperança de Vida Escolar
INE	Instituto Nacional de Estatística
NR/ND	Não Respondeu/Não declarou
ODM	Objectivos de Desenvolvimento do Milénio
RF	Relação de Feminidade ou Rácio de Feminidade
RGPH	Recenseamento Geral da População e Habitação
RM	Relação de Masculinidade
TBE	Taxa Bruta de Escolarização
TEE	Taxa de Escolarização por idade Específica
TLE	Taxa Líquida de Escolarização

Concelhos:

RG	Ribeira Grande
PL	Paul
PN	Porto Novo
SV	São Vicente
TRSN	Tarrafal de São Nicolau
RB	Ribeira Brava
SL	Sal
BV	Boa Vista
MA	Maio
TFST	Tarrafal
SCAT	Santa Catarina
SCRUZ	Santa Cruz
PR	Praia
SD	São Domingos
SSM	São Salvador do Mundo
SLO	São Lourenço dos Órgãos
RGST	Ribeira Grande de Santiago
CSM	Calheta São Miguel
MO	Mosteiros
SF	São Filipe
SCFG	Santa Catarina de Fogo
BR	Brava

INTRODUÇÃO

Em Cabo Verde a escolarização ou *educação de base para todos* está praticamente assegurada como se depreende da taxa líquida de escolarização que, já em 2000, rondava os 83%. O ensino básico é generalizado, o ensino secundário e a formação profissional continuam a expandir-se, e o ensino superior desenvolve-se exponencialmente. Por conseguinte, o país vem registando ganhos consideráveis em matéria de (alfabetização), principalmente na escolarização das mulheres. Contudo, as limitações que ainda persistem relativamente às questões básicas do analfabetismo, devido sobretudo ao efeito de geração, podem impedir o avanço de grupos sociais mais desfavorecidos, acabando por acentuar, ainda mais, as desigualdades de oportunidades existentes, por exemplo, no acesso ao mercado de trabalho. Esta desigualdade pode comprometer a continuidade do actual processo de desenvolvimento global, alicerçado no trinómio: equilíbrio económico, sustentabilidade ambiental e progresso social. Por isso, o olhar sobre a educação ultrapassa a fronteira da linguagem escrita, como um bem público que visa promover o exercício da cidadania, para a contemplar também, como:

- ✓ um factor central às várias dimensões da sociedade, que age e interage com outros factores no contexto da mobilidade social, qualificando a pessoa para o mundo laboral no contexto do paradigma gerencialista neoliberal das sociedades contemporâneas;
- ✓ como um dos eixos estratégicos prioritários para aumentar a coesão/integração social.

Neste contexto, esta análise insere-se num quadro de esforços continuados, particularmente a partir de 1990, para melhorar o sistema de ensino tanto quantitativa como qualitativamente. Reveste-se de extrema importância na medida em que permitirá identificar e caracterizar alguns indicadores que, do ponto de vista indicativo, evolutivo (de 2000 a 2010) e informativo, sumarizam a intensidade e a variabilidade da estrutura da população de 3 anos ou mais, segundo a escolarização/frequência escolar, o nível de instrução e a área de formação, tanto em termos de *stock* em recursos humano, como em termos da sua dinâmica.

Utilizando os dados do Censo 2010, esta análise desenvolve-se em 6 capítulos. No Capítulo I, enquadra-se e contextualiza-se a educação escolar. O Capítulo II aborda os aspectos teóricos e metodológicos da análise. A escolarização/frequência escolar é analisada no capítulo III, enquanto o capítulo IV descreve a alfabetização. No capítulo V, analisa-se o nível de instrução e anos de estudo. O último capítulo é dedicado à análise de algumas características dos jovens de 6 a 24 anos em situações “especiais”. Este relatório encerra-se com uma conclusão dos principais resultados à luz dos grandes desígnios do país em matéria de educação, e com um anexo de quadros e gráficos.

CAPITULO I: CONTEXTO DA EDUCAÇÃO EM CABO VERDE

Neste capítulo descreve-se a relação biunívoca estabelecida entre a dinâmica da população escolar e alguns aspectos demográficos, políticos, socioculturais e socioeconómicos.

1.1 Contexto demográfico, político, sociocultural e socioeconómico

1.1.1. Contexto demográfico, político e sociocultural

A dinâmica da população escolar está intrinsecamente relacionada com os diferentes aspectos demográficos, políticos e socioculturais que caracterizam as sociedades contemporâneas. As transformações constantes na sociedade impõem um nível de importância cada vez maior atribuível à educação, como centro de gravidade da vida social e um factor de mudança, ou seja uma força motriz e catalisadora das transformações sociais, demográficas, económicas, culturais, políticas, etc. O papel da Educação, principalmente na alfabetização das mulheres, é fortemente enfatizado nas diferentes conferências mundiais sobre educação para todos, população, desenvolvimento social, meio ambiente, mulheres, etc., ou ainda, através de organizações internacionais tais como a UNESCO, UNICEF, Banco Mundial, PNUD, FAO, entre outras. (UNESCO,1999:3). *“A educação, que antes era privilégio de poucos, dos predilectos da fortuna, foi enfim reconhecida como um direito, uma necessidade, uma obrigação da humanidade”* (Nascimento,2011:103). A instrução afirmou-se como um direito universal e como tarefa social, centralizada no desenvolvimento individual e na construção do Homem com direitos políticos, civis, sociais e económicos, podendo participar em pé de igualdade e com equidade na sociedade, como pessoas com autonomias de opinião, com vista ao exercício da cidadania e na preparação para o trabalho (Nascimento, 2011:107).

Desde a Independência Nacional até hoje as políticas em educação representaram acções de envergadura destinadas a melhorar e a transformar¹ o sistema educativo, tanto quantitativa como qualitativamente, procurando responder à grande procura em relação à educação, e em resposta à crescente exigência de melhoria da qualidade do ensino e da sua adaptação às reais necessidades de desenvolvimento de Cabo Verde. A centralidade de educação como uma das mais relevantes manifestações de políticas sociais assume no contexto de reforma a que se assiste, tanto ao nível internacional como em Cabo Verde, um carácter dual e contraditório. Pois, ao mesmo tempo que se afirma como política social de carácter universal -

¹ O sistema educativo cabo-verdiano passou por profundas transformações no decurso dos últimos vinte anos, decorrentes das reformas introduzidas a partir de 1990. O Decreto Legislativo nº 2 /2010 de 7 de Maio revê as Bases do Sistema Educativo aprovadas pela Lei nº 103/III/90, de 29 de Dezembro, na redacção dada pela Lei n.º 113/V/99 de 18 de Outubro. De acordo com esta Lei, o sistema educativo compreende os subsistemas de educação pré-escolar, educação escolar e educação extra-escolar.

a ampliação da escolaridade e o crescimento do contingente de alunos, a educação tem sido também orientada pela lógica de focalização, na medida em que é encetada a reunir sinergias para aumentar as oportunidades de acesso e de permanência de grupos mais vulneráveis socialmente na escola (Oliveira,2005:35). Os resultados destes esforços estão bem visíveis, materializados nos diversos ganhos conseguidos e transformados em algumas metas já alcançadas ou alcançáveis referentes aos Objectivos da Educação para todos /Objectivos do milénio para desenvolvimento (ODM). Constituindo a educação e a formação um direito do cidadão, sendo os homens e mulheres a principal força produtiva de um país, a centralidade da educação como principal eixo de desenvolvimento sustentado do país vê-se reforçada no actual do Programa de Governo para a VIII Legislatura e, nas acções governativas em matéria de Educação, através do Ministério da Educação, respeitando a inclusão e coesão social. Este propósito está enformado pelo seguinte princípio orientador: “*uma educação de qualidade e de suporte ao desenvolvimento, assumida esta como sendo um desígnio nacional*”, contendo ainda as linhas mestras das políticas educativas (Programa do Governo, VIII Legislatura 2011-2016).

Em suma, a centralidade da educação nas sociedades contemporâneas, para a promoção do bem-estar social e da transformação social, parece inequívoca e indiscutível. Sob este prisma, pode-se imaginar três vertentes em que o desempenho escolar contribuirá indubitavelmente para o desenvolvimento económico, político e social (PERES, 2010: 6).

A primeira vertente, a mais comum e generalista, manifesta-se ao nível político através do cumprimento do papel da educação formal como um direito social inalienável que contribui para a melhoria da vida das pessoas na medida em que lhes garante o acesso às informações capazes de lhes proporcionar valores socioculturais. Ao nível sociocultural a educação ainda avança no sentido da ampliação das oportunidades de acesso à escola para as camadas mais desfavorecidas da sociedade, numa óptica de sociedade inclusiva. Este cenário contribuiu para a formação do cidadão, dando-lhe os instrumentos para, minimamente, melhorar o seu padrão de bem-estar. Pois, sabendo ler, escrever e fazer as contas básicas, teria maior autonomia e seria mais capaz de viver numa sociedade democrática e em constante transformações.

A segunda vertente mais operacional da educação relaciona-a com a capacidade das pessoas para executar tarefas. Esta capacitação tornaria as pessoas mais produtivas e competitivas, garantindo um melhor desenvolvimento económico, pois trabalhadores melhor capacitados são mais eficientes e eficazes.

A terceira vertente manifesta-se na educação como motivação para a redução das desigualdades entre os grupos sociais. Esta, mais complexa e exigente, confere à educação a

missão de educar a pessoa formalmente para o mercado de trabalho. A inserção da pessoa no mercado de trabalho torna-a capaz de gerar rendimentos, contribuindo para a redução das desigualdades. Pois, com mais autonomia, mais e melhores capacidades e, finalmente mais iguais, as pessoas teriam mobilidade social e transformariam a sociedade.

Nesta abordagem a educação é tratada como um dos factores mais importantes de ascensão social dos indivíduos, e a desigualdade educacional, tanto em quantidade como em qualidade, é geralmente vista como um dos principais determinantes da desigualdade salarial no mercado de trabalho, contribuindo para a transmissão inter-geracional da desigualdade (PERES, 2010: 6). Esta relação está também fortemente presente na Teoria do Capital Humano, para a qual, de forma resumida, o avanço na escolaridade implica directamente no aumento da produtividade individual e, conseqüentemente, no nível de rendimento e bem-estar da pessoa.

Assim, a análise feita ao longo deste relatório caracterizará a dinâmica da população escolar, nomeadamente em relação a algumas características individuais, por exemplo o sexo, a idade, a geografia e a situação familiar, mas também em relação a algumas variáveis do agregado familiar, como a tipologia e estrutura familiar (à luz das necessidades de mão-de-obra para uso doméstico e produtivo). Também é analisada tendo em conta a relação que esta dinâmica escolar estabelece com outras variáveis do representante do agregado familiar.

1.1.2. Contexto socioeconómico

As profundas transformações económicas, políticas e sociais ao longo século XX, fizeram com que a estratégia liberal tornasse a educação como prioridade, apresentando-a como alternativa de “ascensão social” e de “democratização das oportunidades” (Robinson e Androli, [sd]: 3-4). Nesse quadro, as políticas educativas são projectadas e implantadas segundo as exigências da produção e do mercado, em que a centralidade do processo produtivo está no conhecimento e, portanto, também na educação. Os discursos dos decisores colocam a tónica na política de *qualidade total para a educação* orientados pelo modelo gerencialista neoliberal das sociedades contemporâneas, onde os investimentos e benefícios da educação, na lógica do capital humano, são projectados e calculados na lógica de numa empresa. Assim, a educação de qualidade é aquela que promove a cidadania, visando a superação das desigualdades sociais e a democratização real do Estado (Robinson e Androli, [sd]: 3-4).

Nesta óptica a modernização da educação assenta na difusão de políticas educativas alicerçadas nos valores da *eficiência*, como caminho para a *competitividade*, a *produtividade* e o lucro, semelhando assim a racionalidade administrativa, fundada na economia privada. Neste sentido, o mercado exige preferencialmente pessoas polivalentes, flexíveis, ágeis, com visão do todo, conhecimentos técnicos e um relativo domínio na área de informática, que

falem, leiam e escrevam em vários idiomas, que possuam habilidades múltiplas, e assim por diante. Quem não estiver capacitado de acordo com as exigências do mercado pode ser excluído do processo produtivo e isso pode levar, sobretudo, ao desemprego, miséria e fome, doença.

Com as reformas e a liberalização da economia cabo-verdiana, principalmente na década de 90, o desafio transversal a todo o sistema de ensino é o da sua gestão, resultante de constrangimentos decorrentes das debilidades de planeamento (desde o nível macro até ao micro), planos de desenvolvimento das escolas, desenvolvimento curricular de forma a assegurar a adequação curricular às necessidades de desenvolvimento, a fim de acompanhar as transformações que o mercado exige. A melhoria da gestão do sistema passa, entre outras acções, pela prática de auto-avaliação das direcções gerais, dos institutos e das delegações do Ministério da Educação e Desporto, e pela elaboração e materialização de planos de melhoria de gestão, como mencionado no actual *Programa para o Sector da Educação para a VIII Legislatura* (Programa do Governo, VIII Legislatura 2011-2016). Portanto, há necessidade de reorganizar em termos institucionais o sector de educação e formação, com vista a melhor poder responder aos desafios de desenvolvimento de Cabo Verde, às necessidades dos cidadãos e do emprego. O ritmo de desenvolvimento económico do país e as exigências do mundo moderno globalizado e terceirizado, exigem um número cada vez maior de técnicos superiores especializados, quer de nível universitário (técnicos de concepção), quer de nível politécnico (técnicos de execução).

Neste sentido o tema “Educação -2010” enquadra-se num contexto em que o desafio do acesso e da expansão da escolarização de base se encontra vencido, e com uma perspectiva inclusiva; num quadro em que educação passa a ser oferecida como uma “mercadoria”, e a escola tornou-se uma empresa à qual se paga pela obtenção de um serviço, na lógica do modelo gerencialista neoliberal. Neste particular, Libâneo e Oliveira (1998) (citado por Robinson.S, Androli [sd]:4-5) destaca um conjunto de aspectos interessantes, sublinhando a lógica de *escola versus mercado*, dos quais partilhamos neste relatório, e que são também veiculados pelas linhas orientadoras gerais da Visão Global em Educação para o futuro em Cabo Verde, que enformam o Programa para o Sector da Educação para a VIIIª Legislatura (Programa do Governo, VIIIª Legislatura 2011-2016), isto é:

- Flexibilização e diversificação dos sistemas de ensino (profissionalização do ensino);

- Atenção à eficiência, à qualidade, ao desempenho e às necessidades básicas da aprendizagem;
- Avaliação constante dos resultados/desempenho obtidos pelos alunos que comprovam a qualidade do trabalho desenvolvido na escola;
- Implementação dos *rankings* das escolas;
- Competição entre escolas;
- Ênfase na gestão e organização escolar focalizado na *qualidade total*.

CAPITULO II: ASPECTOS TEÓRICOS E METODOLÓGICOS

Neste ponto apresenta-se e descreve-se o quadro conceptual geral e os principais conceitos e definições utilizados ao longo deste relatório. Apresenta-se ainda a fórmula de cálculo dos indicadores, os dados necessários para o seu cálculo e descreve-se igualmente a relevância dos indicadores utilizados assim como algumas pistas para a sua leitura e interpretação.

2.1. Aspectos metodológicos/ quadro teórico conceptual de análise

O nível de população escolar num determinado momento é determinado por um conjunto de factores interdependentes, que agem e reagem uns com os outros. Estes factores são de ordem demográfica, escolar, política, sociocultural, económica, etc. A descrição das características do representante dos agregados, da estrutura dos agregados relacionada à necessidade de mão-de-obra para fins domésticos e produtivos, cruzando-as com a escolarização, parece essencial para ajudar a definir e a implementar políticas e medidas a fim de alcançar/consolidar uma “educação para todos”.

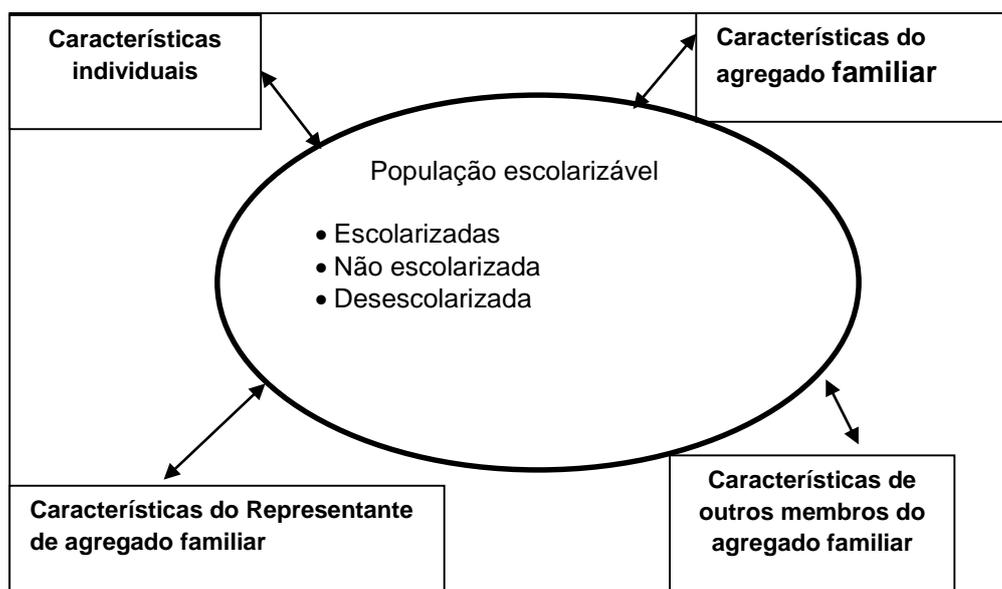
A este conjunto de características deve-se juntar ainda as de natureza geográfica (meio de residência e ilha/concelho de residência) com o propósito de realçar a diferença e variação entre o meio rural e urbano, entre as diferentes ilhas, ou os diferentes concelhos. As informações disponíveis no Censo 2010 permitem combinar, classificar e distinguir, para efeito de análise, as pessoas escolarizáveis, num determinado momento, segundo três subconjuntos com estatutos mutuamente exclusivos:

- Os que estavam a frequentar um estabelecimento de ensino (escolarizada)
- Os que nunca frequentaram qualquer estabelecimento de ensino (não escolarizada)
- Os que já foram escolarizados, mas que não estavam a frequentar qualquer estabelecimento de ensino: crianças que já saíram da escola, incluindo os que abandonaram (desescolarizada)

A metodologia de análise adoptada neste documento será de carácter descritivo dando pistas para uma análise explicativa mais aprofundada, cujo objectivo fundamental seria de por em evidência as características individuais do representante ou do agregado familiar que influenciam significativamente a dinâmica da população escolar, ao ponto de servir como “determinantes familiares” dos comportamentos em matéria de escolarização.

A figura 1 ilustra as diferentes relações que se podem estabelecer com o objecto de análise.

Figura 1: Quadro conceptual de análise



Fonte: adaptado de "Documents et Manuel du CEPED" n°9, Paris, octobre 1999

2.1.1. Conceitos e definições

População geral de análise: público-alvo

Tendo em conta as alterações introduzidas recentemente, sobretudo no pré-escolar, foi necessário adequar os instrumentos de recolha de dados relativos à educação no âmbito do recenseamento da população de 2010, de forma a incorporar todos os residentes de 3 anos ou mais, contrariamente ao recenseamento da população de 2000, que abrangia somente as pessoas de 4 anos ou mais, mas salvaguardando ainda a comparabilidade de dados nos dois públicos-alvo.

População escolarizável

No âmbito deste estudo entende-se por **população escolarizável** o conjunto de crianças que estão em idade de ser escolarizadas (idade susceptível de estar a frequentar a escolarização obrigatória para todos). Esta população define-se geralmente em função de idade. Estas idades são comumente consideradas aquelas que correspondem ao ensino primário (Tchegho, 1999:21). A população escolarizável restringe-se ao grupo de idade dos *n* aos 14 anos, segundo as recomendações da UNESCO, em que *n* é o limite inferior correspondendo à idade legal para se iniciar o 1º ano EB, e 14 anos considerado como limite superior para terminar o 6º ano do EB (Documents et Manuel du CEPED, 1999:10).

Segundo a legislação em vigor em Cabo Verde este intervalo corresponde a faixa etária de 6 a 14 anos (incluindo os limites). Contudo, para efeito de análise e comparabilidade de dados, devido às especificidades do país, à entrada precoce na escola, às reprovações que podem ocorrer em algumas classes do EB (2ª, 4ª e 6ª), considera-se ainda, em alguns quadros de análise, a faixa etária de análise de 4 a 14 anos também utilizada em INE-CV (Educação, 2000:13).

População escolar

Considera-se **população escolar**, no âmbito desta análise, o conjunto de alunos do sistema escolar, indo do primário ao superior. Por isso, geralmente as idades da população escolar vão para além das idades ditas “escolares”. A população escolar é portanto uma subpopulação tanto tão dinâmica como a população total do país (Tchegho, 1999:21; INE-CV, Educação, 2000:13).

Taxa Específica de Escolarização ou Taxa de Escolarização por idade específica (TEE)

A **taxa de frequência escolar (intensidade da escolarização)** ou ainda a **taxa de escolarização** da população escolarizável é geralmente calculada *dividindo* o número de pessoas em cada idade específica de 6 a 14 anos, que declararam ser escolarizadas (ou seja, que estavam a frequentar um estabelecimento de ensino no momento²) independentemente do nível de ensino frequentado, pelo número total de pessoas em cada idade específica de 6 a 14 anos (incluindo os que nunca frequentaram e, os que já não frequentavam um estabelecimento de ensino no momento (Documents et Manuel du CEPED,1999:10). No entanto, para efeito de comparabilidade com os dados do censo de 2000, também será calculada a taxa de escolarização em cada idade específica de 6 a 24 anos.

Fórmula de cálculo da Taxa Específica de Escolarização, segundo UNESCO (2009:15)

$$T.E.E_x^t = \frac{E_x^t}{P_x^t} \times 100$$

Em que: T.E.E_x^t: Designa a Taxa específica de escolarização na idade x durante o ano de referência t. E_x^t :

Designa o efectivo escolarizado na idade x durante o ano escolar t. P_x^t : Designa a população com x anos completos durante o ano escolar t.

Importante: Este método também pode ser utilizado para calcular a T.E.E em cada nível de educação separadamente. O cálculo é o mesmo, por exemplo para a educação primária.

² Para esta análise, este momento refere-se ao mês em que se realizou o RGPH de 2010 ou, seja o mês de julho.

Esperança de Vida Escolar

A **Esperança de Vida Escolar (EVE)** é definida como o número médio provável de anos de escolarização (do primário ao terciário/superior, incluindo os anos de reparações), que uma pessoa numa determinada idade ou geração, espera beneficiar no futuro, assumindo que a sua probabilidade de frequentar um determinado nível, em qualquer idade futura é igual à taxa de escolarização actual para essa mesma idade ou geração (UNESCO, 2009:8)³; INE-CV: Educação, 2000:13). A esperança de vida escolar tem como universo qualquer criança escolarizável. Quando se utiliza este indicador para comparações internacionais deve-se ter alguma precaução. Por exemplo, a conclusão de um ano escolar ou classe num país pode não ser necessariamente a mesma em termos de conteúdo ou em termos de qualidade do ensino, relativamente ao término da mesma classe ou ano escolar noutro país.

Fórmula de cálculo da Esperança de Vida Escolar, segundo a UNESCO (2009:8)

$$E.V.E_x^t = \sum_{i=x}^n \frac{E_i^t}{P_i^t} + \sum_{L=nivel} \frac{E_{idade_nd}^t}{P_{idade_do_nivel_L}^t} \times D_L$$

Em que:

$E.V.E_x^t$: Designa a Esperança de Vida Escolar na idade x durante o ano de referência t. E_i^t : Designa o efectivo escolarizado na idade x (x=a; a+1; a+2;...n) durante o ano escolar t, e n representa a idade teórica limite de escolarização (entende-se que n= 14 anos para a escolarização obrigatória). P_i^t : Designa a população com x anos completos durante o ano escolar t. Quando i= idade _do nível _L, isto significa a idade do nível de ensino L correspondente ao grupo de idade teórico do referido nível. Por ex: em Cabo Verde se L=Nível primário, então, i =6 a 14 anos. D_L : Designa a duração teórica, oficial, do nível de ensino L. Em Cabo Verde, esta duração é de 6 anos para o nível básico.

Importante: Para o cálculo da esperança de vida escolar em 2010 não se levou em conta a segunda parcela da fórmula já que o total da população para a qual se conhece a idade, é de 355 pessoas (sendo 209 do sexo masculino e 146 feminino). Assim, considerando que o total de pessoas de 6 a 14 anos era de **95314** a segunda componente poderia ser calculada como a soma de 6 (seis) parcelas iguais a (355/95314). Ou seja, $6 * (355/95314) = 0,02235$. Esta componente é ainda menor quando se considera a população de 6 a 24 anos, o que torna desprezível esta parcela. Sendo assim, para efeitos de comparabilidade com os dados do Censo 2000 e respeitando integralmente a definição da EVE, foi calculado alargando a outros níveis de ensino (do primário até terciário ou superior), dos 6 até aos 24 anos, fazendo com que a EVE possa ser calculada também como a soma das taxas de escolarização por idade simples de 6 a 24 anos desprezando assim a segunda componente.

³ L'Institut de Statistique de UNESCO : *Indicateur de l'éducation, directives techniques, Novembre 2009*

Taxa bruta de escolarização

A **Taxa bruta de escolarização (TBE)** designa o total de inscrições/frequências num nível específico de educação, independentemente da idade, expressa em percentagem da população oficialmente escolarizável no mesmo nível e num determinado ano escolar. Assim, a TBE é calculada *dividindo* o número de pessoas que estavam a frequentar um determinado nível de ensino (independentemente da idade) pela população que efectivamente tem a idade teórica legal para o nível de ensino pretendido (CEPED,1999:10, UNESCO, 2009:8, INE-CV: Educação, 2000:13). No caso de Cabo Verde considera-se as seguintes faixas etárias oficiais: 6 a 11 para o Nível Básico e 12 a 17 para o Nível Secundário.

- Se a Taxa bruta de escolarização for:
 - ✓ =100 %: significa que há o mesmo número de pessoas a frequentar o nível de ensino do que pessoas em idade legal compatível com o referido nível. Por isso, alcançar uma taxa bruta de escolarização de 100% é uma condição necessária, mas não suficiente para a universalização do ensino no país.
 - ✓ >100 %: indica que o país é, em princípio, capaz de escolarizar toda a sua população em idade escolar. Uma taxa bruta de escolarização acima dos 100% aponta para uma certa capacidade que o sistema de ensino possui para acomodar-se às necessidades educativas do país, mas não corresponde efectivamente à proporção dessa população que frequenta um estabelecimento de ensino. Significa que há mais pessoas a frequentar o nível de ensino do que o número de pessoas em idade legal compatível com o referido nível. Com efeito, também indica que pode existir um número excessivo de repetentes ou de crianças em idade precoce ou que entram tardiamente no sistema de ensino.
 - ✓ <100 %: significa que há menos pessoas a frequentar o nível de ensino do que o número de pessoas em idade legal compatível com o referido nível. No entanto, quando a taxa bruta de escolarização for superior a 90% para um nível de educação, significa que o número total de vagas por estudantes aproxima-se do número necessário para que o grupo etário oficial seja completamente escolarizada (UNESCO, 2009:11).

No entanto, para que a universalização da educação seja efectivamente alcançada, é necessário que o número de alunos que frequentam um estabelecimento de ensino sem ter a idade mínima oficial, ou os que já ultrapassaram a idade máxima oficial, diminua a fim de libertar vagas para os alunos que efectivamente estejam na faixa etária oficial de frequentar um nível de ensino (UNESCO, 2009:11).

Fórmula de cálculo da Taxa Bruta de Escolarização, segundo a UNESCO (2009:12)

$$T.B.E_x^t = \frac{E_h^t}{P_{h,x}^t} \times 100$$

Em que:

T.B.E_x^t: Designa a Taxa Bruta de Escolarização no grupo de idade x durante o ano de referência t. E_h^t:

Designa o total de inscrições (frequência) no nível de ensino h durante o ano escolar t. P_{h,x}^t: Designa a população do grupo de idade x, correspondendo oficialmente ao nível de ensino h durante o ano escolar t.

Exemplo: Se a idade oficial de entrada no ensino primário for 6 anos e que este nível tem uma duração de 6 anos o grupo x é portanto (6-11) anos completos.

Taxa líquida de escolarização

A Taxa líquida de escolarização (TLE), por sua vez, é calculada *dividindo* o número de pessoas com idade legal teórica para um nível de ensino e que estavam efectivamente a frequentar esse nível, pelo efectivo de pessoas com a idade legal para o nível de ensino pretendido. O resultado deve ser, geralmente expresso em percentagem (CEPED,1999:11, UNESCO, 2009:13, INE-CV: Educação, 2000:13).

Fórmula de cálculo da Taxa Líquida de Escolarização, segundo a UNESCO (2009:13)

$$T.L.E_x^t = \frac{E_{h,x}^t}{P_{h,x}^t} \times 100$$

Em que: T.L.E_x^t: Designa a Taxa Líquida de Escolarização no grupo de idade x durante o ano de referência

t. E_{h,x}^t: Designa o total de inscrições (frequência) do grupo de idade x que efectivamente estavam no nível de ensino h durante o ano escolar t. P_{h,x}^t: Designa a população do grupo de idade x, correspondendo oficialmente ao nível de ensino h durante o ano escolar t.

Exemplo: se a idade oficial de entrada no ensino primário for 6 anos e que este nível tem uma duração de 6 anos o grupo x é portanto (6-11) anos completos.

Se a taxa líquida de escolarização aumenta com o tempo, isto indicará uma melhoria contínua do sistema educativo. Se compararmos a taxa líquida de escolarização com a taxa bruta de escolarização, a diferença entre elas mede a incidência de escolarização para as pessoas que ainda não tenham atingido a idade mínima oficial e também para aqueles que já passaram a idade máxima oficial de frequência de um nível de ensino. Mais, o complementar a 100% da taxa líquida de escolarização (ou seja 100% - TLE), mede a proporção de crianças em idade de frequentar um determinado nível de ensino que efectivamente não estavam a frequentar o nível (UNESCO, 2009:13).

- ✓ Uma outra medida da educação primária universal pode ser calculada com base no número de crianças em idade oficial que estavam a frequentar o nível primário ou secundário. Trata-se, por conseguinte, *da taxa de escolarização líquida primária ajustada*. No entanto, no âmbito deste estudo esta taxa não será calculada.

Alfabetizado

Um **alfabetizado** é definido como uma pessoa que conseguiu adquirir as capacidades básicas de leitura e da escrita, essenciais para o seu desenvolvimento e para a sua inserção nas sociedades contemporâneas. No âmbito deste estudo considera-se que uma pessoa de 6 anos ou mais é alfabetizada quando consegue ler e escrever, ao ponto de compreender, uma frase ou exposição simples relativa, por exemplo, à vida quotidiana (CEPED,1999:13).

Alfabetismo/alfabetização

O alfabetismo/alfabetização representa o poder da aprendizagem e de comunicação através da escrita, e de aplicar os conhecimentos adquiridos. O alfabetismo é considerado ao nível individual como um ganho em recursos e em criatividade (Documents et Manuel du CEPED,1999:11-13). A alfabetização é um potencial de desenvolvimento intelectual do indivíduo e um aumento da contribuição para o desenvolvimento sócio- económico e cultural da sociedade (UNESCO, 2009:3).

Taxa de Alfabetismo/alfabetização

A **Taxa de alfabetismo/alfabetização** é obtida dividindo o número de pessoas que declararam estar alfabetizadas numa subpopulação, pelo conjunto de pessoas “exposta ao risco da literacia ” no mesmo grupo de idade. Para efeitos de comparabilidade esta taxa é, geralmente, calculada na população adulta “exposta ao risco da literacia ” (geralmente considerada as pessoas de 15 anos ou mais). Por isso, esta taxa também é designada por

Taxa de alfabetismo/alfabetização de adultos, e geralmente é expressa em percentagem. Esta taxa traduz os efeitos acumulados dos esforços realizados em matéria de educação. A alfabetização é um potencial para o desenvolvimento intelectual posterior da pessoa e uma contribuição acrescida ao desenvolvimento socioeconómico e cultural da sociedade (Documents et Manuel du CEPED, 1999:11).

Fórmula de cálculo da Taxa Alfabetismo/alfabetização de Adultos, segundo a UNESCO (2009:3)

$$T.A_{15ou+}^t = \frac{A'_{15ou+}}{P'_{15ou+}} \times 100$$

Em que:

$T.A_{15ou+}^t$: Designa a Taxa de alfabetismo dos adultos de 15 anos ou mais, para o ano de referência t. A'_{15ou+} :

Designa a população adulta de 15 anos ou mais, alfabetizada no ano de referência t. P'_{15ou+} : Designa a população adulta de 15 anos ou mais, no ano de referência t.

Taxa de analfabetismo de adultos

A taxa de analfabetismo pode ser deduzida subtraindo à **unidade** a Taxa de alfabetismo, ou seja: (1-TA) e o resultado deve ser multiplicado por 100.

Fórmula de cálculo da Taxa analfabetismo de adultos, segundo a UNESCO (2009:3)

$$T.AN_{15ou+}^t = 100 - T.A_{15ou+}^t$$

Em que:

$T.AN_{15ou+}^t$: Designa a Taxa de analfabetismo dos adultos de 15 anos ou mais, para o ano de referência t.

$T.A_{15ou+}^t$: Designa a Taxa de alfabetismo dos adultos de 15 anos ou mais, para o ano de referência t.

Nível de instrução

O termo “instrução” significa, no seu sentido lato a aquisição de conhecimentos básicos cujos contornos dependem sempre das exigências históricas que cada sociedade faz aos seus integrantes. No seu sentido restrito, “a instrução” refere-se à formação intelectual, formação e desenvolvimento das capacidades cognitivas mediante o domínio de certo nível de conhecimentos sistematizados. O ensino corresponde a acções, meios e condições para a realização da instrução contendo pois a “instrução” (Libâneo, 1998:23). A instrução escolar é um dos principais indicadores para medir o grau de desenvolvimento do sistema educativo. Trata-se de uma medida importante para avaliar o *stock* de recursos humanos disponíveis numa sociedade e que podem ser mobilizados e potencializados em prol do desenvolvimento de uma sociedade.

No âmbito desta análise considerou-se nível de instrução como o nível de ensino mais elevado atingido ou completado por uma pessoa (INE-C.V: Educação, 2000:22, INE-C.V: Manual de Agente recenseador, 2010:122). O perfil do nível de instrução é baseado na repartição percentual da população, de um determinado grupo etário, que atingiu ou completou um nível de ensino especificado segundo a nomenclatura utilizada (ISCED, 1997)⁴.

Família profissional versus Área de formação

A Família profissional designa o conjunto de profissões afins que exigem conhecimentos, aptidões e qualificações semelhantes. Trata-se do agrupamento e estruturação de actividades e ocupações com conhecimentos afins e que demandam formação básica análoga, podendo ser sectoriais ou intersectoriais (quando se enquadram em mais do que um sector produtivo) (IEFP: Glossário tecnológico, 2012). No âmbito da análise do Censo 2010, considerou-se como *proxy* de *família profissional*, o conceito de “**área de formação**” para designar a especialidade académica, ou seja, o tipo de formação que a pessoa tem (Manual de Agente recenseador, 2010:126).

Abandono escolar

Segundo a UNESCO uma criança que, estando ainda em idade escolar obrigatória, não estava escolarizada no momento do recenseamento mas, que tenha frequentado um nível de instrução (mesmo que seja o mais básico/baixo), é considerada como uma criança que abandonou a escola (UNESCO, CEPED,1999:11). Trata-se de uma definição de âmbito lato, pois da maneira como o conceito de abandono escolar é construído e adoptado para esta análise, os motivos da não frequência de um estabelecimento de ensino são irrelevantes.

Consciente que esta definição não é exaustiva, ela funcionará como uma *proxy* do **abandono escolar**, para o qual a definição é complexa. Porque, por exemplo, se a criança pretende regressar a escola nos próximos anos, é considerado irrelevante para a definição adoptada.

O Ministério da Educação de Cabo Verde considera o abandono no sentido “restrito”, referindo-se estritamente ao abandono escolar no ano escolar em curso. Ou seja, para o MED o “abandono escolar” é quando uma criança, que, em idade escolar, estava matriculado para iniciar as aulas mas que efectivamente não chegaram a frequentar um estabelecimento de ensino por diferentes razões (Anuário Estatístico 2010/2011:18).

⁴ International Standard Classification of Education (UNESCO, ISCED, 1997) com uma revisão em 2011: <http://www.uis.unesco.org/Education/Pages/international-standard-classification-of-education.aspx>

No âmbito, desta análise adoptou-se a definição do **abandono escolar**, tal como proposto pela UNESCO ou seja: a situação da não frequência de um estabelecimento de ensino no caso de qualquer pessoa em **idade escolar obrigatória** (considerada aqui de 6 a 12 anos com tolerância até 14 anos) que satisfizesse simultaneamente as duas condições seguintes:

- **Saída de escola:** ter frequentado o nível de ensino básico, ou secundário mas que no momento de Censo 2010, já não frequentava qualquer um desses níveis, nem no ensino público, nem no privado. Esta situação é identificada a partir da questão “PI-25: (Nome) está a frequentar ou alguma vez já frequentou um estabelecimento de ensino?” Em que a resposta seria “Sim, frequentou, mas já não frequenta” no momento do censo.
- **Não conclusão do nível:** não ter concluído o nível, ou seja o último ano/classe do nível que frequentou, independentemente dos motivos. Assim considerado, isto significa que uma criança que tenha saído da escola (não estava a frequentar no momento do recenseamento), mas que tenha concluído o último ano da escolarização obrigatória (neste caso a 6ª classe), ou o último ano do secundário se alargarmos a definição aos alunos do secundário, não estará, no âmbito da definição, a ser considerada como “abandono escolar”, independentemente de motivos e do que possa vir a acontecer depois à criança.

Portanto o “abandono escolar” assim concebido dará, naturalmente, as taxas de abandono inferiores ao que se encontraria ao utilizar o “abandono escolar” para o caso mais geral: qualquer pessoa que alguma vez frequentou um nível de ensino e que não estava a frequentar, no momento, independentemente de motivos, do ano/classe em que a pessoa “deixou” de estudar. Assim, no âmbito deste relatório, a proporção de crianças que abandonou a escola pode ser aproximada dividindo o número de crianças nestas situações pelo número total de crianças escolarizadas, quer esteja ou não a frequentar um estabelecimento de ensino no momento do censo. A definição que ora se apresenta foi calculada para a escolarização obrigatória, podendo ser alargada para o grupo de 6 a 24 anos.

Taxa de Abandono Escolar durante no grupo 6 a 14 anos, segundo CEPED (1999:11)

$$T.AB.E_x^t = \frac{AB_x^t}{P_x^t} \times 100$$

Em que:

$T.AB.E_x^t$: Designa a Taxa de Abandono Escolar no grupo de idade x, para o ano de referência t. AB_x^t : Designa a população que abandonou a escolarização obrigatória no ano de referência t. P_x^t : Designa a população escolarizada no ano de referência t.

Exemplo: x corresponde, portanto, ao grupo de (6 a14) anos.

Precocidade e atraso no ensino: distorção (desajuste) entre o nível de instrução e idade

No âmbito desta análise considera-se ainda o conceito de **precocidade no ensino**, quando existam crianças que, mesmo não tendo idade legal para um nível de ensino, estão efectivamente a frequentar esse nível. Considera-se igualmente o conceito de **atraso escolar no ensino**, que se manifesta pela distorção (desajuste) entre o nível escolar em que a criança deveria estar, tendo em conta o sistema de ensino vigente e a sua idade, em comparação com o nível que efectivamente frequenta. Por exemplo, uma criança de 6 a 11 anos que esteja a frequentar um estabelecimento de ensino deve estar, normalmente, no ensino básico e uma de 12 a 17 que esteja a frequentar um estabelecimento de ensino, deve estar, normalmente, no ensino secundário. Assim, se estas crianças estavam a frequentar um nível inferior ao nível em que deveriam estar, considerou-se que elas estão em “atraso escolar” relativamente à sua idade. Isto significa que apesar de existirem crianças com idade superior à idade legal para um determinado nível de ensino, estavam efectivamente a frequentar esse nível.

Utilizou-se ainda o seguinte procedimento: uma criança de 6 anos deve estar, normalmente, no 1º ano; aos 7 anos deve estar, normalmente, no 2º ano; aos 8 anos deve estar, normalmente, no 3º ano; e assim sucessivamente. Generalizando a fórmula, o indicador referente ao atraso escolar deve ser calculado indicando que a idade das crianças deve ser igual à classe frequentada (convertida em número inteiro indo de 1,2,3...) mais 6 anos (considerado como a duração, normal do nível). Esta fórmula pode ser traduzida na seguinte regra: *“Todas as crianças para as quais a idade, no momento do inquérito, seja superior à classe mais 6 anos, estariam em atraso escolar”*. Após a realização deste exercício observou-se que, globalmente, os resultados foram semelhantes e, por isso, optou-se pelo primeiro procedimento.

Os conceitos e definições acima descritos constituem o conjunto fundamental ao qual se recorre ao longo deste relatório. No entanto, pode se recorrer pontualmente, no momento de análise, a alguns conceitos e definições não estão definidos nesta secção. Se isto acontecer, estes conceitos serão definidos no momento da análise, sempre no intuito de auxiliar a interpretação e compreensão dos dados ou indicadores.

2.1.2. Dados e métodos de análise

A análise do tema “Educação-2010” aproveita as potencialidades dos micros-dados do Censo 2010 para analisar e disponibilizar um conjunto de indicadores e informações relativamente à composição da população segundo a escolarização, nível de instrução, a área de formação, entre outros, que se espera sejam de extrema importância para desencadear outras pesquisas e para planear políticas públicas, nomeadamente as relacionadas com a educação.

Destes micro-dados utilizaram-se as seguintes **variáveis originais**⁵, segundo o tópico de análise:

✓ **Escolarização e frequência escolar**

- *A variável chave é a “Frequência escolar”.* Ela é derivada a partir da questão “PI-25: (Nome) está a frequentar ou alguma vez já frequentou um estabelecimento de ensino?”. Esta variável foi observada segundo quatro modalidades de respostas mutuamente exclusivas:

- ✓ 1) Sim, está a frequentar um estabelecimento de ensino Público; 2) Sim, está a frequentar um estabelecimento de ensino privado; 3) Sim, frequentou, mas já não frequenta; 4) Nunca frequentou.

✓ **Alfabetismo/analfabetismo**

- *A variável chave é “Alfabetismo”.* Ela é derivada a partir da questão “PI-24: (Nome) sabe ler e escrever?”. Esta variável foi observada segundo duas modalidades de respostas mutuamente exclusivas:

- ✓ 1) Sim, sabe ler e escrever; 2) Não sabe ler nem escrever

✓ **Nível e ano de estudo**

- *A variável chave é “Nível de instrução”.* Ela é derivada a partir da questão “PI-26: Qual o nível de ensino que (Nome) frequenta ou frequentou?”. Esta variável foi observada segundo 12 modalidades de respostas mutuamente exclusivas:

- ✓ 1) Pré-escolar; 2) Alfabetização; 3) Ensino Básico; 4) Ensino secundário via geral; 5) Ensino secundário via técnica (até 1994); 6) Ensino secundário via técnica (de 1994 a 2004); 7) Ensino secundário via técnica (a partir de 2004); 8) Curso médio; 9) Bacharelato; 10) Licenciatura; 11) Mestrado e 12) Doutoramento.

✓ **Posse de um curso completo e área de formação**

- **Posse de um curso:** *a variável chave é “Posse de um curso completo”.* Ela é derivada a partir da questão “PI-28: (Nome) possui um curso completo (Bacharelato, Médio,

⁵ Para informações mais detalhadas, incluindo as definições e considerações das modalidades de respostas às questões, deve-se consultar o Manual de Agente Recenseador do Censo 2010 (INE-CV: Manual de agente recenseador, 2010:119 a 127).

Licenciatura, Mestrado ou Doutoramento)?”. Esta variável foi observada segundo duas modalidades de respostas mutuamente exclusivas,

✓ 1) Sim; 2) Não

- Relativamente a **área de formação**: a *variável chave* é “o nome da área de formação”. Ela é derivada a partir da questão “PI-29: Indique o nome da área de formação iniciando pelo nome do Curso (Bacharelato em...; Curso Médio em...; Licenciatura em...; Mestrado em...; ou Doutoramento em...)”

Variáveis derivadas gerais

Para efeito de análise as variáveis chaves foram cruzadas tanto entre elas e/ou com outras variáveis seleccionadas, para derivar novas variáveis de interesse para a análise ou, mesmo, para serem analisadas com relação a outras variáveis, nomeadamente: *Sexo, Idade, local e meio de residência, características do representante e tipologia do agregado familiar*, entre outras características de análise.

Variáveis derivadas: Grupos de idade específicos e funcionais

Neste relatório define-se diferentes grupos de idades correspondentes a cada nível de ensino, e alguns grupos de idade específicos para responder alguns objectivos, entre os quais os ODM. Assim, consideram-se os seguintes grupos etários: 3-5 anos, para o pré-escolar, 6-14 anos, para o ensino básico, e 15-24 anos, para o nível do secundário ou superior. Todavia, outros grupos de idade foram definidos para satisfazer outras necessidades dos planificadores de educação em Cabo Verde, bem como comparar com os resultados de outras fontes de informações estatísticas, nomeadamente: recenseamento, inquéritos e fontes administrativas. Por exemplo, alguns indicadores serão calculados em relação às seguintes faixas etárias: 4-5; 6-11, 12-17. Tendo em conta que a maioria das crianças ingressa no Ensino Básico aos 6 anos, optou-se ainda por derivar, no âmbito desta análise, os seguintes grupos de idade: 6 a 11 anos para o EB, e 12 a 17 anos como idade oficial para a frequência do nível secundário.

2.1.3. Vantagens e limites

Os dados da educação obtidos através, do censo 2010 têm uma vantagem capital, visto que foram obtidos através duma recolha exaustiva de informações, que só é possível com o Recenseamento. Para além destas vantagens maiores, outras podem ainda ser mencionadas, pois estes dados permitem:

- ✓ Fazer uma análise comparativa dos dados com os censos mais recentes: por exemplo, Censo 2000 e Censo 1990, principalmente no que concerne à evolução da taxa de analfabetismo.
- ✓ Estabelecer ainda a comparabilidade internacional dos dados referentes à Educação, uma vez que na elaboração dos documentos de notação, nomeadamente os manuais e os questionários, seguiram-se as recomendações das Nações Unidas para a ronda dos Censos 2010.

No entanto, pode-se também identificar algumas limitações, entre elas, o facto de:

- ✓ Ainda ser possível encontrar duas idades de entrada no EBI (6 e 7 anos) em função das crianças terem ou não frequentado o pré-escolar. Isto justifica a necessidade de tomar uma decisão a respeito destas idades, decidindo claramente a idade oficial. A não decisão cria constrangimentos, sobretudo ao nível de análise.
- ✓ Se considerar que a cobertura da educação pré-escolar varia de uma ilha para outra e, por vezes, mesmo entre os concelhos do país. Sendo assim, é provável que a opção por uma ou outra faixa etária oficial provoque resultados um pouco distorcidos e que poderão influenciar os planos estratégicos no sector educativo. Convém frisar que este nível de ensino não é obrigatório no país e que é assegurado em grande parte pelas Câmaras Municipais.
- ✓ O EB actual continua a ter 6 anos quando antes de 1990 estava dividido em dois ciclos: Ensino Básico Elementar (EBE) e Ensino Básico Complementar (EBC), cada um com a duração de 2 anos;
- ✓ Os Censos serem realizados em meados de Junho. O que corresponde ao momento e, neste momento em que muito provavelmente, alguns anos/classe do ano lectivo 2009/2010 já teriam terminado, enquanto outros níveis só terminariam em Julho. Por conseguinte, a mensuração da variável “*Conclusão do último ano lectivo*” derivada a partir da questão “PI-27 (Nome) conclui o último ano que frequentou?” teria diferença de tratamento no mesmo ano. E ainda, salienta-se que no questionário não se distinguiu explicitamente a instrução geral da instrução técnica/profissional, devido essencialmente à ausência de uma nomenclatura sobre as famílias de profissão.

2.1.4. Método e nível de análise

Esta análise será guiada *pelo método exploratório e descritivo* onde se determina e se interpreta algumas medidas descritivas elementares: univariada, bivariada e, por vezes, multivariada (quadros de dupla e de múltipla entrada) sobre as principais variáveis seleccionadas para a análise. Procura-se ter uma boa visão dos dados por forma a fornecer

uma imagem simples e dar uma interpretação adequada, principalmente sobre a intensidade dos fenómenos e, também, sobre a variabilidade *versus* homogeneidade entre as pessoas, entre as variáveis e entre as categorias. Neste relatório também se utiliza o *método comparativo* para avaliar a evolução no tempo e no espaço, com base na análise de alguns indicadores a fim de dar um panorama evolutivo do fenómeno em análise.

O *nível de análise* dos indicadores propostos para este relatório será, usualmente do geral para o particular, do tipo “*top-down*”, desagregados geralmente da seguinte maneira: nível nacional por sexo; meio de residência por sexo; concelho urbano/rural por sexo. E, quando se quer mostrar a intensidade do fenómeno, introduz-se a desagregação idade/grupo de idades.

2.1.5. Qualidade de dados

A elaboração de documentos metodológicos de melhor qualidade, acompanhada de um aperfeiçoamento das técnicas de formação dos agentes de terrenos, das técnicas de inquirição, assim como a mudança de instrumentos de recolha - do formato papel para o formato digital, aproveitando as tecnologias e potencialidades do PDA (*Personal Digital Assistant*) e das suas ferramentas, permitiram, entre aspectos, aumentar a qualidade dos dados recolhidos no âmbito do Censo 2010. Com efeito, introduziram-se mais e melhores procedimentos de controlo e de coerência interna dos dados, que permitiram identificar os principais erros, principalmente no momento de recolha e codificação dos dados.

Os primeiros apuramentos gerais das variáveis referentes ao alfabetismo e às demais variáveis de interesse neste relatório foram feitos graças a uma análise minuciosa das mesmas e combinando-as, por forma a estarem em concordância lógica. Procedeu-se ainda à análise da coerência externa dos dados, fundamentalmente através da comparação com outras fontes, para além do próprio recenseamento.

2.1.5.1. Apuramentos vs. Diferença entre efectivos

No âmbito do censo 2010 fez-se um apuramento geral dos dados a fim de verificar a consistência e coerência interna com relação a diferentes temas de e fenómenos sujeitos à análise. Contudo, devido aos apuramentos específicos realizados pontualmente em cada tema, alguns efectivos totais podem não estar iguais em diferentes temas analisados. Por esta situação pedimos alguma prudência e compressão caso isso venha a acontecer. Contudo, se eventualmente acontecer em alguns temas esta diferença será mínima que não afectará nem o nível, nem tendência e, nem o perfil dos fenómenos analisados.

Análise da variável que observa o “Alfabetismo”

A Tabela 1 apresenta os dados brutos e apurados (em valor e em percentagem) a fim de aferir sobre a qualidade dos dados referentes à variável alfabetismo.

Tabela 1: Dados brutos e apurados (absoluto e %), segundo a composição da população de 6 anos ou mais em relação ao alfabetismo, Cabo Verde, 2010.

Alfabetismo	Dados Brutos		Dados apurados*		Diferença	
	Efectivos	%	Efectivos	%	Efectivos	%
Sabe ler e escrever	356 485	82,7	356 833	82,8	348	0,08
Não sabe ler nem escrever	73 939	17,2	73 606	17,1	-333	-0,08
Não sabe/Não responde	584	0,1	569	0,1	-15	0,00
Total	431 008	100,0	431 008	100,0	0	0,00

Fonte: INE-CV, Recenseamento Geral da População e Habitação, 2010

Nota *: Refere-se aos primeiros apuramentos. Se não se mencionar o contrário considera-se como apuramentos definitivos.

Da análise da diferença (última coluna) da Tabela 1, verifica-se que os apuramentos efectuados aos dados referentes ao alfabetismo, praticamente não trouxeram melhorias. O que evidencia a elevada qualidade dos dados recolhidos.

Análise da variável que observa a “Frequência escolar”

Relativamente à variável *frequência escolar* a Tabela 2 indica que a estrutura entre os dados brutos e os dados apurados manteve-se praticamente a mesma. Observa-se ainda que, em termos percentuais, as maiores diferenças ocorreram na categoria “nunca frequentou” um estabelecimento de ensino ou na categoria “não sabe ou não responde”. Com efeito, verifica-se que durante o apuramento houve praticamente uma “troca” de efectivos entre as duas modalidades sem afectar, globalmente, a estrutura dos dados. Esta diferença é de 1762 casos que em termos percentuais não chega a 0,01%. Desta forma, pode-se concluir sobre a qualidade de dados referentes à escolarização/frequência escolar.

Tabela 2: Dados brutos e apurados (absoluto e %), sobre a população de 3 anos ou mais, em relação à frequência escolar, Cabo Verde, 2010

Frequência escolar	Dados Brutos		Dados apurados*		Diferença	
	Efectivos	%	Efectivos	%	Efectivos	%
Sim, esta frequentar ensino Público	170 568	36,9	170 516	36,9	-52	-0,01
Sim, esta frequentar ensino Privado	15 178	3,3	15 173	3,3	-5	0,00
Sim, já frequentou, mas agora não	215 490	46,6	215 551	46,7	61	0,01
Nunca frequentou	57 905	12,5	59 663	12,9	1 758	0,38
Não sabe/não responde	2 820	0,6	1 058	0,2	-1 762	-0,38
Total	461 961	100	461 961	100	0	0,00

Fonte: INE-CV, Recenseamento Geral da População e Habitação, 2010

Nota *: Refere-se aos primeiros apuramentos. Se não se mencionar o contrário considera-se como apuramentos definitivos.

Análise da variável que observa o “Nível de instrução”

No que tange à variável *nível de instrução e de estudo*, a Tabela 3 permite também aferir sobre a qualidade dos dados relativos a esta variável. Com efeito, verifica-se que na variável “nível de instrução” foram imputados 104 casos referentes ao nível pré-escolar e 28 referentes ao nível básico. As maiores diferenças foram registadas quando se introduziu a categoria “Sem Nível” no apuramento. Estas correcções correspondem à categoria “nunca frequentou” que só foi possível graças à recodificação dos casos que apareciam nas duas categorias⁶: “não aplicável” e “valores em falta” (*missing*) na variável original referente ao *nível e instrução*. Esta recodificação foi possível recorrendo à variável *frequência escolar*.

⁶ A categoria “*não aplicável*” refere-se aos casos em que uma determinada variável não é observada por alguma razão. Por exemplo, porque a pessoa não tem idade compatível, ou por outros critérios de filtro ou ainda por razão lógica. Exemplo: A quem responder “nunca frequentou” na variável “frequência escolar” não se pergunta o nível de instrução. Por conseguinte, na variável nível de instrução cria-se esta categoria para estes casos. Os casos de “*missing*” ou “valores em falta”, referem-se às situações em que a variável deve ser observada, mas que por esquecimento do inquiridor, ou por vezes porque o entrevistado se recusou a responder, a variável fica sem observação.

Tabela 3: Dados brutos e apurados (absoluto e %), sobre a população de 3 anos ou mais segundo nível de instrução, Cabo Verde, 2010

Nível de ensino	Dados Brutos		Dados apurados*		Diferença	
	Efectivos	%	Efectivos	%	Efectivos	%
Sem Nível (nunca frequentou)	0	0,0	59 663	12,9	59 663	12,9
Pré-escolar	21 179	4,6	21 283	4,6	104	0,0
Alfabetização	7 698	1,7	7 698	1,7	0	0,0
Ensino Básico	198 426	43,0	198 454	43,0	28	0,0
Ensino secundário	144 188	31,2	144 188	31,2	0	0,0
Via geral	137 516	29,8	137 516	29,8	0	0,0
Via técnica (até 1994)	2 159	0,5	2 159	0,5	0	0,0
Via técnica (1994 a 2004)	2 084	0,5	2 084	0,5	0	0,0
Via técnica (após 2004)	2 429	0,5	2 429	0,5	0	0,0
Curso médio	4 664	1,0	4 664	1,0	0	0,0
Bacharelato	2 957	0,6	2 957	0,6	0	0,0
Licenciatura	18 486	4,0	18 486	4,0	0	0,0
Mestrado	1 643	0,4	1 643	0,4	0	0,0
Doutoramento	345	0,1	345	0,1	0	0,0
Não sabe o nível	1 001	0,2	2 580	0,6	1 579	0,3
Não aplicável ou <i>missing</i>	61 374	13,3	0	0,0	- 61 374	- 13,3
Total de 3 anos ou +	461 961	100,0	461 961	100,0	0	0,0

Fonte: INE-CV, Recenseamento Geral da População e Habitação, 2010

Nota *: Refere-se aos primeiros apuramentos. Se não se mencionar o contrário considera-se como apuramentos definitivos

O dados das tabelas 1, 2 e 3 permitem avaliar a qualidade global dos dados de educação referentes às três variáveis fundamentais para este relatório, a saber: *frequência escolar*, *alfabetismo* e *nível de instrução*. No entanto para esta análise, em particular, ainda se procedeu a alguns apuramentos com fins analíticos, analisando especificamente a categoria “não sabe ou não responde” de todas as variáveis em análise. Infelizmente, os detalhes do processo de apuramento das principais variáveis de análise não fazem parte do objecto da análise neste relatório. A caracterização da estrutura da população escolar de 3 anos ou mais, segundo estas variáveis, conjuntamente com outras características seleccionadas para este relatório, fazem parte integrante dos próximos capítulos.

CAPITULO III: FREQUÊNCIA ESCOLAR E ESCOLARIZAÇÃO

No contexto em que a escolarização de base para todos está praticamente assegurada (justificada com uma taxa líquida de escolarização que rondava os 83% em 2000), este capítulo reveste-se de uma extrema importância na medida em que:

- 1) Permite caracterizar a variação dos indicadores que sintetizam a frequência e a escolarização, segundo algumas características que do ponto de vista escolar, podem ser consideradas como “determinantes familiares” da escolarização, tanto ao nível individual como familiar (UNESCO, 2009:8);
- 2) Permite apreciar os ganhos evolutivos em matéria de frequência escolar e da escolarização em Cabo Verde de 2000 a 2010. Neste ponto analisa-se primeiro a frequência escolar e em seguida analisa-se a intensidade dos principais indicadores

PARTE I: FREQUÊNCIA ESCOLAR: VOLUME E ESTRUTURA

Neta parte vai-se caracterizar a estrutura da população de 3 anos ou mais residentes em Cabo Verde segundo a frequência escolar e ilustrar a variação dessa estrutura segundo algumas características seleccionadas, por exemplo o sexo e a idade.

3.1.1. Frequência escolar: estrutura por sexo e a nível nacional

A análise da Tabela 4 permite apreciar a diferença na estrutura escolar por sexo. Esta diferença será evidenciada através da Relação de Feminidade (RF). O objectivo principal é de quantificar a diferença entre os sexos em cada uma das categorias da variável “frequência escolar” no momento de censo. O RF é calculado na sua forma mais simples da seguinte

maneira. $RF = \frac{M}{H}$. O resultado será comparado com a unidade, indicando um simples rácio

(quociente) entre a proporção de pessoas do sexo feminino com o atributo pretendido (ex: “ a frequentar um estabelecimento de ensino”) representada pela letra (M) e, a proporção de homens com o mesmo atributo representada pela letra (H). O valor de uma unidade significa uma igualdade percentual (representando “uma perfeita” paridade) entre os sexos; um valor inferior à unidade significa que a percentagem das mulheres é relativamente inferior à percentagem dos homens e, quando o valor é superior à unidade, indicará a situação inversa.

Tabela 4: População de 3 anos ou mais, distribuída (em efectivo e em %) segundo sexo por frequência escolar, Cabo Verde, 2010.

Frequência escolar	Sexo				Total	RF	Ambos os sexos	
	Masculino		Feminino				Total	%
	Efectivo	%	Efectivo	%			Efectivo	%
A frequentar	86 374	48,7	90 858	51,3	100	1,05	177 232	38,4
Já não frequenta	120 331	53,7	103 677	46,3	100	0,86	224 008	48,5
Nunca frequentou	21 255	35,6	38 408	64,4	100	1,81	59 663	12,9
NS/NR	557	52,6	501	47,4	100	0,90	1 058	0,2
Total de 3 anos ou+	228 517	49,5	233 444	50,5	100	1,02	461 961*	100,0

Fonte: INE-CV, Recenseamento Geral da População e Habitação, 2010

Nota: Se o total não perfazer 100%, é devido, exclusivamente, aos arredondamentos.

RF: Designa a relação de Feminidade.

* Se se restringir a análise à população residentes nos agregados familiares ordinários⁷, este total reduzirá para 458 362 com uma diferença de 3 599 indivíduos.

De acordo com esta tabela, verifica-se que em 2010, havia um total de 461 961 pessoas de 3 anos ou mais residentes em Cabo Verde. Deste total, 283 671 (cerca de 61%) declararam que não frequentava qualquer estabelecimento de ensino; sendo 224 008 (48,8 %) declararam que “já não frequentava” um estabelecimento de ensino e, uma proporção relativamente importante correspondendo a cerca de 13% do total (ou seja, 59 663 pessoas) declararam que “nunca frequentaram” um estabelecimento de ensino. Recorde-se que a categoria dos que “já não frequentava” qualquer estabelecimento de ensino inclui os que abandonaram a escola independentemente dos motivos, os que já “terminaram” os estudos por terem concluído e os que não frequentavam qualquer estabelecimento de ensino por se encontrarem, no momento de censo, de férias das aulas do corrente ano lectivo. Contudo, dado que o RGPH-2010 decorreu de 15 a 30 de Junho, pode-se deduzir que a grande maioria eram pessoas que, efectivamente, já não frequentavam o ensino e forte provavelmente por terem concluído ou por terem abandonado.

Analisando a repartição por sexo no seio dos residentes de 3 anos ou mais, constata-se que há um relativo equilíbrio entre os sexos. Dito de outro modo, verifica-se que do total de pessoas de 3 anos ou mais, 49,5% (representando 228 517) eram do sexo masculino e 50,5% (representando 233 444) eram do sexo feminino (Tabela 4).

⁷ Ver o tema “Condições de vida dos agregados familiares.

Quanto à repartição de indivíduos de 3 anos ou mais por cada uma das categorias de “frequência escolar”, nota-se uma clara discrepância em relação à variável sexo, traduzida em: i) uma ligeira predominância de mulheres que estavam “a frequentar” um estabelecimento de ensino comparando com os homens (RF de 1,02); ii) numa ligeira predominância de homens que “já não frequentavam” um estabelecimento de ensino no momento do censo, comparando com as mulheres (RF de 0,86); e iii) numa grande predominância de mulheres que “nunca frequentaram” um estabelecimento de ensino comparando com os homens (RF de 1,81). Esta diferença significa que o efectivo de mulheres de 3 anos ou mais que “nunca frequentaram” qualquer estabelecimento de ensino é cerca de 81% superior ao dos homens nas mesmas condições.

3.1.2. Frequência escolar: estrutura por meio de residência e por sexo

A Tabela 5 ilustra a diferença na estrutura da população de 3 anos ou mais em relação à frequência escolar, diferenciando-a por meio de residência e sexo.

Tabela 5: População de 3 anos ou mais (em efectivo e em %) por meio de residência e frequência, segundo sexo, Cabo Verde, 2010

Frequência escolar	Sexo				Total %	RF	Ambos	
	Masculino		Feminino				Total	%
	Efectivo	%	Efectivo	%			Efectivo	%
Urbano: 3 anos ou mais	141 826	49,8	143 223	50,2	100	1,01	285 049	100
A frequentar	51 897	48,3	55 828	51,7	100	1,07	107 725	37,8
Já não frequenta	79 044	53,6	68 725	46,4	100	0,87	147 769	51,8
Nunca frequentou	10 535	36,4	18 374	63,6	100	1,75	28 909	10,1
Não sabe/Não responde	350	54,2	296	45,8	100	0,85	646	0,2
Rural: 3 anos ou mais	86 691	49,0	90 221	51,0	100	1,04	176 912	100
A frequentar	34 477	49,7	35 030	50,3	100	1,01	69 507	39,3
Já não frequenta	41 287	54,2	34 952	45,8	100	0,85	76 239	43,1
Nunca frequentou	10 720	34,9	20 034	65,1	100	1,87	30 754	17,4
Não sabe/Não responde	207	50,2	205	49,8	100	0,99	412	0,2
Total de 3 anos ou+	228 517	49,5	233 444	50,5	100	1,02	461 961	100,0

Fonte: INE-CV, Recenseamento Geral da População e Habitação, 2010

Nota: Se o total não perfazer 100%, é devido, exclusivamente, aos arredondamentos. RF: Designa a relação de Feminidade.

Da análise da Tabela 5 constata-se que, em 2010, havia, em termos gerais, 285 049 pessoas de 3 anos ou mais a residir no meio urbano, enquanto, o meio rural albergava as restantes 176 912 pessoas. Isto significa que, em termos globais, em cada 100 pessoas de 3 anos ou mais residentes no país, 62 residem no meio urbano, e 38 residem no meio rural.

Quando se analisa a estrutura global da população de 3 anos ou mais segundo as categorias de frequência escolar, independentemente do sexo, verifica-se que proporcionalmente aos meios de residência: i) a percentagem de pessoas a frequentar um estabelecimento de ensino é ligeiramente superior no meio rural (39 %) comparativamente ao meio urbano (38 %); ii) a percentagem de pessoas no meio urbano que “já não frequentam” um estabelecimento de ensino é claramente superior à das pessoas do meio rural nas mesmas condições (52 % contra 43 % respectivamente); iii) a situação é contrária entre o grupo das pessoas que “nunca frequentaram” um estabelecimento de ensino (cerca de 17 % para os do meio rural e cerca de 1º % no meio urbano).

Ao analisarmos a estrutura por sexo da população de 3 anos ou mais em cada uma das categorias de frequência escolar relativamente aos meios de residência, verifica-se que: i) relativamente à frequência actual de um estabelecimento de ensino a situação de género é mais simétrica no meio rural, comparativamente ao meio urbano. Com efeito, no meio rural regista-se praticamente a paridade de sexo relativamente à frequência actual (RF de 1,01), comparativamente ao meio urbano, em que há maior diferença de género (RF de 1,07); ii) quanto à categoria “já não frequenta” verifica-se que tanto no meio urbano como no meio rural há mais homens que já não frequentam um estabelecimento de ensino comparativamente a mulheres, sendo que a diferença é maior no meio rural (RF de 0,85 contra RF de 0,87 no meio urbano); iii) quando se analisa a diferença de género entre o grupo das pessoas que nunca frequentaram um estabelecimento de ensino, independentemente da idade, observa-se que a diferença é profundamente desfavorável para as mulheres, sendo a situação mais gritante no meio rural que no meio urbano (RF de 1,87 contra RF de 1,75 no meio urbano).

3.1.3. Frequência escolar: estrutura por ilhas/concelho, meio de residência e sexo

A análise da Tabela 6 permite comparar a estrutura (em %) da população de 3 anos ou mais no **meio urbano**, em relação a cada uma das categorias da frequência escolar destacando, dois aspectos: 1) a comparação de ilhas/concelhos relativamente à percentagem por cada sexo; 2) a comparação de ilhas/concelhos relativamente ao equilíbrio v.s desequilíbrio de género através da análise do rácio de Feminidade para mostrar as diferenças segundo o sexo.

Tabela 6: Distribuição (em %) da população de 3 anos ou mais no meio urbano, por ilhas/concelho segundo sexo e frequência escolar, Cabo Verde, 2010.

Frequência escolar	A frequentar			Já não frequenta			Nunca frequentou		
	Masculino	Feminino	RF	Masculino	Feminino	RF	Masculino	Feminino	RF
Cabo Verde: Urban	48,3	51,7	1,07	53,6	46,4	0,86	36,4	63,6	1,74
Santo Antão	48,8	51,2	1,05	56,4	43,6	0,77	39,3	60,7	1,55
<i>Rib. Grande</i>	48,2	51,8	1,08	53,3	46,7	0,88	39,3	60,7	1,54
<i>Paul</i>	52,8	47,2	0,89	59,4	40,6	0,68	39,2	60,8	1,55
<i>Porto Novo</i>	48,5	51,5	1,06	57,9	42,1	0,73	39,3	60,7	1,55
S. Vicente	48,5	51,5	1,06	54,4	45,6	0,84	34,9	65,1	1,86
S.Nicolau	48,7	51,3	1,06	56,2	43,8	0,78	33,9	66,1	1,95
<i>Rib. Brava</i>	50,2	49,8	0,99	53,8	46,2	0,86	27,2	72,8	2,68
<i>Tarr. S. N</i>	48,0	52,0	1,09	57,7	42,3	0,73	35,6	64,4	1,81
Sal	48,6	51,4	1,06	57,3	42,7	0,75	45,4	54,6	1,20
Boavista	50,5	49,5	0,98	62,5	37,5	0,60	50,7	49,3	0,97
Maio	45,9	54,1	1,18	51,2	48,8	0,95	30,8	69,2	2,24
Santiago	47,9	52,1	1,09	51,8	48,2	0,93	36,1	63,9	1,77
<i>Tarrafal</i>	46,8	53,2	1,14	48,5	51,5	1,06	30,5	69,5	2,28
<i>Sta. Catarina</i>	45,5	54,5	1,20	51,6	48,4	0,94	37,5	62,5	1,66
<i>Santa Cruz</i>	49,5	50,5	1,02	52,5	47,5	0,91	35,6	64,4	1,81
<i>Praia</i>	47,9	52,1	1,09	52,1	47,9	0,92	37,1	62,9	1,70
<i>S. Domingos</i>	49,6	50,4	1,02	49,9	50,1	1,00	25,0	75,0	3,00
<i>Calheta S. M.</i>	48,2	51,8	1,08	49,4	50,6	1,03	28,2	71,8	2,55
<i>S. S.do M.</i>	50,2	49,8	0,99	48,1	51,9	1,08	26,5	73,5	2,78
<i>S. L. Órg.</i>	50,9	49,1	0,96	49,6	50,4	1,02	27,6	72,4	2,63
<i>Rib. Grd. ST</i>	51,7	48,3	0,93	54,5	45,5	0,84	39,4	60,6	1,54
Fogo	51,1	48,9	0,96	52,6	47,4	0,9	33,8	66,2	1,96
<i>Mosteiros</i>	48,6	51,4	1,06	52	48	0,92	32,0	68,0	2,13
<i>S. Filipe</i>	52,2	47,8	0,91	52,7	47,3	0,9	34,7	65,3	1,88
<i>Sat Cat. FG</i>	49,3	50,7	1,03	54,9	45,1	0,82	33,9	66,1	1,95
Brava	50,6	49,4	0,98	51,3	48,7	0,95	31,5	68,5	2,18

Fonte: INE-CV, Recenseamento Geral da População e Habitação, 2010

Esta tabela permite observar que, de um modo geral, o nível de frequência actual de um estabelecimento de ensino nas zonas urbanas nos diferentes concelhos é mais variável entre os homens (de um mínimo de 45,5% em Santa Catarina de Santiago, até um máximo de 52,8% no Paul) comparativamente às mulheres (de um mínimo de 47,2% no Paul até um máximo de 54,5% Santa Catarina de Santiago).

Com efeito, analisando directamente o RF para apreciar o equilíbrio vs. desequilíbrio de género, verifica-se que, globalmente no meio urbano (todos os concelhos juntos), há uma ligeira supremacia das mulheres que “frequentam actualmente” um estabelecimento de ensino comparando com os homens. Esta supremacia é avaliada em cerca de 7% (correspondendo a um RF de 1,07). Quando se desagrega a análise por concelhos, ainda no meio urbano, verifica-se que nos concelhos de Ribeira Brava de S.Nicolau, S.Salvador do Mundo e Brava registam-se maiores equilíbrios entre os sexos relativamente à frequência actual de um estabelecimento de ensino (correspondendo a RF de: 0,99; 0,98; 0,99; 0,98 respectivamente). Na zona urbana do concelho de Paúl, é onde se verifica maior desequilíbrio de género (RF é

de 0,89) traduzindo numa situação em que as mulheres estão em clara desvantagem comparadas com os homens relativamente à frequência actual de um nível de ensino. Na zona urbana do concelho de Santa Catarina de Santiago, é o concelho de Cabo Verde onde o desequilíbrio de género é inverso (RF é de 1,20), traduzindo num desequilíbrio de cerca de 20% a mais em favor das mulheres.

Relativamente às pessoas que “já não frequentavam” um estabelecimento de ensino, optou-se por analisar directamente a Relação de Feminidade. Assim, verifica-se que no meio urbano globalmente o RF é de 0,86. Isto indica que a percentagem de homens que já não frequentava o estabelecimento de ensino é claramente superior comparativamente às mulheres. Quando se compara o RF entre os concelhos verifica-se que a proporção de mulheres nesta situação é menor que a dos homens na maior parte dos concelhos. Contudo, a situação inverte-se na zona urbana dos concelhos de São Salvador do Mundo e Tarrafal de Santiago (traduzida numa RF de 1,08 e de 1,06 respectivamente para os dois concelhos). Isto significa que a proporção de mulheres nesta condição é 8% e 6% superior à percentagem de homens na mesma situação respectivamente para os dois concelhos.

A situação das mulheres é bem mais preocupante quando se analisa a percentagem das que “nunca frequentaram” um estabelecimento de ensino tanto ao nível geral como ao nível dos diferentes concelhos. Com efeito, o desequilíbrio de género nesta categoria é de cerca de 74% superior entre as mulheres comparadas com os homens (RF de 1,74).

Ao nível dos concelhos, verifica-se que com excepção da Boa Vista (onde o desequilíbrio é menos pronunciado: RF de 0,97), nos restantes concelhos o desequilíbrio em desfavor das mulheres ocorre com maior intensidade, atingindo cerca de três vezes mais em São Domingos (RF de 3,0).

A Tabela 7 apresenta o mesmo panorama que a situação anterior, mas para as **zonas rurais**. A partir da análise do RF verifica-se que, relativamente à “frequência escolar actual” no meio rural considerando todos os concelhos juntos, praticamente não há desequilíbrio de género. (correspondendo a um RF de 1,01). Contudo, quando se compara desequilíbrio entre de género, entre os diferentes concelhos verifica-se que, apesar de ténue este desequilíbrio existe com maior ou menor intensidade: verificando-se que este desequilíbrio é mais pronunciado em dois Concelhos do País. No Concelho de Tarrafal de São Nicolau (em que o RF é de 0,81) traduzindo uma situação em que as mulheres estão em desvantagens comparadas com os homens e na parte rural do concelho da Praia em que a situação é contrária, mas favorável para as mulheres: o RF é de 1,14.

Tabela 7: Distribuição (em %) da população de 3 anos ou mais no meio rural, por ilhas/concelho segundo sexo e frequência escolar, Cabo Verde, 2010.

Frequência escolar	A frequentar			Já não frequenta			Nunca frequentou		
	Masculino	Feminino	RF	Masculino	Feminino	RF	Masculino	Feminino	RF
Cabo Verde: Rural	49,7	50,3	1,01	54,2	45,8	0,84	34,9	65,1	1,87
Santo Antão	51,1	48,9	0,96	61,0	39,0	0,64	41,5	58,5	1,41
<i>Rib. Grande</i>	51,8	48,2	0,93	60,4	39,6	0,66	39,2	60,8	1,55
<i>Paul</i>	50,1	49,9	1,00	63,5	36,5	0,57	41,0	59,0	1,44
<i>Porto Novo</i>	50,6	49,4	0,98	60,0	40,0	0,67	45,5	54,5	1,20
S. Vicente	49,7	50,3	1,01	57,5	42,5	0,74	44,3	55,7	1,26
S.Nicolau	52,1	47,9	0,92	56,4	43,6	0,77	34,4	65,6	1,91
<i>Rib. Brava</i>	51,4	48,6	0,95	56,2	43,8	0,78	33,7	66,3	1,97
<i>Tarr. S. N</i>	55,2	44,8	0,81	57,1	42,9	0,75	36,5	63,5	1,74
Sal	49,1	50,9	1,04	58,2	41,8	0,72	39,0	61,0	1,56
Boavista	49,6	50,4	1,02	65,9	34,1	0,52	43,0	57,0	1,32
Maio	49,3	50,7	1,03	52,8	47,2	0,89	31,3	68,7	2,20
Santiago	49,1	50,9	1,04	51,2	48,8	0,95	32,4	67,6	2,09
<i>Tarrafal</i>	48,1	51,9	1,08	47,4	52,6	1,11	29,5	70,5	2,39
<i>Sta. Catarina</i>	50,0	50,0	1,00	50,4	49,6	0,98	31,2	68,8	2,21
<i>Santa Cruz</i>	49,7	50,3	1,01	52,3	47,7	0,91	34,4	65,6	1,91
<i>Praia</i>	46,7	53,3	1,14	61,4	38,6	0,63	34,8	65,2	1,87
<i>S. Domingos</i>	48,8	51,2	1,05	52,0	48,0	0,92	37,4	62,6	1,67
<i>Calheta S. M.</i>	47,8	52,2	1,09	48,2	51,8	1,07	29,4	70,6	2,40
<i>S. S.do M.</i>	48,6	51,4	1,06	51,9	48,1	0,93	32,9	67,1	2,04
<i>S. L. Órg.</i>	51,0	49,0	0,96	51,1	48,9	0,96	34,9	65,1	1,86
<i>Rib. Grd. ST</i>	48,7	51,3	1,05	52,5	47,5	0,90	34,2	65,8	1,93
Fogo	50,8	49,2	0,97	52,7	47,3	0,90	34,0	66,0	1,94
<i>Mosteiros</i>	50,7	49,3	0,97	53,8	46,2	0,86	33,2	66,8	2,01
<i>S. Filipe</i>	51,2	48,8	0,95	52,0	48,0	0,92	34,1	65,9	1,93
<i>Sat Cat. FG</i>	49,6	50,4	1,01	53,2	46,8	0,88	34,7	65,3	1,88
Brava	50,4	49,6	0,99	52,1	47,9	0,92	41,2	58,8	1,43

Fonte: INE-CV, Recenseamento Geral da População e Habitação, 2010

Relativamente às pessoas que “nunca frequentaram” um estabelecimento de ensino no meio rural a situação é ainda relativamente mais preocupante em diferentes concelhos. Com efeito, se a proporção média ronda os 65% para as mulheres e 35% para os homens (traduzindo num RF de 1,87), mostrando claramente que proporção de mulheres é claramente superior à dos homens ao nível nacional rural, este desequilíbrio é marcante em todos os concelhos: ocorrendo com maior intensidade no concelho de Calheta de São Miguel (RF de 2,40) e menor intensidade no concelho de Porto Novo (RF de 1,20).

PARTE II- ESCOLARIZAÇÃO: INTENSIDADE/VOLUME

A intensidade da escolarização será analisada a partir da variável idade, com o propósito de analisar o efeito de idade sobre a educação, mas também porque é através da idade que se delimita os grupos-alvo para cada nível de ensino.

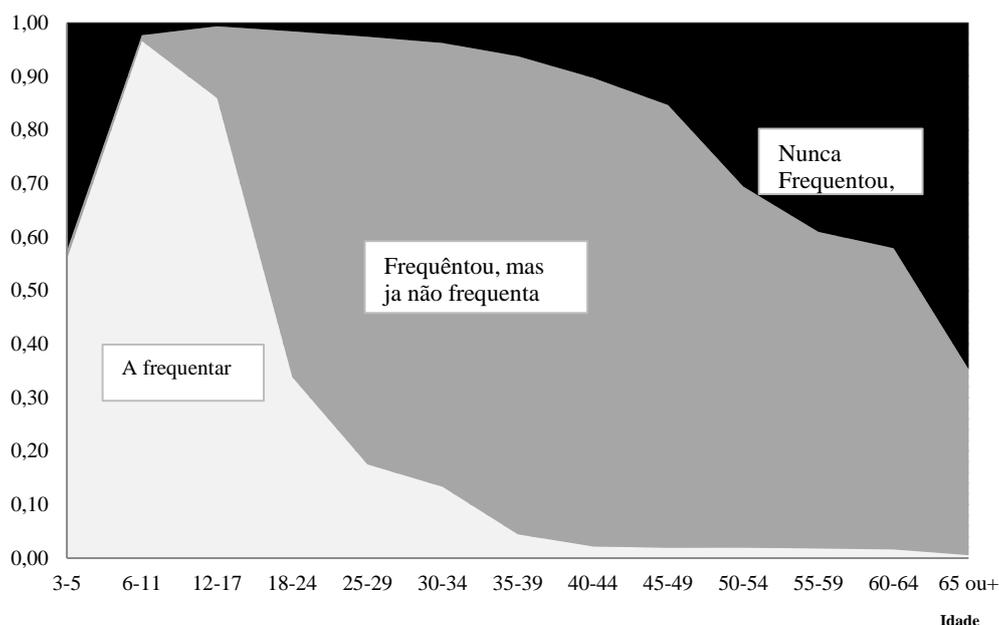
3.2.1. Intensidade/volume por sexo e idade nível nacional

O sexo e a idade são duas variáveis demográficas importantes tanto para a análise da demografia em si, como para análise da demografia escolar. A introdução destas variáveis na análise das estatísticas escolares possibilita a análise do sistema em geral e possibilita ainda a análise dos eventos escolares tanto do ponto de vista da sua dinâmica (fluxo) como do ponto de vista qualitativo, procurando encontrar, por exemplo, as causas para o desperdício (ineficiência) escolar.

3.2.2. Grupos funcionais de idade: nível nacional

A composição (em %) da população de 3 anos ou mais segundo as categorias de frequência escolar, por grupos etários, pode ser vista como a primeira medida que reflecte a *intensidade da escolarização segundo a idade*. A análise da intensidade de escolarização será complementada e detalhada nos próximos tópicos.

Gráfico 1: Composição (em %) da população de 3 anos ou mais segundo a frequência escolar, por grupos etários, Cabo Verde, 2010



Fonte: Fonte: INE-CV, Recenseamento Geral da População e Habitação, 2010

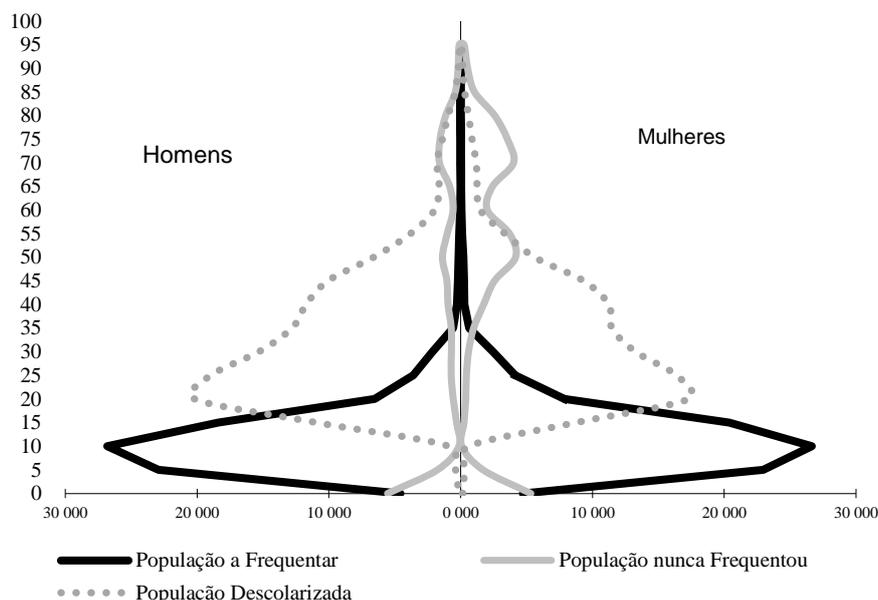
Gráfico 1 ilustra o panorama geral relativamente à proporção (intensidade) de frequência escolar dentro de cada grupo etário. A leitura deste tipo de gráfico faz-se pela interpretação da “área ou superfície”. Assim, constata-se o seguinte:

- O efeito da escolarização de massa, ilustrada pela forte intensidade de frequência escolar na faixa etária correspondente à escolarização obrigatória de 6 a 11 com tolerância até aos 14 anos. Relativamente a este grupo (6-11 anos), que é susceptível de estar no Ensino Básico, verifica-se que a cobertura é de pelo menos 96%. Contrariamente, no grupo de idade susceptível de estar no Ensino Secundário (12-17 anos) a intensidade na escolarização reduz-se para cerca de 86 %.
- O gráfico mostra ainda uma proporção considerável de pessoas com 25 anos ou mais que frequentavam um estabelecimento de ensino mas que já não frequentavam nenhum estabelecimento de ensino no momento de recenseamento. Sob a hipótese de que uma porção importante de pessoas de 25 anos ou mais já “terminaram” os estudos, isto pode mostrar um potencial considerável de pessoas que constituem mão-de-obra produtiva. Outrossim, observando-se que na faixa etária de 25 a 40 anos, concentra a maior parte desta população isto pode ilustrar também o ganho em educação na geração pós-independência.
- O efeito de geração sobre a educação é evidenciado no Gráfico 3, pela maior concentração de pessoas que nunca frequentaram um estabelecimento de ensino nas idades mais avançadas.
- Salienta-se ainda que há uma percentagem não negligenciável de crianças de 3 a 5 anos que nunca frequentaram um estabelecimento de ensino, embora possa ser relativizado pelo facto de nesta faixa etária não ser obrigatório a frequência escolar.

3.2.3. Intensidade/volume por sexo e idade ao nível nacional: Pirâmide de idades

O Gráfico 2 mostra, ao nível nacional, três pirâmides de idade escolares sobrepostas, referentes ao ano 2010, comparadas entre si. Com esta sobreposição pretende-se mostrar a variação dos efectivos de cada grupo etário, incorporando a componente género e em cada uma das três subpopulações, a saber: 1) os que estavam a frequentar; 2) os que nunca frequentaram e, 3) os que já não frequentavam a escola no momento do Censo 2010. A análise às pirâmides pode parecer repetitiva relativamente à análise anterior. Mas, em muitos casos, pode ajudar e complementar a análise anterior.

Gráfico 2: Pirâmide de idades da população, a frequentar, já não frequenta e nunca frequentou, Cabo Verde, 2010.



Da análise do Gráfico 2 “Pirâmide sobreposta” constata-se, de entre outros factos, os seguintes:

- O padrão geral da estrutura escolar é caracterizado por: 1) uma escolarização relativamente recente (uma grande concentração da população jovem a frequentar um estabelecimento de ensino com predominância nas idades que caracteriza a escolarização obrigatória); 2) a população que não estava a frequentar um estabelecimento de ensino concentrar-se mais nas idades intermédias- com maior aumento a partir dos 10 aos 20 aos anos forte provavelmente devido ao abandono escolar; 3) uma população sem instrução a concentrar-se mais nas idades mais avançadas com reflexos claros das “sequelas” dos acontecimentos nefastos da década 40 pra as pessoas que tinham, em 2010, cerca de 60 a 70 anos.
- Quando se compara o perfil escolar por sexo constata-se que este perfil é mais equilibrado entre os sexos na população escolarizada (a frequentar um estabelecimento de ensino no momento do Censo) comparativamente às outras duas estruturas (nunca frequentou ou a população descolarizada). Com efeito, observa-se que nos dois primeiros grupos de idade a população descolarizada (já não frequentam um estabelecimento de ensino) do sexo masculino é maior que a do sexo feminino.
- Verifica-se que a variação da proporção de pessoas descolarizada nos restantes grupos etários decresce regularmente tanto nos homens como nas mulheres, devido a

vários factores, entre os quais o envelhecimento da população e a consequente “saída” natural da escola.

- Se frequentemente se considera a idade mínima de 25 anos para se “terminar” os estudos, verifica-se que em Cabo Verde perto de 22 % da população 18 a 24 anos, “não estava a frequentar” qualquer estabelecimento de ensino no momento de censo.
- As pessoas das gerações dos anos 30 a 40 (pessoas com 70 a 80 anos em 2010) parece ser particularmente afectadas pela não escolarização, com maior impacto nas mulheres.

Os próximos tópicos trazem mais elementos que ajudam a completar a análise feita a partir do Gráfico 2, quando se incorpora na análise outras dimensões como o **meio de residência**, concelhos e indicadores sintéticos que avaliam a intensidade da escolarização.

3.2.4. Intensidade escolar por grupos funcionais e sexo por meio de residência.

A análise das Tabelas 8 e 9 permite complementar as informações do gráfico anterior mas também permite analisar o equilíbrio vs. desequilíbrio em relação ao sexo, colocando ênfase na frequência actual comparada com as demais categorias de frequência escolar, em diferentes grupos etários. É de salientar que se vai privilegiar a análise em alguns grupos funcionais.

3.2.4.1. Análise da intensidade escolar no meio urbano

A Tabela 8 ilustra a proporção de pessoas de 3 anos ou mais no **meio urbano**, nos diferentes grupos de idade considerados, destacando a intensidade da frequência por sexo.

Relativamente à “frequência actual” de um estabelecimento de ensino, regista-se maior equilíbrio entre os sexos na faixa etária que correspondente à escolarização obrigatória (6 a 11 com tolerância até aos 14 anos) com RF de 1,01. Relativamente às categorias “já não frequentam” ou a categoria “nunca frequentaram” verifica-se maiores diferenças de género sendo que os Rácios de Feminidade (RF) são todos inferiores à unidade, traduzindo a ideia que há mais rapazes nesta condição que as raparigas. Esta desigualdade é mais pronunciada entre os indivíduos que “já não frequentavam” um estabelecimento de ensino no momento do RGPH-2010. A faixa etária de 18 a 24 anos parece ser onde há maior assimetria relativamente à frequência escolar, correspondendo a um RF de 1,23 ou seja, no meio urbano a percentagem de raparigas nesta faixa etária a frequentar um estabelecimento de ensino é cerca de 23% superior comparando à dos homens na mesma faixa etária.

Tabela 8: População de 3 anos ou mais residentes no meio urbano (em %), segundo sexo por grupos específicos e grupos funcionais de idade, a frequência escolar Cabo Verde, 2010

Grupos específicos e funcionais de idade	A frequentar			Já não frequenta			Nunca frequentou		
	M	F	RF	M	F	RF	M	F	RF
Cabo verde: Urbano	48,3	51,7	1,0	53,6	46,4	0,86	36,4	63,	1,74
Grupo etário (i)									
Total 3 anos ou +	48,3	51,7	1,0	53,6	46,4	0,86	36,4	63,	1,74
3-5	49,5	50,5	1,0	49,0	51,0	1,04	51,0	49,	0,96
6-11	49,9	50,1	1,0	55,7	44,3	0,79	52,5	47,	0,90
12-17	48,5	51,5	1,0	58,5	41,5	0,71	57,7	42,	0,73
18-24	44,9	55,1	1,2	53,5	46,5	0,87	61,8	38,	0,62
25 ou mais	47,3	52,7	1,1	53,5	46,5	0,87	29,0	71,	2,45
Grupo etário (ii)									
Total 6 anos ou mais	48,2	51,8	1,0	53,6	46,4	0,86	31,3	68,	2,2
6-14	49,8	50,2	1,0	59,6	40,4	0,68	53,5	46,	0,87
15-24	46	54,0	1,1	54,0	46,0	0,85	60,4	39,	0,66
25-34	45,5	54,5	1,2	53,3	46,7	0,88	63,0	37,	0,59
35-49	48,3	51,7	1,0	53	47,0	0,89	35,3	64,	1,84
50 ou + mais	51,8	48,2	0,9	54,9	45,1	0,82	23,7	76,	3,22
Grupo etário (iii)									
Total de 25 a 64	47,1	52,9	1,1	53,4	46,6	0,87	32,7	67,	2,06
25-44	46,3	53,7	1,1	53,1	46,9	0,88	49,7	50,	1,01
45-64	50,3	49,7	0,9	54,4	45,6	0,84	24,1	75,	3,14
Grupo etário (iv)									
3 - 14	49,8	50,2	1,0	56,7	43,3	0,76	51,3	48,	0,95
35-44	47,9	52,1	1,0	52,8	47,2	0,89	41,0	59,	1,44
45-49	49,5	50,5	1,0	53,4	46,6	0,87	27,9	72,	2,58
50-64	50,9	49,1	0,9	55,2	44,8	0,81	23,0	77,	3,35
65 ou +	54,0	46,0	0,8	54,4	45,6	0,84	24,2	75,	3,14

Fonte: INE-CV, Recenseamento Geral da População e Habitação, 2010

Nota: M-Masculino; F-Feminino; RF-Relação de Feminidade

No grupo de 15 a 24 anos regista-se uma clara supremacia de mulheres a frequentar um estabelecimento de ensino comparativamente a homens traduzindo num RF de cerca de 17 % superior a favor das meninas. Ainda para o mesmo grupo de idade verifica-se que os Rácios de Feminidade (RF) são todos inferiores à unidade tanto na categoria “já não frequentam” como na categoria “nunca frequentaram”.

3.2.4.2. Intensidade escolar no meio rural

A Tabela 9 ilustra a proporção de pessoas de 3 anos ou mais no meio rural, nos diferentes grupos de idade considerados, destacando a intensidade da frequência por sexo. A análise desta tabela será semelhante à análise feita no ponto anterior.

Tabela 9: População de 3 anos ou mais residentes no meio rural (em %), segundo sexo por grupos específicos e grupos funcionais de idade, a frequência escolar Cabo Verde, 2010

Grupos específicos e funcionais de idade	A frequentar			Já não frequenta			Nunca frequentou		
	M	F	RF	M	F	RF	M	F	RF
Cabo verde: Rural	49,7	50,3	1,01	54,2	45,8	0,84	34,9	65,1	1,87
Grupo etário (i)									
Total 3 anos ou +	49,7	50,3	1,01	54,2	45,8	0,84	34,9	65,1	1,87
3-5	50,1	49,9	1,00	53,6	46,4	0,87	50,3	49,7	0,99
6-11	50,3	49,7	0,99	58,5	41,5	0,71	55,0	45	0,82
12-17	49,5	50,5	1,02	57,1	42,9	0,75	55,7	44,3	0,8
18-24	48,3	51,7	1,07	54,8	45,2	0,83	54,6	45,4	0,83
25 ou mais	49,6	50,4	1,02	53,7	46,3	0,86	30,3	69,7	2,31
Grupo etário (ii)									
Total 6 anos ou mais	49,7	50,3	1,01	54,2	45,8	0,84	31,5	68,5	2,17
6-14	50,3	49,7	0,99	59,0	41,0	0,69	55,2	44,8	0,81
15-24	48,4	51,6	1,07	55,1	44,9	0,81	54,7	45,3	0,83
25-34	49,4	50,6	1,02	54,5	45,5	0,83	50,1	49,9	1,00
35-49	46,9	53,1	1,13	50,7	49,3	0,97	32,4	67,6	2,08
50 ou + mais	55,7	44,3	0,79	58,0	42,0	0,72	28,8	71,2	2,47
Grupo etário (iii)									
Total de 25 a 64	48,3	51,7	1,07	52,6	47,4	0,90	28,4	71,6	2,52
25-44	48,8	51,2	1,05	53,1	46,9	0,88	39,5	60,5	1,53
45-64	46,5	53,5	1,15	51,4	48,6	0,94	24,6	75,4	3,07
Grupo etário (iv)									
3 - 14	50,3	49,7	0,99	58,5	41,5	0,71	50,8	49,2	0,97
35-44	47,8	52,2	1,09	51,1	48,9	0,96	34,8	65,2	1,88
45-49	44,7	55,3	1,24	49,9	50,1	1	29,7	70,3	2,36
50-64	48,2	51,8	1,07	52,8	47,2	0,89	23,2	76,8	3,31
65 ou +	69,9	30,1	0,43	67,5	32,5	0,48	32,2	67,8	2,11

Fonte: INE-CV, Recenseamento Geral da População e Habitação, 2010

Nota: M-Masculino; F-Feminino; RF-Relação de Feminidade (F/M)

A frequência actual de um estabelecimento de ensino no meio rural é igualmente extensivo tanto para os rapazes e as raparigas na faixa etária de 3 a 14 anos. Com efeito, verifica-se que há maior equilíbrio entre os sexos tanto na faixa que corresponde ao pré-escolar (3-5 anos), como na faixa correspondente à escolarização obrigatória (6 a 11 com tolerância até aos 14 anos). Com efeito, a relação de Feminidade é de 0,99 nestas duas faixas etárias. O desequilíbrio entre os sexos relativamente à “frequência actual” de um estabelecimento de ensino é favoravelmente para as raparigas tanto nas faixas etárias correspondentes ao secundário (12-17 anos) como na faixa etária do pós-secundário de 18 a 24 anos (RF de 1,02 e de 1,07), comparativamente aos rapazes.

As análises de outros grupos funcionais em relação às categorias de frequência escolar poderão ser feitas de forma análoga às apresentadas até qui.

3.2.5. Indicadores da escolarização: acesso e permanência em um nível escolar

Neste tópico serão abordados alguns indicadores sintéticos clássicos da educação que sumarizam a intensidade de escolarização, nomeadamente os que reflectem a *intensidade ou chance que uma pessoa de uma certa idade tem de frequentar um determinado nível de ensino no momento de recenseamento*. A utilização destes indicadores são importante porque permitem comparar a intensidade da escolarização segundo faixa etária destacando a categoria “frequência actual” de um estabelecimento de ensino.

3.2.5.1. Taxa de escolarização por sexo e meio de residência

As *taxas de escolarização*, quando calculadas especificamente por cada idade simples de 6 a 14 anos, é particularmente útil porque medem a “probabilidade instantânea” (numa certa idade) ou “chance” que as crianças terão de frequentar um estabelecimento de ensino no decurso do ano escolar e académico (o ano 2009-2010, para esta análise). Ilustram, ainda, a participação na educação em cada idade, independentemente do nível de ensino. Trata-se assim, da *taxa de escolarização por idade específica* ou ainda taxa específica de escolarização (T.E.E). Para efeito de comparabilidade com a análise realizada em 2000, a taxa de escolarização será calculada também para o grupo de 6 a 24 anos.

O Gráfico 3 e 4 ilustram a evolução da intensidade de escolarização, medida através da taxa de escolarização, ao longo de idades simples de 6 a 24 anos, diferenciando-a por sexo em cada um dos meios de residência.

Gráfico 3: Taxa específica (%) de frequência escolar ou de escolarização de 6 a 24 anos, meio Urbano, Cabo Verde 2010

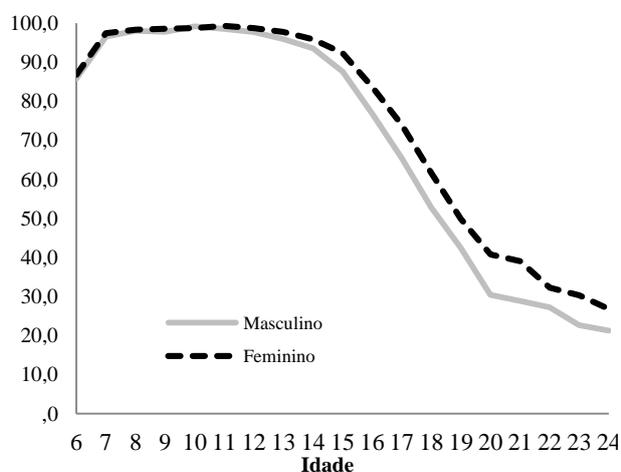
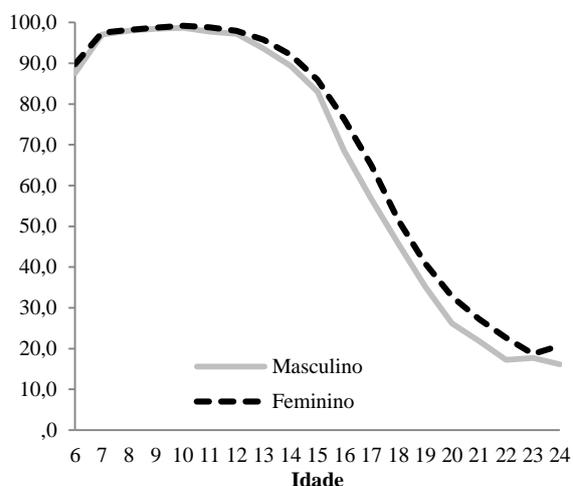


Gráfico 4: Taxa específica (%) de frequência escolar ou de escolarização de 6 a 24 anos, meio Rural, Cabo Verde 2010



Fonte: INE-CV, Recenseamento Geral da População e Habitação, 2010

Estes gráficos sumarizam que intensidade de escolarização é basicamente concentrada no grupo de 6 a 14 anos. No entanto, pode-se admitir que, independentemente do meio de residência, ela evolua com a idade segundo 3 fases mais ou menos distintas: 1) ela aumenta rapidamente de 6 para 7 anos, passando de cerca de 87% para cerca de 98%, tanto entre os rapazes como entre as raparigas independentemente do meio em que eles vivem; 2) estas intensidades mantêm-se praticamente constantes (em torno dos 98%) dos 7 anos até cerca dos 12 anos e, é também, independente do sexo e dos meios de residência; 3) a intensidade de escolarização começa a decrescer, a partir dos 12 anos, inicialmente mais rápido até cerca dos 20 anos, para depois continuar decrescer mais lentamente até os 24 anos tanto no meio urbano como no meio rural.

Relativamente ao ritmo decrescente da intensidade de escolarização (etapa 3 nos gráficos), observa-se que este ritmo é mais rápido no meio urbano comparando com o meio rural, tanto nos rapazes como nas raparigas. Apesar desta redução, a intensidade de escolarização no meio urbano é, em geral, relativamente superior que no meio rural. O ritmo de escolarização é também relativamente superior nas raparigas, comparando com os rapazes, tanto no meio urbano como no rural.

3.2.5.2. Taxa de escolarização por grupos de idade, meio de residência e sexo

Os dados da Tabela 10 indicam a diferença na intensidade de escolarização por sexo em cada grupo etário e meio de residência considerado. A diferença de intensidade entre os sexos será analisada com o recurso ao indicador da diferença entre os sexos escolhidos: RF.

Comparando, globalmente a intensidade de escolarização entre as pessoas de 3 anos ou mais do sexo masculino com as do sexo feminino em cada meio de residência, verifica-se que, no meio urbano, esta intensidade é cerca de 6 % superior a favor das mulheres comparando com os homens. Mas, no meio rural esta intensidade é cerca de 3 % inferior para as mulheres em relação aos homens (RF=0,97). Uma análise segundo alguns grupos de idade seleccionados, por exemplo, o grupo etário de 3 a 5 anos, permite observar que no meio rural a intensidade de escolarização entre rapazes e raparigas é mais equilibrada (RF de 1,01) que no meio urbano, onde esta intensidade é ligeiramente superior em favor das raparigas comparado com os rapazes (RF de 1,01). Também se aceita uma análise duma intensidade de escolarização uniforme no meio rural já que o RF é muito próximo de um.

Tabela 10: Taxa de escolarização (%) por sexo, grupo de idade e meio de residência, por sexo, Cabo Verde, 2010

Grupos específicos e funcionais de	Urbano			Rural		
	Masculino	Feminino	RF	Masculino	Feminino	RF
Grupo etário (I)						
Total de 3 anos ou mais	38,6	40,9	1,06	41,5	40,3	0,97
3-5	55,1	56,6	1,03	53,3	53,7	1,01
6-11	96,0	96,5	1,01	96,5	97,2	1,01
12-17	85,9	90,0	1,05	81,2	85,3	1,05
18-24	32,2	40,3	1,25	27	32,4	1,30
25 ou mais	11,6	12,6	1,09	8,6	7,5	0,87
Grupo etário (II)						
Total 6 anos ou mais						
6-14	95,9	96,8	1,01	95,3	96,5	1,01
15-24	45,0	53,1	1,18	41,9	48,5	1,16
25-34	14,7	19,3	1,31	11,6	13,8	1,19
35-49	10,5	11,7	1,11	8,8	9	1,02
50 ou mais	7,8	5,5	0,71	5,3	2,7	0,51
Grupo etário (III)						
Total de 25 a 64 anos						
25-44	12,1	14,1	1,17	9,5	9,3	0,98
45-64	13,2	16,6	1,26	10,5	11,7	1,11
65 ou mais	9,2	8,4	0,91	7,3	5,7	0,78
Grupo etário (IV)						
Total 3-14 anos						
3-14	85,5	86,6	1,01	85,6	86,5	1,01
35-44	10,8	12,4	1,15	8,9	9,3	1,04
45-49	9,8	10,0	1,02	8,4	8,4	1,00
50-64	8,8	7,4	0,84	6,5	4,3	0,66
65 ou mais	6,2	3,2	0,52	4,2	1,3	0,31

Fonte: INE-CV, Recenseamento Geral da População e Habitação, 2010

Na faixa etária correspondente ao ensino básico (dos 6-11 anos) verifica-se que, apesar de se considerar que a intensidade de escolarização neste grupo etário é igualmente forte, tanto para os rapazes como nas raparigas independentemente do meio de residência, verifica-se que há uma ligeira vantagem das meninas em relação aos rapazes (RF de 1,01) tanto no meio urbano, como no rural). Mas também é aceitável uma análise dum intensidade uniforme por género nesta faixa já que RF é muito próximo da unidade. Contudo, já na faixa etária correspondente ao ensino secundário (dos 12 aos 17 anos), verifica-se que, apesar da intensidade de escolarização ser relativamente elevada (acima dos 80 % para ambos os sexos e meios de residência), regista-se maior desequilíbrio de género favorável às raparigas nesta faixa etária tanto no meio urbano como no rural (RF de 1,05 tanto no meio urbano como no meio rural).

A taxa de escolarização da população com idade compreendida entre os 18 aos 24 anos atinge cerca de 32 % para os rapazes e cerca de 40 % para as raparigas do meio urbano, e de cerca de 27 % para os rapazes e cerca de 32 % para as raparigas no meio rural (traduzindo-se num RF de 25% a favor das raparigas do meio urbano, 30% superior favoravelmente às

meninas do meio rural comparativamente a rapazes). Isto traduz num desequilíbrio de género esta faixa etária.

No grupo etário, que é utilizada pela UNESCO para efeitos de escolarização obrigatória (6 a 14 anos), a intensidade da escolarização é de cerca de 97% para os dois meios de residência, sendo que a intensidade de escolarização de raparigas e rapazes é praticamente igual independentemente do meio de residência (RF de 1,01). Como se pode verificar, praticamente não há diferença percentual na intensidade de escolarização entre os dois grupos etários usados em Cabo Verde relativamente à escolarização obrigatória, ou seja 6 a 11 ou 6 a 14). A título comparativo a UNESCO referencia que um país pode ser considerado como tendo a “escolarização universal ou quase universal”, quando atingir um nível mínimo da taxa de escolarização de pelo menos 90% (UNESCO, 2009:11). Segundo esta referência, Cabo Verde já atingiu este desígnio.

A análise da intensidade de escolarização em outros grupos etários poderá ser feita de forma análoga servindo para outros propósitos e análises complementares que poderá fugir ao âmbito deste relatório.

3.2.5.3. Esperança de vida escolar: meio de residência e sexo

O recurso a este indicador é fundamental para medir o acesso/participação e a permanência das pessoas no sistema educativo. Por isso, ele é considerado uma ferramenta fundamental para a análise da democratização do acesso ao ensino. A esperança de vida escolar resume o acesso à educação, independentemente dos níveis de ensino. Ela é ainda frequentemente utilizada para ilustrar o nível global de desenvolvimento do sistema de ensino em termos da duração teórica média e efectiva da escolarização (em termos de número de anos de estudo) que se oferece à população, incluindo os que nunca frequentaram um nível de ensino (UNESCO, 2009:8). Comparativamente a um momento precedente, se a esperança de vida escolar aumenta, isto significa que as crianças são susceptíveis de passar mais anos no sistema de ensino e que a taxa de retenção (ou de sobrevivência escolar) é, globalmente, mais favorável.

No entanto, devido às reprovações, o número esperado de anos de escolarização pode não coincidir necessariamente com o número de anos de estudo realizados com sucesso que se espera conseguir. Outrossim, dado que a esperança de vida escolar pode ser obtida como uma média sintetizada das taxas de escolarização por nível de ensino, o número de anos de escolarização esperada pode até ser inferior àquele que é na realidade, devido à inclusão, no cálculo deste indicador, da proporção de pessoas que nunca frequentaram um estabelecimento de ensino. Por sua vez, quando se restringir o cálculo de esperança de vida

escolar somente às pessoas que efectivamente são escolarizadas (a frequentar um nível de ensino no momento de referência- censo ou inquéritos), estas são susceptíveis de beneficiar de uma duração média escolar ainda superior dado que já entraram no sistema educativo.

Os dados da Tabela 11 permitem apreciar a evolução da esperança de vida de 6 a 24 anos, ao nível nacional, por sexo e meio de residência. Da leitura do Quadro 1 observa-se que, em 2010, uma criança de 6 anos esperava beneficiar, em média de 13,3 anos de escolarização⁸, independentemente de sexo, meio de residência e outras características individuais. Quando se controla por sexo, observa-se que as raparigas beneficiam, em média de mais 1 ano de escolarização comparado com os rapazes, ou seja 13,7 anos contra 12,9 anos respectivamente. Uma rapariga do meio urbano beneficia, em média, de mais anos de escolarização do que um rapaz do meio urbano mas, ela espera beneficiar de mais anos de escolarização que qualquer criança da mesma idade que reside no meio rural, quer seja do sexo masculino quer seja do sexo feminino. Recorde-se que este indicador tem a mesma interpretação que a esperança de vida para o caso da população em geral. Com efeito, a esperança de vida escolar varia de uma forma inversa, e quase que linearmente com a idade, ou seja cada vez que se avança em idade escolar, a esperança de vida escolar se reduz.

⁸ Actualmente, à escala mundial, uma criança pode esperar, em média, receber 10,7 anos de escolaridade se as taxas de escolarização atuais permanecerem constantes ao longo da vida escolar. Uma criança espera receber 15,7 se ela viver num país desenvolvido; 12,7 se ela habita num país em transição e 10,1 se ela vive num país em desenvolvimento. Esta esperança baixa para 7,6 anos médios se ela viver em África subsaariana, o que indica que esta taxa é de duas vezes menos em relação a um país desenvolvido. <http://www.universalis.fr/encyclopedie/education>, acedido em “Em linha” em 19_05_2012.

Tabela 11: Esperança de vida escolar de 6 a 24 anos, por meio de residência e sexo, Cabo Verde, 2010

Idade	Urbano			Rural			Cabo Verde		
	Masculin	Feminino	Total	Masculino	Feminino	Total	Masculino	Feminino	Total
6	13,2	14,0	13,6	12,5	13,1	12,8	12,9	13,7	13,3
7	12,3	13,2	12,7	11,6	12,2	11,9	12,0	12,8	12,4
8	11,4	12,2	11,8	10,6	11,2	10,9	11,1	11,8	11,4
9	10,4	11,2	10,8	9,6	10,2	9,9	10,1	10,8	10,4
10	9,4	10,2	9,8	8,6	9,3	8,9	9,1	9,8	9,5
11	8,4	9,2	8,8	7,7	8,3	7,9	8,1	8,9	8,5
12	7,4	8,2	7,8	6,7	7,3	7,0	7,1	7,9	7,5
13	6,5	7,2	6,8	5,7	6,3	6,0	6,1	6,9	6,5
14	5,5	6,3	5,9	4,8	5,3	5,0	5,2	5,9	5,6
15	4,6	5,3	4,9	3,9	4,4	4,1	4,3	5,0	4,6
16	3,7	4,4	4,0	3,1	3,6	3,3	3,4	4,1	3,7
17	2,9	3,5	3,2	2,4	2,8	2,6	2,7	3,3	3,0
18	2,3	2,8	2,5	1,8	2,1	2,0	2,1	2,6	2,3
19	1,7	2,2	2,0	1,3	1,6	1,5	1,6	2,0	1,8
20	1,3	1,7	1,5	1,0	1,2	1,1	1,2	1,5	1,4
21	1,0	1,3	1,1	0,7	0,9	0,8	0,9	1,2	1,0
22	0,7	0,9	0,8	0,5	0,6	0,6	0,6	0,8	0,7
23	0,4	0,6	0,5	0,3	0,4	0,4	0,4	0,5	0,5
24	0,2	0,3	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2
C.Verde	13,2	14,0	13,6	12,5	13,1	12,8	12,9	13,7	13,3

Fonte: INE-CV, Recenseamento Geral da População e Habitação, 2010

Comparativamente ao ano 2000 verifica-se que, de uma maneira geral, houve um ganho médio de escolarização de cerca de 2 anos nesta década, passando de 11,2 anos (INE-CV: Educação 2000:35)⁹, para 13,3 anos de escolarização em 2010. Sendo que este ganho é devido mais ao ganho na escolarização das raparigas (que passaram a usufruir, em média, de mais 2,4 anos comparando com a situação em 2000), comparativamente à situação dos rapazes que ganharam em média cerca de 1,9 anos de escolarização em 10 anos.

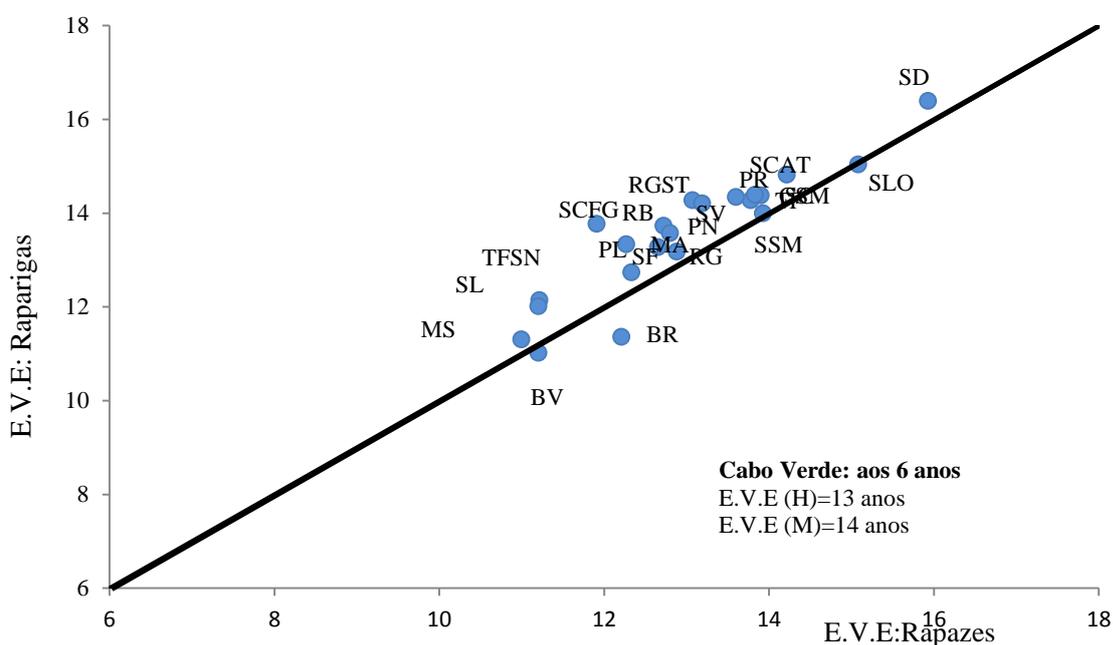
3.2.5.4. Esperança de vida escolar, meio de residência, concelhos e sexo

O Gráfico 5 representa a dispersão ou proximidade dos concelhos relativamente à esperança de vida escolar para rapazes e raparigas do meio rural, e, o Gráfico 6 representa a mesma situação no meio urbano. A linha de diagonal separa o triângulo em que as raparigas esperam beneficiar, em média, de mais anos de vida escolar que os rapazes (os concelhos triângulo da diagonal superior) do triângulo em que as raparigas esperam beneficiar, em média, de menos anos de vida escolar que os rapazes (os concelhos do triângulo da diagonal inferior). Os pontos situados em cima (coincidentes com a linha de diagonal) indicam os concelhos em que há uma igualdade da esperança de vida escolar entre os sexos.

⁹ (...) a esperança de vida escolar em Cabo Verde é em média de 11,2 anos, sendo de 11 anos para homens e de 11,3 anos para mulheres (INE-CV: Educação 2000:35).

Sendo assim, a interpretação destes gráficos permite ver que: i) aos 6 anos, em praticamente todos os concelhos as raparigas esperam beneficiar, em média, de mais anos de escolarização, comparativamente com os rapazes da mesma idade, tanto no meio urbano como no meio rural; ii) há maior heterogeneidade/dissimilitude (os concelhos estão relativamente mais dispersos um dos outros), face à esperança de vida escolar de rapazes e raparigas, entre as zonas urbanas dos diferentes concelhos do que na parte rural (Gráfico 5 e Gráfico 6).

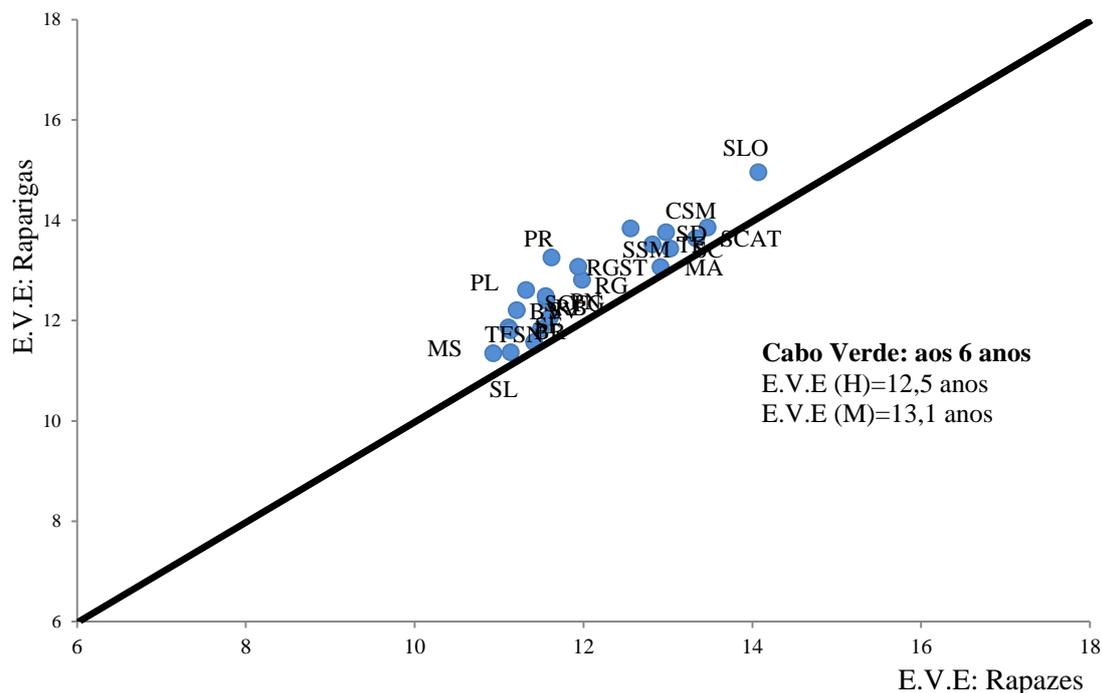
Gráfico 5: Esperança de vida escolar (em anos), entre rapazes e raparigas dos 6 aos 24 anos por concelho, meio urbano, Cabo Verde, 2010.



Fonte: INE-CV, Recenseamento Geral da População e Habitação, 2010.

Nota: E.V.E (H)- Esperança de Vida Escolar para homens; E.V.E (M)- Esperança de Vida Escolar para mulheres; RG-Ribeira Grande; PL-Paúl; PN-Porto Novo; SV-S.Vicente;SL-Sal; TFSN- Tarrfal de S. Nicolau; RB- Ribeira Brava; BV-Boa Vista; MA-Maio; TF- Tarrfal; SCAT-Santa Catarina; SC- Santa Cruz; PR- Praia;CSM-Calheta S.Miguel; SLO- São Lourenço dos Órgãos; SSM- São Salvador do Mundo;RGST- Ribeira Grande de Santiago; MS-Mosteiros; SF- S.Filipe;SCFG- Santa Catarina de Fogo; BR- Brava.

Gráfico 6: Esperança de vida escolar (em anos), entre rapazes e raparigas dos 6 aos 24 anos por concelho, meio rural, Cabo Verde, 2010.



Fonte: INE-CV, Recenseamento Geral da População e Habitação, 2010.

Nota: E.V.E (H)- Esperança de Vida Escolar para homens; E.V.E (M)- Esperança de Vida Escolar para mulheres; RG-Ribeira Grande; PL-Paúl; PN-Porto Novo; SV-S.Vicente; SL-Sal; TFSN- Tarrafal de S. Nicolau; RB- Ribeira Brava; BV-Boa Vista; MA-Maio; TF- Tarrafal; SCAT-Santa Catarina; SC- Santa Cruz; PR- Praia; CSM-Calheta S.Miguel; SLO- São Lourenço dos Órgãos; SSM- São Salvador do Mundo; RGST- Ribeira Grande de Santiago; MS- Mosteiros; SF- S.Filipe; SCFG- Santa Catarina de Fogo; BR- Brava

Observa-se ainda que na parte urbana de alguns concelhos, experimenta-se esperança de vida escolar relativamente alta tanto para rapazes como para raparigas, por exemplo em São Domingos e São em Lourenço dos Órgãos, enquanto noutros experimenta-se esperança de vida escolar relativamente baixa tanto para rapazes como para raparigas, por exemplo Mosteiro, Sal, Boa Vista, Tarrafal de São Nicolau e Brava, sendo que neste último é o único em que, aos 6 anos, a esperança de vida escolar dos rapazes é relativamente superior à das raparigas da mesma idade.

Nas áreas urbanas de concelhos a esperança de vida aos 6 anos é praticamente igual entre rapazes e raparigas destacando os concelhos de São Lourenço dos Órgãos e concelho de São Salvador do Mundo. A parte rural do concelho de São Lourenço dos Órgãos também se destaca de entre o meio rural de todos os concelhos, por ter a mais alta esperança de vida escolar aos 6 anos também no mundo rural.

Em guisa de conclusão, verifica-se que mesmo com os esforços para reduzir ainda mais as diferenças entre os meios de residência, observa-se que, de um modo geral, as crianças do meio urbano ainda esperam beneficiar de mais anos de escolarização comparadas com as crianças do meio rural, podendo evidenciar, ainda, alguma vantagem histórica conseguida no período pós-colonial.

3.2.6. Indicadores da escolarização: Taxa bruta e líquida de escolarização

A análise da intensidade da escolarização em cada nível de ensino com relação ao grupo de idade legalmente compatível com o referido nível de ensino constitui elemento de referência para se distinguir da análise feita anteriormente. Com efeito, esta análise é feita fazendo mudanças no denominador dos indicadores. Isto agrega e acrescenta novo poder de análise comparativamente ao que se analisava colocando a tónica somente na frequência de um modo geral. Nos pontos seguintes a análise é feita mediante a comparação de dois indicadores: *Taxa bruta de escolarização* e *Taxa líquida de escolarização*. A taxa bruta e a taxa líquida de escolarização são dois indicadores fundamentais para medir a capacidade de cobertura do sistema de ensino, comparando a população integrada no mesmo, com o universo da população total em idade escolar. Nota-se que a taxa líquida e a taxa bruta de escolarização podem conter algumas limitações devido ao facto de existirem, em Cabo Verde, duas idades (6 e 7 anos) de ingresso no Ensino Básico consideradas oficiais.

3.2.6.1. Taxa bruta de escolarização: meio de residência, sexo e idade

A taxa bruta de escolarização mostra o nível geral de participação num determinado nível de ensino. Ela indica também a capacidade geral do sistema educativo em absorver os alunos de uma determinada faixa etária. A taxa bruta de escolarização pode ainda ser usada conjuntamente com a taxa líquida de escolarização para medir a importância da escolarização das crianças antes da idade oficial mínima ou, das que já ultrapassaram a idade oficial máximo da entrada na escola. Em suma, esse indicador constitui uma ferramenta importante para avaliar a capacidade do sistema de ensino para atender à procura social de um determinado nível de ensino. Assim, uma taxa bruta de escolarização elevada é indicativo dum elevado grau de participação escolar, independentemente de os alunos pertencerem ou não à faixa etária oficial.

A tabela 12 apresenta a taxa bruta de escolarização em diferentes níveis de ensino tanto para homens como para as mulheres.

Tabela 12: Taxa bruta de escolarização (%) por nível de ensino e meio de residência, sexo em cada grupo de idade seleccionado, Cabo Verde 2010.

Meio de residência/ Nível de instrução	Masculino			Feminino			Total		
	Idade			Idade			Idade		
	6-11	12-17	>=18	6-11	12-17	>=18	6-11	12-17	>=18
Urbano									
Ensino Básico	116,5			113,0			114,7		
Secundário		106,8			119,8			113,4	
Superior			(-)			(-)			(-)
Rural									
Ensino Básico	128,2			121,0			124,6		
Secundário		81,4			93,7			87,4	
Superior			(-)			(-)			(-)
Cabo Verde									
Ensino Básico	121,5			116,3			118,9		
Secundário		95,3			108,3			101,8	
Superior			(-)			(-)			(-)

Fonte: INE-CV, Recenseamento Geral da População e Habitação, 2010.

Nota: (-) Sem interesse analítico para este relatório

Da leitura deste quadro constata-se que, em 2010 em Cabo Verde, havia cerca de 19 % de crianças que estavam a frequentar o nível de ensino primário mesmo não tendo idade legal para o referido nível de ensino (TBE =118,9%). Esta taxa é superior entre os homens (cerca 122 % comparando às mulheres (cerca de 116 %).

Numa análise do mesmo indicador diferenciado pelo meio de residência, constata-se que tanto no meio urbano como no meio rural, havia sempre mais indivíduos a frequentar o nível de ensino primário do que o número de pessoas com idade legal para esse nível (taxa superior a 100%), com uma clara supremacia de rapazes nestas condições do que de raparigas (Tabela 12).

Relativamente ao nível secundário, verifica-se, que globalmente, a situação é contrária ao nível primário. Com efeito, ao nível nacional, a TBE situava-se em torno de 102%. O que pode significar que mesmo no nível secundário havia cerca de 2% de alunos que, em termos de idade legal, estavam a frequentar o nível secundário mas que, efectivamente, não deveriam estar a frequentar este nível de ensino. Esta situação varia segundo o sexo do indivíduo, mostrando um *défice* em relação aos rapazes com cerca de 5 % que não estavam a frequentar este nível comparativamente a rapazes de 12 a 17 anos, embora a situação é contrária para

as raparigas tendo uma TBE de 108,3 % (ou seja, com cerca de 8 % superior ao número que, em termos de idade, legalmente deveriam estar a estudar). Este padrão é observado tanto no meio urbano como no meio rural, mas com níveis de taxa diferentes. É importante notar que a análise da TBE só indica a percentagem de indivíduos que, tendo a idade legal para um determinado nível de ensino, não estava a frequentar o referido nível. Contudo, estes indivíduos podem estar a frequentar outros níveis de ensino ou podem estar fora do sistema educativo.

Quando se compara a situação do sistema educativo segundo o meio de residência, verifica-se que no meio rural, tanto há rapazes como raparigas em idade legal para estar a frequentar o nível secundário, mas que efectivamente, não se encontravam a frequentar o referido nível de ensino no momento do recenseamento, pois a TBE inferior a 100%: ou seja 93,7% para raparigas e 81,4 % para rapazes.

Contrariamente, no meio urbano regista-se um excedente tanto de rapazes como de raparigas a frequentar o nível secundário quando, efectivamente, não tinham idade para frequentar o referido nível. Com efeito, a TBE é de 113,4 % independentemente de sexo, mas a situação é mais flagrante entre as raparigas atingindo 119,8% e entre os rapazes a TBE é de 106,8% (Tabela 12). Sendo assim, constata-se o valor da TBE no Ensino Secundário ao nível nacional nas áreas urbanas são atribuíveis mais à contribuição das raparigas comparativamente à situação dos rapazes no meio urbano. A análise das TBE no ensino superior não construiu foco de análise neste relatório, mas as interpretações podem ser feitas de forma análoga.

3.2.6.2. Taxa bruta de escolarização: concelho, meio de residência, sexo

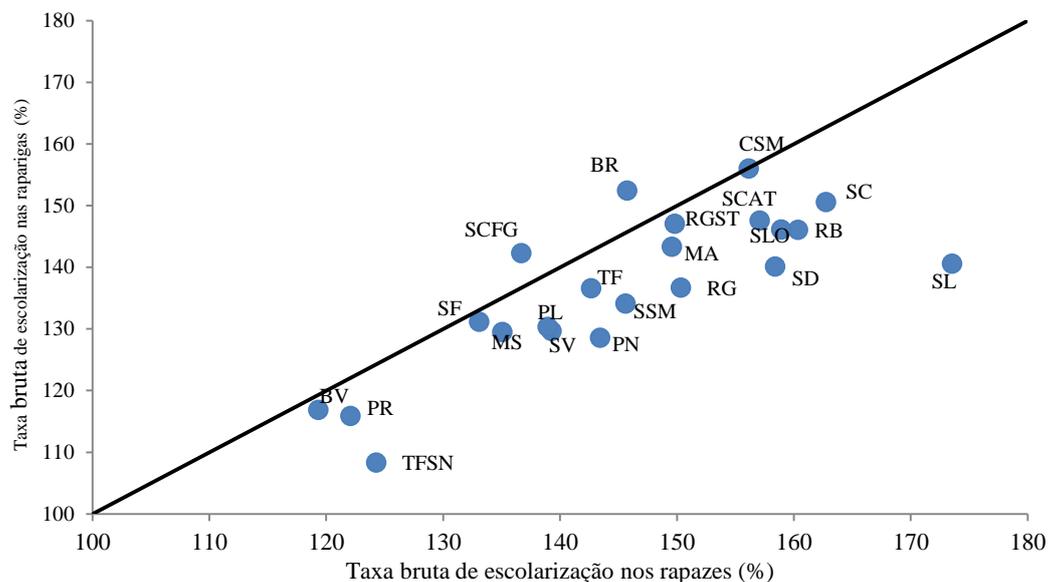
A análise deste tópico é feita com recurso ao gráfico de dispersão dos concelhos relativamente à taxa bruta de escolarização em cada um dos meios de residência. A utilização deste tipo de gráfico é importante porque permite analisar, simultaneamente, para esta análise, 4 situações: i) a concentração ou a dispersão dos pontos (concelhos) indica uma maior ou menor semelhança/aproximação dos concelhos relativamente às taxas brutas de escolarização para rapazes e para as raparigas; ii) a situação em que a taxa bruta de escolarização nos rapazes e nas raparigas sejam iguais (pontos situados sobre a linha da diagonal); iii) as situações em que a taxa bruta de escolarização para os rapazes sejam superiores às das raparigas (ponto situados abaixo da linha da diagonal); iv) situação em que a taxa bruta escolarização nos rapazes é inferior às das raparigas (pontos situados acima da linha da diagonal).

Taxa bruta no Ensino Básico

Os Gráficos 7 e 8 ilustram as taxas brutas nas raparigas e nos rapazes no ensino básico, em cada concelho tanto para o conjunto urbano como para o conjunto rural. Assim, constata-se que há uma relativa dispersão (discrepâncias) nas taxas brutas de escolarização entre rapazes e raparigas em cada concelho. A parte rural dos diferentes concelhos é mais parecida entre elas relativamente às taxas brutas entre rapazes e raparigas comparado com o meio urbano. Observa-se, também que na esmagadora maioria dos concelhos do país, a taxa bruta de escolarização nos rapazes no EB é relativamente superior às das raparigas tanto no meio urbano como no meio rural.

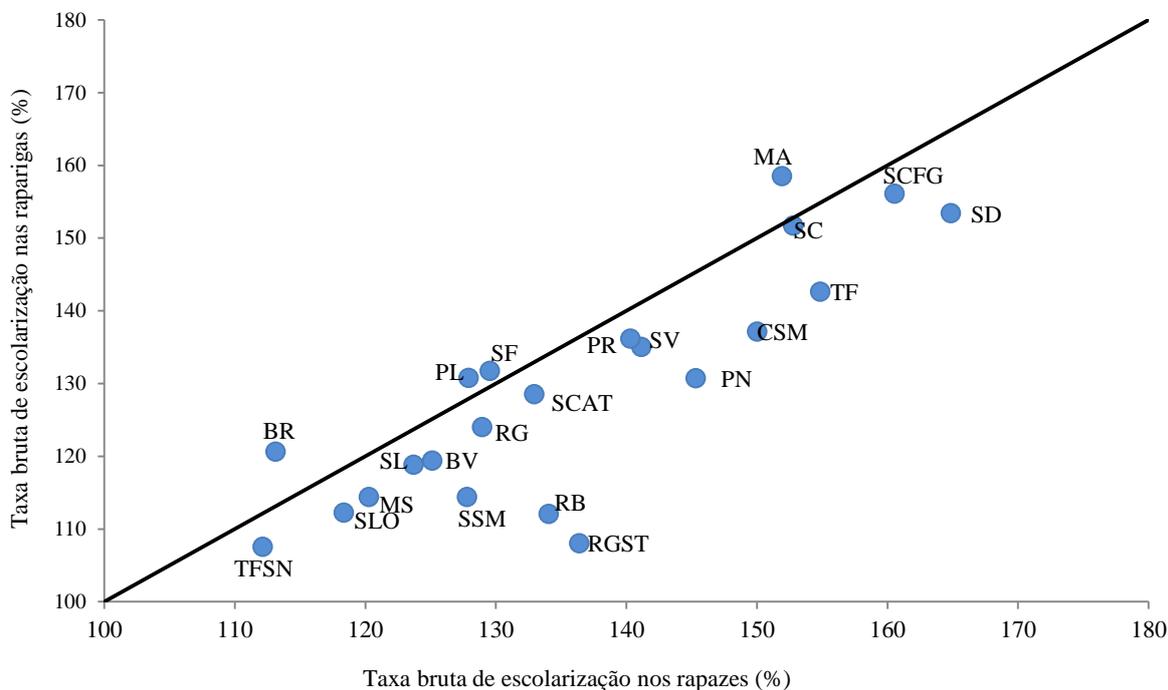
As zonas rurais dos concelhos de Boa Vista, São Filipe e Calheta S. Miguel são zonas em que as taxas brutas de escolarização para rapazes e para raparigas no EB são mais parecidas (aproximadamente iguais). Outrossim, verifica-se ainda que as zonas rurais nos concelhos de Boa Vista, Praia e Tarrafal de São Nicolau distanciam-se um pouco das zonas rurais dos restantes concelhos por terem as mais baixas taxas de escolarização do país, tanto para rapazes como para as raparigas, e, elas são, geralmente, mais elevadas nos rapazes que nas raparigas. As zonas rurais dos concelhos de Brava e de Santa Catarina do Fogo, por seu turno, distanciam-se um pouco das zonas rurais dos restantes concelhos por serem, praticamente, os únicos concelhos onde a taxa bruta de escolarização nos rapazes são inferiores às das raparigas. O concelho do Sal distancia-se dos demais por ter a mais alta taxa bruta de escolarização nos rapazes superior às das raparigas.

Gráfico 7: Taxa bruta de escolarização, entre rapazes e raparigas de 6 a 11 anos por concelho, meio rural, Cabo Verde 2010.



Fonte: INE-CV, Recenseamento Geral da População e Habitação, 2010

Gráfico 8: Taxa bruta de escolarização, entre rapazes e raparigas de 6 a 11 anos por concelho, meio urbano, Cabo Verde, 2010.



Fonte: INE-CV, Recenseamento Geral da População e Habitação, 2010.

Nota: RG-Ribeira Grande; PL-Paúl; PN-Porto Novo; SV-S.Vicente;SL-Sal; TFSN- Tarrafal de S. Nicolau; RB- Ribeira Brava; BV-Boa Vista; MA-Maio; TF- Tarrafal; SCAT-Santa Catarina; SC- Santa Cruz; PR- Praia;CSM-Calheta S.Miguel; SLO- São Lourenço dos Órgãos; SSM- São Salvador do Mundo;RGST- Ribeira Grande de Santiago; MS-Mosteiros; SF- S.Filipe;SCFG- Santa Catarina de Fogo; BR- Brava.

A análise das zonas urbanas em diferentes concelhos mostra que nos concelhos de Paul, São Filipe e Santa Cruz, as zonas urbanas têm as taxas bruta de escolarização nos rapazes e nas raparigas no EB aproximadamente iguais. As zonas urbanas dos concelhos de Maio, Santa Catarina do Fogo, Santa Cruz e S. Domingos, destacam-se por serem, praticamente, os concelhos onde se regista as mais altas taxas bruta de escolarização do país. Sendo que as partes urbanas do concelho do Maio e da Brava se distanciam ainda mais por ter a taxa de escolarização nas raparigas superior às dos rapazes em que as taxas brutas de escolarização no Maio são superiores às do concelho da Brava (Gráfico 8).

A análise das figuras 2 e 3 abaixo, apresentadas sob a forma de mapas evidencia a variação e diferença da Taxa Bruta de Escolarização entre homens e mulheres de 6 a 11 anos nas zonas rurais e urbanas respectivamente nos diferentes concelhos complementam a análise realizada aos Gráficos 7 e 8. A legenda mostra as diferentes tonalidades de cores e intervalos de variação da Taxa Bruta de Escolarização.

Figura 2: Taxa Bruta de Escolaridade (%) de 6 a 11 anos, meio rural Feminino vs. Masculino, Cabo Verde 2010

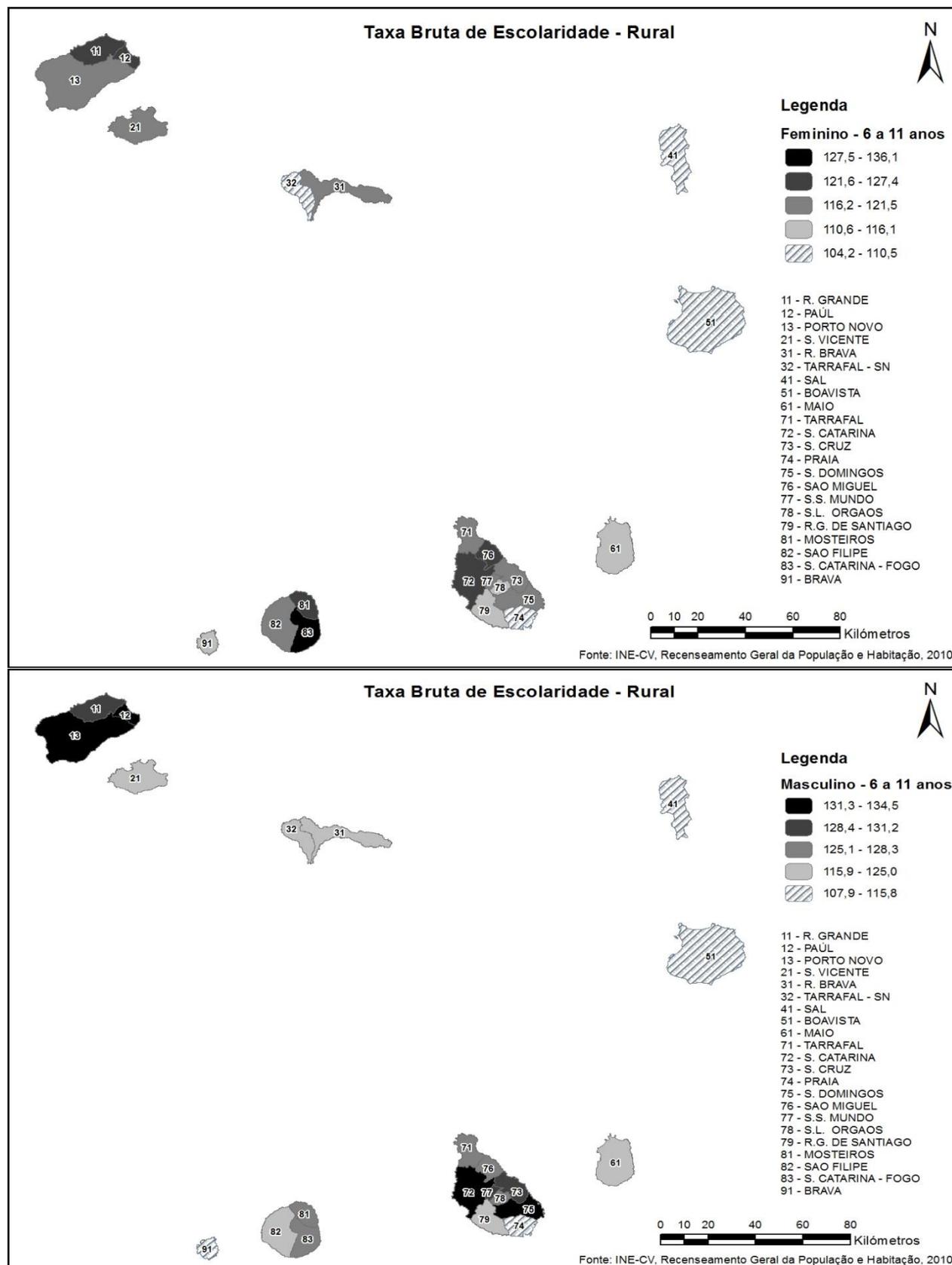
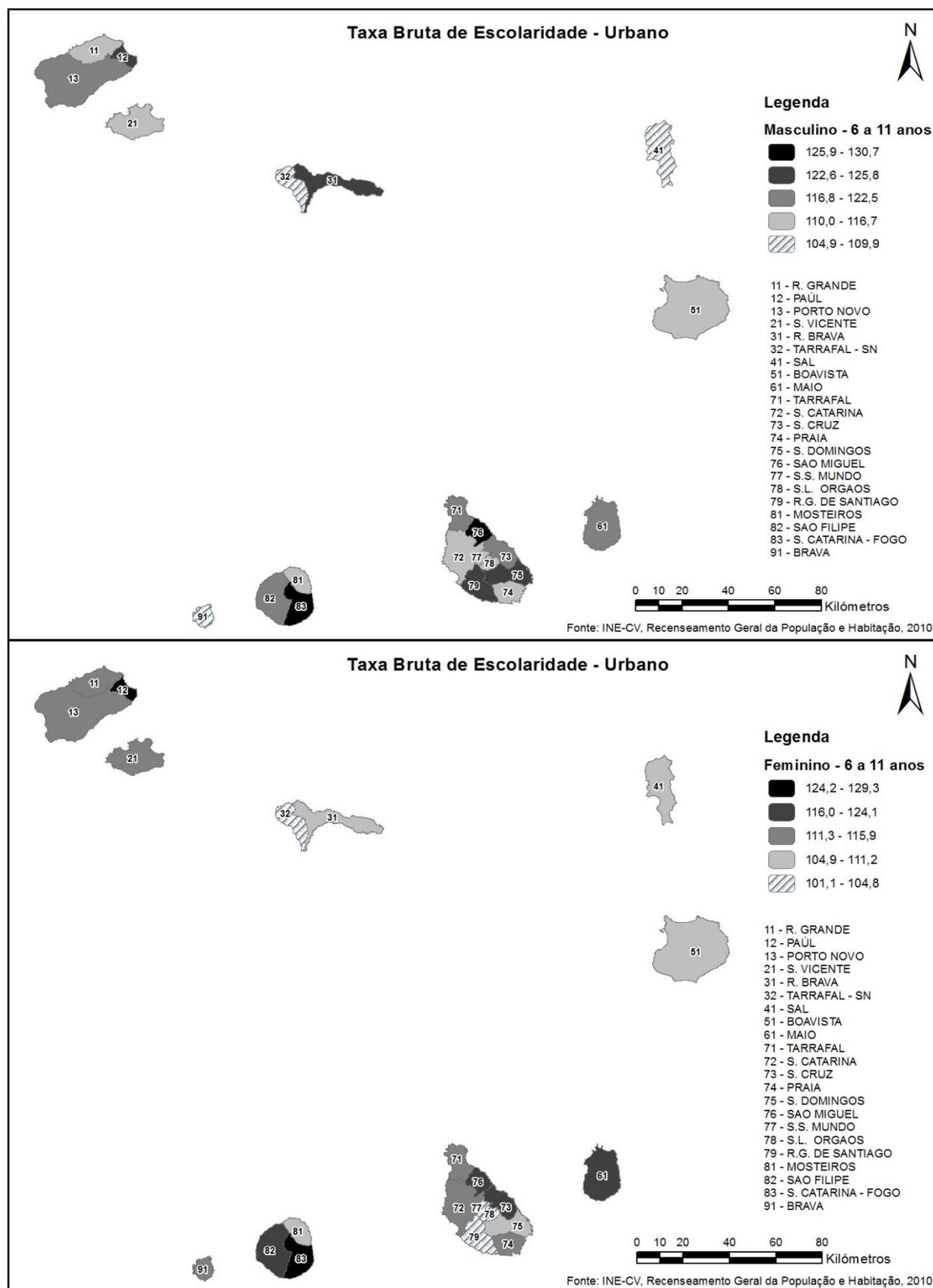


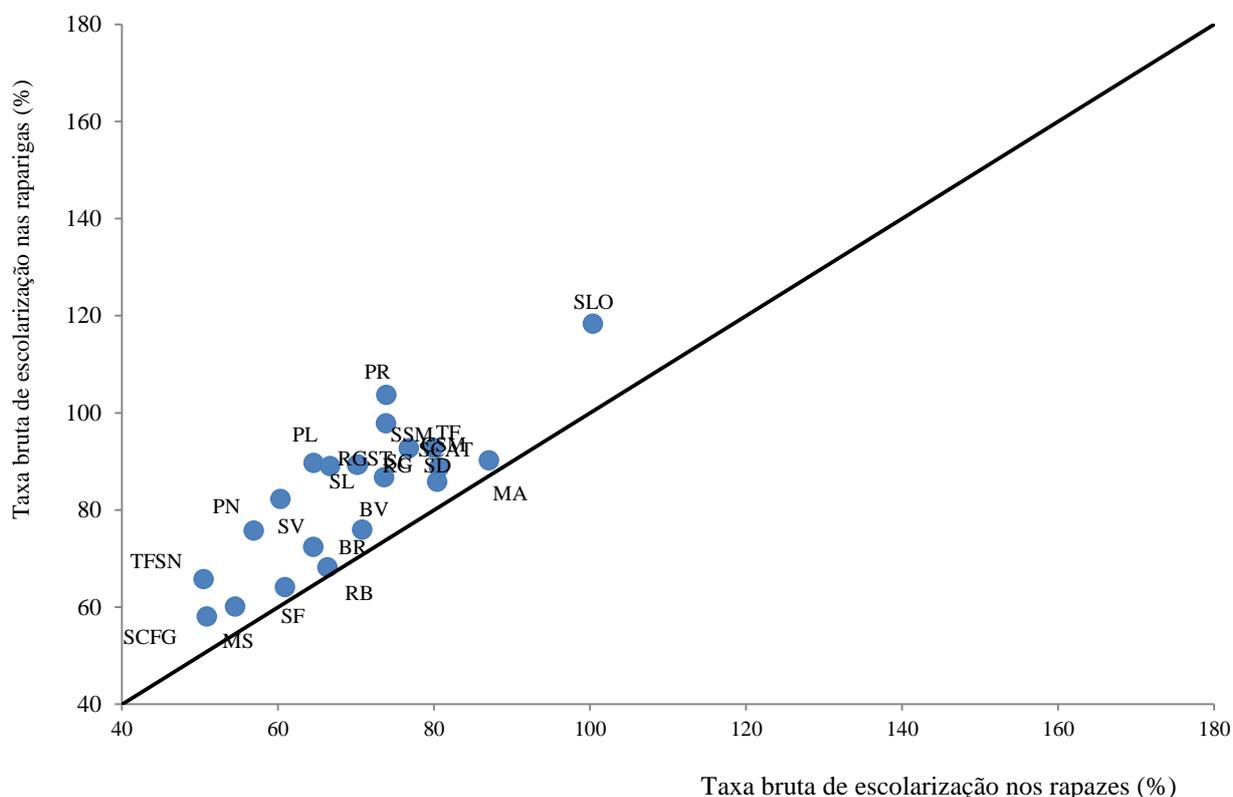
Figura 3: Taxa Bruta de Escolaridade (%) de 6 a 11 anos, meio urbano Feminino vs. Masculino, Cabo Verde 2010



Taxa bruta no Ensino Secundário

As análises realizadas neste relatório debruçaram-se mais ao nível básico e secundário dado à abrangência nacional desses dois níveis. Os Gráficos 9 e 10 ilustram as taxas brutas de escolarização nas raparigas e nos rapazes no ensino secundário, em cada concelho tanto para o conjunto urbano e como para o conjunto rural. Da observação desses dois gráficos pode-se constatar que: i) a maior parte dos concelhos apresenta taxa bruta de escolarização nas raparigas superior aos dos rapazes tanto no meio urbano como no meio rural contrastando com as taxas brutas registadas no nível básico; ii) A parte urbana dos concelhos do país é mais heterogénea relativamente às taxas bruta de escolarização tanto para homens como para as mulheres.

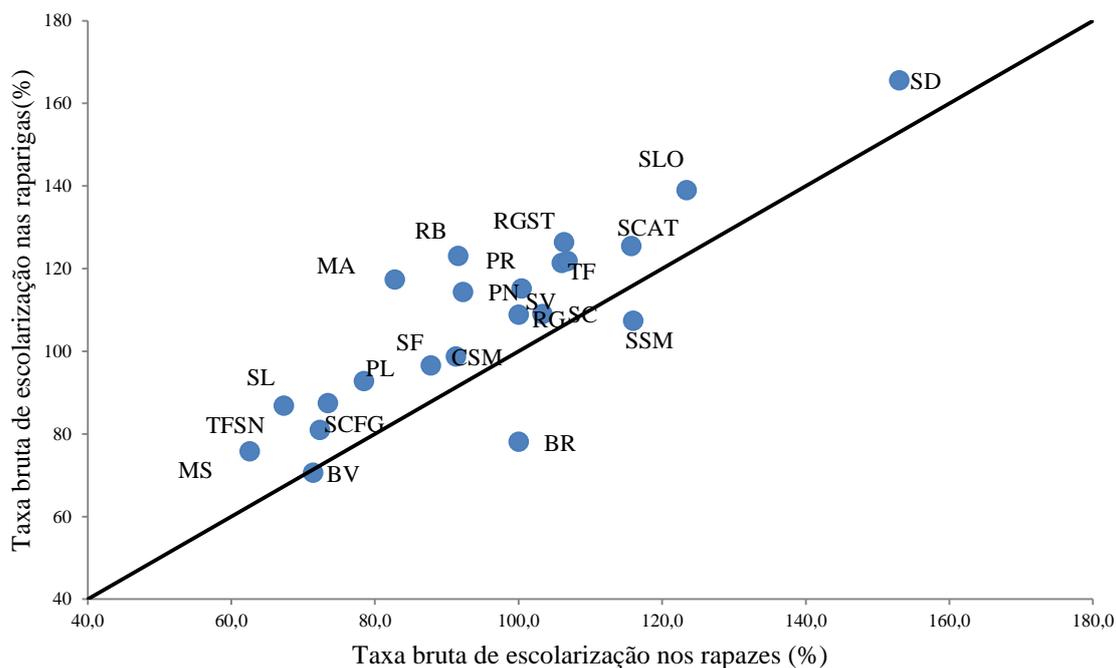
Gráfico 9: Taxa bruta de escolarização, entre rapazes e raparigas de 12 a 17 anos por concelho, meio rural, Cabo Verde 2010.



Fonte: INE-CV, Recenseamento Geral da População e Habitação, 2010.

Nota: RG-Ribeira Grande; PL-Paúl; PN-Porto Novo; SV-S.Vicente;SL-Sal; TFSN- Tarrafal de S. Nicolau; RB- Ribeira Brava; BV- Boa Vista; MA-Maio; TF- Tarrafal; SCAT-Santa Catarina; SC- Santa Cruz; PR- Praia;CSM-Calheta S.Miguel; SLO- São Lourenço dos Órgãos; SSM- São Salvador do Mundo;RGST- Ribeira Grande de Santiago; MS-Mosteiros; SF- S.Filipe;SCFG- Santa Catarina de Fogo; BR- Brava.

Gráfico 10: Taxa bruta de escolarização, entre rapazes e raparigas de 12 a 17 anos por concelho, meio urbano, Cabo Verde, 2010.



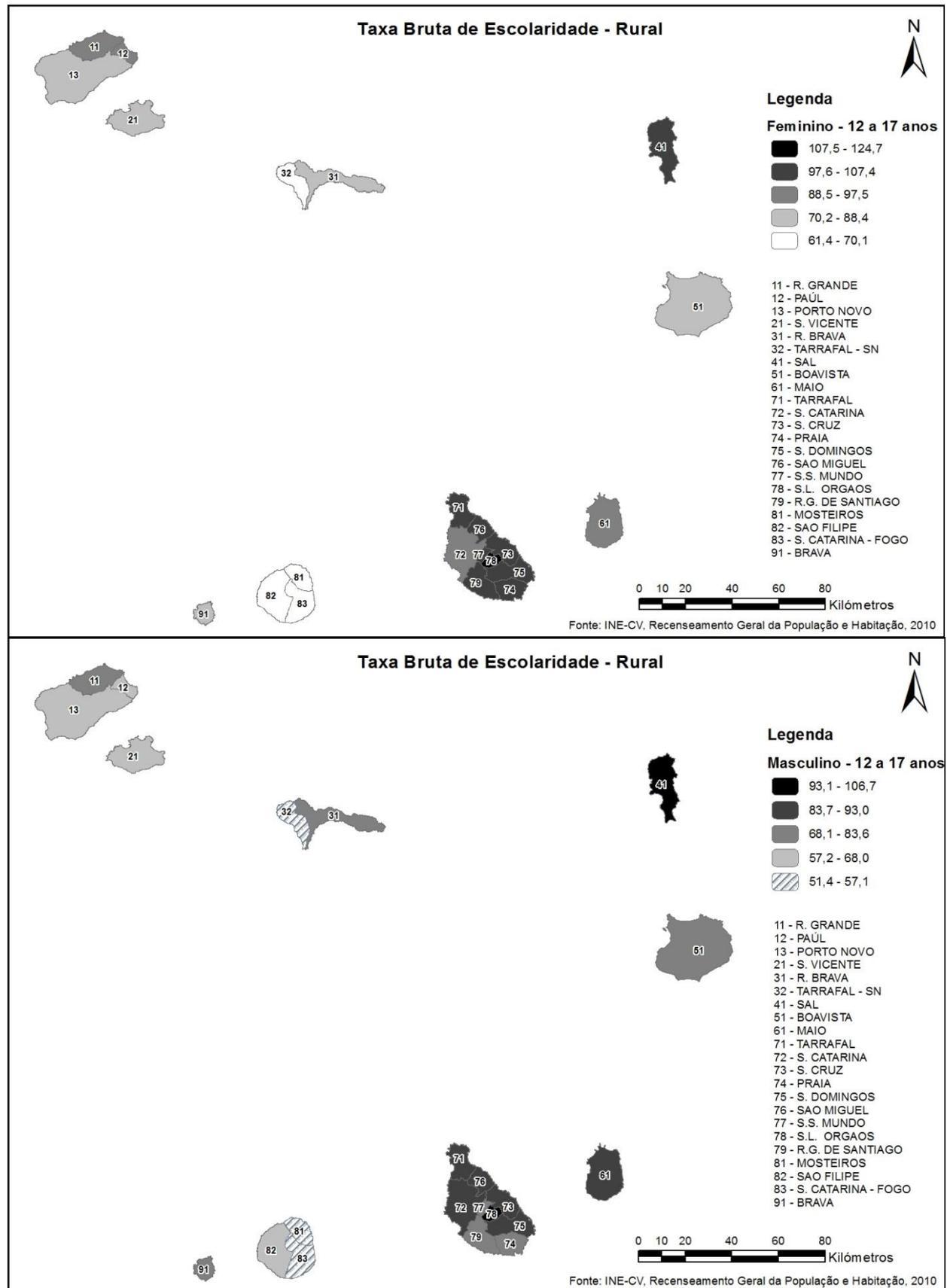
Fonte: INE-CV, Recenseamento Geral da População e Habitação, 2010.

Nota: RG-Ribeira Grande; PL-Paúl; PN-Porto Novo; SV-S.Vicente;SL-Sal; TFSN- Tarrafal de S. Nicolau; RB- Ribeira Brava; BV- Boa Vista; MA-Maio; TF- Tarrafal; SCAT-Santa Catarina; SC- Santa Cruz; PR- Praia;CSM-Calheta S.Miguel; SLO- São Lourenço dos Órgãos; SSM- São Salvador do Mundo;RGST- Ribeira Grande de Santiago; MS-Mosteiros; SF- S.Filipe;SCFG- Santa Catarina de Fogo; BR- Brava.

Observa-se ainda que na parte urbana do concelho de Boa Vista, apesar de se apresentar como um dos concelhos com mais baixa taxa bruta de escolarização de entre a zona urbana do país, é onde se regista o maior equilíbrio relativamente à taxa bruta de escolarização entre rapazes e raparigas no ensino secundário. A zona urbana do concelho de São Domingos, por seu turno, distancia-se dos restantes concelhos por ter a maior taxa bruta de escolarização do país tanto para rapazes como para as raparigas no nível secundário. Observa-se ainda que os concelhos de Brava e São Salvador do Mundo, são os únicos concelhos em que, em ambos os casos, a taxa bruta de escolarização nas meninas é inferior aos dos rapazes de entre as zonas urbanas do país (Gráfico 10).

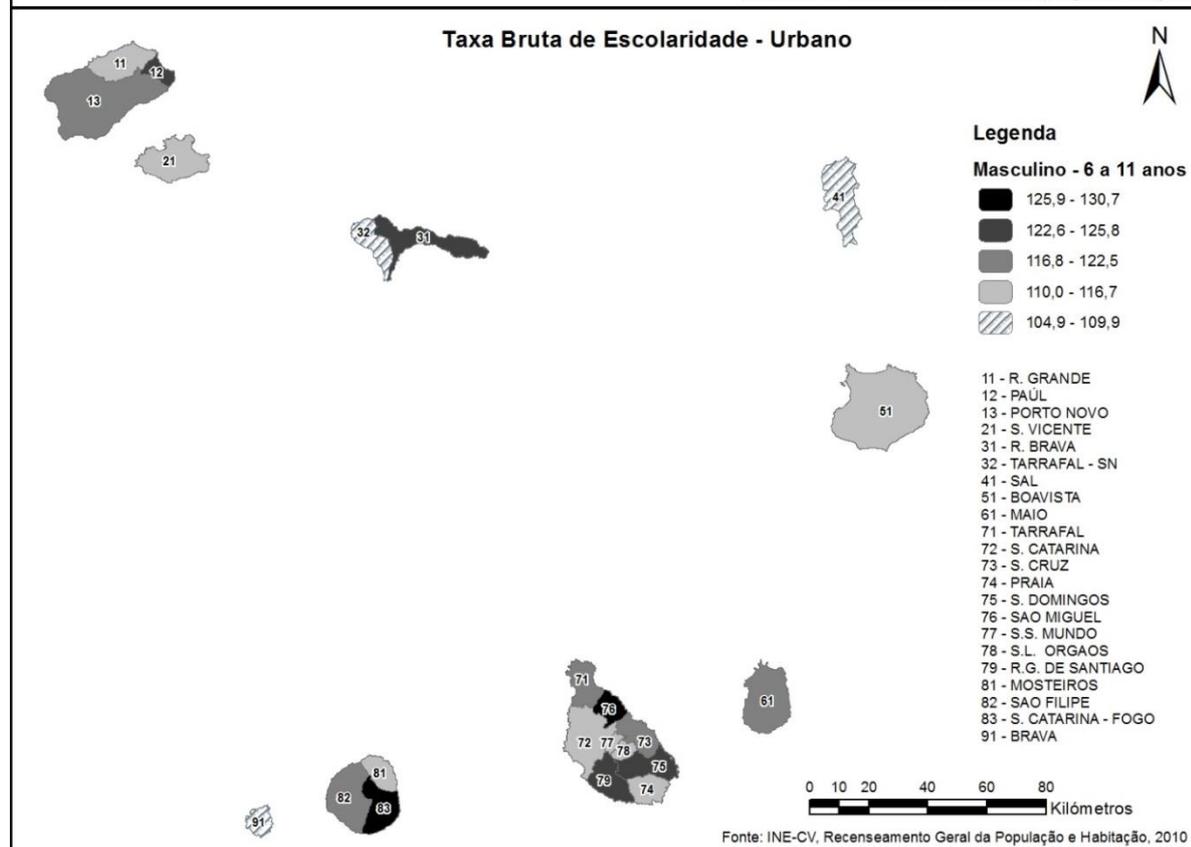
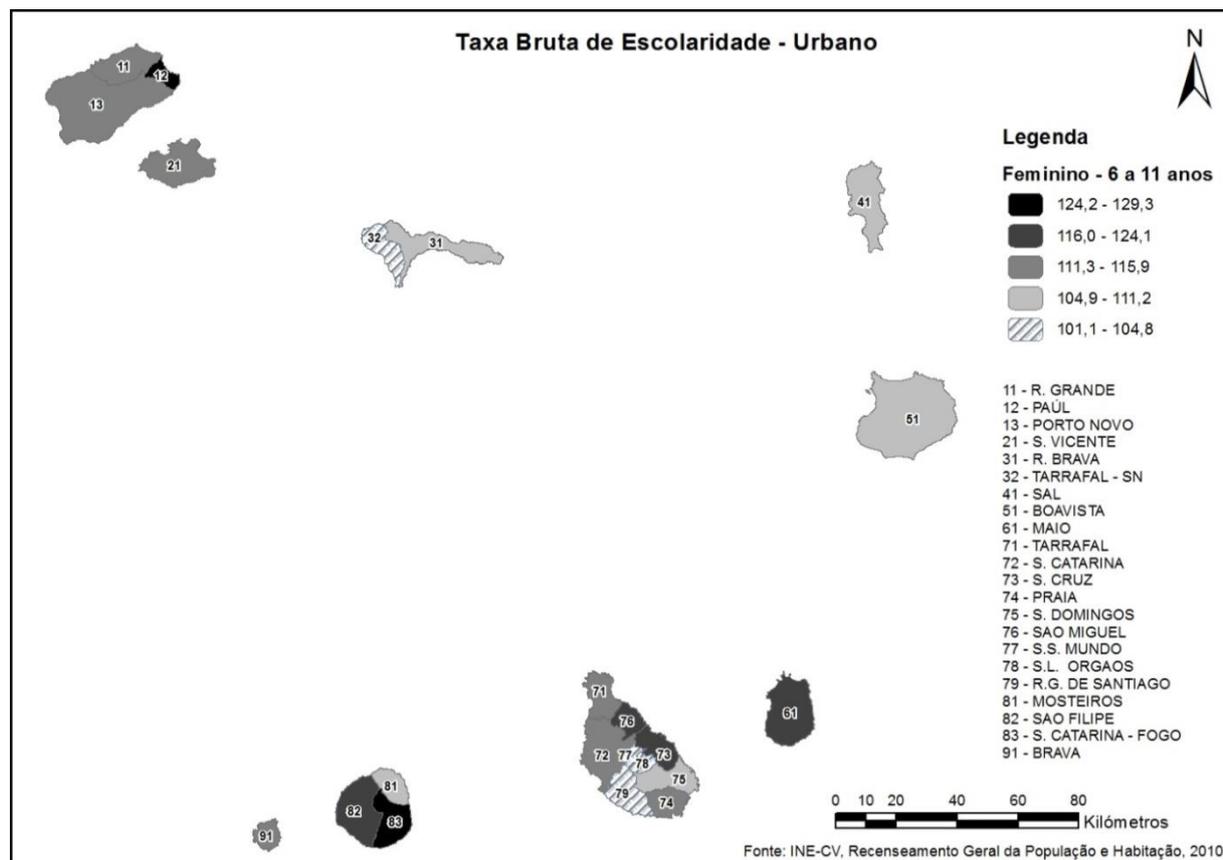
A análise das figuras 4 e 5 abaixo, apresentadas sob a forma de mapas evidencia a variação e diferença da Taxa Bruta de Escolarização entre homens e mulheres de 12 a 17 anos nas zonas rurais e urbanas respectivamente diferentes concelhos complementam a análise realizada aos Gráficos 9 e 10. A legenda mostra as diferentes tonalidades de cores e intervalos de variação da Taxa bruta de escolarização.

Figura 4: Taxa Bruta de Escolaridade (%) de 12 a 17 anos, meio rural Feminino vs. Masculino, Cabo Verde 2010



Fonte: INE-CV, Recenseamento Geral da População e Habitação, 2010.

Figura 5: Taxa Bruta de Escolaridade (%) de 12 a 17 anos, meio urbano Feminino vs. Masculino, Cabo Verde 2010



Fonte: INE-CV, Recenseamento Geral da População e Habitação, 2010.

3.2.6.3. Taxa líquida de escolarização: meio de residência, sexo, idade, nível de ensino

A taxa líquida de escolarização fornece uma medida mais precisa sobre a intensidade ou o grau de participação num determinado nível de ensino das crianças com idade oficial para frequentar este nível de ensino. Assim, uma taxa líquida de escolarização elevada indica um grau de participação elevado da população em idade escolar oficial, sendo o seu valor teórico máximo de 100% quando, efectivamente, só estão num determinado nível os indivíduos que deveriam estar (Educação, 2000:41, UNESCO, Indicateurs de l'éducation 2009, 11).

A análise dos dados da tabela 13 permite avaliar a intensidade da escolarização tanto no Ensino Básico como no Secundário nas pessoas que efectivamente deviam estar a frequentar os referidos níveis de ensino.

Tabela 13: Taxa líquida de escolarização (%) por nível de ensino e meio de residência, sexo em cada grupo de idade seleccionado, Cabo Verde 2010.

Meio de residência/ Nível de instrução	Masculino			Feminino			Total		
	Idade			Idade			Idade		
	6-11	12-17	>=18	6-11	12-17	>=18	6-11	12-17	>=18
Urbano	90,0								
Ensino básico	89,7			90,4					64,0
Secundário		59,7			68,3				
Superior			(-)			(-)			(-)
Rural	90,5								
Ensino básico	90,4			90,6					53,4
Secundário		48,5			58,5				
Superior			(-)			(-)			(-)
Cabo verde	90,2								
Ensino básico	90,0			90,5					60,5
Secundário		55,9			65,2				
Superior			(-)			(-)	90,0		(-)

Fonte: INE-CV, Recenseamento Geral da População e Habitação, 2010

Da observação deste quadro constata-se que ao nível nacional cerca de 90% das pessoas com idade legal para a frequência do Ensino Básico, estavam efectivamente a frequentar esse nível de ensino em 2010. No entanto, regista-se uma ineficácia do sistema de ensino na ordem dos 10 %. Esta ineficácia é idêntica (na ordem dos 10%) tanto no meio urbano como no meio rural e praticamente a mesma para os rapazes que para as raparigas que efectivamente tem idade compatível com o Ensino Básico.

Relativamente ao Ensino Secundário, observa-se maiores discrepâncias. Ao nível nacional a taxa líquida de escolarização no Ensino Secundário é na ordem de 59 %: sendo mais intensa nos jovens do meio urbano (cerca de 64 %) que nos jovens do meio rural (cerca de 53 %). A intensidade de escolarização entre os jovens que, efectivamente tinham a idade compatível com o nível secundário, é sempre mais elevada entre as meninas que entre os rapazes tanto no meio urbano (cerca de 68 % e de 60 % respectivamente para raparigas e rapazes), como no meio rural (cerca de 59 % e de 48 % para raparigas e rapazes respectivamente).

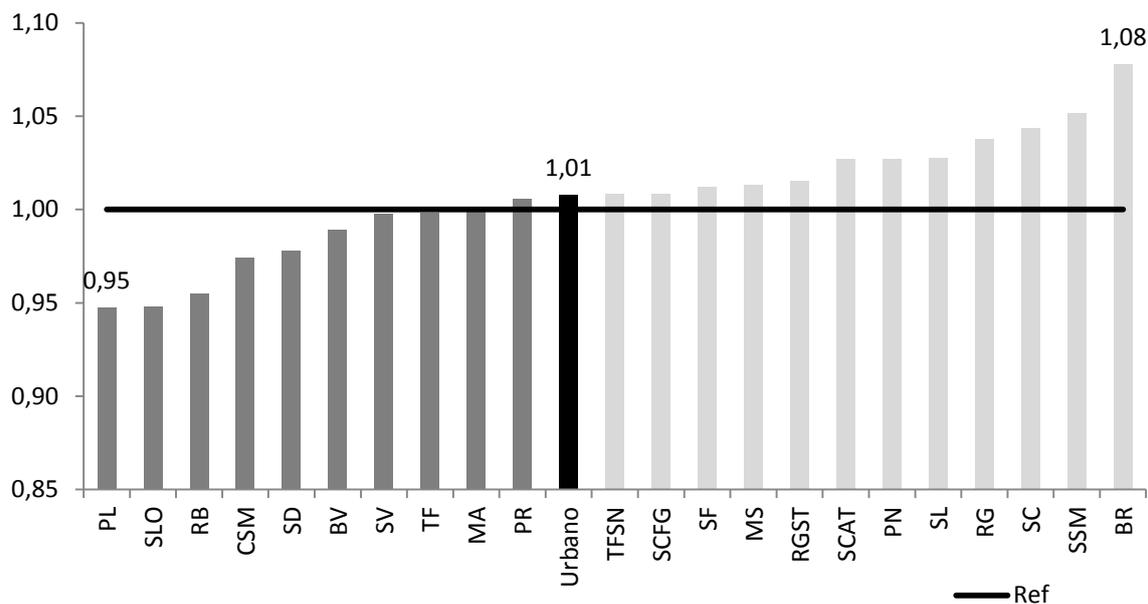
3.2.6.4. Taxa líquida de escolarização: nível de ensino, concelho, meio de residência, sexo

A análise feita neste tópico é realizada de forma análoga à situação anterior, recorrendo a um outro tipo de gráfico e introduzindo o indicador utilizado para medir a diferença ou semelhança (Relação ou Rácio de Feminidade, $RF=M/H$ com M a significar a taxa líquida de escolarização nas mulheres e H a significar a taxa líquida de escolarização nos homens), mas mantendo os mesmos propósitos.

Taxa líquida de escolarização no Ensino Básico

O Gráfico 11 ilustra as diferenças existentes entre a taxa líquida de escolarização no Ensino Básico nos rapazes e nas raparigas em cada concelho para o conjunto urbano e o gráfico 12 ilustra a mesma situação para o conjunto rural. A linha de referência (igual à unidade) delimita concelhos com taxa líquida de escolarização nas raparigas diferente da taxa líquida de escolarização nos rapazes. A linha que representa o Rácio (M/H) foi introduzida nos gráficos com intuito de medir o quanto é importante esta discrepância. Assim, quando a linha que indica o rácio, estiver abaixo da linha de referência, indicará os concelhos em que a taxa líquida de escolarização nas raparigas é inferior à taxa líquida dos rapazes. Quando a linha que indica o Rácio (M/H) estiver acima indica a situação inversa, indicando assim, em ambas as situações alguma semelhança ou diferença em termos de taxa líquida de escolarização.

Gráfico 11: Relação de Feminidade (RF) da Taxa líquida de escolarização no Ensino Básico (6 a 11 anos) no meio urbano, concelhos, Cabo Verde 2010.



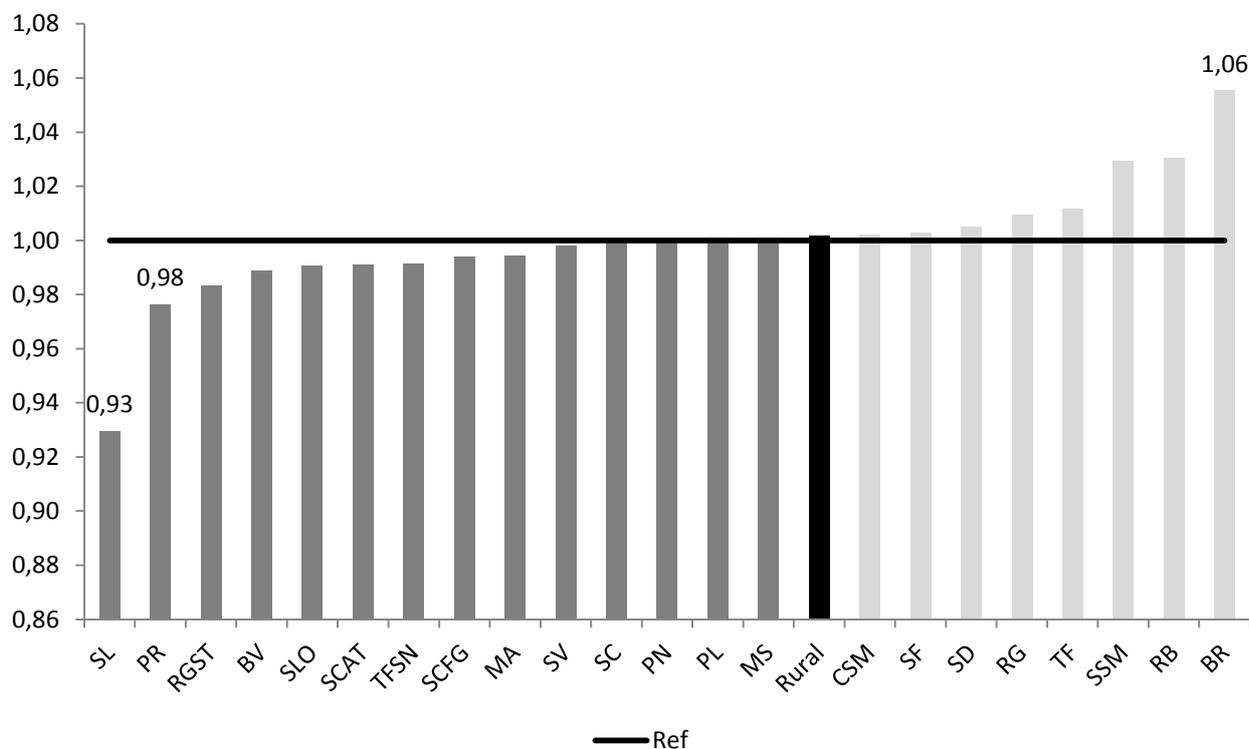
Fonte: INE-CV, Recenseamento Geral da População e Habitação, 2010

Nota: RG-Ribeira Grande; PL-Paúl; PN-Porto Novo; SV-S.Vicente;SL-Sal; TFSN- Tarrafal de S. Nicolau; RB-Ribeira Brava; BV-Boa Vista; MA-Maio; TF- Tarrafal; SCAT-Santa Catarina; SC- Santa Cruz; PR- Praia;CSM- Calheta S.Miguel; SLO- São Lourenço dos Órgãos; SSM- São Salvador do Mundo;RGST- Ribeira Grande de Santiago; MS-Mosteiros; SF- S.Filipe;SCFG- Santa Catarina de Fogo; BR- Brava.

Assim, analisando o Gráfico 11 da esquerda para a direita, observa-se que, a taxa líquida de escolarização no ensino básico para as raparigas das zonas urbanas nos concelhos de Paul, São Lourenço dos Órgãos, Ribeira Brava, São Miguel e São Domingos é inferior à taxa líquida de escolarização para os rapazes chegando, esta diferença, a atingir cerca de 5 % (Rácio M/H = 0.95). Em situação contrária encontram-se os concelhos de Santa Catarina, Porto Novo, Sal, Ribeira Grande, Santa Cruz, São Salvador do Mundo e Brava em que a taxa líquida nas raparigas é superior à dos rapazes chegando, esta diferença, a atingir cerca de 8% no Concelho de Brava (Rácio M/H=1,08).

Relativamente ao conjunto das zonas rurais em cada concelho, a análise feita ao Gráfico 12 da esquerda para a direita, mostra que as maiores discrepâncias de taxa líquida de escolarização são registadas, por ordem de grandeza desta discrepância em diferentes situações: i) uma situação desfavorável para as raparigas em relação aos rapazes (em cerca de 7%) no concelho do Sal e em cerca de 2% no concelho da Praia; ii) uma situação favorável para as raparigas em relação aos rapazes nos concelhos de São Salvador do Mundo da Ribeira Brava (em cerca de 3% para ambos os concelhos) e no concelho da Brava (em cerca de 6%). Nos restantes concelhos regista-se uma maior aproximação das taxas líquidas de escolarização entre rapazes e raparigas.

Gráfico 12: Relação de Feminidade (RF) da Taxa líquida de escolarização no Ensino Básico (6 a 11 anos) no meio rural, por sexo e concelhos, Cabo Verde 2010.



Fonte: INE-CV, Recenseamento Geral da População e Habitação, 2010. Nota: RG-Ribeira Grande; PL-Paúl; PN-Porto Novo; SV-S.Vicente; SL-Sal; TFSN- Tarrafal de S. Nicolau; RB- Ribeira Brava; BV-Boa Vista; MA-Maio; TF-Tarrafal; SCAT-Santa Catarina; SC- Santa Cruz; PR- Praia; CSM-Calheta S.Miguel; SLO- São Lourenço dos Órgãos; SSM- São Salvador do Mundo; RGST- Ribeira Grande de Santiago; MS-Mosteiros; SF- S.Filipe; SCFG- Santa Catarina de Fogo; BR- Brava

A análise das figuras 6 e 7 abaixo, apresentadas sob a forma de mapas evidencia a variação e diferença da Taxa Líquida de Escolarização entre homens e mulheres de 6 a 11 anos nas zonas rurais e urbanas respectivamente diferentes concelhos complementam a análise realizada aos Gráficos 11 e 12. A legenda mostra as diferentes tonalidades de cores e intervalos de variação da Taxa bruta de escolarização.

Figura 6: Taxa Líquida de Escolaridade (%) de 6 a 11 anos, meio rural Feminino vs. Masculino, Cabo Verde 2010

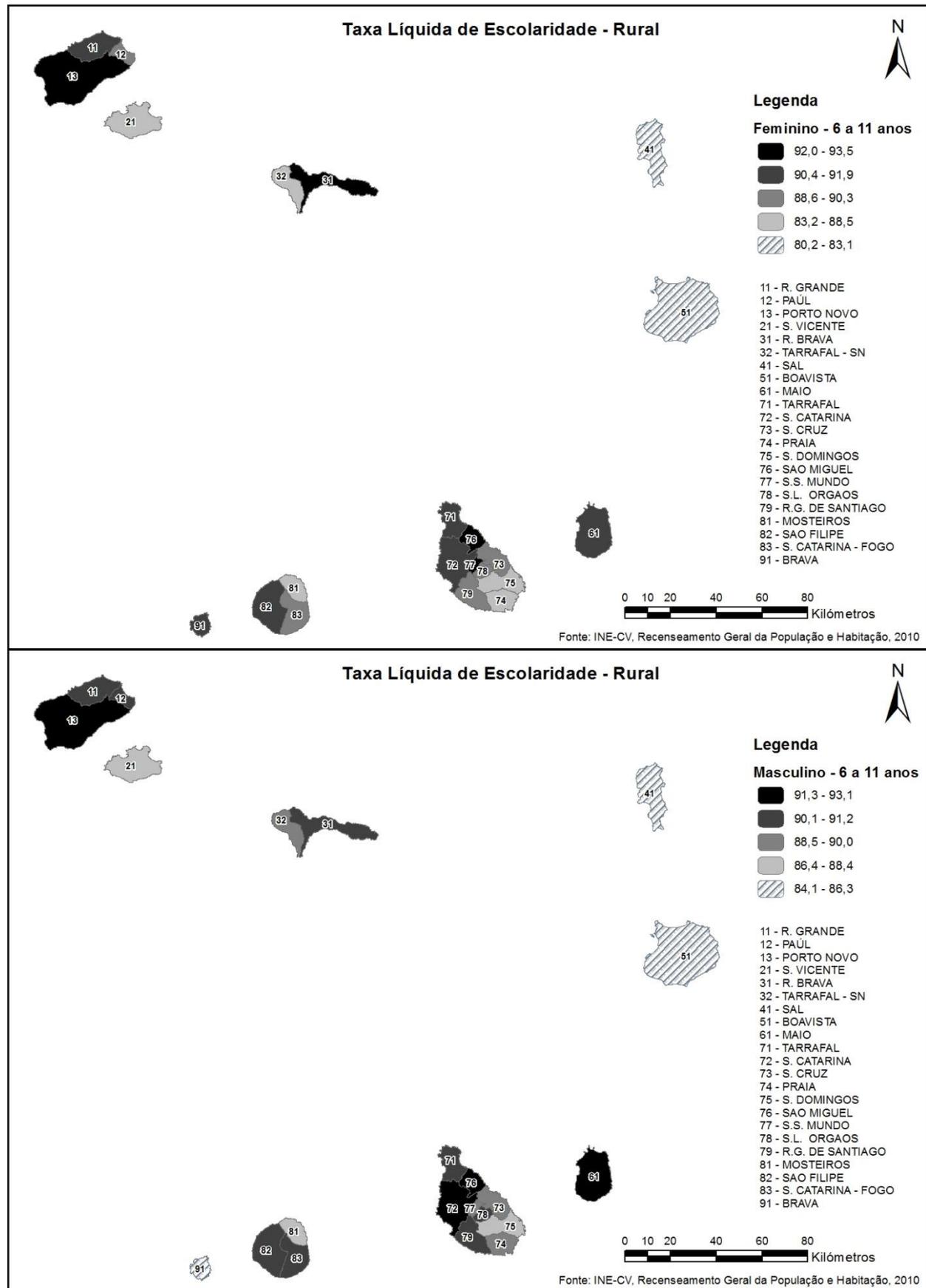
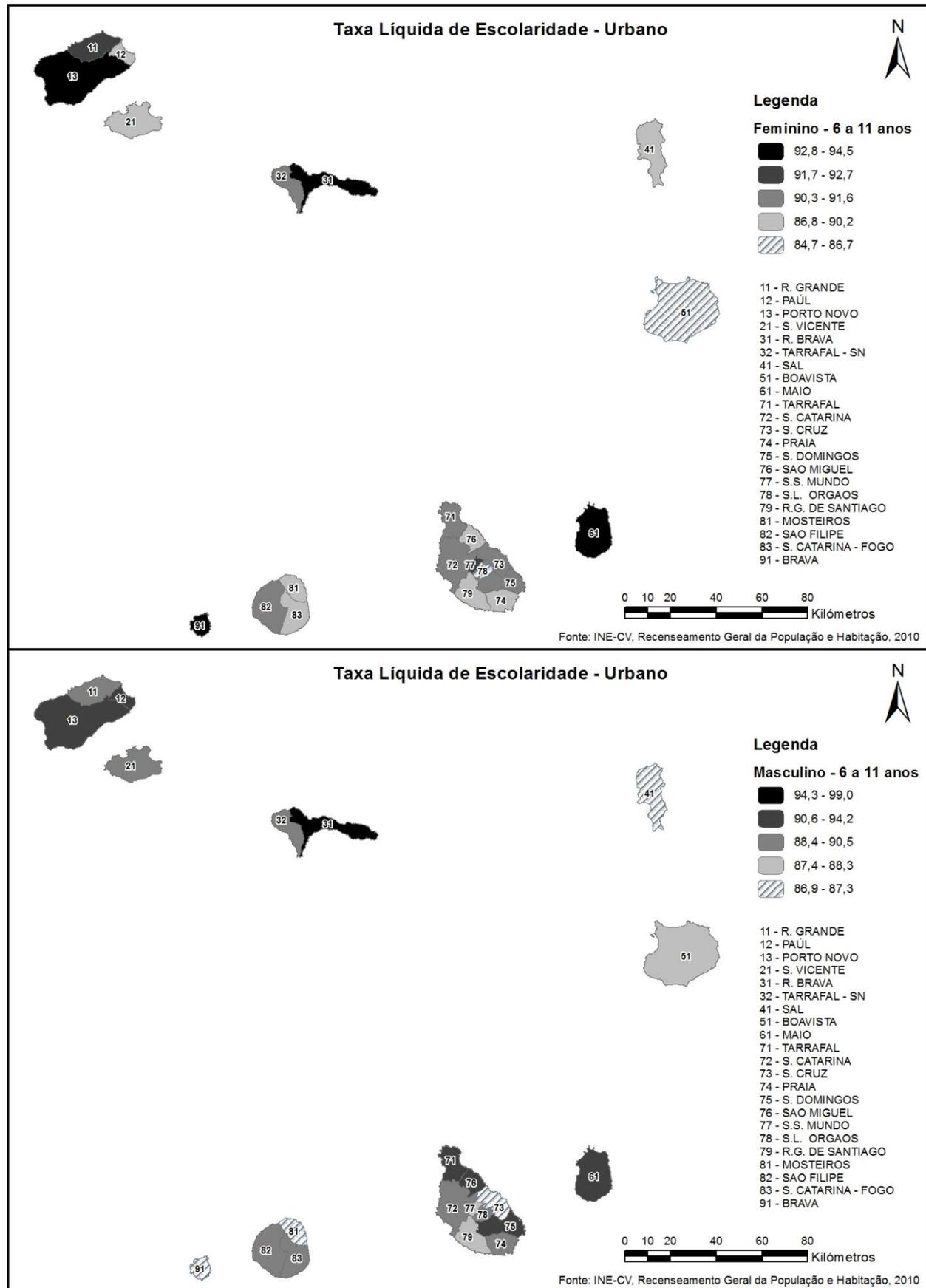


Figura 7: Taxa Líquida de Escolaridade (%) de 6 a 11 anos, meio urbano Feminino vs. Masculino, Cabo Verde 2010

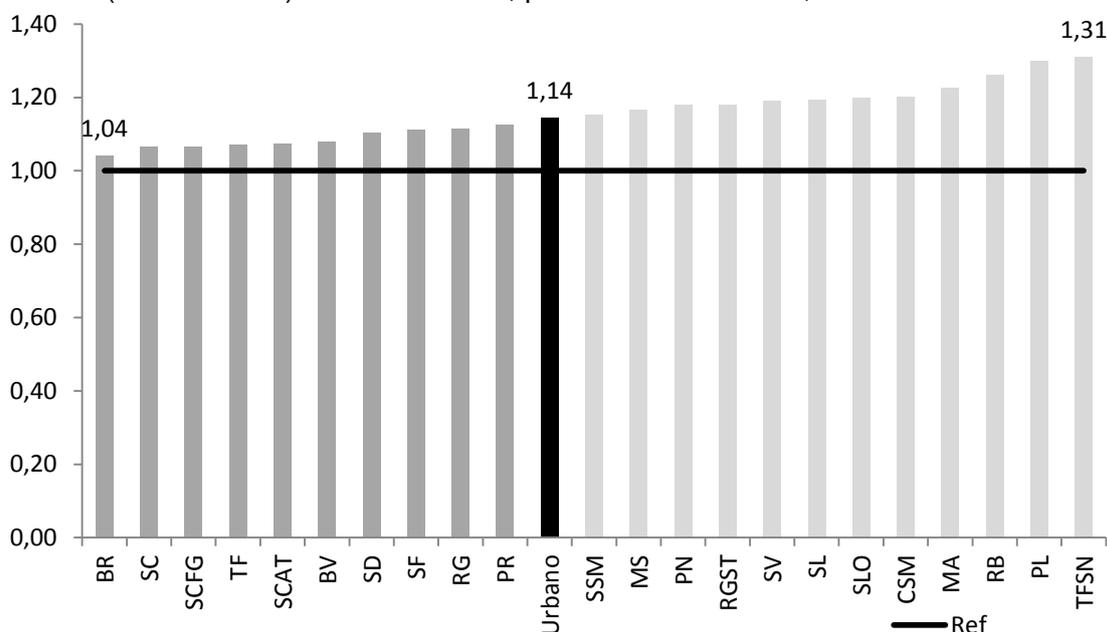


Taxa líquida de escolarização no Ensino Secundário

O Gráfico 13 ilustra as diferenças existentes entre a taxa líquida de escolarização no Ensino secundário entre rapazes e raparigas em cada concelho relativo para o conjunto urbano e o Gráfico 14 apresenta a mesma situação mas relativa ao conjunto rural.

Analisando o Gráfico 13, ainda da esquerda para a direita, observa-se que em todos os concelhos há uma nítida diferença entre a taxa líquida de escolarização entre rapazes e raparigas no ensino secundário e sempre em favor das meninas. Esta diferença é menor (cerca 4%) no concelho Brava e aumenta noutros concelhos para atingir o máximo de cerca de 31% no concelho de Tarrafal de S.Nicolau.

Gráfico 13: Relação de Feminidade (RF) da Taxa líquida de escolarização no Ensino Secundário (12 a 17 anos) no meio urbano, por sexo e concelhos, Cabo Verde 2010.

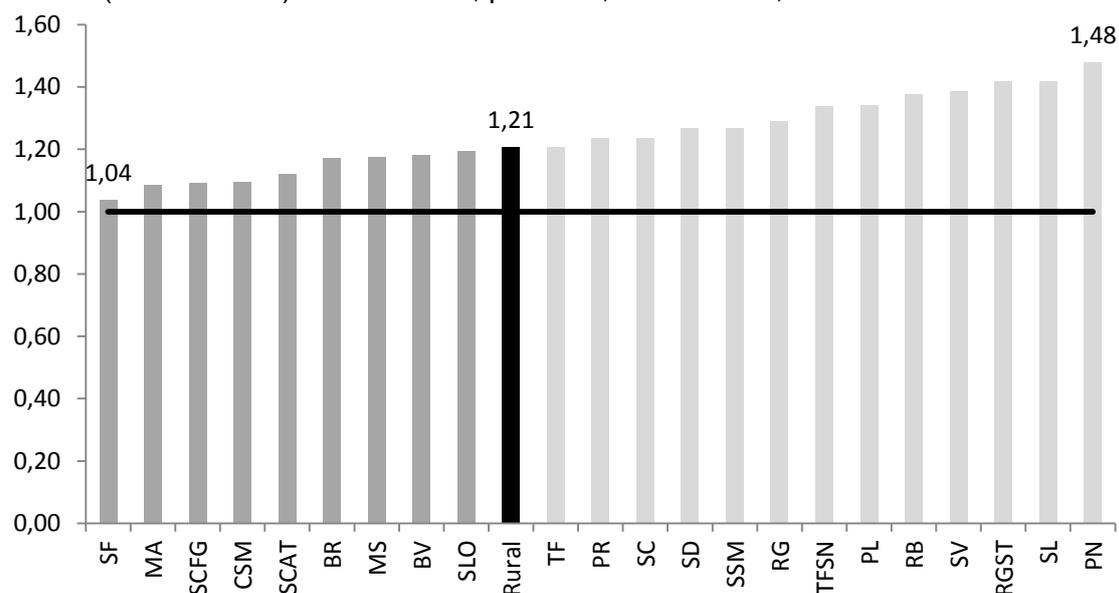


Fonte: INE-CV, Recenseamento Geral da População e Habitação, 2010

Nota: RG-Ribeira Grande; PL-Paúl; PN-Porto Novo; SV-S.Vicente;SL-Sal; TFSN- Tarrafal de S. Nicolau; RB- Ribeira Brava; BV-Boa Vista; MA-Maio; TF- Tarrafal; SCAT-Santa Catarina; SC- Santa Cruz; PR- Praia;CSM-Calheta S.Miguel; SLO- São Lourenço dos Órgãos; SSM- São Salvador do Mundo;RGST- Ribeira Grande de Santiago; MS-Mosteiros; SF- S.Filipe;SCFG- Santa Catarina de Fogo; BR- Brava

Relativamente à parte rural dos concelhos de Cabo Verde, observa-se o mesmo padrão que aquele descrito no Gráfico 14. A menor diferença entre a taxa líquida nas raparigas e nos rapazes (cerca 4% favorável para as raparigas) é observado no concelho S.Filipe. Esta diferença, aumenta em outros concelhos para atingir o máximo de cerca de 48 % em favor das raparigas no concelho de Porto Novo (rácio M/H=1,48). De uma maneira geral verifica-se que o meio rural é relativamente mais heterogéneo em relação à taxa líquida de escolarização no secundário quando se compara com o meio urbano (Gráfico 13 e Gráfico 14)

Gráfico 14: Relação de Feminidade (RF) da Taxa líquida de escolarização no Ensino Secundário (12 a 17 anos) no meio rural, por sexo, e concelhos, Cabo Verde 2010.



Fonte: INE-CV, Recenseamento Geral da População e Habitação, 2010

Nota: RG-Ribeira Grande; PL-Paúl; PN-Porto Novo; SV-S.Vicente;SL-Sal; TFSN- Tarrafal de S. Nicolau; RB- Ribeira Brava; BV-Boa Vista; MA-Maio; TF- Tarrafal; SCAT-Santa Catarina; SC- Santa Cruz; PR- Praia;CSM-Calheta S.Miguel; SLO- São Lourenço dos Órgãos; SSM- São Salvador do Mundo;RGST- Ribeira Grande de Santiago; MS-Mosteiros; SF- S.Filipe;SCFG- Santa Catarina de Fogo; BR- Brava

A análise das figuras 8 e 9 abaixo, apresentadas sob a forma de mapas evidencia a variação e diferença da Taxa Líquida de Escolarização entre homens e mulheres de 12 a 17 anos nas zonas rurais e urbanas respectivamente diferentes concelhos complementam a análise realizada aos Gráficos 13 e 14. A legenda mostra as diferentes tonalidades de cores e intervalos de variação da Taxa Bruta de Escolarização.

Figura 8: Taxa Líquida de Escolaridade (%) de 12 a 17 anos, meio rural Feminino vs. Masculino, Cabo Verde 2010

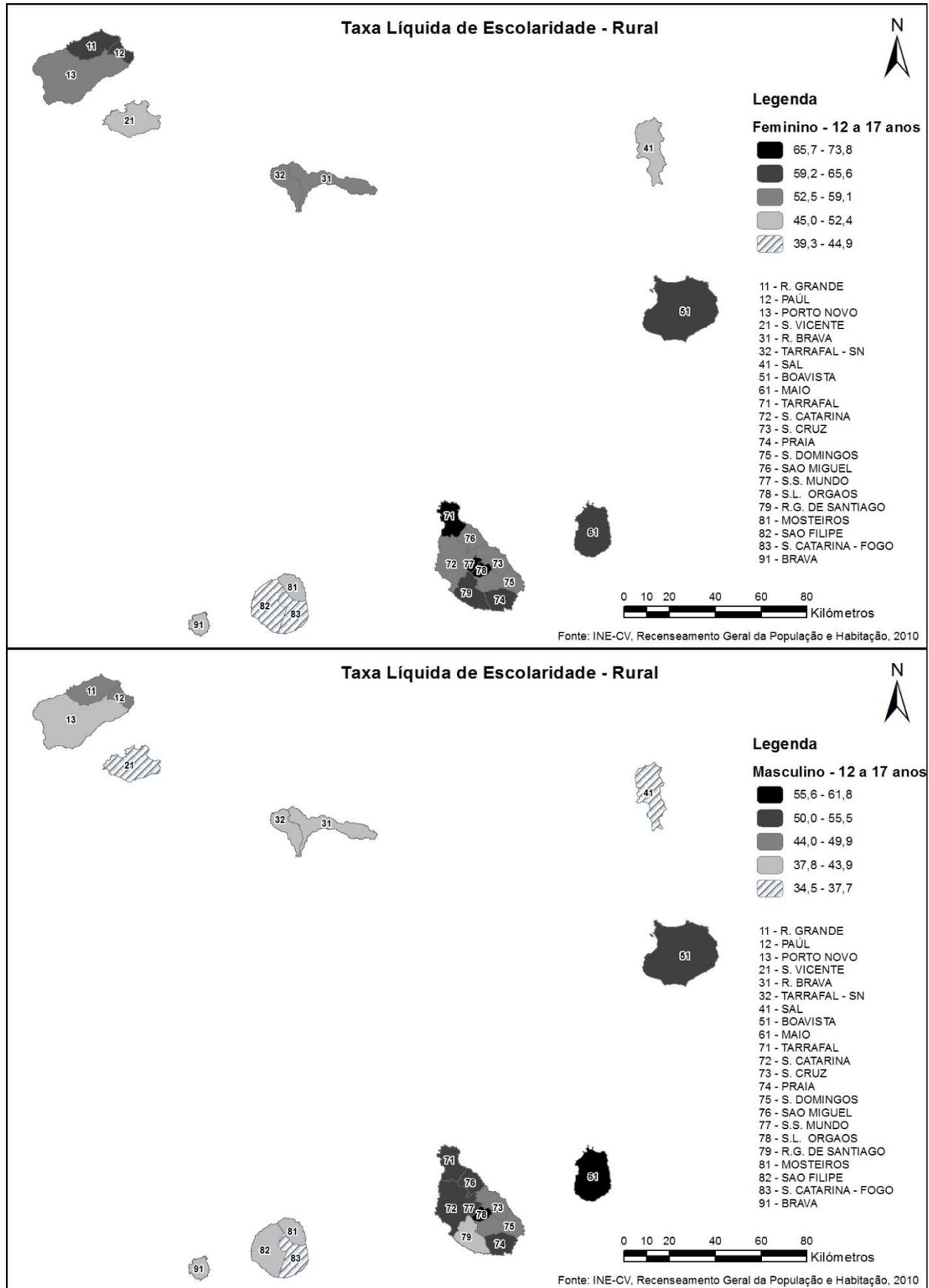
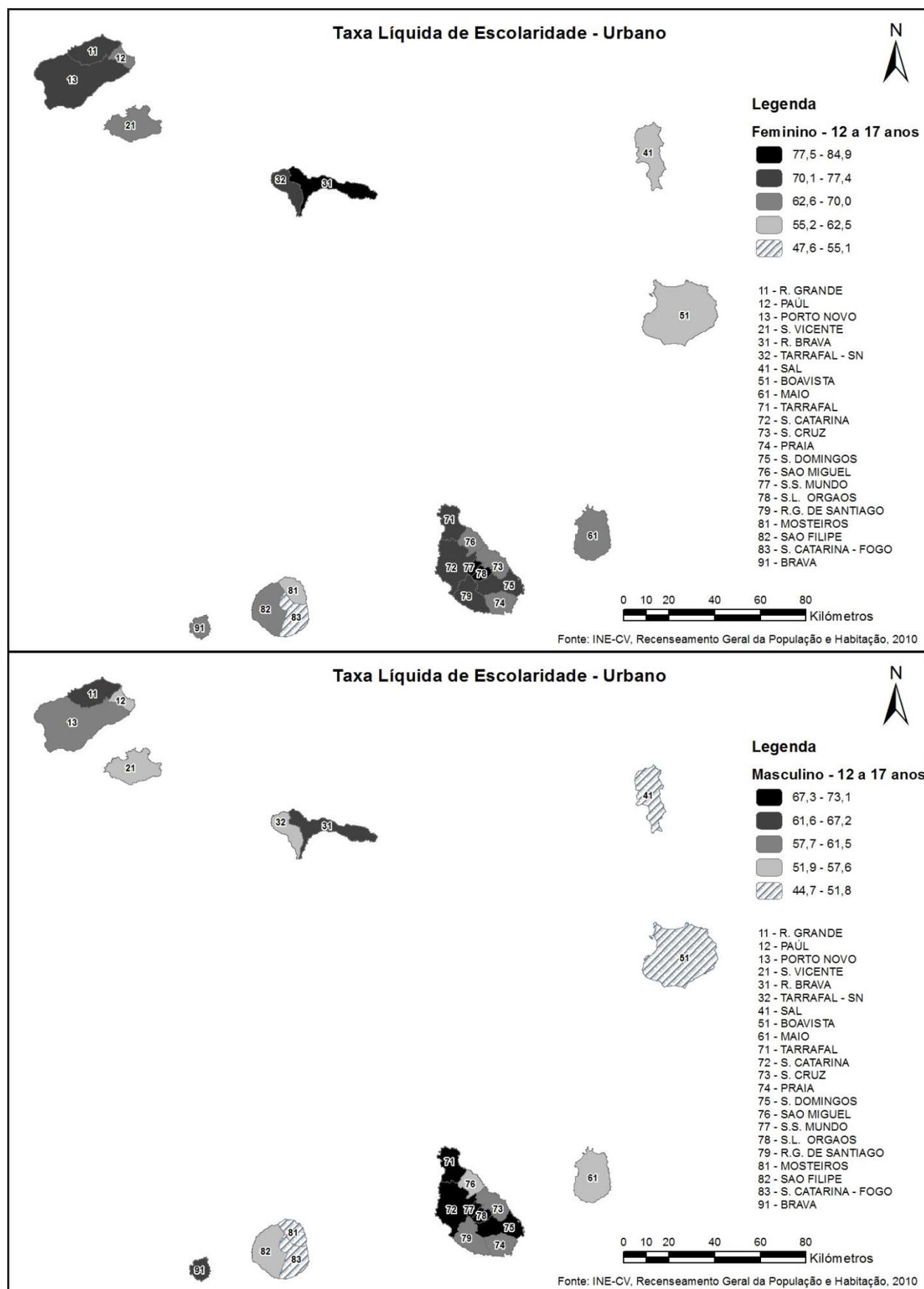


Figura 9: Taxa Líquida de Escolaridade (%) de 12 a 17 anos, meio rural Feminino vs. Masculino, Cabo Verde 2010



CAPITULO IV: ALFABETISMO/ANALFABETISMO

Neste capítulo analisa-se a capacidade para ler e escrever (alfabetismo ou alfabetização) da população cabo-verdiana e sua estrutura segundo algumas características seleccionadas tais como: sexo, grupos de idade, meio de residência e concelhos. Analisa-se ainda o indicador que sintetiza o nível de alfabetismo/ alfabetização segundo as mesmas características com intuito de salientar os subgrupos a serem priorizados no sentido de fornecer elementos para formular políticas a fim de reduzir ainda mais as diferenças. Para este capítulo será utilizado indistintamente o termo alfabetismo ou alfabetização para significar a mesma coisa “a capacidade para ler e escrever”. Segundo UNESCO (2009:3) os níveis de alfabetismo /alfabetização de uma população constituem, por um lado, um reflexo do nível alcançado pelo sistema educativo e seu avanço e por outro lado, um indício do potencial humano que pode dedicar-se ao desenvolvimento económico, social e cultural do país.

4.1. Estrutura e volume: nacional e por sexo

A Tabela 14 apresenta a composição da população de 6 anos ou mais (número e em percentagem) segundo a capacidade para ler e escrever, por sexo, destacando a proporção de pessoas de sexo masculino que sabem ler e escrever em comparação com as do sexo feminino.

Tabela 14: População de 6 anos ou mais, distribuída (em efectivo e em %) por capacidade para ler e escrever segundo sexo, Cabo Verde, 2010

Capacidade para ler e escrever	Sexo				Total	RF	Ambos os sexos	
	Masculino		Feminino				Total	%
	Efectivo	%	Efectivo	%			Efectivo	%
Sabe ler e escrever	185 394	52,0	171 439	48,0	100	0,92	356 833	82,8
Não sabe ler nem escrever	27 289	37,1	46 317	62,9	100	1,70	73 606	17,1
NS/NR	293	51,5	276	48,5	100	0,94	569	0,1
Total de 6 anos ou +	212 976	49,4	218 032	50,6	100	1,02	431 008	100,0

Fonte: INE-CV, Recenseamento Geral da População e Habitação, 2010

Da leitura desta tabela constata-se que o público-alvo para análise de alfabetismo é composto por 431 008 pessoas de 6 anos ou mais. Deste total, 212 976 (representando 49 %) era do sexo masculino e 218 032 pessoas (representando 51 %) era do sexo feminino. Relativamente à capacidade para ler e escrever, verifica-se que do total geral, 356 833 (representando 83 %) declararam que sabem ler e escrever e 73 600 pessoas (representando 17 %) declararam que não sabem ler nem escrever. Observa-se ainda que 569 pessoas (correspondendo a 0,1%) não responderam ou não declararam se sabem ler e escrever ou não.

Relativamente à distribuição segundo sexo referente ao número de pessoas que declararam que sabem ler e escrever, verifica-se que a estrutura da população de 6 anos ou mais é claramente mais equilibrada: 48 % delas são mulheres e 52 % são homens (representando numa diferença em termos de Relação de Feminidade ($0,48/0,52 = 0,92$). Isto significa que a percentagem de mulheres que sabem ler e escrever é cerca de 8 % inferior comparativamente à percentagem de homens que sabem ler e escrever). Relativamente à distribuição segundo sexo no seio das pessoas de 6 anos ou mais que não sabem ler nem escrever a diferença é ainda maior e em desvantagens para as mulheres comparadas aos homens. Com efeito, esta diferença traduzida em percentagem, representa cerca de 70 % superior para as mulheres comparadas aos homens (RF=1,70).

4.2. Estrutura e volume: meio de residência, por sexo

A Tabela 15 apresenta a composição da população de 6 anos ou mais (em efectivo e em %) por meio de residência e capacidade para ler e escrever, diferenciando a proporção de pessoas de sabem ler e escrever segundo sexo em um dos meios de residência.

Tabela 15: População de 6 anos ou mais distribuídos (em efectivo e em %) por meio de residência e capacidade para ler e escrever segundo sexo, Cabo Verde, 2010

Capacidade para ler e escrever	Sexo				Total	RF	Ambos os sexos	
	Masculino		Feminino				Efectivo	%
	Efectivo	%	Efectivo	%				
Urbano: 6 anos ou +	132 541	49,7	133 996	50,3	100	1,01	266 537	100,0
Sabe ler e escrever	118 949	51,6	111 350	48,4	100	0,94	230 299	86,4
Não sabe ler nem escrever	13 385	37,3	22 465	62,7	100	1,68	35 850	13,5
NS/NR	207	53,4	181	46,6	100	0,87	388	0,1
Rural: 6 anos ou mais	80 435	48,9	84 036	51,1	100	1,04	164 471	100,0
Sabe ler e escrever	66 445	52,5	60 089	47,5	100	0,90	126 534	76,9
Não sabe ler nem escrever	13 904	36,8	23 852	63,2	100	1,72	37 756	23,0
NS/NR	86	47,5	95	52,5	100	1,11	181	0,1

Fonte: INE-CV, Recenseamento Geral da População e Habitação, 2010

Da leitura desta tabela verifica-se que do total 266 537 pessoas de 6 anos ou mais residentes no meio urbano, há uma ligeira predominância de pessoas do sexo feminino comparativamente às pessoas de sexo masculino. Com efeito, contaram-se 133 996 mulheres (representando 50,3%) e 132 541 homens (representando 49,7%). Esta diferença traduz-se numa Relação de Feminidade de 1,01. Isto equivale dizer que a percentagem mulheres no seio da população de 6 anos ou mais a residir no meio urbano é 1% superior que a percentagem de homens nas mesmas condições.

No meio rural a distribuição da população de 6 anos ou mais por sexo é mais assimétrica representando um RF de 1,04 (traduzindo numa diferença de 4 % em favor das mulheres).

Relativamente à capacidade para ler e escrever, observa-se que, do total de 266 537 pessoas de 6 anos ou mais residentes no meio urbano, 230 299 delas declararam que sabem ler e escrever (representando 86 %) e 35 850 delas declararam que não sabem ler nem escrever (representando cerca de 14 %). Relativamente ao total que declararam “sabem ler e escrever”, as mulheres estão em clara desvantagem representando um RF de 0,94 (traduzindo numa diferença em termos de sexo de 6 % em desvantagens das mulheres). A maior diferença encontra-se quando se analisa no grupo dos que declararam que “não sabem ler nem escrever”. Neste caso, as mulheres estão em desvantagens ainda mais profunda, quando se observa que a percentagem das que “não sabem ler nem escrever” (63 %) é cerca de 68 % superior (RF=1,68) à percentagens de homens que declararam “não saber ler nem escrever” (37%).

No meio rural verifica-se que, de um total de 164 471 pessoas de 6 anos, 126 534 entre elas declararam saber ler e escrever (representando 77 %) e 37 756 declararam não saber ler nem escrever (representando 23 %). Relativamente à análise segundo sexo, o rácio de Feminidade indica também no meio rural a percentagem de mulheres que sabem ler e escrever é relativamente inferior à dos homens, sendo que esta diferença é ainda maior no meio rural comparando com o meio urbano (RF=0,90 e 0,94 respectivamente).

A diferença percentual entre homens e mulheres no seio de pessoas que “não sabem ler nem escrever” é ainda, relativamente, maior no meio rural (traduzindo num RF=1,72) do que no meio urbano em que RF=1,68. Esta diferença é, em termos percentuais, cerca de 72 % e cerca de 68 % superior, mas desfavorável para as mulheres comparadas com os homens no meio rural e no meio urbano respectivamente (c.f, Tabela 15).

4.3. Taxa de alfabetismo/alfabetização

Neste ponto caracteriza-se o nível de alfabetismo em Cabo Verde à luz de seu principal e mais conhecido indicador: a taxa de alfabetismo. Destaca-se ainda a proporção contrária (taxa de analfabetismo) no seio da população de 15 anos ou mais. Segundo a UNESCO a taxa de analfabetismo de adultos designa, especificamente, a proporção da população de 15 anos e mais que não sabe ler e escrever. Este ponto será analisado com base nos dados das pessoas que efectivamente responderam à questão “se sabe ler e escrever”, ou seja excluiu-se da análise as “não respostas”.

4.3.1. Intensidade e diferenças entre os sexos: nível nacional

A Tabela 16 indica a intensidade e a diferença do Alfabetismo e de Analfabetismo em Cabo Verde, focalizando na diferença de intensidade quanto à capacidade para ler e escrever entre homens e mulheres.

Tabela 16: População de 15 anos ou mais distribuídos (em efetivo e %) por capacidade para ler e escrever segundo sexo, Taxa de Alfabetização (%) e Taxa de Analfabetismo (%), Cabo Verde, 2010

Capacidade para ler e escrever	Sexo				RF	Ambos os sexos	
	Masculino		Feminino			Efetivo	%
	Efetivo	%	Efetivo	%			
Cabo Verde: 15 anos ou mais	165 031	49,2	170 663	50,8	1,03	335 694	100,0
Sabe ler e escrever	146 111	52,5	132 212	47,5	0,90	278 323	100,0
Não sabe ler nem escrever	18 686	32,8	38 224	67,2	2,05	56 910	100,0
Não sabe, não responde	234	50,8	227	49,2	0,97	461	100,0
Não se sabe a idade	209	58,9	146	41,1	0,70	355	100,0
Taxa de Alfabetismo (>=15 , em %)		88,5		77,5	0,88		82,9
Taxa de Analfabetismo (>=15 , em %)		11,5		22,5	1,96		17,1

Fonte: INE-CV, Recenseamento Geral da População e Habitação, 2010

Como o objectivo principal desta tabela é de mostrar a Taxa de Alfabetismo e a Taxa de Analfabetismo, somente elas serão alvo de interpretação. Assim, observa-se que a taxa de alfabetismo para o conjunto de pessoas de 15 anos ou mais, em 2010, era de 83 % (88,5 % nos homens e 77,5 % nas mulheres). Em termos de analfabetismo observa-se que, ao nível da população de 15 anos ou mais, cerca de 17% não sabem ler nem escrever. Esta percentagem é mais elevada entre as mulheres (cerca de 23 %) do que entre os homens (cerca de 12%). Isto traduz num rácio de Feminidade de 1,96, significando que a taxa de analfabetismo/alfabetização entre as mulheres é, em 2010, quase o dobro da taxa de analfabetismo nos homens. Isto mostra que apesar de ganhos importantes em termos de redução do nível de analfabetismo, em termos gerias, particularmente na redução do fosso entre homens e mulheres em termos de alfabetização, a taxa de analfabetismo nas mulheres é, efectivamente, cerca de 96 % superior comparando com a registada entre os homens.

4.3.2. Intensidade e diferenças entre os sexos: meio de residência

A Tabela 17 ilustra a intensidade e a diferença de alfabetismo e de analfabetismo em Cabo Verde, focalizando na diferença quanto à capacidade para ler e escrever entre homens e mulheres em cada um dos meios de residência.

Tabela 17: População de 15 anos ou mais distribuídos (em efectivo e %) por capacidade para ler e escrever segundo sexo, Taxa de alfabetização (%) e Taxa de analfabetismo (%), Cabo Verde, 2010

Capacidade para ler e escrever	Sexo				RF	Total	
	Masculino		Feminino			Efectivo	%
	Efectivo	%	Efectivo	%			
Urbano: 15 anos ou mais	105 467	49,6	106 989	50,4	1,02	212 456	100,0
Sabe ler e escrever	96 791	52,1	89 057	47,9	0,92	185 848	100,0
Não sabe ler nem escrever	8 496	32,3	17 778	67,7	2,10	26 274	100,0
Não sabe não responde	180	53,9	154	46,1	0,86	334	100,0
Taxa de alfabetismo (>=15 , em %)	91,8		83,2		0,91	87,5	
Taxa de analfabetismo (>=15 , em %)	8,2		16,8		2,05	12,5	
Rural: 15 anos ou mais	59 564	48,3	63 674	51,7	1,07	123 238	100,0
Sabe ler e escrever	49 320	53,3	43 155	46,7	0,88	92 475	100,0
Não sabe ler nem escrever	10 190	33,3	20 446	66,7	2,00	30 636	100,0
Não sabe não responde	54	42,5	73	57,5	1,35	127	100,0
Taxa de alfabetismo (>=15 , em %)	82,8		67,8		0,82	75,0	
Taxa de analfabetismo (>=15 , em %)	17,2		32,2		1,87	25,0	

Fonte: INE-CV, Recenseamento Geral da População e Habitação, 2010

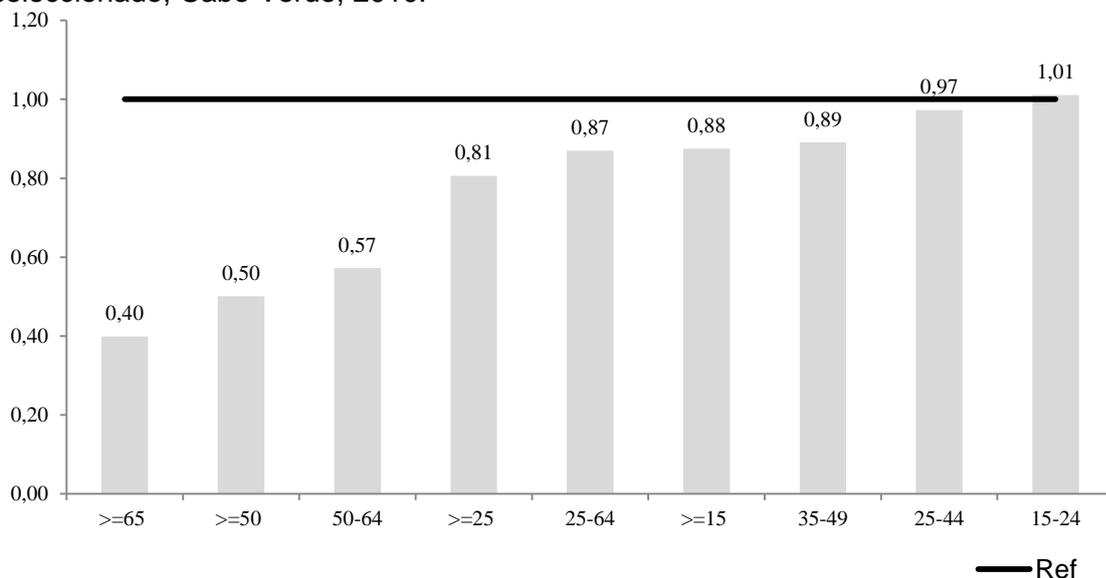
Analisando a taxa de alfabetismo apresentada na Tabela 17, depara-se com dois factos: i) a diferença da taxa de alfabetismo é visível entre indivíduos de sexo diferente do mesmo meio de residência; ii) Esta diferença também é evidente entre meios de residência para indivíduos do mesmo sexo. Por exemplo, no meio urbano de cada 100 pessoas de 15 anos ou mais 88 delas sabem ler e escrever independentemente do seu sexo, ao passo que no meio rural encontram-se 75 pessoas nestas condições num grupo de 100 pessoas de 15 anos ou mais. Quando se analisa por sexo, constata-se, que independentemente do meio de residência, a taxa de alfabetismo nas mulheres é sempre inferior à dos homens. Esta diferença é maior no meio rural: cerca de 22 % inferior (RF=67,8/82,8) comparada com meio urbano, em que o RF é cerca de 10 % inferior (RF=83,2/91,8).

4.3.3. Intensidade e diferenças entre os sexos: grupos de idade

O Gráfico 15 ilustra as diferenças existentes entre a taxa de alfabetismo em diferentes grupos etários seleccionados. Esta análise procura salientar basicamente as diferenças existente entre homens e mulheres relativamente à taxa de alfabetismo geral (15 anos ou mais), e a taxa de alfabetismo dos jovens (15 a 24 anos). Recorda-se que a taxa de alfabetismo nos jovens reflecte os resultados recentes no processo de educação de base. Trata-se de uma medida que resume a eficácia actual do sistema de educação (UNESCO 2009:58). Este organismo considera ainda que uma taxa de alfabetismo elevada¹⁰ entre os jovens de 15 a 24 anos indica um elevado nível de participação no ensino primário e que neste nível consegue-se proporcionar os conhecimentos básicos essenciais de leitura e de escrita. Outrossim, dado que as pessoas neste grupo de idade estão a entrar na vida adulta e no mercado de trabalho, a determinação do nível de alfabetismo é de extrema importância para a formulação de políticas nacionais relativamente a recursos humanos e da previsão sobre o progresso em matéria de alfabetização de adultos (UNESCO 2009:58).

A introdução duma linha de referência (igual à unidade), neste gráfico delimita grupos de idade em que a taxa de alfabetismo nas mulheres e nos homens são diferentes. A linha que representa o Rácio (M/H) também foi introduzida no gráfico com intuito de medir o quão importante é esta discrepância.

Gráfico 15: Relação de Feminidade (RF) da Taxa de alfabetismo (%) por grupo específico seleccionado, Cabo Verde, 2010.



Fonte: INE-CV, Recenseamento Geral da População e Habitação, 2010

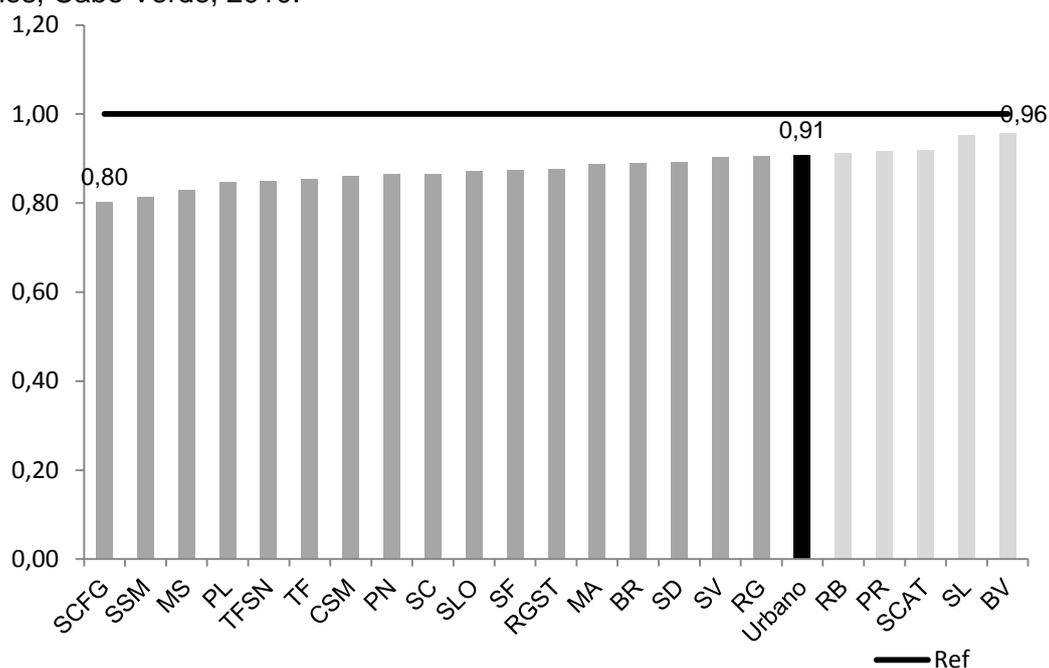
¹⁰ Infelizmente, neste relatório, não se conseguiu, apurar nos documentos pesquisas qual seria o limiar para se considerar uma taxa de alfabetização dos jovens de 15 a 24 anos elevada. Contudo, pode-se estipular, embora sem nenhuma referência objectiva, que se a taxa for superior à média nacional pode-se considerar elevada.

O Gráfico 8 mostra que o grupo etário mais homogéneo (praticamente com a mesma taxa de alfabetismo entre os homens e entre as raparigas) é o grupo dos 15 a 24 anos. No outro extremo encontra-se o grupo de 65 anos ou mais com maior diferença entre a taxa de alfabetismo nos homens e nas mulheres. A maior diferença de género relativamente à taxa de alfabetização no grupo de 65 anos ou mais ilustra claramente dois factos: i) que esta diferença é praticamente devido à percentagem relativamente baixa (cerca de 19 em cada 100 de pessoas de sexo feminino) que sabem ler e escrever neste grupo etário e, ii) que globalmente o efeito da geração sobre a educação ainda é visível nos grupos das pessoas mais idosas. Com efeito, a geração mais nova é mais alfabetizada que a mais antiga. Se no grupo de 15 a 24 anos, quase a totalidade (pelo menos 9 em cada 10 jovens sabem ler e escrever independentemente de rapaz ou rapariga, já no grupo dos idosos de 65 anos ou mais a situação é inversa (ou seja, pelo menos 7 em cada 10 idosos não sabem ler nem escrever, com reflexo profundo para as mulheres, em que esta taxa atinge cerca de menos 8 em cada 10 mulheres).

4.3.4. Intensidade e diferenças entre os sexos: concelhos urbanos

O Gráfico 16 e o Gráfico 17 ilustram as diferenças existentes entre a taxa de alfabetismo nos homens e nas mulheres em diferentes concelhos e meios de residência do país. Este gráfico encontra-se apresentado segundo valores ordenados de uma forma crescente em termos de Relação de Feminidade em relação à taxa de alfabetismo nas mulheres comparadas com a dos homens. A utilização deste tipo de gráficos permite, entre outros, 1) visualizar, por ordem de importância ou magnitude da diferença entre as taxas de alfabetismo nos homens e nas mulheres em diferentes concelhos; 2) separar e comparar os concelhos com taxas de alfabetismo superior à média nacional dos concelhos com as taxas de alfabetismo inferior à média nacional; 3) distinguir os concelhos em que a taxa de alfabetismo das mulheres é: menor, maior ou igual à taxa de alfabetismo dos homens.

Gráfico 16: Relação de Feminidade (RF) da Taxa de alfabetismo (%) no meio urbano dos concelhos, Cabo Verde, 2010.



Fonte: INE-CV, Recenseamento Geral da População e Habitação, 2010

Nota: RG-Ribeira Grande; PL-Paúl; PN-Porto Novo; SV-S.Vicente;SL-Sal; TFSN- Tarrafal de S. Nicolau; RB- Ribeira Brava; BV-Boa Vista; MA-Maio; TF- Tarrafal; SCAT-Santa Catarina; SC- Santa Cruz; PR- Praia;CSM-Calheta S.Miguel; SLO- São Lourenço dos Órgãos; SSM- São Salvador do Mundo;RGST- Ribeira Grande de Santiago; MS- Mosteiros; SF- S.Filipe;SCFG- Santa Catarina de Fogo; BR- Brava.

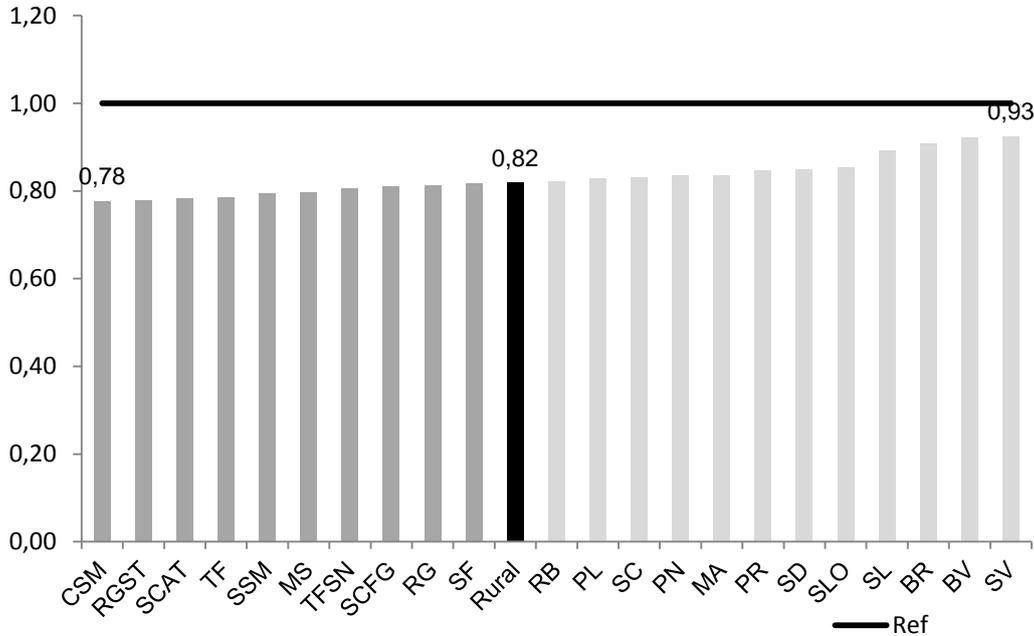
A análise do Gráfico 16 permite verificar que na parte urbana do concelho de Santa Carina do Fogo-SCFG é onde se regista maior diferença entre a taxa de alfabetismo dos homens e das mulheres (cerca de 10 % inferior em desfavor para as mulheres comparativamente aos homens) quando se compara com a diferença noutros concelhos. No outro extremo, encontra-se a parte urbana do concelho de Boa vista onde se regista a menor diferença entre a taxa de alfabetismo nos homens e mulheres (cerca de 4 % inferior em desfavor para as mulheres comparativamente aos homens). Nota-se ainda que na maior parte dos concelhos urbanos (de SCFG até a Ribeira Grande de Santo Antão-RG) a diferença entre taxa de alfabetismo nos homens e a taxa de alfabetismo nas mulheres é menor que a diferença média da parte urbana do país (RF=0,91).

4.3.5. Intensidade e diferenças entre os sexos: concelhos rurais

A diferença de taxa de alfabetismo entre homens e mulheres na parte rural dos diferentes concelhos é analisada no Gráfico 17 em que se apresenta com valores organizados por ordem crescente em termos de Relação de Feminidade em relação à taxa de alfabetismo nas mulheres comparadas com a dos homens. Assim, observa-se que a zona rural do concelho de Calheta São Miguel é onde se regista a maior diferença relativamente à taxa de alfabetismo entre homens e mulheres comparativamente a outros concelhos do país (esta diferença é

traduzida na ordem de 20% inferior e em desfavor das mulheres comparativamente aos homens). No extremo oposto, encontra-se a zona rural do concelho S.Vicente onde se regista a menor diferença, e, ela se situa à volta de 4% inferior nas mulheres comparativamente aos homens).

Gráfico 17: Relação de Feminidade (RF) da Taxa de alfabetismo (%) no meio rural dos concelhos, Cabo Verde, 2010.



Fonte: INE-CV, Recenseamento Geral da População e Habitação, 2010

Nota: RG-Ribeira Grande; PL-Paúl; PN-Porto Novo; SV-S.Vicente;SL-Sal; TFSN- Tarrafal de S. Nicolau; RB- Ribeira Brava; BV-Boa Vista; MA-Maio; TF- Tarrafal; SCAT-Santa Catarina; SC- Santa Cruz; PR- Praia;CSM-Calheta S.Miguel; SLO- São Lourenço dos Órgãos; SSM- São Salvador do Mundo;RGST- Ribeira Grande de Santiago; MS- Mosteiros; SF- S.Filipe;SCFG- Santa Catarina de Fogo; BR- Brava.

A análise das figuras 10 e 11 abaixo, apresentadas sob a forma de mapas evidenciando a variação e diferença das taxas de Alfabetização entre homens e mulheres nas zonas rurais e urbanas respectivamente diferentes concelhos complementam a análise realizada nos Gráficos 16 e 17. A legenda mostra as diferentes tonalidades de cores e intervalos de variação da taxa de alfabetização.

Figura 10: Taxa de Alfabetização (%) no meio rural: Feminino vs. Masculino, Cabo Verde 2010

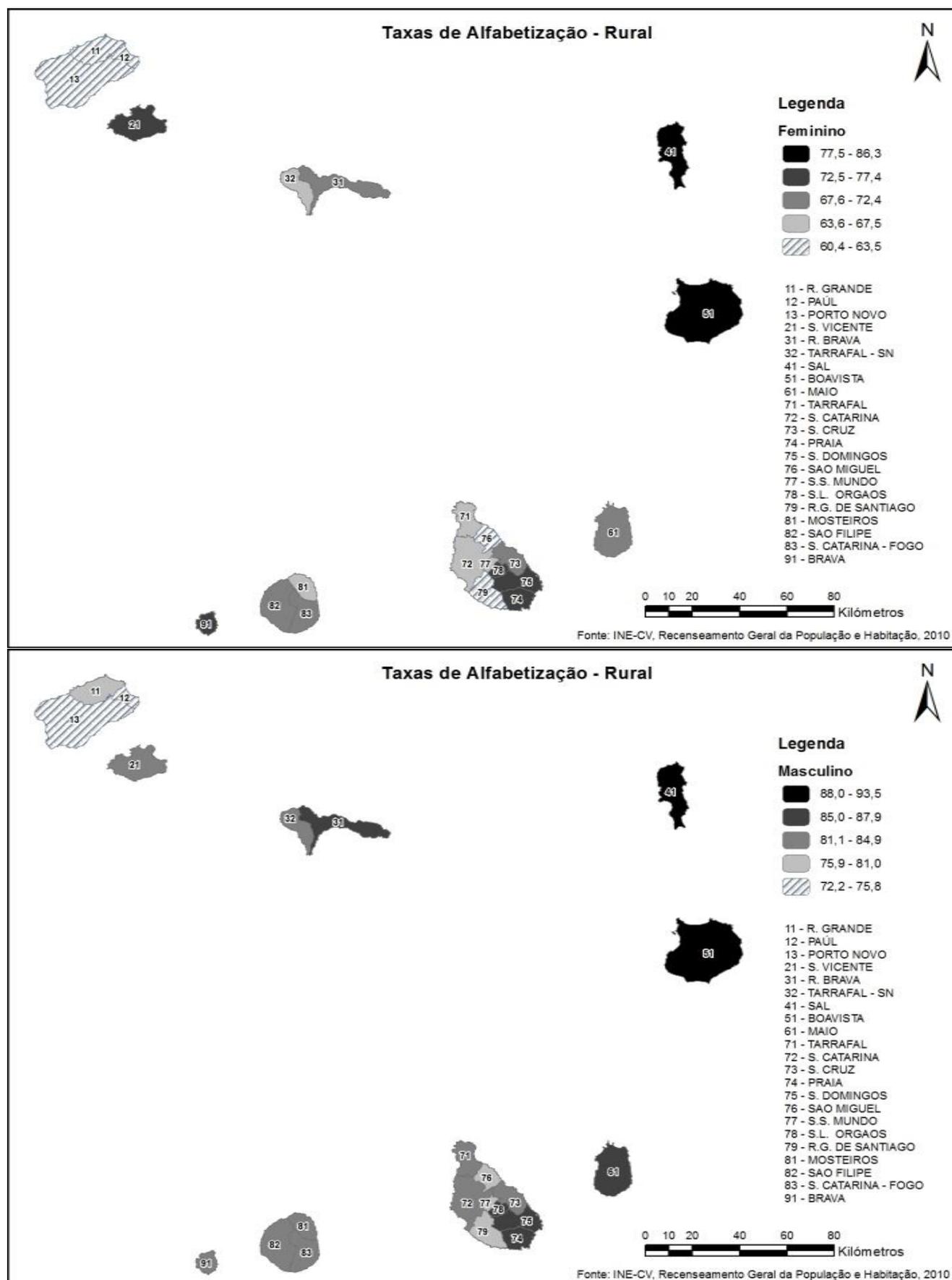
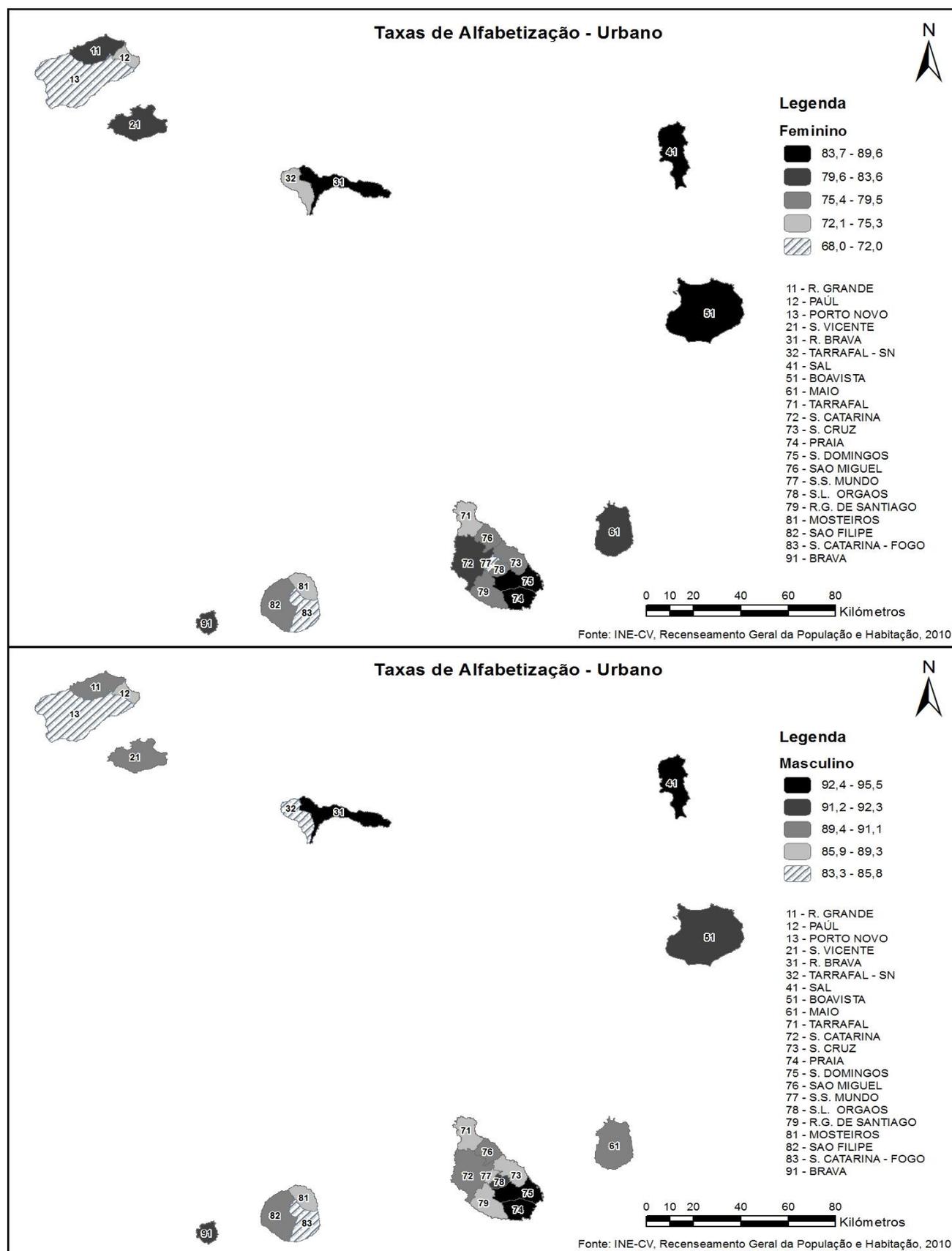


Figura 11: Taxa de Alfabetização (%) no meio urbano: Feminino vs. Masculino, Cabo Verde 2010



4.4. Evolução do Alfabetismo de 2000 a 2010: estrutura e intensidade

Neste ponto apresenta-se, uma análise comparativa da taxa de alfabetismo de 2000 a 2010 em que o objectivo principalmente é de analisar a evolução do nível de alfabetismo num período de 10 anos. Nesta comparação analisa-se ainda a evolução da diferença deste indicador entre homens e mulheres em cada um dos meios de residência.

A análise da Tabela 18 e do Gráfico 19, confirmam que Cabo Verde vem registando ganhos contínuos em matéria de alfabetização: A percentagem de pessoas que sabem ler e escrever aumentou de 75 % em 2000 para cerca de 83 %, em 2010. Mas as diferenças entre os sexos e, entre os meios de residência ainda persistem. Com efeito, a diferença entre a taxa de alfabetização nos homens e nas mulheres, que era de 16 pontos percentuais, reduz-se para se fixar em cerca de 11 pontos percentuais nos últimos 10 anos. Isto poderá significar que, neste período alfabetizaram-se, em média, cerca de 11 em cada 100 pessoas anualmente.

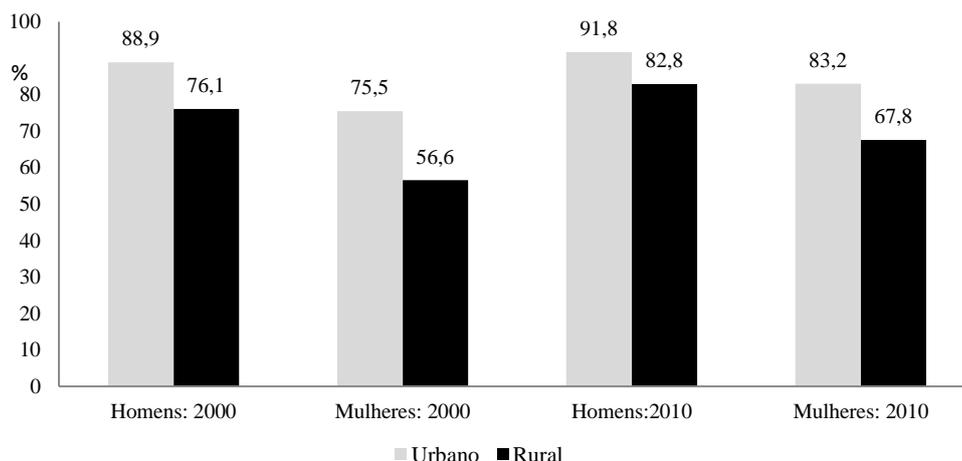
Gráfico 18: Evolução da população de 15 anos ou mais que sabem ler e escrever, Variação de 2010/2010 (em %) por sexo, meio de residência, e RF (%), Cabo Verde, 2000 e 2010.

Capacidade para ler e escrever	2000		2010		Variação de 2010/2010 (%)
	Efectivo	%	Efectivo	%	
Cabo Verde	185 887	74,8	278 323	82,9	10,8
Masculino	96 721	83,5	146 111	88,5	6,0
Feminino	89 166	67,2	132 212	77,3	15,0
Rácio Feminidade (RF=M/H)		0,8		0,9	8,5
Urbano	115 291	81,9	185 848	87,5	6,8
Masculino	59 284	88,9	96 791	91,8	3,3
Feminino	56 007	75,5	89 057	83,2	10,2
Rácio Feminidade (RF=M/H)		0,8		0,9	6,7
Rural	70 596	65,5	92 475	75	14,5
Masculino	37 437	76,1	49 320	82,8	8,8
Feminino	33 159	56,6	43 155	67,8	19,8
Rácio Feminidade (R.F=M/H)		0,7		0,8	10,1

Fonte: INE-CV, Recenseamento Geral da População e Habitação, 2010

Nota: se a soma das distribuições percentuais não perfazerem 100%, é por causa dos arredondamentos em número de casas decimais.

Gráfico 19: Evolução da Taxa de Alfabetização entre homens e mulheres e meio de residência, Cabo Verde 2000 e 2010.



Fonte: INE-CV, Recenseamento Geral da População e Habitação, 2010

O ganho substancial em matéria de alfabetização da população cabo-verdiana deveu-se, sobretudo, ao ganho visível na alfabetização das mulheres, correspondendo ao maior incremento, comparativamente aos homens (seja: 15% para mulheres contra 6% para os homens neste mesmo período). O aumento da taxa de alfabetização é mais expressivo no meio urbano que no meio rural: cerca de 15% contra 7% nesses últimos 10 anos. Estes ganhos e avanços contínuos e consideráveis em matéria de alfabetização culminaram com uma redução progressiva e visível da diferença entre a taxa de alfabetismo, tanto entre homens e mulheres como entre o meio urbano e rural, nos últimos 10 anos. Contudo, mesmo com estes ganhos, a diferença entre homens e mulheres em matéria de alfabetização, ainda persiste e vale a pena salientar. Com efeito, a percentagem de mulheres alfabetizadas é ainda cerca de 15 % inferior¹¹ à dos homens.

¹¹ Uma das formas de se saber este rácio pode-se calcular a distância (em percentagem) que “falta a percorrer” para atingir ao valor da taxa da alfabetização nos homens. Ex: $100 * (77 - 89) / 77 = -15\%$ ou simplesmente calcula-se o rácio masculinidade $R.M = 89 / 77 = 1,16$

CAPÍTULO V: NÍVEL DE INSTRUÇÃO, ANO DE ESTUDO E ÁREA DE FORMAÇÃO

Na sociedade contemporânea marcada pela racionalização ao nível de várias esferas da vida condicionada pelos imperativos científico-tecnológicos, a instrução, enquanto apropriação de conhecimentos, valores e atitudes essenciais por parte dos cidadãos, constitui uma condição fundamental para a afirmação da cidadania. Nos tempos modernos, não ter nenhum nível de instrução pode constituir um factor de exclusão principalmente no mercado de trabalho mas também pode limitar e inibir a capacidade do indivíduo na apropriação e participação na vida política e social.

Para efeito desta análise, este capítulo foi dividido em 2 partes: 1) a composição da população segundo nível de instrução, onde se analisa basicamente a estrutura, volume e intensidade tanto ao nível nacional como a desagregação por sexo, meio de residência e concelho a fim de diferenciar o nível de instrução actual (que estava a frequentar no momento do censo) do nível de instrução passada (que já frequentou, mas não frequentava no momento do censo).

As informações sobre o nível mais elevado frequentado ou que estava a frequentar permitiram por exemplo, agrupar, a população com 3 anos ou mais em três categorias de níveis de ensino, tais como:

- Sem secundário ou no máximo primário (sem nível/pré escolar, alfabetização e ensino básico integrado);
- Secundário (via geral, via técnica até 1994, via técnica entre 1994 a 2004 e via técnica depois de 2004);
- Médio ou superior (curso médio, bacharelato, licenciatura, mestrado e doutoramento).

Este agrupamento é frequentemente utilizado em vários Tabelas e Gráficos ao longo deste relatório. É importante ressaltar que muitos comportamentos demográficos e socioeconómicos como, por exemplo, a fecundidade e o acesso ao mercado de trabalho dependem mais das diferenças entre as categorias de nível de instrução consideradas que dentro de cada uma destas categorias. Estes factos constituem uma das razões fundamentais para que metodologicamente se realizam estes agrupamentos nessa fase de análise.

5.1. Nível de instrução: volume e composição

Pretende-se neste tópico mostrar um panorama geral do nível de instrução focando na situação actual e diferenciando-a da situação passada. Tenciona-se, igualmente evidenciar a diferença na estrutura e na intensidade do nível de instrução por sexo e por meio de residência.

5.1.1. Estrutura ao nível nacional

A avaliação do nível de instrução actual pode traduzir-se em esforços a realizar no sentido de formular políticas, relativamente ao capital humano. Por isso, o nível de instrução actual será avaliado através da frequência actual de um nível de ensino. Recorde-se que a variável “nível de instrução” foi observada, como o nível máximo alcançado na população de 3 anos ou mais independentemente da sua conclusão ou não. Esta variável foi observada segundo 12 categorias originais. Assim, a Tabela 18 mostra a distribuição da população de 3 anos ou mais no seio de cada sexo, segundo estas categorias.

Tabela 18: População de 3 anos ou mais, distribuídos (em efectivo e em %), por nível de instrução segundo a frequência (actual, ou passada) e população escolarizada, Cabo Verde, 2010

Nível de instrução	Frequência Escolar				Pop. Escolarizada Total	
	Atual		Passada		Efectivo	%
	Efectivo	%	Efectivo	%		
Total de 3 ou+ (freq. escolar) *	185 641	100,0	214 946	100,0	400 587	100,0
Pré-escolar	20 452	11,0	791	0,4	21 243	5,3
Alfabetização	1 308	0,7	6 390	3,0	7 698	1,9
Ensino Básico	86 666	46,7	111 760	52,0	198 426	49,5
Ensino secundário via geral	62 705	33,8	74 811	34,8	137 516	34,3
Ensino Sec. via técnica (até 1994)	604	0,3	1 555	0,7	2 159	0,5
Ensino Sec. técnica (1994/2004)	835	0,4	1 249	0,6	2 084	0,5
Ensino Sec.via técnica (após 2004)	1 332	0,7	1 097	0,5	2 429	0,6
Curso médio	1 476	0,8	3 188	1,5	4 664	1,2
Bacharelato	905	0,5	2 052	1,0	2 957	0,7
Licenciatura	8 744	4,7	9 742	4,5	18 486	4,6
Mestrado	410	0,2	1 233	0,6	1 643	0,4
Doutoramento	91	0,0	254	0,1	345	0,1
Não se sabe o nível	113	0,1	824	0,4	937	0,2

Fonte: INE-CV, Recenseamento Geral da População e Habitação, 2010

Nota:*Nesta tabela não se considerou os “sem nível/nunca frequentou um estabelecimento de ensino” (59 663). Esta é uma das razões da diferença em relação ao total de pessoas de 3 anos ou mais. Portanto só foram consideradas as pessoas em que se conhece o seu nível de instrução.

Da leitura da Tabela 18 observa-se que, ao nível geral, a população escolarizada de 3 anos ou mais (a frequentar actualmente ou que já não frequenta, no momento do censo 2010) possui, na sua maior parte o nível básico (49,5%) ou o nível secundário via geral (34,3 %). No entanto, regista-se ainda que cerca de 5,3 % de pessoas de 3 anos ou mais possuem o nível pré-escolar e que 5% possuem licenciatura ou mais. Relativamente à frequência actual, verifica-se cerca de 46,7% estavam no Ensino básico, seguido de cerca de 33,8% que estavam no nível secundário via geral. Verifica-se ainda que cerca de 11% estavam no Pré-escolar. É de salientar que 5% estavam a frequentar a licenciatura ou superior com maior expressão para a licenciatura com cerca de 4,7%.

No que concerne à frequência passada (as pessoas que frequentava, mas que no momento de censo 2010, já não frequentava nenhum nível de ensino), verifica-se que uma percentagem muito reduzida (0,4%) pessoas “permaneceram” com o nível pré-escolar incluindo as situações de pré-escolar antes da reforma de ensino. Observa-se ainda que cerca de 52% de pessoas de 3 anos ou mais “ficaram” pelo nível básico, seguido de cerca de 34,8% que “não progrediram” para além do secundário via geral e de cerca de 5 % atingiram a licenciatura.

A configuração das percentagens apresentadas na Tabela 19 permite apreciar a contribuição da frequência actual versus a frequência passada relativamente à população escolarizada total em cada nível de ensino. Da leitura desta tabela, constata-se que de uma maneira geral, cerca de 46% das pessoas de 3 anos estavam a frequentar um nível de ensino no momento do censo e 54% “já não frequentavam” nenhum nível de ensino. A diferença entre frequência passada e a frequência actual de um nível de ensino é mostrada na última coluna da Tabela 19. Assim, vai ser analisado o indicador que indica a diferença da frequência actual vis-à-vis à frequência passada: rácio frequência passada em relação à frequência actual.

Constata-se que, em termos gerais, no seio da população de 3 anos ou mais a proporção de pessoas que “já não frequentavam” nenhum nível de ensino é cerca de 20% superior àquelas que “estavam a frequentar no momento um nível de ensino”.

Com excepção do pré-escolar (onde a expressividade da frequência passada é quase negligenciável comparada com a frequência actual) e do Ensino secundário via técnica a partir de 2004 (em que a frequência passada é cerca e 20 % inferior), verifica-se que em todos os outros níveis de ensino a proporção das pessoas que “já não frequentavam” nenhum nível de ensino é relativamente superior à proporção das pessoas que “estavam a frequentar” um nível de ensino. A menor diferença encontra-se na licenciatura (Rácio frequência pass/actual=1,1) e a maior diferença é registada na alfabetização (Rácio frequência pass/actual=4,9) (c.f Tabela 19 a abaixo).

Tabela 19: População de 3 anos ou mais, distribuídos (em efectivo e em %), segundo a frequência (actual e passada) por nível de instrução, Cabo Verde, 2010

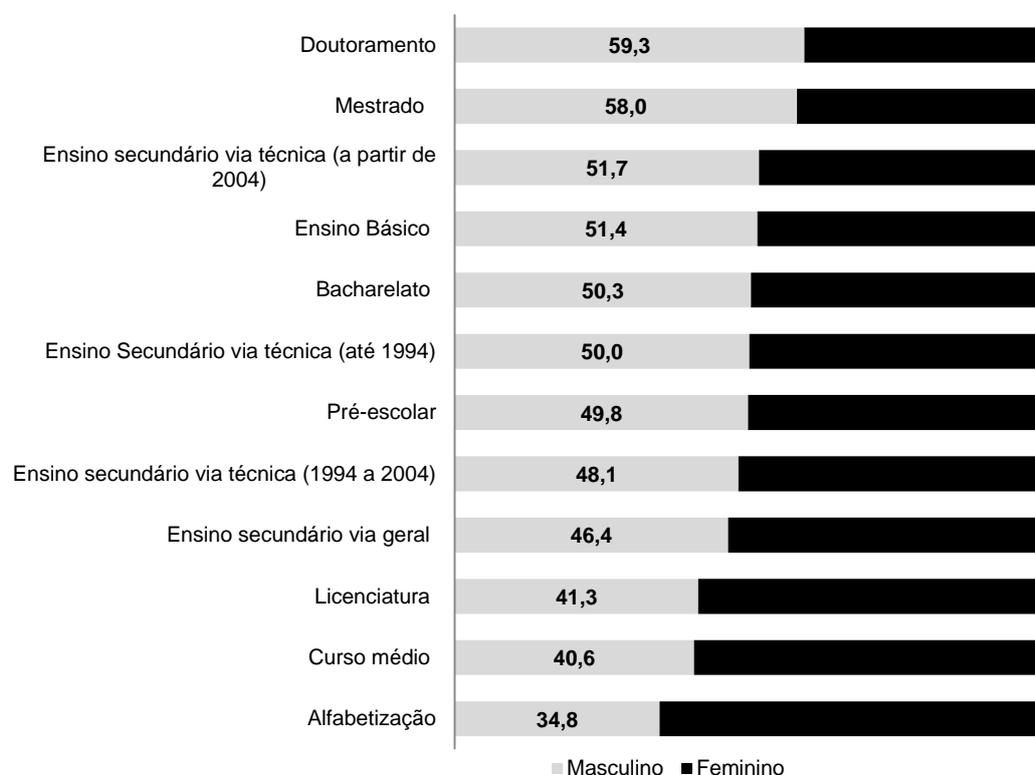
Nível de instrução*	Frequência Escolar		Pop. Escolarizada		Diferença Passada v.s Actual		
	Actual	%	Passada	%	Total	%	Rácio (pass/actual)
Total de 3 ou+ (com freq. escolar) *	185 641	46,3	214 946	53,7	400 587	100	1,2
Pré-escolar	20 452	96,3	791	3,7	21 243	100	0,0
Alfabetização	1 308	17,0	6 390	83,0	7 698	100	4,9
Ensino Básico	86 666	43,7	111 760	56,3	198 426	100	1,3
Ensino Sec. via geral	62 705	45,6	74 811	54,4	137 516	100	1,2
Ensino Sec. técnica (>=1994)	604	28,0	1 555	72,0	2 159	100	2,6
Ensino Sec. técnica (1994/2004)	835	40,1	1 249	59,9	2 084	100	1,5
Ensino secund. via técnica (a partir de 2004)	1 332	54,8	1 097	45,2	2 429	100	0,8
Curso médio	1 476	31,6	3 188	68,4	4 664	100	2,2
Bacharelato	905	30,6	2 052	69,4	2 957	100	2,3
Licenciatura	8 744	47,3	9 742	52,7	18 486	100	1,1
Mestrado	410	25,0	1 233	75,0	1 643	100	3,0
Doutoramento	91	26,4	254	73,6	345	100	2,8
Não sabe o nível	113	12,1	824	87,9	937	100	7,3

Fonte: INE-CV, Recenseamento Geral da População e Habitação, 2010

Nota:* Nesta tabela não se considerou os “sem nível/nunca frequentou um estabelecimento de ensino” (59 663). Esta é uma das razões da diferença em relação ao total de pessoas de 3 anos ou mais. Portanto só foram consideradas as pessoas em que se conhece o seu nível de instrução.

O Gráfico 20 apresenta a distribuição percentual da população de 3 anos ou mais que “estavam a frequentar” um nível de ensino segundo o sexo. De acordo com este gráfico observa-se que no “nível secundário via técnica até 1994” há uma “perfeita” paridade de género. Em todos os níveis de ensino situados abaixo do “nível secundário via técnica até 1994” (sem obedecer o critério hierarquia de níveis) é predominantemente frequentado pelas mulheres, com maior diferença a registar-se na alfabetização (65 % de mulheres contra 35 % de homens). Ainda no mesmo gráfico, verifica-se que, ao contrário, os níveis situados acima do “secundário via técnica até 1994” é predominantemente frequentado pelos homens, com maior diferença a registar-se no doutoramento (41 % de mulheres e 59 % de homens).

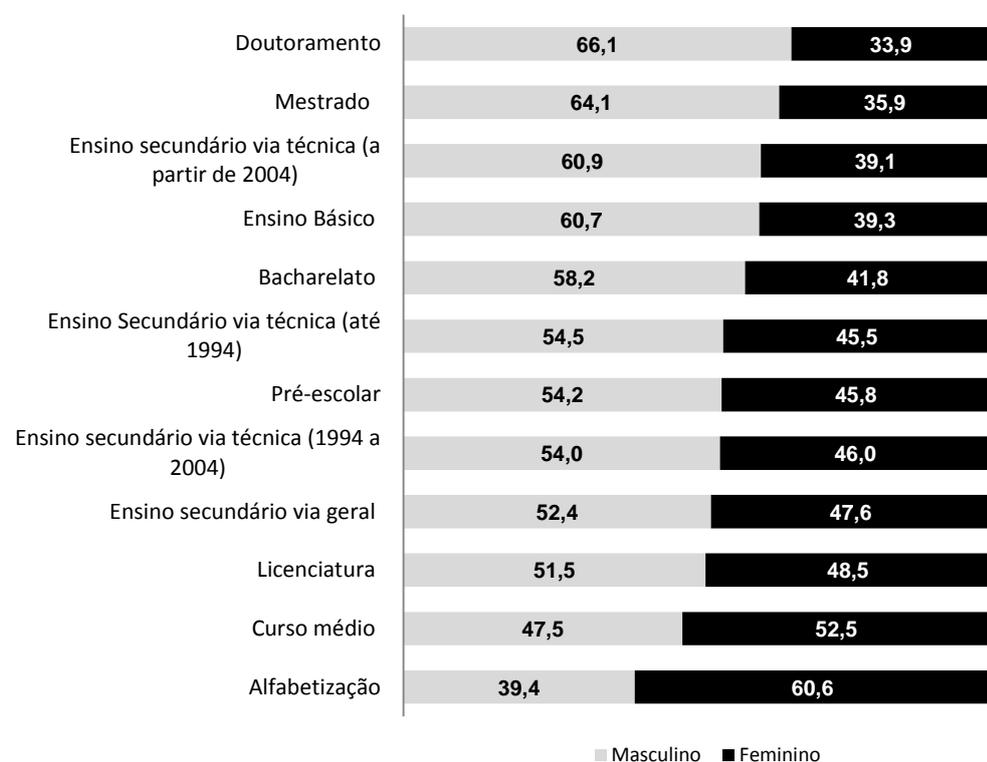
Gráfico 20: População de 3 anos ou mais distribuídos (em %) segundo a frequência actual do nível de instrução e sexo, Cabo Verde, 2010



Fonte: INE-CV, Recenseamento Geral da População e Habitação, 2010

O Gráfico 21 apresenta a mesma situação que a do Gráfico 20, mas focaliza-se na frequência passada. Assim, observa-se que, com a excepção do nível “alfabetização” e do “curso médio” onde há uma clara predominância de mulheres em detrimento de homens, nos restantes níveis de ensino a frequência passada é marcadamente dominada pelos homens. A diferença maior continua a ser no nível “doutoramento” (em que, no passado, de cada 3 pessoas com frequência de um curso de doutoramento, 2 era do sexo masculino Gráfico 21).

Gráfico 21: População de 3 anos ou mais distribuídos (em %) segundo a frequência "passada" do nível de instrução e sexo, Cabo Verde, 2010



Fonte: INE-CV, Recenseamento Geral da População e Habitação, 2010

5.1.2. Nível de instrução completado ou concluído: nacional

A conclusão ou não de um nível de ensino pode mostrar a qualidade do capital humano do país assim como permite também identificar as necessidades para elaborar políticas para melhorar o referido nível. A partir das 12 categorias originais sobre a frequência de um nível de instrução foram derivadas uma variável denominada “nível de instrução detalhado” contendo 23 modalidades derivadas, a fim de se analisar e distinguir a distribuição da população de 3 anos ou mais, segundo o sexo e o nível de instrução concluído e não concluído (Tabela 16).

A Tabela 20 apresenta a distribuição do nível de instrução mais elevado concluído ou não segundo o sexo. A análise de alguns dados da Tabela 20 permite observar que, por exemplo, ao nível nacional, do total 461 961 pessoas de 3 anos ou mais, 171 474 (representando 35 %) declararam não ter concluído o Ensino Básico e 26 931 (representando 5 %) declararam ter concluído o Ensino básico. Esta tabela mostra melhor, a importância de conclusão ou não de um nível segundo o sexo e aferir sobre a desigualdade de género na conclusão do nível de ensino. O rácio de Feminidade compara a equidade na conclusão ou não do nível. Nesta análise enfatiza mais a não conclusão do nível. Assim, quando se compara a conclusão ou não por sexo, em alguns níveis de ensino seleccionados, observa-se que, por exemplo, no nível secundário via geral regista-se maior equilíbrio de género na conclusão do nível

(RF=1,0). No entanto, constata-se também que, na maior parte dos níveis de instrução considerado a percentagem de mulheres que concluíram com êxito o referido nível é relativamente inferior à percentagem de homens. Se tomamos o caso do nível “licenciatura concluída” encontramos que a percentagem de mulheres que completaram com êxito este nível é ligeiramente inferior (cerca de 10 %) inferior comparativamente aos homens.

Tabela 20: População de 3 anos ou mais, distribuídos (em efectivo e em %) segundo sexo e nível de instrução detalhado, Cabo Verde, 2010

Nível de instrução	Sexo				Rácio (M/H)	Ambos os sexos	
	Masculino	%	Feminino	%			
Total de 3 anos ou mais	228 517	49,5	233 444	50,5	1,0	461 961	100
Sem nível	21 255	35,6	38 408	64,4	1,8	59 663	100
Pré-escolar	10 551	49,7	10 692	50,3	1,0	21 243	100
Alfabetização	2 975	38,6	4 723	61,4	1,6	7 698	100
Ensino Básico (não concluído)	90 648	52,9	80 826	47,1	0,9	171 474	100
Ensino Básico (concluído)	14 464	53,7	12 467	46,3	0,9	26 931	100
Ensino secundário via geral (não concluído)	60 985	50,5	59 838	49,5	1,0	120 823	100
Ensino Secundário via geral (concluído)	8 453	50,8	8 175	49,2	1,0	16 628	100
Ensino Sec. técnica (>= 1994 não concluído)	826	58,2	594	41,8	0,7	1 420	100
Ensino Secund. técnica (< 1994 concluído)	472	63,9	267	36,1	0,6	739	100
Ensino Sec. técnica (1994/2004 n/ concluído)	906	54,3	762	45,7	0,8	1 668	100
Ensino Sec. técnica (1994/ 2004 concluído)	255	61,6	159	38,4	0,6	414	100
Ensino Sec. técnica (>= 2004 não concluído)	814	52,5	737	47,5	0,9	1 551	100
Ensino Sec. técnica (>= 2004 concluído)	372	53,8	320	46,2	0,9	692	100
Curso médio (não concluído)	885	44,2	1 119	55,8	1,3	2 004	100
Curso médio (concluído)	1 260	50,9	1 217	49,1	1,0	2 477	100
Bacharelato (não concluído)	663	52,6	597	47,4	0,9	1 260	100
Bacharelato (concluído)	985	58,2	708	41,8	0,7	1 693	100
Licenciatura (não concluído)	4 386	43,0	5 805	57,0	1,3	10 191	100
Licenciatura (concluído)	4 249	52,2	3 885	47,8	0,9	8 134	100
Mestrado (não concluído)	313	59,1	217	40,9	0,7	530	100
Mestrado (concluído)	673	60,5	440	39,5	0,7	1 113	100
Doutoramento (não concluído)	69	58,5	49	41,5	0,7	118	100
Doutoramento (concluído)	153	67,4	74	32,6	0,5	227	100
Não se sabe o nível	689	73,5	248	26,5	0,4	937	100
Não sabe se concluiu o último ano	1 216	52,1	1 117	47,9	0,9	2 333	100

Fonte: INE-CV, Recenseamento Geral da População e Habitação, 2010

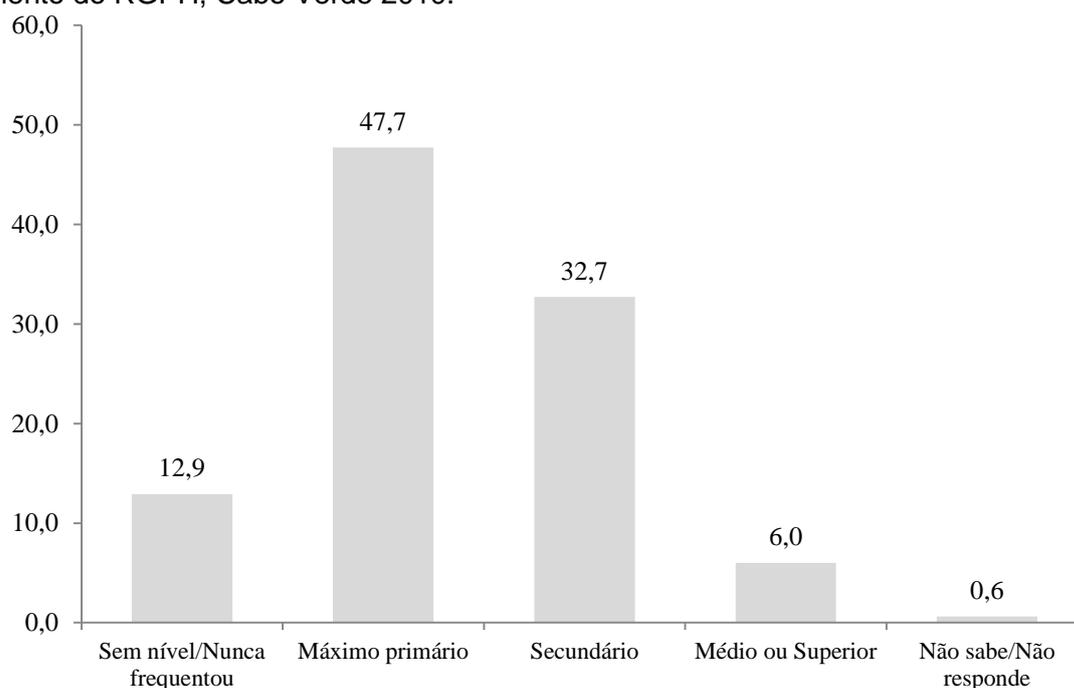
Nota: Na categoria “Concluído” ou “Não concluído” inclui, eventualmente, as pessoas que não declararam a frequência escolar.

5.1.3. Agrupamento do nível de instrução: nacional

A partir deste tópico a análise da distribuição da variável “nível de instrução” será feita com recurso à variável derivada a partir de agrupamento das categorias originais. Para isso derivaram-se as variáveis sobre o nível de instrução contendo 3 ou 4 categorias a partir das 12 categorias originais. Preferencialmente, trabalhou-se com a variável que continha as três modalidades seguintes: **Sem nível/nunca frequentou, no máximo Primário** (pré-escolar, alfabetização e primário); **Secundário**; **Médio/Superior**. A escolha destes agrupamentos está relacionada com alguns comportamentos sociodemográficos, por exemplo a fecundidade e o estatuto perante a actividade económica que podem não variar muito dentro da mesma categoria, mas podendo variar consideravelmente de uma categoria para outra.

O Gráfico 22 mostra a repartição da população de 3 anos ou mais segundo estas categorias, permitindo destacar a importância percentual dos diferentes níveis de ensino.

Gráfico 22: Repartição (%) da população de 3 anos ou mais, segundo o nível de instrução no momento do RGPH, Cabo Verde 2010.

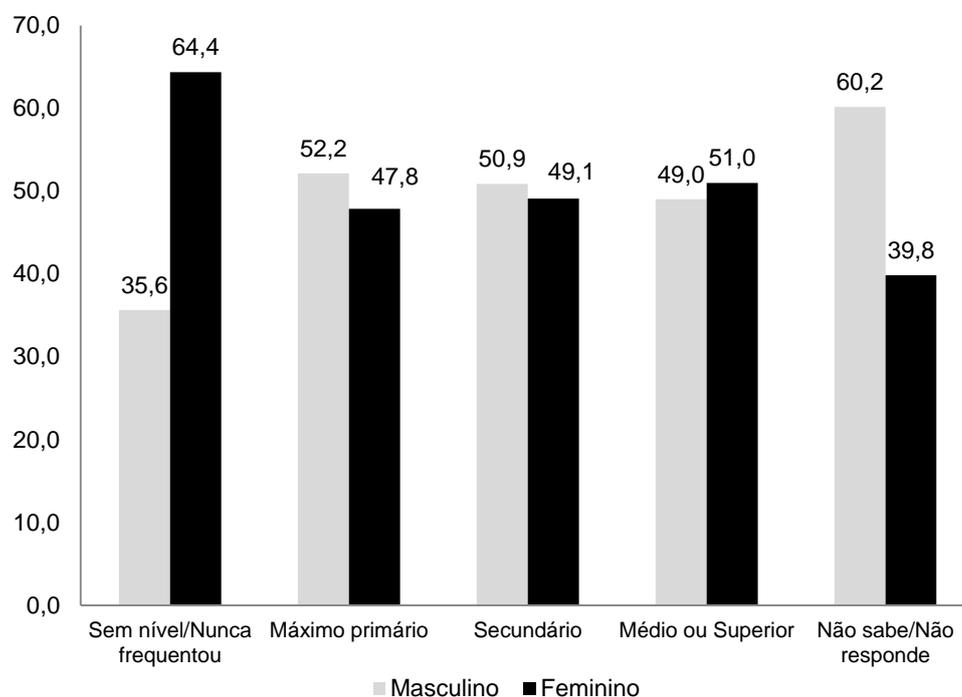


Fonte: INE-CV, Recenseamento Geral da População e Habitação, 2010

Da leitura deste gráfico observa-se que a esmagadora maioria da população de 3 anos ou mais tem no máximo o primário (48 %), cerca de 1/3 (33 %) da população de 3 ou mais tem o nível secundário e cerca de 6 % estava habilitada com o nível médio ou superior. O gráfico 14 ilustra um panorama sobre a distribuição por sexo da população de 3 anos ou mais em cada nível de ensino, permitindo complementar a análise ao Gráfico 13, assim como as demais análises realizadas até aqui. Da leitura do Gráfico 23, verifica-se que há uma ligeira

predominância de mulheres habilitadas com nível médio ou superior comparativamente aos homens.

Gráfico 23: População de 3 anos ou mais (em %) segundo o nível de instrução



Fonte: INE-CV, Recenseamento Geral da População e Habitação, 2010

5.1.4. Nível de instrução agrupado: concelho e sexo

A composição da população de 3 anos ou mais segundo nível de instrução em cada concelho e por meio de residência é apresentada nas duas tabelas abaixo: Apresenta-se primeiro a estrutura no meio urbano (Tabela 21 e, de seguida analisa-se a estrutura no meio rural a partir da Tabela 22).

Destacou-se a categoria “sem nível” (não escolarizada) da categoria “nível máximo primário” para analisar a variação dos “sem nível” por concelho. Calculou-se o rácio de Feminidade com intuito de comparar a percentagem de mulheres e homens em cada concelho relativamente a cada modalidade do nível de instrução.

Tabela 21: População de 3 anos ou mais do meio urbano distribuídos (em efectivo e em %) por nível de instrução, segundo sexo e Cabo Verde, 2010

Concelhos	Não escolarizada ^(a)			Máximo primário ^(b)			Secundário			Médio/ superior		
	M	F	RF	M	F	RF	M	F	RF	M	F	RF
RG	39,3	60,7	1,54	52,9	47,1	0,89	48,7	51,3	1,05	54,9	45,1	0,82
PL	39,2	60,8	1,55	59,1	40,9	0,69	54,1	45,9	0,85	52,2	47,8	0,92
PN	39,3	60,7	1,55	54,7	45,3	0,83	51,3	48,7	0,95	55,1	44,9	0,81
SV	34,9	65,1	1,86	53,4	46,6	0,87	51,1	48,9	0,96	45,8	54,2	1,18
RB	27,2	72,8	2,68	52,0	48,0	0,92	51,7	48,3	0,93	64,0	36,0	0,56
TFSN	35,6	64,4	1,81	54,9	45,1	0,82	51,7	48,3	0,94	59,1	40,9	0,69
SL	45,4	54,6	1,20	54,8	45,2	0,82	54,5	45,5	0,83	54,5	45,5	0,83
BV	50,7	49,3	0,97	59,3	40,7	0,69	61,2	38,8	0,63	54,6	45,4	0,83
MA	30,8	69,2	2,24	49,6	50,4	1,02	46,2	53,8	1,16	58,5	41,5	0,71
TF	30,5	69,5	2,28	46,3	53,7	1,16	48,4	51,6	1,06	53,8	46,2	0,86
SCAT	37,5	62,5	1,66	47,9	52,1	1,09	48,5	51,5	1,06	50,6	49,4	0,98
SC	35,6	64,4	1,81	51,7	48,3	0,93	48,7	51,3	1,05	54,1	45,9	0,85
PR	37,1	62,9	1,70	50,4	49,6	0,98	50,1	49,9	1,00	48,0	52,0	1,08
SD	25,0	75,0	3,00	51,9	48,1	0,93	47,5	52,5	1,11	50,0	50,0	1,00
CSM	28,2	71,8	2,55	49,4	50,6	1,02	47,3	52,7	1,11	51,1	48,9	0,96
SSM	26,5	73,5	2,78	48,1	51,9	1,08	51,5	48,5	0,94	38,1	61,9	1,63
SLO	27,6	72,4	2,63	50,8	49,2	0,97	48,1	51,9	1,08	65,0	35,0	0,54
RGST	39,4	60,6	1,54	53,1	46,9	0,88	52,9	47,1	0,89	50,0	50,0	1,00
MS	32,0	68,0	2,13	51,1	48,9	0,96	49,2	50,8	1,03	70,4	29,6	0,42
SF	34,7	65,3	1,88	52,9	47,1	0,89	50,0	50,0	1,00	74,3	25,7	0,35
SCFG	33,9	66,1	1,95	54,1	45,9	0,85	50,9	49,1	0,97	30,0	70,0	2,33
BR	31,5	68,5	2,18	47,4	52,6	1,11	53,6	46,4	0,87	73,9	26,1	0,35
Cabo Verde	34,6	65,4	2,0	52,1	47,9	0,9	50,8	49,2	1,0	54,9	45,1	0,9

Fonte: INE-CV, Recenseamento Geral da População e Habitação, 2010

Nota ^(a) esta categoria inclui somente os "sem nível"; ^(b) esta categoria inclui, somente pré-escolar, alfabetização e primário. F: feminino; M: Masculino; RF: Relação de Feminidade (F/M)

RG-Ribeira Grande; PL-Paúl; PN-Porto Novo; SV-S.Vicente;SL-Sal; TFSN- Tarrafal de S. Nicolau; RB- Ribeira Brava; BV-Boa Vista; MA-Maio; TF- Tarrafal; SCAT-Santa Catarina; SC- Santa Cruz; PR- Praia;CSM-Calheta S.Miguel; SLO- São Lourenço dos Órgãos; SSM- São Salvador do Mundo;RGST- Ribeira Grande de Santiago; MS-Mosteiros; SF- S.Filipe;SCFG- Santa Catarina de Fogo; BR- Brava

Assim, constata-se que, de uma maneira geral, na parte urbana dos diferentes concelhos do país, as diferenças maiores entre homens e mulheres são registadas na população não escolarizada. Escolhendo duas categorias do nível e instrução (ex: "não escolarizada" e "nível Médio/ Bacharel ou Superior" para serem analisadas separadamente, verifica-se que:

- 1) Em relação à população "não escolarizada", o concelho de Boa Vista é o único concelho em que há mais homens não escolarizados comparados com as mulheres. Com efeito, neste concelho as mulheres não escolarizadas representa cerca de 3 % inferior à dos homens "não escolarizados". Do lado oposto, encontra-se o concelho de São Domingos onde a diferença entre homens e mulheres nesta categoria é cerca de 3 vezes mais para as mulheres comparativamente aos homens.

2) Em relação ao nível “Médio, ou Superior” verifica-se que, apesar de um relativo equilíbrio entre homens e mulheres ao nível nacional, isto não é suficiente para superar as assimetrias em relação aos concelhos. Com efeito, verifica-se que na esmagadora maioria dos concelhos (nota-se em 16 dos 22 concelhos), a repartição percentual entre homens e mulheres com este nível de ensino é desigual em desfavor às mulheres. A maior diferença é verificada nos concelhos de São Filipe e Brava, com a mesma diferença correspondendo ao RF=0,35. Observa-se ainda que, com excepção dos Concelhos de São Domingos e da Ribeira Grande de Santiago, em que se regista um equilíbrio entre os sexos, nos restantes concelhos a situação é contrária. As maiores diferenças são registadas em desfavor das mulheres, nos concelhos de Santa Catarina de Fogo (RF=2,33) e São Salvador do Mundo (RF=1,63).

Tabela 22: População de 3 anos ou mais do meio rural distribuídos (em efectivo e em %) por nível de instrução, segundo sexo e Cabo Verde, 2010

Concelhos	Não escolarizada ^(a)			Máximo primário ^(b)			Secundário			Médio/ superior		
	M	F	RF	M	F	RF	M	F	RF	M	F	RF
RG	39,2	60,8	1,55	59,4	40,6	0,68	51,4	48,6	0,95	57,4	42,6	0,74
PL	41,0	59,0	1,44	60,8	39,2	0,64	53,4	46,6	0,87	60,8	39,2	0,64
PN	45,5	54,5	1,20	58,0	42,0	0,72	50,8	49,2	0,97	48,7	51,3	1,05
SV	44,3	55,7	1,26	57,9	42,1	0,73	47,3	52,7	1,11	53,8	46,2	0,86
RB	33,7	66,3	1,97	54,3	45,7	0,84	54,1	45,9	0,85	51,2	48,8	0,95
TFSN	36,5	63,5	1,74	56,7	43,3	0,76	56,7	43,3	0,76	*	**	***
SL	39,0	61,0	1,56	55,9	44,1	0,79	53,6	46,4	0,87	52,7	47,3	0,90
BV	43,0	57,0	1,33	59,9	40,1	0,67	65,4	34,6	0,53	58,2	41,8	0,72
MA	31,3	68,7	2,19	51,1	48,9	0,96	51,1	48,9	0,96	62,9	37,1	0,59
TF	29,5	70,5	2,39	47,4	52,6	1,11	48,0	52,0	1,08	59,4	40,6	0,68
SCAT	31,2	68,9	2,21	50,1	49,9	1,00	50,2	49,8	0,99	51,7	48,3	0,93
SC	34,4	65,6	1,91	51,9	48,1	0,93	48,0	52,0	1,08	54,6	45,4	0,83
PR	34,8	65,2	1,87	55,7	44,3	0,80	53,7	46,3	0,86	64,8	35,2	0,54
SD	37,4	62,6	1,67	51,3	48,7	0,95	48,3	51,7	1,07	50,8	49,2	0,97
CSM	29,4	70,6	2,40	47,4	52,6	1,11	48,9	51,1	1,04	50,7	49,3	0,97
SSM	32,9	67,1	2,04	50,6	49,4	0,98	49,1	50,9	1,04	48,3	51,7	1,07
SLO	34,9	65,1	1,87	51,0	49,0	0,96	51,0	49,0	0,96	52,3	47,7	0,91
RGST	34,2	65,8	1,92	51,1	48,9	0,96	49,1	50,9	1,04	42,1	57,9	1,38
MS	33,2	66,8	2,01	51,9	48,1	0,93	53,8	46,2	0,86	63,6	36,4	0,57
SF	34,1	65,9	1,93	51,0	49,0	0,96	52,8	47,2	0,89	68,7	31,3	0,46
SCFG	34,7	65,3	1,88	52,7	47,3	0,90	48,0	52,0	1,08	52,6	47,4	0,90
BR	41,2	58,8	1,43	51,3	48,7	0,95	50,6	49,4	0,98	69,8	30,2	0,43
Cabo Verde	36,2	63,9	1,8	53,5	46,5	0,9	51,6	48,4	0,9	56,0	44,0	0,8

Fonte: INE-CV, Recenseamento Geral da População e Habitação, 2010.

Nota: * (% muito baixa, tornando-a insignificante); ** (% muito alta, tornando-a quase a totalidade); *** (rácio de quase 100 % superior ou seja o quase o dobro).

^(a) esta categoria inclui somente os “sem nível”; ^(b) esta categoria inclui, somente pré-escolar, alfabetização e primário; F: feminino; M: Masculino; RF: Relação de Feminidade (F/M)

RG-Ribeira Grande; PL-Paúl; PN-Porto Novo; SV-S.Vicente;SL-Sal; TFSN- Tarrafal de S. Nicolau; RB- Ribeira Brava; BV-Boa Vista; MA-Maio; TF- Tarrafal; SCAT-Santa Catarina; SC- Santa Cruz; PR- Praia;CSM-Calheta S.Miguel; SLO- São Lourenço dos Órgãos; SSM- São Salvador do Mundo;RGST- Ribeira Grande de Santiago; MS-Mosteiros; SF- S.Filipe;SCFG- Santa Catarina de Fogo; BR- Brava

Relativamente à parte rural dos diferentes concelhos do país verifica-se também que, de uma maneira geral, as diferenças maiores entre homens e mulheres são registadas na população “não escolarizada”. Escolhendo as mesmas categorias do nível de instrução para serem analisadas separadamente, verifica-se que:

- 1) Em relação à população “não escolarizada”, a diferença entre homens e mulheres parece ser substancial e desfavorável para as mulheres em todos os concelhos: a diferença menor é registada no concelho de Porto Novo (RF=1,20) e a diferença maior é registada no concelho de Calheta de São Miguel (RF=2,40).
- 2) Em relação ao nível “Médio ou Superior” observa-se que, na quase totalidade dos concelhos (ou seja em 19 dos 22 concelhos), a repartição percentual entre homens e mulheres é desigual em desfavor às mulheres. A maior diferença é registada no concelho de Brava com um RF=0,43. Dito de outro modo, a percentagem de mulheres com nível “Médio/ ou Superior” é cerca de 57 % inferior nas mulheres comparativamente aos homens nas zonas rurais destas Ilha/concelho.

5.1.5. Nível de Instrução do representante vs. Nível de instrução do indivíduo

A Tabela 23 mostra a variação do nível máximo dos indivíduos do sexo masculino e feminino no agregado familiar segundo o nível de representante. Esta tabela permite analisar uma eventual relação entre o nível de instrução do representante e o nível de instrução máximo dos membros do agregado sob a hipótese de que o nível de instrução do representante impacta directamente o nível de instrução de seus membros. Para esta análise o nível instrução máximo no agregado foi derivado/construído exceptuado o nível do representante.

Tabela 23: Distribuição (%) da População de 3 anos ou mais por sexo e nível de instrução máximo no agregado familiar, segundo nível de instrução do representante, Cabo Verde, 2010

Nível máximo de instrução, no agregado, diferente do nível do representante	Nível de instrução do representante				
	No máximo Ensino Básico	Secundário	Médio ou superior	NS/NR	Total
Homens					
No máximo EB	18,1	9,9	3,5	13,9	14,9
Secundário	48,3	43,7	23,9	38,4	44,9
Médio ou superior	7,9	13,9	40,5	5,5	12,2
NS/NR	1,7	1,4	1,0	16,5	1,7
Não se aplica (é representante)	24,1	31,1	31,1	25,7	26,3
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Mulheres					
No máximo EB	15,6	14,7	7,1	11,1	15,0
Secundário	52,0	40,7	23,4	42,2	48,6
Médio ou superior	7,9	12,9	34,8	10,9	10,2
NS/NR	1,6	1,5	1,1	11,2	1,6
Não se aplica (é representante)	22,9	30,1	33,6	24,6	24,6
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: INE-CV, Recenseamento Geral da População e Habitação, 2010

A partir desta tabela observa-se, na diagonal, que o aumento do nível de instrução parece impactar mais no aumento do nível e instrução dos membros do sexo masculino comparativamente aos membros do sexo feminino. Por exemplo, verifica-se que quando o representante tem no máximo o nível “ensino básico” há mais indivíduos de sexo masculino com o mesmo nível de instrução comparativamente aos indivíduos de sexo feminino: 18 % contra 16 % respectivamente para masculino e feminino. Relativamente ao “nível médio ou superior”, observa-se que, quando o representante tem no máximo esse nível de instrução, há cerca de 41% de indivíduos do sexo masculino com o mesmo nível de instrução. Mas esta percentagem reduz para 35 % quando o mesmo nível de instrução máximo é atingido pelos residentes do sexo feminino (Tabela 23).

A Tabela 24 mostra a mesma situação referenciada na tabela 18 mas diferenciando-a por meio de residência. A partir desta tabela observa-se, na diagonal, que o aumento do nível de instrução até secundário, parece impactar mais no aumento do nível e instrução dos membros residentes no meio rural comparativamente aos membros do meio urbano. Por exemplo, verifica-se que quando o representante tem no máximo o nível “ensino básico” há mais indivíduos residentes no meio rural com no máximo o nível de instrução comparativamente aos indivíduos do meio urbano: 20 % contra 14 % respectivamente para indivíduos do meio rural e urbano. Relativamente ao “nível médio ou superior”, observa-se que, quando o representante

tem no máximo esse nível de instrução, há cerca de 40% de indivíduos residente no meio urbano com o mesmo nível de instrução. Mas esta percentagem reduz para 25 % nos indivíduos de 3 anos ou mais residentes no meio rural habilitados com, no máximo o mesmo nível e instrução.

Tabela 24: Distribuição (%) da População de 3 anos ou mais por meio de residência e nível de instrução máximo no agregado familiar, segundo nível de instrução do representante, Cabo Verde, 2010

Nível máximo de instrução, no agregado, diferente do nível do representante	Nível de instrução do representante				
	No máximo Ensino Básico	Secundário	Médio ou superior	NS/NR	Total
Urbano					
No máximo EB	14,0	10,7	4,4	10,4	12,1
Secundário	48,8	41,1	22,6	37,4	44,0
Médio ou superior	10,8	15,2	39,7	9,5	15,0
NS/NR	1,7	1,4	1,1	15,7	1,7
Não se aplica (é representante)	24,7	31,6	32,2	26,9	27,3
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Rural					
No máximo EB	19,9	16,9	9,8	19,1	19,5
Secundário	51,9	47,8	34,7	45,2	51,2
Médio ou superior	4,5	6,7	25,4	1,8	5,1
NS/NR	1,7	1,5	0,5	12,5	1,7
Não se aplica (é representante)	21,9	27,1	29,6	21,4	22,6
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: INE-CV, Recenseamento Geral da População e Habitação, 2010.

5.2. Nível de instrução passada da população de 25 anos ou mais

O nível de instrução passado pode traduzir-se em esforços atuais que o país terá de fazer no sentido de satisfazer algumas necessidades decorrentes dos investimentos contínuo em capital humano (UNESCO,2009:38). O nível de instrução passado será “estimado” a partir da frequência escolar referentes às pessoas de 25 anos ou mais que no momento do censo “já não frequentavam” um estabelecimento de ensino.

5.2.1. Estrutura por sexo: nacional

A Tabela 25 apresenta dados sobre a repartição da população de 25 anos que potencialmente já “terminaram os estudos ou não estudam mais”. Esta população constitui a principal mão-de-obra disponível por nível de instrução adquirido. Assim, a análise da tabela 20 a baixo é particularmente importante porque permite avaliar a importância da qualidade do capital humano do país, e, permite ainda identificar as necessidades que auxiliam a desenhar e implementar políticas para melhorar qualidade do capital humano. Uma concentração relativamente elevada de indivíduos com um dado nível de educação reflecte a capacidade e eficácia do sistema de ensino a esse nível, e, reflecte ainda o impacto acumulado sobre a

constituição do capital humano. Como o nível de educação determina as competências da população do país, o nível atingido pela população de 25 anos ou mais pode ser considerado também como um importante indicador que mede quantitativa e qualitativamente o capital humano do país (UNESCO,2009:38).

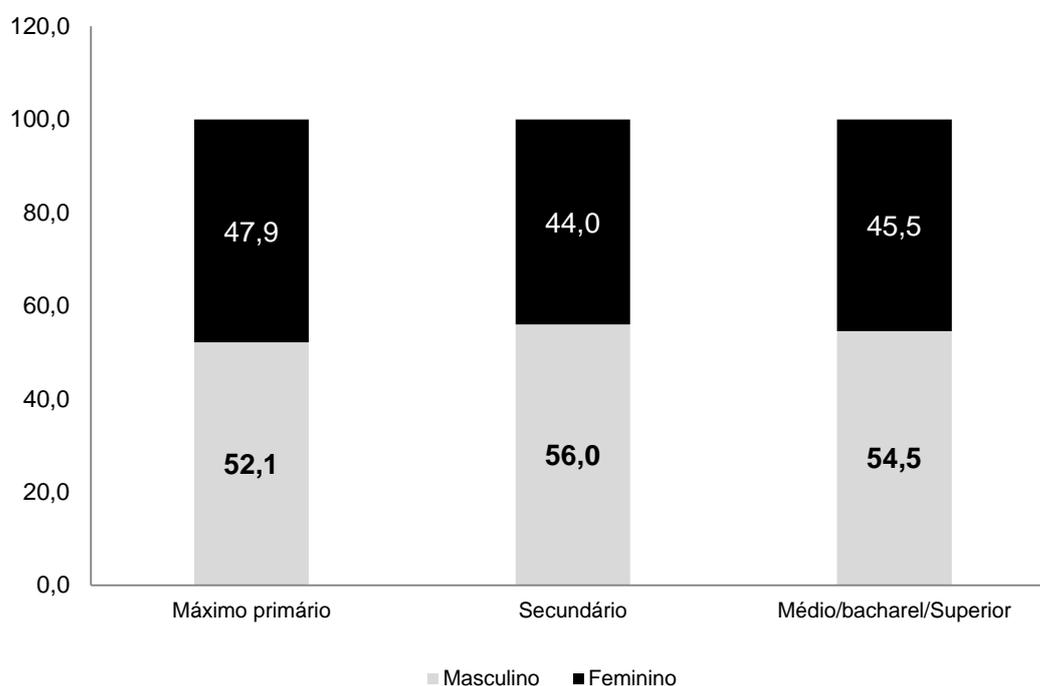
Tabela 25: Distribuídos (em %) da população de 25 anos ou mais que já “terminaram” os estudos segundo sexo, por meio de residência e nível de instrução máximo, Cabo Verde, 2010

Nível de Instrução	Masculino		Feminino		RF	Total	Total	
	Efectivo	%	Efectivo	%			Efectivo	%
Urbano	57324	53,48	49 873	46,52	0,87	100,0	107 197	100
Máximo primário	29 643	52,04	27 319	47,96	0,92	100,0	56 962	53,1
Secundário	19 637	55,23	15 918	44,77	0,81	100,0	35 555	33,2
Médio/bacharel/Superior	7 329	54,05	6 231	45,95	0,85	100,0	13 560	12,6
Não sabe/não responde	715	63,84	405	36,16	0,57	100,0	1 120	1,0
Rural	26 344	53,68	22 734	46,32	0,86	100,0	49 078	100
Máximo primário	19 769	52,25	18 070	47,75	0,91	100,0	37 839	77,1
Secundário	5 389	58,83	3 772	41,17	0,70	100,0	9 161	18,7
Médio/bacharel/Superior	964	58,64	680	41,36	0,71	100,0	1 644	3,3
Não sabe/não responde	222	51,15	212	48,85	0,95	100,0	434	0,9
Cabo Verde	83 668	53,54	72 607	46,46	0,87	100,0	156 275	100
Máximo primário	49 412	52,1	45 389	47,9	0,92	100,0	94 801	60,7
Secundário	25 026	56,0	19 690	44,0	0,79	100,0	44 716	28,6
Médio/bacharel/Superior	8 293	54,5	6 911	45,5	0,83	100,0	15 204	9,7
Não sabe/não responde	937	60,30	617	39,70	0,66	100,0	1 554	1,0

Fonte: INE-CV, Recenseamento Geral da População e Habitação, 2010.

Da análise desta tabela observa-se que, ao nível nacional, registaram-se 156 275 pessoas de 25 anos ou mais que tinham estudado, mas que já não se encontravam a estudar no momento do censo. Deste total, 94 801 (representando 61 %) tinha o “nível máximo primário”; 44 716 (representando 29 %) tinha o “nível secundário” e 15 204 (representando cerca de 10 %) estava habilitado com o “nível médio ou superior. Relativamente à repartição segundo sexo, observa-se que as mulheres ainda estavam em desvantagens em todos os níveis de instrução passada, tanto ao nível nacional como ao nível dos meios de residência (RF é sempre inferior a 1). A análise do gráfico 26 pode complementar a análise da Tabela 25.

Tabela 26: População de 25 anos ou mais que já não frequentavam a escola no momento censo, repartida (em %) por nível de instrução segundo sexo, Cabo Verde 2010.



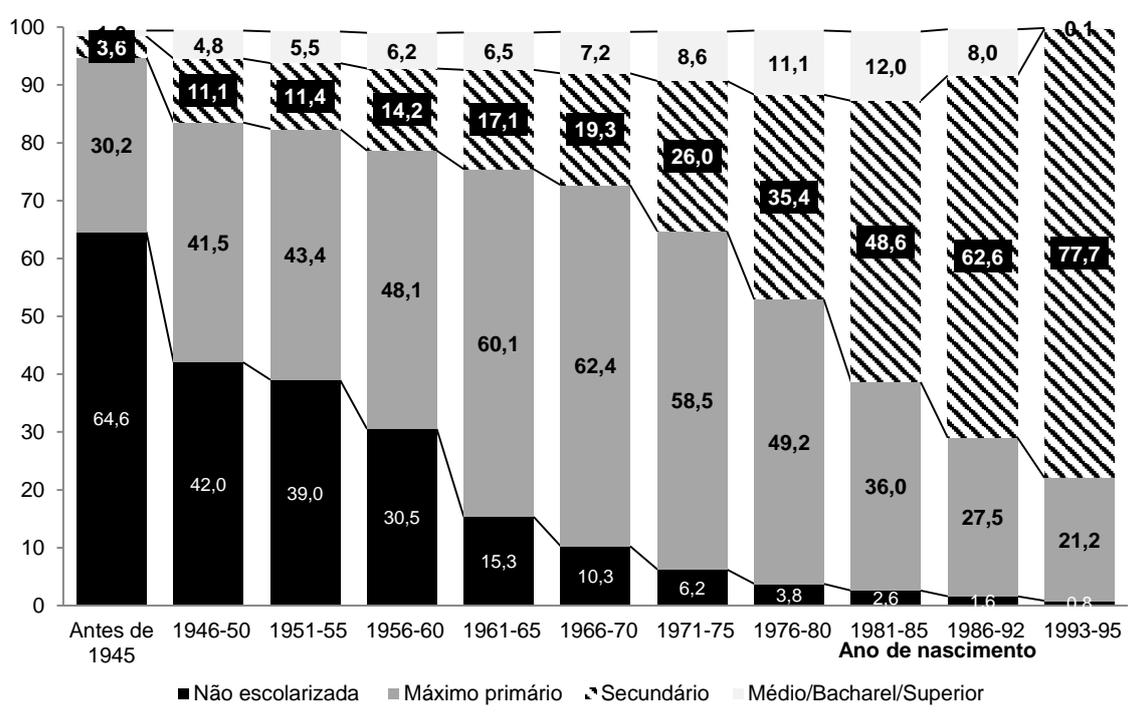
Fonte: INE-CV, Recenseamento Geral da População e Habitação, 2010

O Gráfico 26 mostra que as pessoas de 25 anos ou mais que “não se encontravam a frequentar um nível de ensino no momento do censo e que são detentoras de um nível de instrução, são maioritariamente do sexo masculino. Verifica-se também que esta diferença vem diminuindo numa maneira gradual principalmente nos níveis mais “recentes” (Secundário, Médio, Bacharel ou Superior). Este é um reflexo claro dos esforços contínuos em matéria de educação que vem sendo feito principalmente no âmbito da escolarização das mulheres.

5.2.2. Intensidade passada por geração: nível nacional

O Gráfico 16 mostra o padrão geral de frequência do nível de instrução ao longo das diferentes gerações. Neste gráfico apresentam-se os dados referentes à população de 15 anos ou mais que não se encontravam a frequentar nenhum nível de ensino no momento do censo. No entanto, para o efeito de análise interessa-se mais pela população de 25 anos ou mais (ou seja as gerações nascidas até 1985). Da análise do gráfico 16 observa-se que, ao mesmo tempo que a percentagem de população não escolarizada vem diminuindo ao longo das diferentes gerações, a população com nível secundário vem aumentando.

Tabela 27: População de 15 anos ou mais que já não frequentavam escola no momento censo, repartida (em %) por geração segundo nível de instrução, Cabo Verde 2010.



Fonte: INE-CV, Recenseamento Geral da População e Habitação, 2010

Outrossim, observa-se ainda que ao mesmo tempo que a população com “nível primário ou inferior” vinha aumentando até à Independência para depois começar a diminuir, a proporção de pessoas com “nível médio ou superior” permanecia praticamente constante durante muitas gerações antes da Independência, para depois começar a aumentar. Este aumento poderá traduzir-se na ideia de que recursos humanos habilitados com instrução superior constituem um importante indicador para avaliar se o *stock* em recursos humanos é ou não compatível com os imperativos da modernização do Estado e do mercado de trabalho, inclusive a modernização da economia.

5.2.3. Número médio de anos de estudo por geração: nível nacional

Do ponto de vista conceptual o número médio de anos de estudo é calculado no conjunto de anos de estudos que se realiza desde a escolarização obrigatória até à cessação dos estudos (UNESCO,2009). Entende-se por cessação dos estudos o término dos estudos obrigatórios. A frequência e a cessação de estudos ao longo de um ano permitem estimar a probabilidade de cessar os estudos. Assim, O Gráfico 24 mostra a evolução do número médio de anos de estudo da população de 25 anos ou mais por sexo, e, o gráfico 25 mostra a mesma situação por meio de residência.

Gráfico 24: Número médio de anos de estudo, para pessoas de 25 anos ou mais, segundo geração, Cabo Verde 2010.

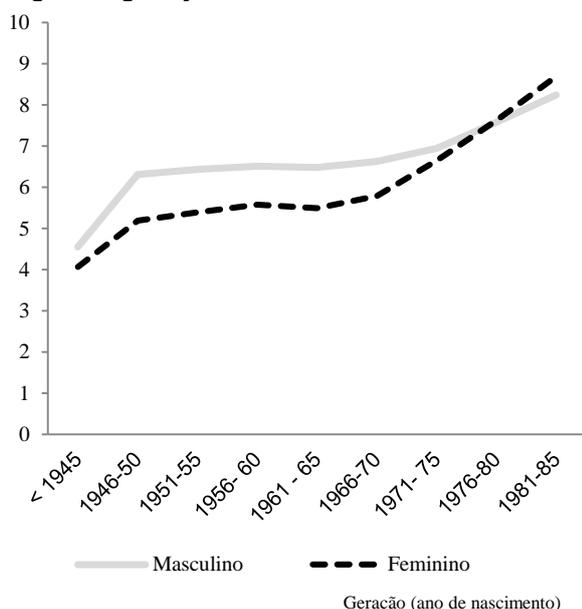
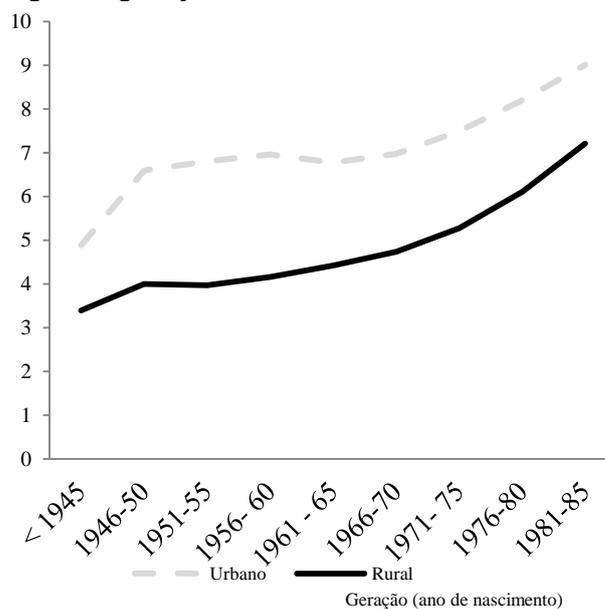


Gráfico 25: Número médio de anos de estudo para pessoas de 25 anos ou mais, segundo geração, Cabo Verde 2010.



Fonte: INE-CV, Recenseamento Geral da População e Habitação, 2010

Da leitura do Gráfico 24 e 25 observa-se que o número médio de anos de estudo da população de 25 anos ou mais, que antes de independência situava-se em torno de 4 anos (correspondendo ao ensino primário), começou a evoluir lentamente para depois evoluir a um ritmo mais acelerado atingindo valores em torno de 8 anos nas gerações da pós-independência. Esta evolução foi acompanhada de uma redução gradual das diferenças tanto entre homens e mulheres como entre meio urbano e rural, principalmente após a Independência. Com efeito, nas gerações mais recentes as mulheres começam a ter em média mais anos de estudos comparativamente aos homens.

5.2.4. Intensidade passada: número médio de anos por geração, concelho e sexo

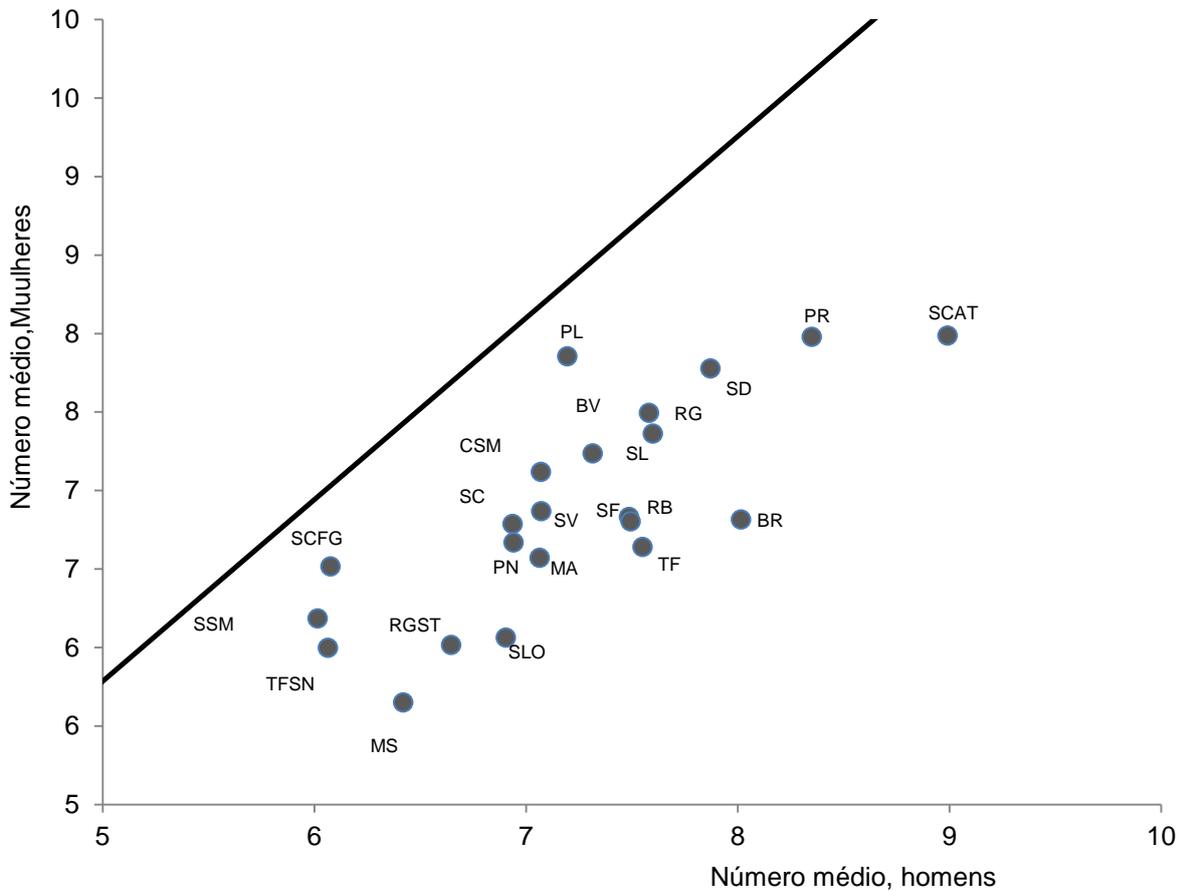
O Gráfico 24 e 25 mostram o número médio de anos comparando homens e mulheres por meio de residência em diferentes concelhos.

A utilização destes gráficos é de extrema importância porque permite dar um panorama simultâneo sobre a proximidade ou não dos diferentes concelhos relativamente ao número médio de anos de estudos para homens e mulheres. Com efeito, verifica-se que:

- 1) Globalmente há maior diferença na parte urbana nos diferentes concelhos relativamente ao número médio de anos de estudo dos homens e mulheres comparativamente à parte rural dos concelhos;

2) Observa-se ainda que, independentemente do meio de residência, os homens estudam em média mais anos que as mulheres. Entretanto, regista-se que em alguns concelhos o desempenho das mulheres é idêntico (a linha de “diagonal” passa por esses pontos) ao dos homens e em outros concelhos as mulheres têm melhores desempenhos (situados por cima da linha de “diagonal”) comparativamente aos homens tanto na parte urbana como na parte rural.

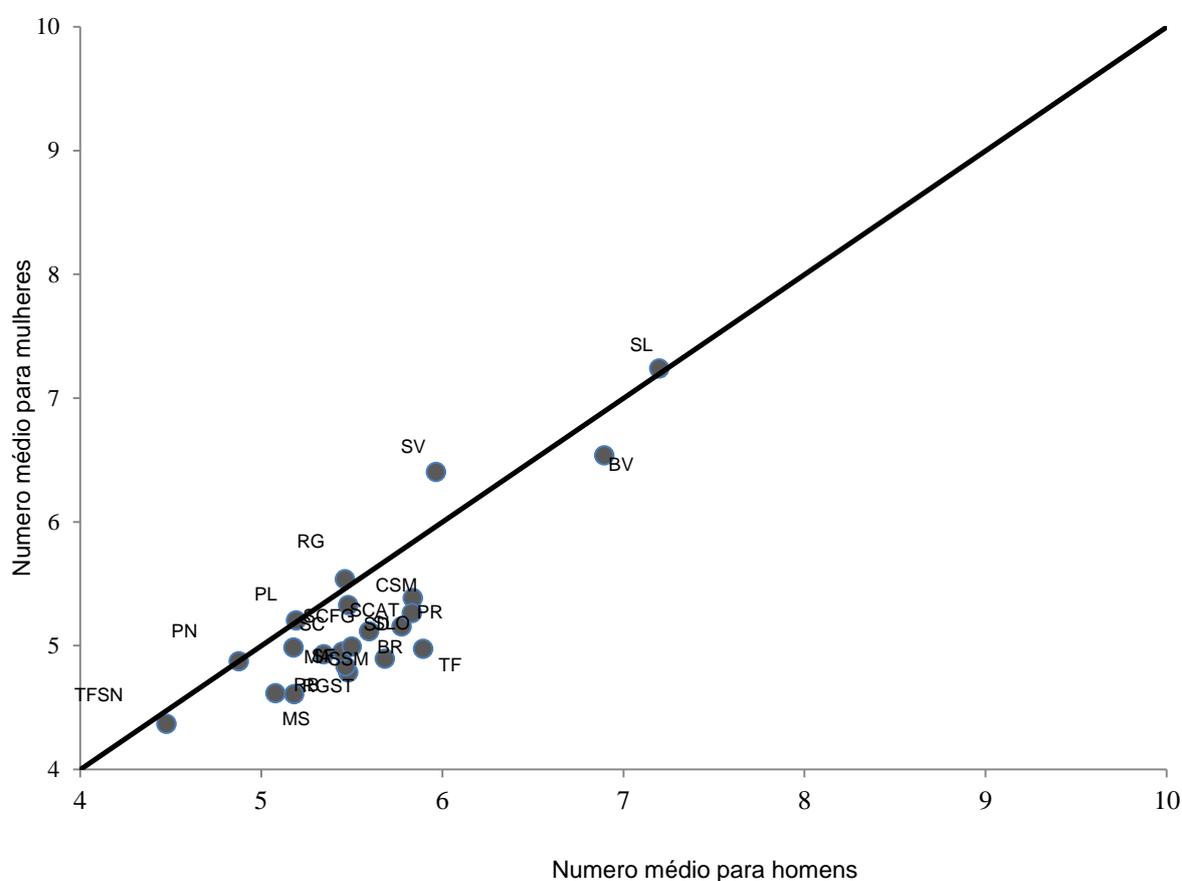
Gráfico 26: Número médio de anos de estudo (em anos), pessoas de 25 anos ou mais por concelho, meio urbano e sexo, Cabo Verde 2010.



Fonte: INE-CV, Recenseamento Geral da População e Habitação, 2010

Nota: RG-Ribeira Grande; PL-Paúl; PN-Porto Novo; SV-S.Vicente;SL-Sal; TFSN- Tarrafal de S. Nicolau; RB- Ribeira Brava; BV-Boa Vista; MA-Maio; TF- Tarrafal; SCAT-Santa Catarina; SC- Santa Cruz; PR- Praia;CSM-Calheta S.Miguel; SLO- São Lourenço dos Órgãos; SSM- São Salvador do Mundo;RGST- Ribeira Grande de Santiago; MS- Mosteiros; SF- S.Filipe;SCFG- Santa Catarina de Fogo; BR- Brava

Gráfico 27: Número médio de anos de estudo (em anos), pessoas de 25 anos ou mais, por concelho, meio rural e sexo Cabo Verde 2010



Fonte: INE-CV, Recenseamento Geral da População e Habitação, 2010

Nota: RG-Ribeira Grande; PL-Paúl; PN-Porto Novo; SV-S.Vicente;SL-Sal; TFSN- Tarrafal de S. Nicolau; RB- Ribeira Brava; BV-Boa Vista; MA-Maio; TF- Tarrafal; SCAT-Santa Catarina; SC- Santa Cruz; PR- Praia;CSM-Calheta S.Miguel; SLO- São Lourenço dos Órgãos; SSM- São Salvador do Mundo;RGST- Ribeira Grande de Santiago; MS- Mosteiros; SF- S.Filipe;SCFG- Santa Catarina de Fogo; BR- Brava

5.3. Posse de um curso/área de formação: estrutura nacional, por sexo

No âmbito desta análise a posse/“**área de formação**” de um curso é considerada como *proxy* de *família profissional designando* um conjunto de conhecimentos afins e a especialidade académica, relacionada com a formação que pessoas detêm. Recorda-se que só respondia a “questão a posse” de um curso quem efectivamente tinha concluído um nível ou grau de ensino que conferisse um diploma. A tabela 28 e o Gráfico 28 apresentam a população 15 anos ou mais distribuídas segundo a posse de curso completo.

Tabela 28: Distribuição (%) da população 15 anos ou mais detentora de um curso completo por meio de residência e tipo de curso/área de formação, segundo sexo, Cabo Verde 2010.

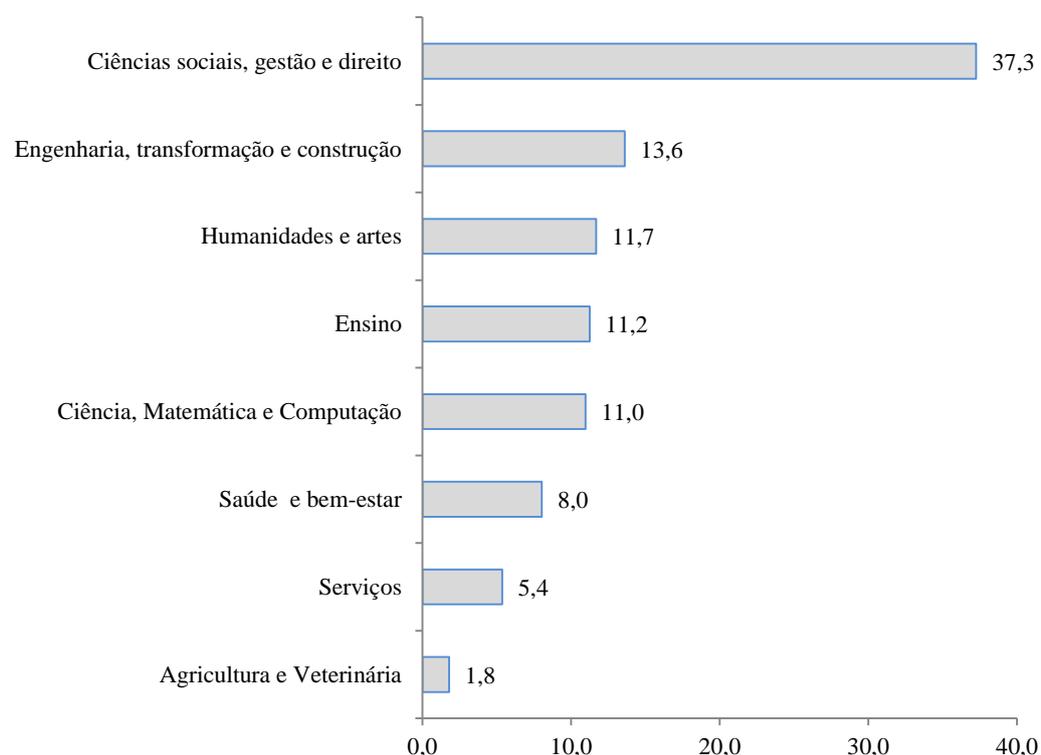
Designação do curso/formação	Masculino		Feminino		RF	RF	Total	
	Efectivo	%	Efectivo	%	%	%	Efectivo	%
Urbano	7301	51,8	6 795	48,2	100,0	0,9	14 096	100,0
Ensino	465	34,4	885	65,6	100,0	1,9	1 350	9,6
Humanidades e artes	807	49,2	832	50,8	100,0	1,0	1 639	11,6
Ciências sociais, gestão e direito	2 511	45,9	2 955	54,1	100,0	1,2	5 466	38,8
Ciência, Matemática e Computação	855	55,7	681	44,3	100,0	0,8	1 536	10,9
Engenharia, transformação e construção	1671	85,8	276	14,2	100,0	0,2	1 947	13,8
Agricultura e Veterinária	168	68,3	78	31,7	100,0	0,5	246	1,7
Saúde e bem-estar	394	33,8	770	66,2	100,0	2,0	1 164	8,3
Serviços	430	57,5	318	42,5	100,0	0,7	748	5,3
Rural	928	56,9	702	43,1	100,0	0,8	1 630	100
Ensino	194	46,3	225	53,7	100,0	1,2	419	25,7
Humanidades e artes	107	53,5	93	46,5	100,0	0,9	200	12,3
Ciências sociais, gestão e direito	205	52,0	189	48,0	100,0	0,9	394	24,2
Ciência, Matemática e Computação	126	66,0	65	34,0	100,0	0,5	191	11,7
Engenharia, transformação e construção	171	88,6	22	11,4	100,0	0,1	193	11,8
Agricultura e Veterinária	31	86,1	5	13,9	100,0	0,2	36	2,2
Saúde e bem-estar	38	38,0	62	62,0	100,0	1,6	100	6,1
Serviços	56	57,7	41	42,3	100,0	0,7	97	6,0
Cabo Verde	8229	52,3	7 497	47,7	100,0	0,9	15 726	100
Ensino	659	37,3	1 110	62,7	100,0	1,7	1 769	11,2
Humanidades e artes	914	49,7	925	50,3	100,0	1,0	1 839	11,7
Ciências sociais, gestão e direito	2 716	46,3	3 144	53,7	100,0	1,2	5 860	37,3
Ciência, Matemática e Computação	981	56,8	746	43,2	100,0	0,8	1 727	11,0
Engenharia, transformação e construção	1 842	86,1	298	13,9	100,0	0,2	2 140	13,6
Agricultura e Veterinária	199	70,6	83	29,4	100,0	0,4	282	1,8
Saúde e bem-estar	432	34,2	832	65,8	100,0	1,9	1 264	8,0
Serviços	486	57,5	359	42,5	100,0	0,7	845	5,4

Fonte: INE-CV, Recenseamento Geral da População e Habitação, 2010

De acordo com esta tabela observa-se que, em 2010, havia 15 726 pessoas de 15 anos ou mais residentes em Cabo Verde que possuem um curso médio, bacharel ou superior completo. Este total representa cerca de 5% da população de 15 anos ou mais (335694) e cerca de 10% do total de pessoas de 25 anos ou mais declararam que “já terminaram” os estudos (cerca de 156 275).

Do total de pessoas de 15 anos ou mais com um curso completo, a maior parte, ou seja 3 em cada 8 adultos (mais precisamente 37%) são adultos detentores de um curso nas áreas de ciências sociais, gestão ou direito. As áreas de agricultura e veterinária são áreas que, de entre as 8 grandes áreas de formação consideradas, tem menor expressão (representando cerca de 2%) no seio das pessoas detentoras de um curso. Os gráficos 28 e 29 apresentam dados que complementam as informações da Tabela 21.

Gráfico 28: Distribuição (%) da população 15 anos ou mais detentora de um curso completo segundo tipo de curso/área de formação, Cabo Verde 2010.

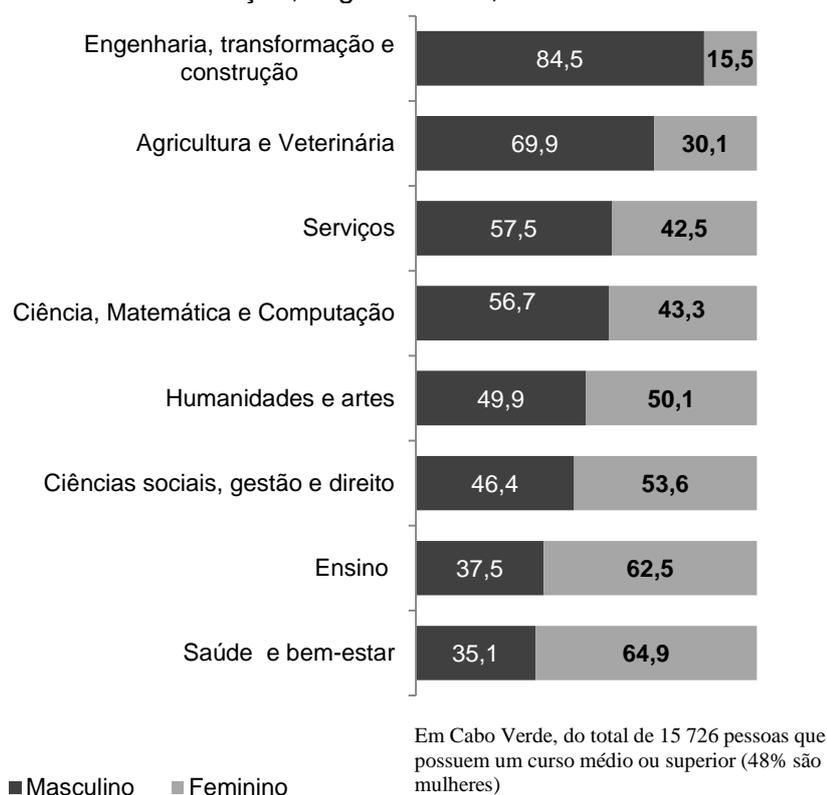


Fonte: INE-CV, Recenseamento Geral da População e Habitação, 2010

Quanto à repartição dos cursos segundo os sexos verifica-se que apesar das ciências sociais, gestão ou direito serem áreas de formação que, de entre as 8 áreas tem maior peso percentual, as preferências por áreas de formação divergem significativamente entre os sexos. Por outras palavras, verifica-se que ainda existem cursos relacionados com áreas de formação “tradicionais” que ainda parecem ser, preferenciais para homens e outras para as mulheres.

Efectivamente, através do Gráfico 29 observa-se que os homens preferem os cursos relacionados com as áreas de engenharia, tecnologia, transformação ou construção (84,5%, contra 15,5 % de mulheres), enquanto nos cursos relacionados com áreas de saúde e bem-estar, ciências clínicas e conexas, a grande maioria são as mulheres (65%, contra 35% de homens). Do mesmo modo, observa-se ainda que os cursos relacionados com áreas de ensino são preferencialmente detidos pelas mulheres comparativamente a homens (62,5% e 37,5% respectivamente para as mulheres e homens). O mesmo gráfico ilustra ainda, entre outros dados, que as áreas de artes e humanidades ou cursos conexas estão mais bem repartidos entre os sexos (gráfico abaixo).

Gráfico 29: Distribuição (%) da população 15 anos ou mais detentora de um curso completo por tipo de curso/área de formação, segundo sexo, Cabo Verde 2010

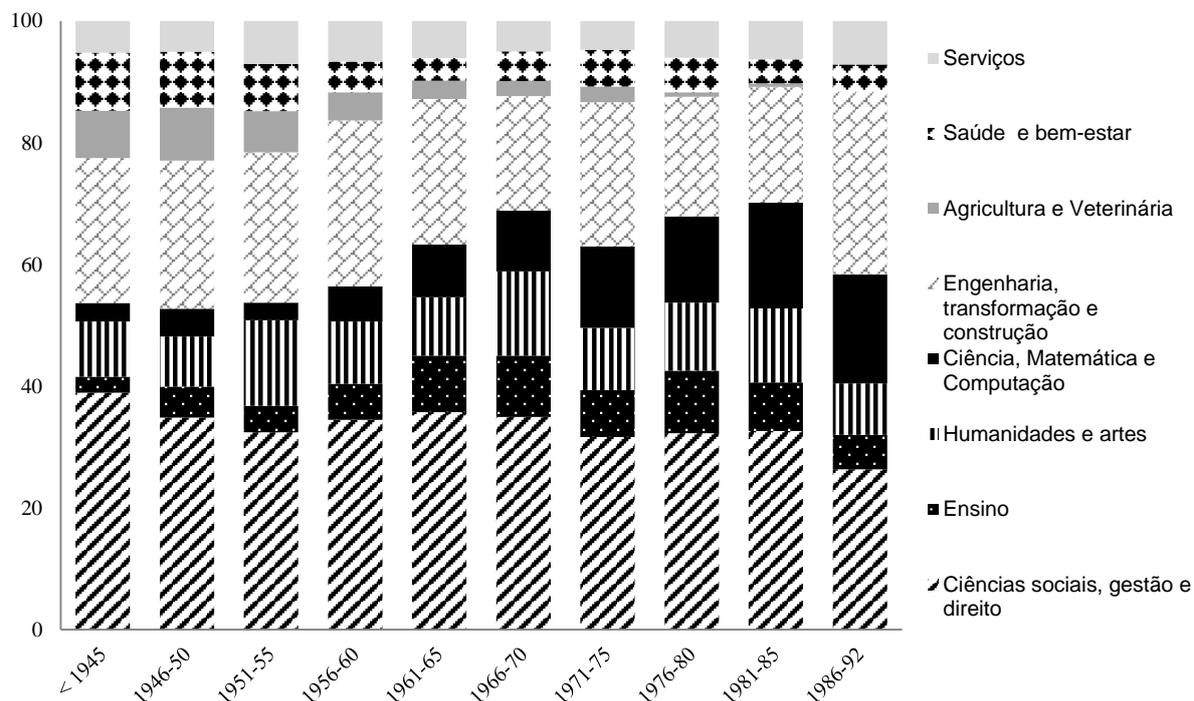


Fonte: INE-CV, Recenseamento Geral da População e Habitação, 2010

Os Gráficos 30 e 31 ilustram, respectivamente, a evolução da estrutura dos cursos ao longo dos tempos segundo a geração masculina e feminina. Assim, ao analisar a evolução da posse de curso observa-se o seguinte:

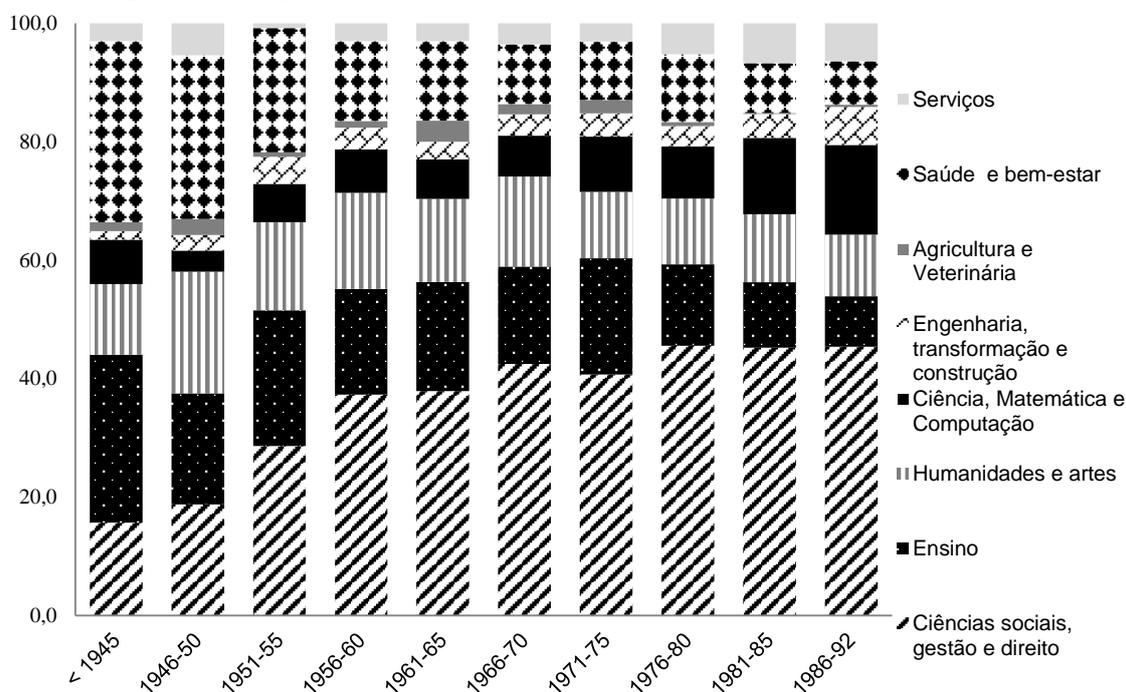
- 1) Ao longo das gerações masculinas, os cursos em áreas de ciências sociais, gestão ou direito tem vindo a diminuir, enquanto parecem ter, cada vez, mais preferência ao longo das gerações femininas.
- 2) Os cursos nas áreas de ciências de ensino que tinham maior peso na geração feminina passada comparada com a geração masculina, parece que vem diminuído o seu peso ao longo dos tempos, principalmente a partir da geração do pós-independência. Esta redução atinge tanto as gerações masculinas como as gerações femininas, mas parece ter maior repercussão nas gerações femininas comparativamente às gerações masculinas.
- 3) A posse de cursos em áreas de ciências matemática e computacional e nas áreas de engenharia, transformação e construção vem aumentando a sua preponderância tanto nas gerações femininas como nas gerações masculinas mas com maior repercussão nas gerações masculinas comparadas com as gerações femininas.

Gráfico 30: Distribuição (%) da população masculina de 15 anos ou mais detentora de um curso completo por geração, segundo curso/área de formação, Cabo Verde 2010.



Fonte: INE-CV, Recenseamento Geral da População e Habitação, 2010

Gráfico 31: Distribuição (%) da população feminina de 15 anos ou mais detentora de um curso completo por geração, segundo curso/área de formação, Cabo Verde 2010.



Fonte: INE-CV, Recenseamento Geral da População e Habitação, 2010

5.4. Evolução do nível de instrução de 2000 a 2010: Alguns indicadores

A Tabela 32 apresenta dados que permitem fazer uma análise comparativa da evolução da população segundo nível de instrução no seio da população de 4 anos ou mais. A delimitação da população a 4 anos ou mais teve o único propósito de poder comparar com os indicadores de educação calculados em 2000, já que para censo 2010 a população escolar abrangeu pessoas de 3 anos ou mais. Posto isso, a tabela 22 mostra que, se em 2000 recensearam-se 318 240 pessoas de 4 anos ou mais que detinha um nível de instrução, em 2010 este número aumentou para de 396 500. Este aumento corresponde ao nível nacional, a cerca 25% superior ao que tinha sido recenseado há 10 anos.

Gráfico 32: População de 4 anos ou mais repartida (efectivo e %) por nível de instrução segundo sexo, variação percentual (2000 a 2010), Cabo Verde 2010.

Nível de instrução e sexo	Homens		Mulheres		Total	
	Efectivo	%	Efectivo	%	Efectivo	%
2000						
Cabo Verde	157 409	49,5	160 829	50,5	318 238	100
Sem secundário	119 029	49,4	121 738	50,6	240 767	75,7
Com nível secundário	36 011	50,4	35 384	49,6	71 395	22,4
Com nível médio ou +	2 369	39,0	3 707	61,0	6 076	1,9
2010						
Cabo Verde	204 045	51,5	192 462	48,5	396 507	100
Sem secundário	117 012	52,2	107 214	47,8	224 226	56,6
Com nível secundário	73 230	50,8	70 956	49,2	144 186	36,4
Com nível médio ou +	13 803	49,1	14 292	50,9	28 095	7,1
Variação em percentagem (2000- 2010)						
Cabo Verde	29,6		19,7		24,6	
Sem secundário	-1,7		-11,9		-6,9	
Com nível secundário	103,4		100,5		102,0	
Com nível médio ou +	482,7		285,5		362,4	

Fonte: INE-CV, Recenseamento Geral da População e Habitação, 2010

Relativamente à variação do nível de instrução por sexo, de 2000 a 2010, verifica-se que a população sem nível secundário decresceu de cerca de 7 % nos últimos 10 anos, enquanto a população com nível secundário e as com nível médio ou superior aumentaram consideravelmente (cerca de 102 % e 362 % respectivamente). Dito de outro modo, a população cabo-verdiana está mais instruída e com tendência duma discriminação positiva em favor das mulheres. Com efeito, a população com nível secundário duplicou e a população com nível médio ou superior quase que quintuplicou nestes últimos 10 anos.

No que tange à variação da estrutura do nível de instrução por sexo, constata-se que, em 2010, apesar da percentagem de mulheres no ensino médio ou superior ser superior à dos homens, assiste-se em 10 anos, a uma maior variação percentual no efectivo de homens

neste nível de ensino em relação às mulheres. Com efeito, o efectivo homens com nível secundário e médio ou superior aumentou de 103% e 483% respectivamente, enquanto o efectivo de mulheres com os mesmos níveis de instrução aumentou de 101% e de 286 % respectivamente.

Relativamente ao nível “sem secundário” (ou seja o nível primário, pré-escolar, alfabetização ou sem nível), regista-se maior redução nas mulheres (cerca de 12 %) comparando com a redução nos homens (de cerca de 2 %). Em resumo, constata-se que, nesses últimos 10 anos, a população “sem nível secundário” está a diminuir rapidamente, a população com nível secundário está a aumentar e a população com nível médio ou superior está a aumentar exponencial e rapidamente. (cf. a variação em percentagem de 2000-2010).

5.5. A avaliação dos ODM para educação: um olhar em 2010

Os dados do censo 2010 permitem focalizar a análise nos dois indicadores dos Objectivos do Desenvolvimento do Milénio para a educação, a saber: ODM II. “Atingir a escolarização primária universal” e ODM III: “Promover a igualdade de género”. Esta avaliação permite ver “onde se está” em termos da realização ou não desses objectivos quando faltam cinco anos para o horizonte temporal fixado (em 2015). A análise dessas informações permite observar que a taxa de escolarização das raparigas é maior, tanto no ensino básico como no secundário, mas persiste ainda uma diferença significativa entre a taxa de alfabetização entre homens e mulheres.

Tabela 29: Taxa, proporção e rácio (em percentagens) correspondentes a ODM II e III avaliados em 2010, Cabo Verde 2010

Indicadores	Meio de residência		
	Total	Urbano	Rural
ODM II. Atingir a escolarização primária universal			
<i>Taxa líquida de escolarização no ensino primário (em %)</i>	90,22	90,03	90,49
Raparigas	90,46	90,38	90,56
Rapazes	89,99	89,68	90,42
<i>Proporção de crianças em idade escolar começando o primeiro ano de estudo no ensino primário e terminando o sexto (em %)</i>			
Raparigas	99,30	99,29	99,30
Rapazes	98,82	98,92	98,69
<i>Taxa de alfabetização nos jovens: 15-24 anos (em %)</i>			
Raparigas	97,50	98,00	96,70
Rapazes	96,50	97,00	95,70
ODM III: Promover a igualdade de género			
Rácio raparigas /rapazes matriculados no ensino básico	0,95	0,96	0,93
Rácio raparigas / rapazes matriculados no ensino secundário	1,15	1,16	1,14
Rácio raparigas / rapazes matriculados no ensino superior	1,03	1,05	0,89
Rácio raparigas /rapazes, na população de 15 – 24 alfabetizados	1,01	1,01	1,00

Fonte: INE-CV, Recenseamento Geral da População e Habitação, 2010.

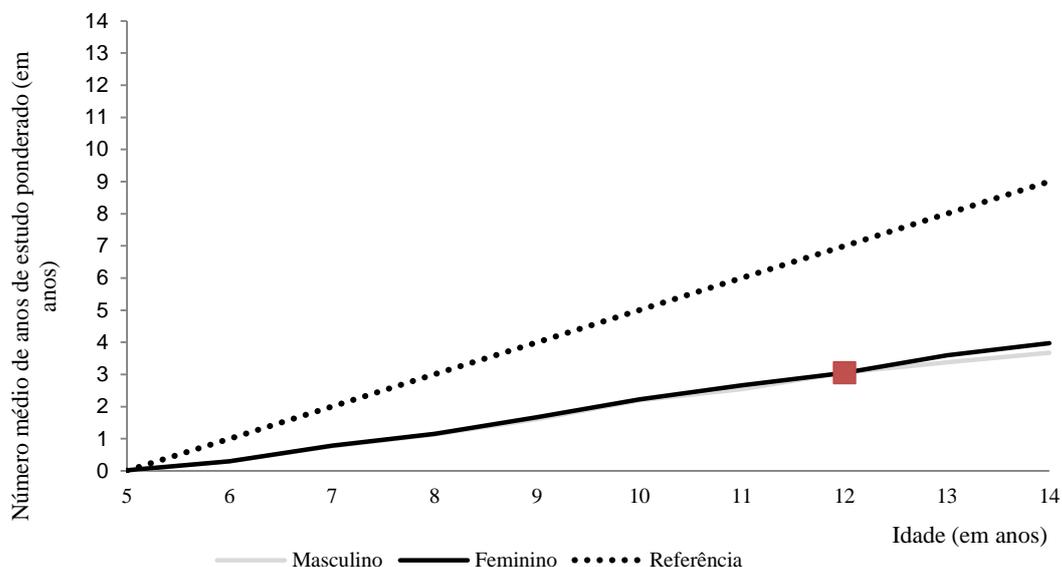
CAPÍTULO VI: CRIANÇAS/JOVENS DE 6 - 24 ANOS EM SITUAÇÃO “ESPECIAIS”

Este capítulo descreve algumas situações de crianças e jovens de 6 a 24 anos Consideradas “especiais”. Neste capítulo, o termo “especiais” simboliza as pessoas em duas situações distintas: “a precocidade ou o atraso” num nível de ensino como uma *proxy* da equidade no acesso e na conclusão do nível de ensino. Analisa-se ainda o abandono escolar segundo o volume, a intensidade e, a desagregação tanto por algumas características do próprio indivíduo como em relação a algumas características do “representante do agregado familiar” onde o indivíduo reside. Para isso, derivou-se uma variável denominada “abandono escolar” de acordo com uma metodologia descrita mais abaixo.

6.1. Número de anos de estudo alcançado vs. “esperado”: nacional, por sexo

A análise de número de anos de estudo alcançado comparativamente ao esperado incidir-se-á somente às crianças em idade oficial de escolarização obrigatória (6 à 14 anos). O Gráfico 33, abaixo, poderá trazer outros elementos para enriquecer a análise feita em tópicos anteriores. Este gráfico permite visualizar as diferenças que existem entre a situação escolar das crianças escolarizadas observada em 2010, e a situação que deveria ser observada se todas essas crianças frequentassem a escola no início da sua idade escolar legal e num contexto ideal “sem reprovações nem abandono escolar”. Assim, quanto mais a linha que represente simultaneamente a situação das raparigas e dos rapazes se aproximar da curva de referência (a diagonal no gráfico considerada a “situação ideal esperada”), mais os percursos escolares de rapazes e raparigas é próxima da situação prevista e esperada pelo sistema educativo. A idade representada no gráfico inicia-se aos 5 anos porque observaram-se situações de algumas crianças a iniciar o sistema escolar (1º ano) nesta idade. O número médio de anos de estudo foi calculado como uma média ponderada de anos de estudo pelos efectivos em cada idade.

Gráfico 33: Número médio (em anos) de estudo alcançado e número médio (em anos) de anos de estudo "esperado" para raparigas e rapazes de 5 a 14 anos, por idade simples, Cabo Verde 2010.



Fonte: INE-CV, Recenseamento Geral da População e Habitação, 2010

No caso concreto, este gráfico põe em evidência a situação global de um relativo atraso escolar em relação à situação ideal. Este atraso tem reflexo directo à medida que se avança na idade tanto para rapazes como para as raparigas. No entanto, o percurso dos rapazes parece estar ligeiramente a “desvirtuar-se” da situação ideal comparativamente às raparigas. Esta situação parece ser verificada sobretudo a partir dos 12 anos provavelmente, devido à maior implicação do abandono escolar nos rapazes comparativamente às raparigas

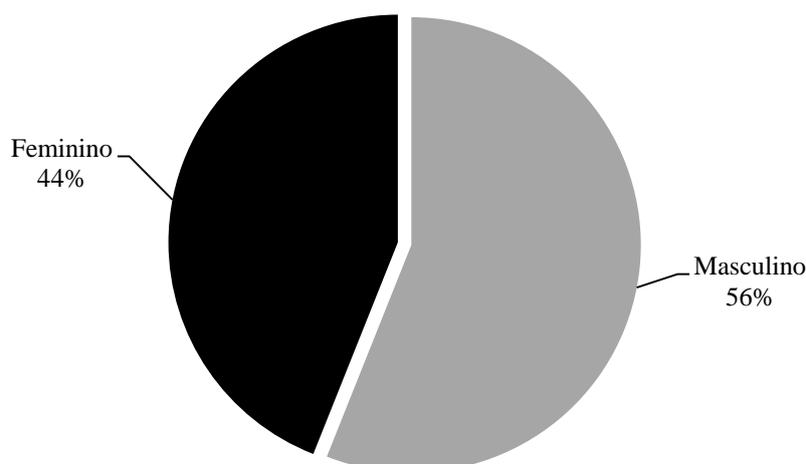
6.2. Abandono escolar

6.2.1. Estrutura por sexo: nacional

Para efeito desta análise o conceito de “abandono escolar” definido para as pessoas de 6 a 14 anos, foi alargado para incorporar também os jovens de 15 a 24 anos. Segundo a definição considerada¹² verifica-se que, em 2010, o país contava com cerca de 18 271 pessoas de 6 a 24 anos em que se pode considerar na situação de “ter abandonado um estabelecimento de ensino”. Este total representa cerca de 9 % da população 6 a 24 anos que era, em 2010, de 207 280. Do total de pessoas em situação de “ter abandonado um estabelecimento de ensino”, verifica-se que a maior parte (56 %) é do sexo masculino (Gráfico 34).

¹² Se precisar de rever o conceito consulte as páginas 21 a 24: Aspectos metodológicos-conceitos e definições.

Gráfico 34: Distribuição (em %) da população de 6 a 24 anos que "abandonaram a escola" segundo sexo, Cabo Verde 2010.



Fonte: INE-CV, Recenseamento Geral da População e Habitação, 2010

6.2.2. Estrutura por sexo: meio de residência

Observa-se também que, do total de 18 271, a maior parte (cerca de 58%) residiam no meio urbano e 42% residiam no meio rural. A repartição por sexo em cada um dos meios de residência mostra ainda que a proporção de rapazes que abandonam um estabelecimento de ensino é superior à das meninas independentemente do meio de residência (Tabela 30).

Tabela 30: População de 6 a 24 anos que "abandonou escola" distribuída (efectivo e %) segundo sexo por meio de residência, Cabo Verde 2010

	Masculino		Feminino		Total	Total	
	Efectivo	%	Efectivo	%		Efectivo	%
Cabo Verde	10 233	56,0	8 038	44,0	100,0	18 271	100,0
Urbano	5 841	54,9	4 799	45,1	100,0	10 640	58,2
Rural	4 392	57,6	3 239	42,4	100,0	7 631	41,8

Fonte: INE-CV, Recenseamento Geral da População e Habitação, 2010

6.2.3. Estrutura por sexo meio de residência: algumas características

A Tabela 31 apresenta a repartição percentual da população que abandonou um estabelecimento ensino, segundo algumas características individuais seleccionadas para análise, por sexo e meio de residência. Esta análise debruça-se sobre o "abandono escolar" ao nível nacional e para algumas variáveis que se considerou relevantes. Esta análise poderá ser complementada com os valores absolutos da Tabela A11 em anexo. Pretendeu-se observar nesta tabela uma eventual correlação entre o "abandono escolar" das crianças de 6 a 14 anos no agregado e a relação de parentesco com o representante. Por exemplo, observa-se que das pessoas que se encontravam em "situação e abandono escolar" a maior parte

(cerca de 52 %) eram os próprios filhos (biológicos ou adoptivos) do representante. Isto pode evidenciar que esta situação é independente do estatuto da criança no agregado.

Relativamente ao abandono por classe/ano do nível de ensino, verifica-se que: i) no Ensino Básico a maior parte de abandono ocorre no 6º ou no 4º ano; ii) no Ensino Secundário via geral, o abandono escolar concentra-se mais nos três primeiros anos (com 20%, 17% e 14% respectivamente). Quanto à situação do abandono face à orfandade, observa-se que, com a excepção das crianças “Não órfão e que vivem com os pais”, em que o abandono escolar atinge cerca de 7 % delas, ou das crianças em situação “Não órfão mas que não vivem com os pais”, em que o abandono escolar atinge cerca de 5 % delas, na maioria dos casos o abandono escolar ocorre quando a pessoa vive só com a mãe quer seja ou não órfão do pai, atingindo cerca de 10 % dessas crianças: sendo 8% das que têm pai vivo e 2% das que são órfãs do pai.

Tabela 31: Distribuição (%) da população de 6 a 24 anos que “abandonou a escola”, por sexo e meio urbano e rural, segundo características seleccionadas, Cabo Verde, 2010.

Características Individuais	Urbano			Rural			Total		
	M	F	Total	M	F	Total	M	F	Total
Estatuto familiar									
Representante	10,9	14,6	12,5	5,4	7,7	6,4	8,5	11,8	10,0
Filho(a)/adoptivo do representante	54,7	39,2	47,7	62,2	51,7	57,7	57,9	44,3	51,9
Outro /parentesco com representante	34,4	46,2	39,7	32,4	40,5	35,9	33,5	43,9	38,1
Grupo de idades									
5-9	1,0	0,8	0,9	1,0	0,9	1,0	1,0	0,9	0,9
10-14	3,8	2,5	3,2	5,7	4,6	5,2	4,6	3,3	4,0
15-19	40,0	36,6	38,5	44,3	43,1	43,8	41,8	39,2	40,7
20-24	55,2	60,1	57,4	49,0	51,4	50,0	52,6	56,6	54,3
Ensino básico									
1º ano	1,5	1,0	1,3	2,4	1,7	2,1	1,9	1,3	1,6
2º ano	3,7	3,4	3,6	4,8	3,7	4,4	4,2	3,5	3,9
3º ano	3,6	2,5	3,1	4,5	2,7	3,7	4,0	2,6	3,4
4º ano	6,8	5,2	6,1	9,3	7,8	8,6	7,9	6,2	7,2
5º ano	3,8	2,6	3,3	6,1	4,9	5,6	4,8	3,5	4,2
6º ano	10,5	9,7	10,1	13,3	12,7	13,0	11,7	10,9	11,3
Não abandonou o EB	70,1	75,6	72,6	59,7	66,5	62,6	65,6	71,9	68,4
Ensino secundário via geral									
1º ano	21,6	15,8	19,0	23,4	19,6	21,8	22,3	17,4	20,2
2º ano	16,9	18,1	17,5	16,3	18,2	17,1	16,7	18,1	17,3
3º ano	12,8	17,8	15,0	10,1	13,7	11,6	11,6	16,1	13,6
4º ano	8,2	11,5	9,7	4,3	7,4	5,6	6,5	9,9	8,0
5º ano	3,5	4,2	3,8	1,9	2,8	2,3	2,8	3,7	3,2
6º ano	5,1	6,1	5,5	2,4	3,7	2,9	3,9	5,1	4,4
Não abandonou	31,9	26,5	29,5	41,7	34,6	38,7	36,1	29,8	33,3
Ensino secundário, técnica antes									
1º ano	0,2	0,1	0,2	0,2	0,1	0,1	0,2	0,1	0,1
2º ano	0,1	0,1	0,1	0,3	0,1	0,2	0,1	0,1	0,1
3º ano	0,1	0,1	0,1	0,2	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1
Não abandonou	99,7	99,7	99,7	99,4	99,8	99,6	99,5	99,7	99,6
Ensino secundário, técnica 1994-2004									
3º ano	0,2	0,4	0,3	0,1	0,2	0,2	0,2	0,3	0,2
4º ano	0,2	0,2	0,2	0,2	0,1	0,1	0,2	0,2	0,2
5º ano	0,1	0,1	0,1	0,0	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1
6º ano	0,1	0,1	0,1	0,1	0,2	0,1	0,1	0,2	0,1
Não abandonou	99,3	99,2	99,3	99,6	99,4	99,5	99,4	99,3	99,4
Ensino secundário, técnica após									
5º ano	0,5	0,5	0,5	0,1	0,1	0,1	0,3	0,4	0,3
6º ano	0,4	0,4	0,4	0,3	0,2	0,3	0,4	0,3	0,4
Não abandonou	99,1	99,0	99,1	99,6	99,7	99,6	99,3	99,3	99,3
Orfandade e vivência com os pais									
Órfão mãe e pai	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2
Órfão de mãe e vive com o pai	0,2	0,1	0,2	0,2	0,0	0,1	0,2	0,1	0,1
Órfão de mãe e não vive com o pai	0,3	0,4	0,3	0,3	0,3	0,3	0,3	0,3	0,3
Órfão de pai e vive com a mãe	1,2	1,0	1,1	2,1	2,0	2,1	1,6	1,4	1,5
Órfão de pai e não vive com a mãe	0,2	0,4	0,3	0,2	0,2	0,2	0,2	0,3	0,2
Não órfão e vive com os pais	6,3	4,1	5,3	10,6	9,9	10,3	8,2	6,5	7,4
Não órfão e não vive com os pais	3,5	5,1	4,2	4,9	5,8	5,3	4,1	5,4	4,7
Não órfão e vive só com a mãe	10,1	6,4	8,4	8,4	7,3	8,0	9,4	6,7	8,2
Não órfão e vive só com o pai	1,2	0,6	0,9	0,9	0,4	0,7	1,1	0,6	0,8
Sem idade de interesse (18 a 24)	76,9	81,7	79,1	72,2	73,8	72,9	74,9	78,5	76,5
Cabo verde	100,0								

Fonte: INE-CV, Recenseamento Geral da População e Habitação, 2010

Nota: M: Masculino; F: Feminino; RF: Relação de Feminidade definida como F/M.

6.2.4. Abandono escolar por algumas características: sexo e meio de residência

A Tabela 32 apresenta a distribuição percentual do abandono escolar segundo sexo, e meio de residência por outras características individuais. A utilização do rácio de Feminidade permite mostrar a diferença entre os sexos em cada meio de residência e sobressair as variações segundo as categorias e entre as categorias comparadas. Assim, quando o valor do rácio é igual à unidade, isto significa um equilíbrio entre os sexos relativamente a proporção de pessoas que declararam ter abandonado o nível de ensino em cada categoria de variável analisada. Quando o valor é superior à unidade, significa que a proporção de mulheres que declararam ter abandonado o nível de ensino é superior à dos homens e vice-versa quando o referido valor é inferior à unidade.

Analisando a Tabela 32, observa-se que, apesar de um ligeiro equilíbrio entre os sexos tem-se que: i) de um, modo geral, parece que ser do sexo feminino faz aumentar o “risco de abandonar escola” (em cerca de 10 % superior com RF é de 1,1) quando se compara com um representante do agregado do sexo masculino quer ela seja representante do agregado quer tenha outra relação de parentesco com o representante. ii) Contudo, parece ainda que, quando ela é representante do agregado esta situação é independente do meio de residência. Mas quando elas têm outra relação de parentesco com o representante, a “situação do abandono escolar” face aos rapazes com a mesma relação de parentesco com o representante, parece ser mais pronunciado no meio urbano (em cerca de 10% superior com RF é de 1,1) comparativamente ao meio rural, em que a situação é, até inversa, (as meninas tem menos risco de abandonar a escola se são outro parentesco do representante comparativamente aos rapazes nas mesmas condições: RF é de 0,9).

Quando se analisam as percentagens de abandono escolar em cada grupo etário considerado, verifica-se que globalmente, elas são mais baixas nas raparigas que nos rapazes, independentemente do meio de residência. Quanto ao nível de ensino verifica-se que por exemplo, no nível básico a proporção de meninas que abandonam o nível, é também relativamente, menor comparada com as dos rapazes tanto no meio urbano como no meio rural.

Relativamente ao “nível secundário”, verifica-se que no 1º ano e no 4º ano do ensino secundário via geral a diferença de proporção de abandono escolar entre os sexos é maior: desfavorável para os rapazes no 1º ano (RF=0,6) e, desfavorável para as raparigas no 4º ano (RF=1,2). Esta variabilidade é também extensiva aos meios de residência corresponde RF de 0,6 e de 1,2 no meio urbano e RF de 0,6 e de 1,3 no meio urbano (Tabela 32). A análise da diferença de proporção de abandono escolar entre os sexos pode ser interpretada à luz dos exemplos e descrição geral apresentados.

Tabela 32: Distribuição (%) da população de 6 a 24 anos que “abandonou a escola”, por características seleccionadas, segundo sexo e meio de residência, Cabo Verde, 2010.

Características Individuais	Urbano			Rural			Total		
	M	F	RF	M	F	RF	M	F	RF
Estatuto familiar									
Representante	47,6	52,4	1,1	48,8	51,2	1,1	47,6	52,4	1,1
Filho(a)/adoptivo do representante	62,9	37,1	0,6	62,0	38,0	0,6	62,9	37,1	0,6
Outro /parentesco com representante	47,5	52,5	1,1	52,0	48,0	0,9	47,5	52,5	1,1
Grupo de idades									
5-9	59,2	40,8	0,7	60,3	39,7	0,7	59,2	40,8	0,7
10-14	64,7	35,3	0,5	62,6	37,4	0,6	64,7	35,3	0,5
15-19	57,1	42,9	0,8	58,2	41,8	0,7	57,1	42,9	0,8
20-24	52,8	47,2	0,9	56,4	43,6	0,8	52,8	47,2	0,9
Ensino básico									
1º ano	63,0	37,0	0,6	65,6	34,4	0,5	63,0	37,0	0,6
2º ano	57,4	42,6	0,7	63,7	36,3	0,6	57,4	42,6	0,7
3º ano	63,4	36,6	0,6	68,9	31,1	0,5	63,4	36,6	0,6
4º ano	61,5	38,5	0,6	61,8	38,2	0,6	61,5	38,5	0,6
5º ano	64,2	35,8	0,6	62,7	37,3	0,6	64,2	35,8	0,6
6º ano	57,0	43,0	0,8	58,7	41,3	0,7	57,0	43,0	0,8
Não abandonou o EB	53,0	47,0	0,9	54,9	45,1	0,8	53,0	47,0	0,9
Ensino secundário via geral									
1º ano	62,4	37,6	0,6	61,8	38,2	0,6	62,4	37,6	0,6
2º ano	53,3	46,7	0,9	54,8	45,2	0,8	53,3	46,7	0,9
3º ano	46,7	53,3	1,1	50,1	49,9	1,0	46,7	53,3	1,1
4º ano	46,5	53,5	1,2	43,9	56,1	1,3	46,5	53,5	1,2
5º ano	50,0	50,0	1,0	47,7	52,3	1,1	50,0	50,0	1,0
6º ano	50,4	49,6	1,0	46,6	53,4	1,1	50,4	49,6	1,0
Não abandonou	59,5	40,5	0,7	62,0	38,0	0,6	59,5	40,5	0,7
Ensino secundário, técnica antes 1994									
1º ano	66,7	33,3	0,5	77,8	22,2	0,3	66,7	33,3	0,5
2º ano	44,4	55,6	1,3	78,6	21,4	0,3	44,4	55,6	1,3
3º ano	57,1	42,9	0,8	81,8	18,2	0,2	57,1	42,9	0,8
Não abandonou	54,9	45,1	0,8	57,5	42,5	0,7	54,9	45,1	0,8
Ensino secundário, técnica 1994-2004									
3º ano	43,8	56,3	1,3	41,7	58,3	1,4	43,8	56,3	1,3
4º ano	56,5	43,5	0,8	70,0	30,0	0,4	56,5	43,5	0,8
5º ano	72,7	27,3	0,4	25,0	75,0	3,0	72,7	27,3	0,4
6º ano	46,2	53,8	1,2	33,3	66,7	2,0	46,2	53,8	1,2
Não abandonou	54,9	45,1	0,8	57,6	42,4	0,7	54,9	45,1	0,8
Ensino secundário, técnica após 2004									
5º ano	53,6	46,4	0,9	57,1	42,9	0,8	53,6	46,4	0,9
6º ano	53,3	46,7	0,9	65,0	35,0	0,5	53,3	46,7	0,9
Não abandonou	54,9	45,1	0,8	57,5	42,5	0,7	54,9	45,1	0,8
Órfandade e vivência com os pais									
Órfão mãe e pai	57,1	42,9	0,8	60,0	40,0	0,7	57,1	42,9	0,8
Órfão de mãe e vive com o pai	68,8	31,3	0,5	*	**	**	68,8	31,3	0,5
Órfão de mãe e não vive com o pai	47,1	52,9	1,1	55,0	45,0	0,8	47,1	52,9	1,1
Órfão de pai e vive com a mãe	59,5	40,5	0,7	58,9	41,1	0,7	59,5	40,5	0,7
Órfão de pai e não vive com a mãe	34,5	65,5	1,9	50,0	50,0	1,0	34,5	65,5	1,9
Não órfão e vive com os pais	65,0	35,0	0,5	59,1	40,9	0,7	65,0	35,0	0,5
Não órfão e não vive com os pais	45,8	54,2	1,2	53,2	46,8	0,9	45,8	54,2	1,2
Não órfão e vive só com a mãe	65,9	34,1	0,5	61,1	38,9	0,6	65,9	34,1	0,5
Não órfão e vive só com o pai	68,7	31,3	0,5	74,1	25,9	0,4	68,7	31,3	0,5
Sem idade de interesse (18 a 24)	53,4	46,6	0,9	57,0	43,0	0,8	53,4	46,6	0,9
Cabo verde	54,9	45,1	0,8	57,6	42,4	0,7	54,9	45,1	0,8

Fonte: INE-CV, Recenseamento Geral da População e Habitação, 2010

Nota: * valor próximo de 100 %; ** valor próximo de zero e *** rácio próximo de zero, o que pode suscitar uma interpretação cuidada da percentagem devido a pequenos efectivos

6.2.5. Algumas características do representante: sexo, meio de residência

A análise da Tabela 33 permite abordar a proporção do abandono do sistema escolar sem concluir o nível que frequentava e, de observar as variações em cada sexo e meio de residência segundo algumas características do representante do agregado familiar. Ao observar da Tabela 33, verifica-se que, ao nível nacional, a maior parte do abandono escolar ocorre em agregados em que o representante é mulher (cerca de 54%) contra 48% de abandonos quando o representante é homem.

Relativamente à alfabetização do representante, observa-se que a maior parte do abandono ocorre mesmo quando o representante sabe ler e escrever tanto para o meio urbano como para o meio rural contrastando com os casos onde os representantes não sabem ler nem escrever. Com efeito, ao nível nacional cerca de 2/3 do abandono escolar ocorre onde o representante é alfabetizado. Contudo, a variação da proporção segundo o nível e instrução mostra que na maior parte dos casos de abandono escolar o representante tem nível básico (cerca de 46%), mas deixa perceber que a proporção de abandono reduz-se quando os representantes são mais instruídos. Observa-se ainda que, em cada 4 pessoas há pelo menos uma (cerca de 26%) que já abandonou a escola quando o representante nunca frequentou um estabelecimento escolar. A análise à Tabela 33 mostra ainda que, ao nível geral, há pelo menos 7 em cada 10 (cerca de 77%) de pessoas que “abandonaram a escola” residem em agregados em que o representante tem no máximo o nível básico/primário.

O abandono escolar parece ser muito variável segundo o nível de conforto do agregado. Com efeito, verifica-se que cerca de 91% das pessoas que abandonam um nível de instrução, residem em agregados com nível de conforto médio ou inferior: Muito baixo (17,3%); baixo (38,9%) e médio (34,7%). O mesmo padrão, mas com nível de intensidade diferente, é observado segundo meio de residência (Tabela 33)

Em relação ao estado civil verifica-se que, ao nível nacional, a maior parte de pessoas que abandonam um nível de instrução residem em agregados familiares cujo representante é solteiro (23%) ou quando vive em união de facto (42%). O mesmo padrão se verifica tanto no meio rural como no meio urbano. Verifica-se ainda que o abandono escolar varia substancialmente segundo a tipologia de família onde o indivíduo está inserido: agregados *não conjugais compósitos* (36%) seguidos dos *casais conjugais compósitos* (28%) e de casais isolados com filhos (cerca de 19%). As demais leituras desta tabela ficam ao cargo do leitor interessado.

Tabela 33: Distribuída (%) da população de 6 a 24 anos que “abandonou a escola”, por sexo do indivíduo e meio de residência, segundo as características seleccionadas do representante, Cabo Verde, 2010.

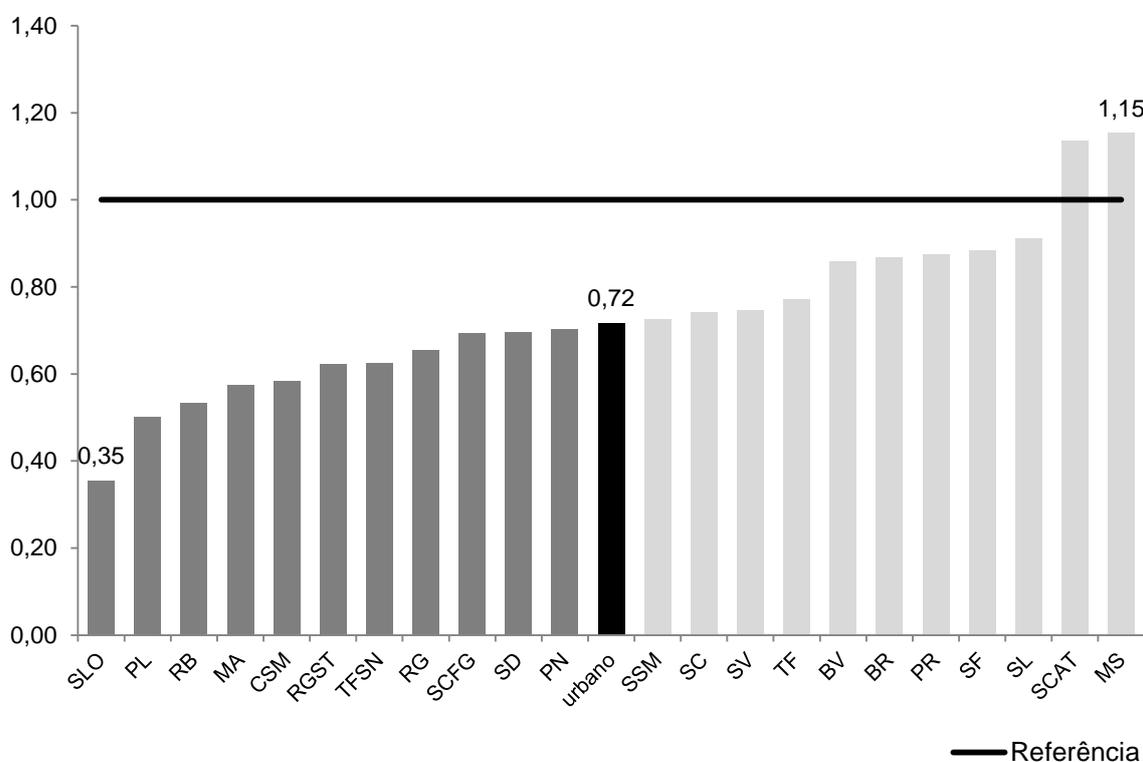
Características do representante de agregado familiar	Urbano			Rural			Total		
	M	F	Total	M	F	Total	M	F	Total
Sexo do representante									
Masculino	48,1	43,1	45,8	46,2	44,4	45,4	47,3	43,6	45,7
Feminino	51,9	56,9	54,2	53,8	55,6	54,6	52,7	56,4	54,3
Alfabetismo									
Sabe ler e escrever	71,8	77,4	74,4	52,5	58,8	55,1	63,5	69,9	66,3
Não sabe ler nem escrever	28,0	22,5	25,5	47,4	41,2	44,8	36,4	30,0	33,6
Não sabe/não responde	0,2	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1
Nível de instrução									
Sem nível (nunca frequentou)	8,1	32,0	18,8	19,4	56,6	35,1	12,9	41,9	25,7
Pré-escolar	0,0	0,3	0,1	0,1	0,2	0,2	0,1	0,3	0,2
Alfabetização	2,0	6,0	3,8	5,6	9,7	7,4	3,5	7,5	5,3
Ensino básico	42,1	52,6	46,8	40,8	49,6	44,5	41,5	51,4	45,9
Secundário/medio	28,3	27,2	27,8	12,2	11,8	12,1	21,4	21,0	21,2
Bacharelato/superior	2,3	1,7	2,1	0,5	0,2	0,3	1,5	1,1	1,3
Não sabe/não responde	0,7	0,4	0,6	0,4	0,4	0,4	0,6	0,4	0,5
Grupo de idade									
15-24	16,6	22,5	19,3	9,0	13,2	10,8	13,4	18,8	15,8
25-64	73,5	70,2	72,0	73,0	72,9	73,0	73,3	71,3	72,4
65 ou mais	9,8	7,3	8,7	17,9	13,8	16,2	13,3	9,9	11,8
ND	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Nível de conforto									
Muito baixo	12,5	12,9	12,7	23,2	24,3	23,7	17,1	17,5	17,3
Baixo	34,8	37,1	35,8	42,2	44,7	43,3	37,9	40,2	38,9
Médio	40,3	38,7	39,5	29,2	26,4	28,0	35,5	33,7	34,7
Alto	11,1	9,4	10,3	4,8	4,0	4,4	8,4	7,2	7,9
Muito alto	1,1	1,3	1,2	0,2	0,2	0,2	0,7	0,9	0,8
Nd	0,3	0,6	0,4	0,4	0,5	0,4	0,4	0,5	0,4
Tipologia de família									
Unipessoal	3,6	2,6	3,2	1,4	0,5	1,0	2,6	1,8	2,3
Casais isolados	1,8	3,7	2,7	0,6	1,5	1,0	1,3	2,8	2,0
Casais isolados com filhos	18,7	19,2	18,9	17,8	19,6	18,6	18,3	19,4	18,8
Conjugais compósitos	24,8	27,8	26,1	30,6	30,7	30,7	27,3	28,9	28,0
Monoparental	14,0	10,3	12,3	13,4	9,8	11,9	13,8	10,1	12,2
Não conjugais compósitos	35,7	35,7	35,7	35,9	37,6	36,6	35,7	36,5	36,1
Membros sem parentesco	1,4	0,7	1,1	0,3	0,3	0,3	0,9	0,5	0,8
Estado civil									
Solteiro	28,2	24,2	26,4	19,0	17,1	18,2	24,2	21,3	22,9
Casado	16,8	13,9	15,5	27,8	23,9	26,2	21,5	17,9	19,9
União de facto	39,9	47,2	43,2	36,7	44,1	39,9	38,5	45,9	41,8
Separado	9,6	10,0	9,8	8,4	8,2	8,3	9,1	9,3	9,2
Divorciado	0,7	0,6	0,7	0,2	0,4	0,3	0,5	0,5	0,5
Viúvo	4,6	4,0	4,4	7,8	6,4	7,2	6,0	5,0	5,5
Não declarado	0,2	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1
Situação na profissão									
Activo ocupada	68,2	67,6	68,0	58,4	60,0	59,1	64,0	64,5	64,2
Desempregada	6,1	7,6	6,8	3,8	3,9	3,9	5,1	6,1	5,6
Inactivo	25,7	24,8	25,3	37,7	36,1	37,0	30,8	29,3	30,2
Principal meio de vida									
Trabalho	66,7	66,9	66,8	53,2	56,3	54,5	60,9	62,6	61,6
Rendimento/propriedade	1,0	0,9	1,0	2,7	2,7	2,7	1,8	1,6	1,7
Reformado	3,9	3,0	3,5	5,7	4,2	5,1	4,7	3,5	4,1
Pensão	4,2	2,9	3,6	8,2	6,9	7,7	5,9	4,5	5,3
Social	1,9	1,2	1,6	3,2	2,5	2,9	2,5	1,7	2,1
A cargo de residentes, C.V	14,2	15,6	14,8	13,2	13,6	13,4	13,7	14,8	14,2
A cargo de Residentes estrangeiros	3,8	3,6	3,7	5,2	5,6	5,4	4,4	4,4	4,4
Vive bolsa de estudo	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1
Vive de outra forma ou não declara	4,4	5,8	5,0	8,5	8,1	8,3	6,1	6,7	6,4
TOTAL	100,	100,	100,0	100,0	100,	100,0	100,0	100,	100,0

Fonte: INE-CV, Recenseamento Geral da População e Habitação, 2010.

6.2.6. Estrutura por concelho: sexo meio de residência

Os Gráficos 35 e 36 permitem avaliar a repartição de “abandono escolar” segundo sexo, em cada concelho do país por meio de residência. A linha que representa a Relação de Feminidade (RF= F/M), e a linha que representa a unidade foram introduzidas nestes gráficos para auxiliar a leitura em relação à desigualdade de género nesses concelhos face ao abandono escolar. Assim, observa-se que relativamente à zona urbana os concelhos que apresentam maiores diferenças (situações extremas) entre os sexos são: São Lourenço dos Órgãos em que a percentagem de raparigas é relativamente inferior à percentagem de rapazes (RF=0,35) e o concelho de Mosteiros com uma situação inversa (RF=1,15).

Gráfico 35: Relação de Feminidade (RF) em % das pessoas que “abandonaram a escola”, por concelho, meio rural, RGPH, Cabo Verde, 2010.

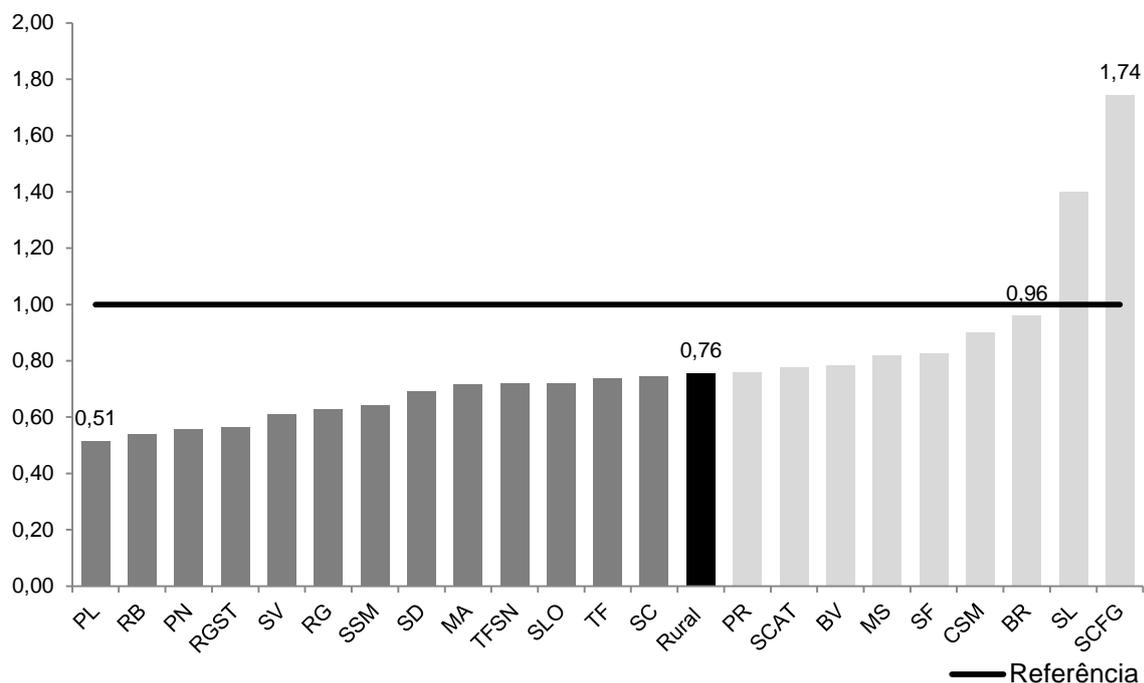


Fonte: INE-CV, Recenseamento Geral da População e Habitação, 2010.

Nota: RG-Ribeira Grande; PL-Paúl; PN-Porto Novo; SV-S.Vicente;SL-Sal; TFSN- Tarrafal de S. Nicolau; RB- Ribeira Brava; BV-Boa Vista; MA-Maio; TF- Tarrafal; SCAT-Santa Catarina; SC- Santa Cruz; PR- Praia;CSM-Calheta S.Miguel; SLO- São Lourenço dos Órgãos; SSM- São Salvador do Mundo;RGST- Ribeira Grande de Santiago; MS-Mosteiros; SF- S.Filipe;SCFG- Santa Catarina de Fogo; BR- Brava.

Relativamente à parte rural observa-se que os dois concelhos com maiores discrepâncias entre os sexos em relação ao abandono escolar são: Paul em que há proporcionalmente mais rapazes que abandonaram a escola do que as raparigas (RF=0,51) e o concelho de Santa Catarina de Fogo em que a situação é inversa (RF=1,74).

Gráfico 36: Relação de Feminidade (RF) em % das pessoas que “abandonaram a escola”, por concelho, meio rural, RGPH, Cabo Verde, 2010.



Fonte: INE-CV, Recenseamento Geral da População e Habitação, 2010.

Nota: RG-Ribeira Grande; PL-Paúl; PN-Porto Novo; SV-S.Vicente;SL-Sal; TFSN- Tarrafal de S. Nicolau; RB- Ribeira Brava; BV- Boa Vista; MA-Maio; TF- Tarrafal; SCAT-Santa Catarina; SC- Santa Cruz; PR- Praia;CSM-Calheta S.Miguel; SLO- São Lourenço dos Órgãos; SSM- São Salvador do Mundo;RGST- Ribeira Grande de Santiago; MS-Mosteiros; SF- S.Filipe;SCFG- Santa Catarina de Fogo; BR- Brava.

6.2.7. Intensidade do abandono escolar: idades simples e sexo

Os Gráficos 37 e 38 permitem avaliar a variação da proporção do abandono total por sexo e meio de residência, segundo a idade simples. Estes gráficos permitem observar que tanto no meio urbano como no meio rural, parece existir três estágios (variações) diferentes no “risco” ou propensão ao abandono escolar segundo a idade das pessoas de 6 a 24 anos. Com efeito, no Gráfico 37 pode-se observar que no meio urbano i) o risco de abandonar a escola entre os 6 e os 11 anos é baixo e oscilatório tanto para os rapazes como para as raparigas; ii) este risco aumenta exponencialmente entre os 12 até por volta dos 18 anos; iii) mantêm-se praticamente constante a partir dos 18 anos. Verifica-se ainda que no meio urbano, globalmente, o risco de abandonar a escola é maior nos rapazes que nas raparigas com maior gravidade na faixa dos 12 aos 18 anos (RF<1).

Gráfico 37: Proporção (em %) do abandono escolar na população de 6 a 24 anos, no meio urbano, por sexo e idades simples, RGPH, Cabo Verde, 2010.

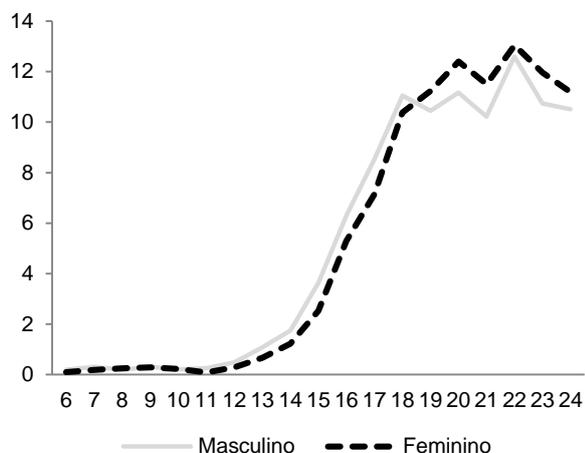
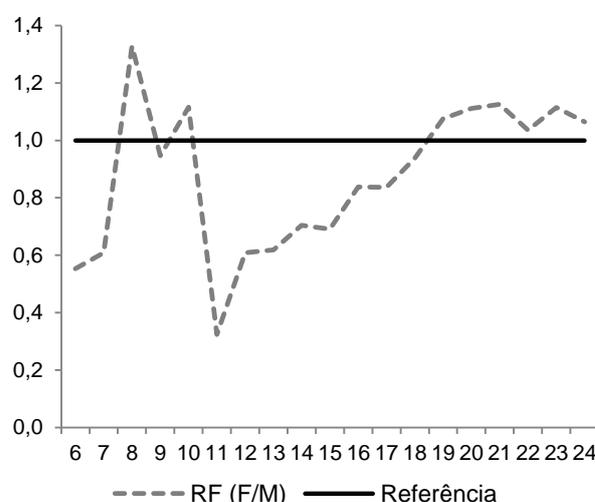


Gráfico 38: Rácio de Feminidade (RF) (em %) do abandono escolar na população de 6 a 24 anos, no meio urbano, por sexo e idades simples, RGPH, Cabo Verde, 2010.



Fonte: INE-CV, Recenseamento Geral da População e Habitação, 2010

Em relação ao meio rural, observa-se que i) apesar de se registar um risco do abandono escolar relativamente baixo em ambos os sexos entre os 6 e os 10 anos, a propensão das raparigas abandonar a escola nestas idades é relativamente superior à dos rapazes ($RF > 1$), embora tenha intensidade decrescente (Gráfico 27b); ii) o segundo estágio, apesar do aumento, exponencial do risco de abandonar a escola entre os 12 até por volta dos 18 anos, podendo até considerar-se por volta dos 15 anos, a propensão ao abandono escolar é praticamente igual entre rapazes e raparigas nesta fase (RF aproximadamente igual à unidade); iii) a partir desta fase mantêm-se praticamente constante com pequenas oscilações.

Gráfico 39: Proporção (em %) do abandono escolar na população de 6 a 24 anos, no meio rural, por sexo e idades simples, RGPH, Cabo Verde, 2010

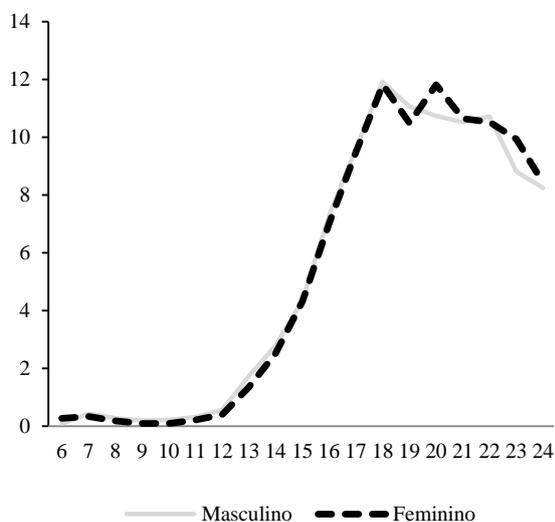
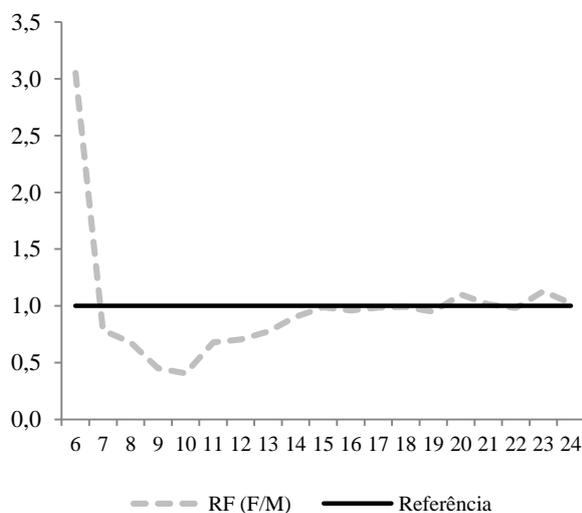


Gráfico 40: Rácio de Feminidade (RF) (em %) do abandono escolar na população de 6 a 24 anos, no meio rural, por sexo e idades simples, RGPH, Cabo Verde, 2010



6.3. A precocidade e atraso escolar: repartição por sexo e meio de residência

Neste ponto pretende-se deitar um olhar sobre a situação da equidade no acesso e na conclusão do nível de ensino através da *proxy* “A precocidade e atraso escolar num nível de ensino”. Ou seja, explora-se a situação de alguma “distorção” entre o nível de ensino que a criança frequenta com respeito à relação à sua idade, relativamente ao nível que deveria estar a frequentar. Propõem-se analisar a proporção de crianças que estão fora do limite oficial máximo de idade para a frequência de um determinado nível de ensino a fim de mostrar, a situação de uma eventualmente, falta de equidade no ensino dado que estas crianças estariam a “ocupar espaço na escola” reservadas às crianças em idade legal. Esta situação é suportada pela UNESCO e pode ser utilizada também como um indicador para medir a eficácia do sistema de ensino (UNESCO, CEPED,1999:12). Esta situação pode ainda representar alguma situação de desigualdade de oportunidades relativas a algumas práticas que, eventualmente possa existir. Esta análise pretende explorar esta questão.

A Tabela 34 apresenta dados para esta situação sem diferenciar o “ensino público do privado”, principalmente porque o ensino público é maioritariamente representado no país. Se admitirmos que uma melhor qualidade do sistema de ensino pode ser garantida também com uma supervisão do sistema mais assídua, o desfasamento escolar pode ser um problema e desafio que precisa ser resolvido.

Tabela 34: Distribuição (%) da população de 3 a 24 anos segundo sexo por algumas características de “precocidade ou atraso escolar”, por meio de residência, Cabo Verde, 2010.

Situação das crianças e jovens de 3 a 24 anos	Meio de residência					
	Urbano			Rural		
	Masculino	Feminino	RF	Masculino	Feminino	RF
Com idade pré-escolar (3 a 5 anos)						
Nunca frequentou/não declarou o nível	51,0	49,0	1,0	50,3	49,7	1,0
Frequenta o pré-escolar	49,5	50,5	1,0	50,2	49,8	1,0
Frequenta um nível superior	38,0	62,0	1,6	47,9	52,1	1,1
Com idade EB (6 a 12 anos)						
Nunca frequentou/não declarou o nível	52,6	47,4	0,9	55,0	45,0	0,8
Frequenta um nível inferior	50,7	49,3	1,0	48,4	51,6	1,1
Frequenta o nível EB	50,3	49,7	1,0	50,9	49,1	1,0
Frequenta um nível superior	47,2	52,8	1,1	42,5	57,5	1,4
Com idade ES (13 a 24 anos)						
Nunca frequentou/não declarou o nível	60,8	39,2	0,6	54,9	45,1	0,8
Frequenta um nível inferior	57,6	42,4	0,7	57,7	42,3	0,7
Frequenta o nível ES	48,6	51,4	1,1	48,6	51,4	1,1
Frequenta um nível médio ou superior	40,4	59,6	1,5	46,6	53,4	1,1

Fonte: INE-CV, Recenseamento Geral da População e Habitação, 2010

Da análise da Tabela 26 observa-se que relativamente à precocidade em um nível de ensino, i) há maior percentagem de raparigas num nível de ensino superior àquele em que a sua idade mínima lhe permite comparativamente aos rapazes. Esta situação é verificada tanto no meio rural como no meio urbano. No meio urbano esta diferença ao RF de 1,6 no Pré-escolar, de 1,1 no Ensino Secundário, e de 1,5 no ensino Médio ou superior. Relativamente ao meio rural o valor do RF é de 1,1 no nível Pré-escolar, de 1,4 no Ensino Secundário e de 1,1 no ensino Médio ou superior. No que concerne ao atraso de um nível de ensino a situação é mais equilibrada entre os sexos no pré-escolar e no ensino básico. No entanto, o atraso num nível é claramente “desfavorável” para os rapazes no ensino médio ou superior em que $RF=0,7$, tanto no meio rural como no meio urbano. Quer dizer que a percentagem de mulheres em situação de “atraso” neste nível é cerca e 30% inferior comparando com a percentagem de homens. Isto poderia mostrar eventualmente, uma melhor performance das raparigas neste nível comparativamente aos rapazes, mas o que foi analisado é simplesmente a frequência de nível com relação à idade legal para este nível.

CONCLUSÃO

Os dados da educação obtidos através do censo 2010 são de carácter exaustivo e permitem uma desagregação até o nível mais elementar do país, marcando assim a diferença em termos de profundidade de análise, face a outras operações estatísticas. Permitem fazer uma análise comparativa dos dados com os dos censos mais recentes: por exemplo, Censo 2000 e Censo 1990, principalmente no que concerne à frequência escolar e à evolução da taxa de analfabetismo. Para além disso, permitem estabelecer ainda a comparabilidade internacional dos dados referentes à Educação, uma vez que se levou em conta as recomendações das Nações Unidas para a ronda dos Censos 2010. No domínio da educação, esta análise mostrou que o país conseguiu ganhos importantes nos últimos 20 anos, frutos de vários investimentos que vêm sendo feitos quer ao nível de infra-estruturas quer ao nível de capacitação do pessoal docente.

Assim, da análise deste tema podem-se, extrair várias conclusões, de entre as quais, destacam-se as seguintes:

1. Está ganho o desafio de acesso, expansão e generalização da escolarização de base “escolarização para todos” fundamentalmente no ensino básico e secundário.
2. Cabo Verde registou ganhos evolutivos em matéria de frequência escolar e da escolarização de 2000 a 2010.
3. Verificou-se que há uma maior predominância de rapazes não escolarizados nos dois primeiros grupos de idade face às raparigas, no entanto a situação se inverte nas gerações mais antigas.
4. Constata-se que no meio urbano há uma ligeira supremacia de indivíduos do sexo feminino a frequentar um estabelecimento de ensino comparativamente a indivíduos do sexo masculino.
5. Relativamente ao género, verifica-se que ao nível Nacional, no meio urbano, há uma ligeira supremacia de mulheres que frequentam actualmente um estabelecimento de ensino comparando com os homens.
6. Verifica-se há uma quase paridade relativamente à frequência actual nos diferentes concelhos. No que tange às pessoas que nunca frequentaram um estabelecimento de ensino nos diferentes concelhos, a diferença é sempre desfavorável para as mulheres comparadas com os homens no meio rural.
7. Segundo a UNESCO um país pode ser considerado como tendo a “escolarização universal ou quase universal”, quando atingir um nível mínimo da taxa de escolarização de pelo menos 90 %. Neste caso concreto, pode-se concluir que Cabo Verde já atingiu este desígnio, uma vez que no grupo etário (6 aos 14 anos) que é utilizada para o

- efeito de escolarização obrigatória, a intensidade na escolarização foi praticamente atingida ao nível nacional, bem como no meio de residência.
8. Em termos de esperança de vida houve um ganho médio de escolarização de cerca de 2 anos nesta década, passando de 11,2 anos em 2000 para 13,3 anos de escolarização em 2010. Este ganho foi impulsionado sobretudo pela escolarização das raparigas (que passaram a usufruir, em média, de mais 2,4 anos comparando com a situação em 2000). Já nos rapazes estes ganhos foram em média cerca de 1,9 anos de escolarização em 10 anos.
 9. Em praticamente todos os concelhos as raparigas de 6 anos esperam beneficiar, em média, de mais anos de escolarização comparadas com os rapazes da mesma idade, tanto no meio rural como no meio urbano. Verifica-se mais homogeneidade na zona rural dos diferentes concelhos relativamente a este indicador, que na parte urbana. Contudo, mesmo com os esforços para reduzir ainda mais as diferenças entre os meios de residência, observa-se que, de um modo geral, as crianças do meio urbano ainda esperam beneficiar de mais anos de escolarização comparadas com as crianças do meio rural evidenciando, ainda, alguma vantagem histórica conseguida no período pós-colonial.
 10. Verifica-se que há um percentual significativo de indivíduos que estavam a frequentar o nível de ensino primário sem que tenham a idade legalmente permitida como mostra a Taxa Bruta de Escolarização.
 11. Relativamente ao nível secundário, verifica-se há uma situação contrária comparativamente ao nível primário. Com efeito havia menos pessoas com idade legal para o nível secundário que, no momento de recenseamento, não estavam a frequentar este nível de ensino, com discrepâncias face ao sexo, como ilustra a TBE . esta situação evidencia alguma ineficácia do sistema.
 12. Ao nível da alfabetização, o país obteve ganhos substanciais, sobretudo, na alfabetização das mulheres, correspondendo ao maior incremento, comparativamente aos homens. O aumento da taxa de alfabetização é mais expressivo no meio urbano que no meio rural. Estes ganhos e, avanços contínuos e consideráveis em matéria de alfabetização culminaram com uma redução progressiva e visível da diferença entre a taxa de alfabetismo, tanto entre homens e mulheres como entre o meio urbano e rural, nos últimos 10 anos. Contudo, mesmo com estes ganhos, a diferença entre homens e mulheres em matéria de alfabetização, ainda persiste e vale a pena salientar.
 13. Em termos de analfabetismo verifica-se uma melhoria considerável ao nível da população de 15 anos ou mais desde de 2000 a esta parte, não obstante ainda prevalece um percentual de analfabetos com ênfase para as mulheres e, que merece alguma atenção (cerca de 17 em cada 100 indivíduos não sabem ler nem escrever com

predominância de mulheres). Convém reforçar que trata-se fundamentalmente de um problema geracional.

14. Em relação ao nível Médio ou Superior verifica-se que, apesar de se registar um relativo equilíbrio entre homens e mulheres ao nível nacional, isto não é suficiente para superar as assimetrias em relação aos concelhos. Com efeito, verifica-se que na esmagadora maioria dos concelhos a repartição percentual entre homens e mulheres com estes níveis de ensino é desigual em desfavor às mulheres.
15. Em relação à população “não escolarizada”, a diferença entre homens e mulheres parece ser substancial e desfavorável para as mulheres em todos os concelhos.
16. Nos agregados onde o representante tem no máximo nível Ensino Básico, há uma menor percentagem de indivíduos com nível superior ao do representante. Esta percentagem reduz-se ainda nos residentes do sexo feminino.
17. Há uma maior predominância de mulheres de 25 anos ou mais que não se encontrava a frequentar nenhum nível de ensino no momento do censo e detentoras de um nível de instrução. Verifica-se também que esta diferença vem diminuindo de uma maneira ténue principalmente para os níveis mais “recentes” (Secundário, Médio, ou Superior). Este é reflexo dos esforços contínuos em matéria de educação que vem sendo feito e com reflexos muito positivos, principalmente no âmbito da escolarização as mulheres.
18. A percentagem de população “não escolarizada” vem diminuindo ao longo das diferentes gerações e por outro lado, a população com nível secundário vem aumentando.
19. Ao mesmo tempo que a população com nível primário ou inferior vinha aumentando até à independência para depois começar a diminuir, a proporção de pessoas com nível médio ou superior permanecia praticamente constante durante muitas gerações antes para depois começar a aumentar. Este aumento poderá traduzir-se na ideia de que recursos humanos habilitados com instrução superior constituem um importante indicador para avaliar se o *stock* em recursos humanos é compatível com os imperativos da modernização do Estado e do mercado de trabalho, inclusive da economia.

O número médio de anos de estudo da população de 25 anos ou mais, que antes de independência situava-se em torno de 4 anos (correspondendo ao ensino primário), começou a evoluir lentamente para depois evoluir a um ritmo mais acelerado atingindo valores em torno de 8 anos nas gerações da pós-independência. Esta evolução foi acompanhada de uma redução gradual das diferenças tanto entre homens e mulheres como entre meio urbano e meio rural, principalmente após a Independência em que as mulheres começam a ter em média mais anos de estudos comparativamente aos homens.

20. Conclui-se ainda com base nos dados do censo 2010 que:

- a. Os cursos em áreas de ciências sociais, gestão ou direito vêm diminuindo entre os homens ao longo das gerações, enquanto os mesmos parecem ter cada vês mais preferência entre as mulheres.
- b. Os cursos nas áreas de ciências de ensino que tinham maior peso entre as mulheres do que entre os homens ao longo de muitas gerações vem diminuindo o seu peso ao longo dos tempos, principalmente a partir da geração do pós-independência tanto para os homens como para as mulheres, mas parece ter maior repercussão nas mulheres comparativamente aos homens.
- c. A posse de cursos em áreas de ciências matemática e computacional e nas áreas de engenharia, transformação e construção vem aumentando tanto nas mulheres como nos homens.
- d. Relativamente à variação da repartição do nível de instrução por sexo, de 2000 a 2010, verifica-se que a população sem secundário decresceu nos últimos 10 anos, enquanto a população com nível secundário e as com nível médio ou superior aumentaram consideravelmente (cerca de 102 % e 362 % respectivamente). Pode-se assim concluir que a população cabo-verdiana está mais instruída e com tendência de uma discriminação positiva em favor das mulheres. Com efeito, a população com nível secundário duplicou e a população com nível médio ou superior quase que quintuplicou nestes últimos 10 anos.
- e. No que tange à variação da estrutura do nível de instrução por sexo, constata-se que apesar da percentagem de mulheres no ensino médio ou superior ser superior à dos homens, regista-se maior variação percentual de 2000 a 2010 nos homens que em relação às mulheres nestes níveis de ensino. Relativamente ao nível “sem secundário” (ou seja o nível primário, pré-escolar, alfabetização ou sem nível), regista-se ainda que proporcionalmente houve maior redução nas mulheres comparando com os homens. Em resumo, assiste-se que a população sem nível secundário está a diminuir rapidamente, a população com nível secundário está a aumentar e a população com nível médio ou superior está a aumentar exponencialmente.

Esta conclusão encerra a análise deste tema. Esperamos que estas contribuições constituam mais-valias para conhecer as grandes tendências da dinâmica dos fluxos escolares, o nível de escolarização e da alfabetização, o nível de instrução, as disparidades inter e intra ilhas e concelhos em Cabo Verde. Esta descrição pode constituir uma condição fundamental para que os decisores políticos e os planificadores possam (re) formular com objectividade as medidas necessárias a fim de aperfeiçoar a eficácia do sistema educativo e do desenvolvimento da sociedade.

BIBLIOGRAFIA

Cabo Verde. Instituto Nacional de Estatística, 2010. “ Manual de Agente recenseador, 2010”

Cabo Verde, 2011, “Programa do Governo 2011-2016 - VIIIª Legislatura 2011-2016”

Cabo Verde, Ministério de Educação e Desporto, 2011: “Anuário Estatístico, 2011 “Principais Indicadores da Educação 2010/2011”

Libâneo, 1998. “Didáctica”. São Paulo, Cortez Editora, 1987

Nascimento, I. 2011 “A centralidade da educação escolar na sociedade contemporânea”
Revista HISTEDBR On-line, Campinas, n.41, p. 102-113, mar2011 - ISSN: 1676-2584 REVISTA HISTEDBR www.histedbrfae.unicamp.br/revista/edicoes/41/art07_41.pdf ,
consultado em 26/02/2013.

Oliveira, A. 2005 “A educação no contexto das políticas sociais atuais: entre a focalização e a universalização” <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=193520514003>, consultado em 18/02/2013

PERES, T.H.A. “Educação superior, emprego e renda: uma relação problemática. RMSP.2002-2009. 2010”.

Robinson e Androli, [sd]: “A educação, globalização e neoliberalismo: o debate precisa continuar!” On-line www.rieoei.org/deloslectores/905Santos.pdf, consultado em 18/02/2013

Tchegho, M.1999 : “Traité de démographie scolaire, Editions DEMOS 1999”, Cameroun

UNESCO, CEPED, 1999 “Guide d’exploitation et d’analyse des données de recensement et d’enquêtes en matière de scolarisation”

UNESCO, ISCED, 1997 « International Standard Classification of Education”
<http://www.uis.unesco.org/Education/Pages/international-standard-classification-of-education.aspx>

UNESCO, 2009. “Indicateurs de l’éducation-Directives techniques”

ANEXO A: TABELAS COMPLEMENTARES

Tabela A1: Distribuição (%) da população de 3 anos ou mais segundo sexo por nível de instrução, Cabo Verde, RGPH-2010

Nível de Instrução	Masculino		Feminino		Total	Total	
	Efectivo	%	Efectivo	%		Efectivo	%
Cabo Verde: 3 anos ou mais	228 517	49,5	233 444	50,5	100	461 961	100,0
Sem nível nunca frequentou	21 255	35,6	38 408	64,4	100	59 663	12,9
Pré-escolar	10 580	49,7	10 703	50,3	100	21 283	4,6
Alfabetização	2 975	38,6	4 723	61,4	100	7 698	1,7
Ensino básico	105 134	53,0	93 320	47,0	100	198 454	43,0
Secundário	75 215	50,8	70 973	49,2	100	144 188	31,2
Médio/Bacharelato/superior	13 820	49,2	14 275	50,8	100	28 095	5,6
Não sabe/não responde	1 538	59,6	1 042	40,4	100	2 580	0,6

Fonte: INE-CV, Recenseamento Geral da População e Habitação, 2010

Tabela A2: Distribuição (%) da população de 3 anos ou mais segundo sexo por meio de residência e nível de instrução frequentado no momento do RGPH, Cabo Verde 2010.

Nível de Instrução	Masculino		Feminino		Total	Total	
	Efectivo	%	Efectivo	%		Efectivo	%
Urbano	54 732	48,3	58 649	51,7	100,0	113 381	100
Máximo primário	31 239	50,5	30 605	49,5	100,0	61 844	54,5
Secundário	19 056	46,4	22 031	53,6	100,0	41 087	36,2
Médio/bacharelato/superior	4 379	42,3	5 985	57,7	100,0	10 364	9,1
Não sabe/Não responde	58	67,4	28	32,6	100,0	86	0,1
Rural	35 945	49,7	36 363	50,3	100,0	72 308	100
Máximo primário	23 919	51,3	22 683	48,7	100,0	46 602	64,4
Secundário	11 416	46,8	12 973	53,2	100,0	24 389	33,7
Médio/bacharelato/superior	580	46,0	682	54,0	100,0	1 262	1,7
Não sabe/Não responde	30	54,5	25	45,5	100,0	55	0,1

Fonte: INE-CV, Recenseamento Geral da População e Habitação, 2010

Tabela A3: Distribuição (%) da população de 3 anos ou mais distribuídos segundo sexo e nível de instrução (outros agrupamentos) e meio de residência Cabo Verde, 2010

Nível de Instrução	Masculino		Feminino		Total	Total	
	Efectivo	%	Efectivo	%		Efectivo	%
Urbano: 3 anos ou mais	141 826	49,8	143 223	50,2	100	285 049	100
Sem nível nunca frequentou	10 535	36,4	18 374	63,6	100	28 909	10,1
Pré-escolar	6 408	49,6	6 505	50,4	100	12 913	4,5
Alfabetização	1 351	37,0	2 302	63,0	100	3 653	1,3
Ensino básico	59 917	52,6	53 889	47,4	100	113 806	39,9
Secundário	50 373	50,8	48 711	49,2	100	99 084	34,8
Médio/Bacharelato/superior	12 171	48,7	12 800	51,3	100	24 971	8,8
Não sabe/não responde	1 071	62,5	642	37,5	100	1 713	0,6
Rural: 3 anos ou mais	86 691	49,0	90 221	51,0	100	176 912	100,0
Sem nível nunca frequentou	10 720	34,9	20 034	65,1	100	30 754	17,4
Pré-escolar	4 172	49,8	4 198	50,2	100	8 370	4,7
Alfabetização	1 624	40,1	2 421	59,9	100	4 045	2,3
Ensino básico	45 217	53,4	39 431	46,6	100	84 648	47,8
Secundário	22 842	50,6	22 262	49,4	100	45 104	25,5
Médio/Bacharelato/superior	1 649	52,8	1 475	47,2	100	3 124	1,8
Não sabe/não responde	467	53,9	400	46,1	100	867	0,5

Fonte: INE-CV, Recenseamento Geral da População e Habitação, 2010

Tabela A4: Distribuição (%) da população de 3 anos ou mais distribuídos segundo sexo por nível de instrução frequentado, Cabo Verde 2010

Nível de Instrução	Masculino		Feminino		Total	Total	
	Efectivo	%	Efectivo	%		Efectivo	%
Cabo Verde: 3 anos ou mais	90 677	48,8	95 012	51,2	100	185 689	100
Máximo primário	55 158	50,9	53 288	49,1	100	108 446	58,4
Secundário	30 472	46,5	35 004	53,5	100	65 476	35,3
Médio/bacharelato/superior	4 959	42,7	6 667	57,3	100	11 626	6,3
Não sabe/Não responde	88	62,4	53	37,6	100	141	0,1

Fonte: INE-CV, Recenseamento Geral da População e Habitação, 2010

Tabela A5: Distribuição (em efectivo e em %) da população de 25 anos ou mais que já não frequentava um estabelecimento de ensino, segundo sexo, por nível de instrução e meio de residência, Cabo Verde 2010.

	Masculino		Feminino		Total	Total	
	Efectivo	%	Efectivo	%		Efectivo	%
Urbano	57 324	53,48	49 873	46,52	100,00	107 197	100
Máximo primário	29 643	52,04	27 319	47,96	100,00	56 962	53,1
Secundário	19 637	55,23	15 918	44,77	100,00	35 555	33,2
Médio/bacharelato/superior	7329	54,05	6 231	45,95	100,00	13 560	12,6
Rural	26 344	53,68	22 734	46,32	100,00	49 078	100
Máximo primário	19 769	52,25	18 070	47,75	100,00	37 839	77,1
Secundário	5 389	58,83	3 772	41,17	100,00	9 161	18,7
Médio/bacharelato/superior	964	58,64	680	41,36	100,00	1 644	3,3

Fonte: INE-CV, Recenseamento Geral da População e Habitação, 2010

Tabela A6: Distribuição (em %) da população de 15 anos ou mais segundo sexo, por meio de residência, grandes grupos etários seleccionados e nível de instrução, Cabo Verde, 2010

	Não escolarizada			Máximo primário			Secundário			Médio/Bacharel/superior		
	M	F	Total	M	F	Total	M	F	Total	M	F	Total
Urbano												
Cabo Verde	36,4	63,6	28 909	68,	31,1	201	50,8	49,2	99 084	48,7	51,3	24 971
< 15 anos	51,3	48,7	8 544	50,	49,4	53 196	46,4	53,6	10 554	na	na	0
15 anos +	30,2	69,8	20 365	75,	24,5	148	58,9	41,1	88 530	48,7	51,3	24 971
15-64	34,5	65,5	11 910	52,	47,2	71 454	48,9	51,1	47 195	39,5	60,5	6 201
15-24	60,4	39,6	775	57,	42,3	13 782	54,1	45,9	41 335	50,5	49,5	18 359
25 ou +	29,0	71,0	19 590	51,	48,3	63 394	52,0	48,0	24 534	44,5	55,5	9 420
25-34	63,0	37,0	1 475	54,	45,6	19 833	55,7	44,3	9 191	55,9	44,1	4 714
35-44	41,0	59,0	2 246	49,	50,6	19 259	55,9	44,1	3 138	64,9	35,1	1 742
45-49	27,9	72,1	1 750	49,	50,4	8 448	56,0	44,0	3 603	65,1	34,9	2 483
50-64	23,0	77,0	5 664	52,	47,7	10 132	51,1	48,9	87 661	48,6	51,4	24 560
65 ou +	24,2	75,8	8 455	52,	47,6	5 722	62,1	37,9	869	68,6	31,4	411
Rural												
Cabo Verde	59,7	40,3	49 705	75,	24,2	190	50,6	49,4	45 104	52,8	47,2	3 124
< 15 anos	50,8	49,2	6 023	51,	48,6	40 286	45,4	54,6	7 074	na	na	0
15 anos +	15,1	84,9	43 682	51,	48,3	150	30,4	69,6	38 030	52,8	47,2	3 124
15-64	29,9	70,1	12 928	52,	47,6	53 040	48,9	51,1	27 283	39,5	60,5	944
15-24	54,7	45,3	735	57,	42,4	14 727	57,8	42,2	10 747	55,1	44,9	2 135
25 ou +	30,3	69,7	23 996	51,	48,1	42 050	52,0	48,0	7 669	44,5	55,5	1 298
25-34	50,1	49,9	971	52,	47,3	13 107	55,7	44,3	1 976	55,9	44,1	510
35-44	34,8	65,2	2 143	48,	51,2	13 076	55,9	44,1	514	64,9	35,1	152
45-49	29,7	70,3	1 857	47,	52,5	5 691	56,0	44,0	467	65,1	34,9	175
50-64	23,2	76,8	7 222	51,	48,9	6 439	51,1	48,9	37 909	48,6	51,4	3 079
65 ou +	32,2	67,8	30 754	68,	32,0	97 063	62,1	37,9	121	68,6	31,4	45

Fonte: INE-CV, Recenseamento Geral da População e Habitação, 2010

Recenseamento Geral da População e Habitação 2010 - Educação

Tabela A7: Distribuição (em %) da população de 15 anos segundo sexo por meio de residência, nível de instrução e grupo de geração, Cabo Verde, 2010.

Ano de nascimento	Não escolarizada			Máximo primário			Secundário			Médio/Bacharel/superior		
	M	F	Rácio(M/H)	M	F	Rácio(M/H)	M	F	Rácio(M/H)	M	F	Rácio(M/H)
Urbano												
Antes 1945	24,2	75,8	3,1	52,4	47,6	0,9	62,1	37,9	0,6	68,6	31,4	0,5
1946-50	21,0	79,0	3,8	53,5	46,5	0,9	57,6	42,4	0,7	68,8	31,2	0,5
1951-55	22,1	77,9	3,5	50,9	49,1	1,0	56,9	43,1	0,8	63,9	36,1	0,6
1956-60	24,5	75,5	3,1	52,7	47,3	0,9	55,0	45,0	0,8	64,8	35,2	0,5
1961-65	27,9	72,1	2,6	49,6	50,4	1,0	55,9	44,1	0,8	64,9	35,1	0,5
1966-70	37,5	62,5	1,7	47,9	52,1	1,1	57,5	42,5	0,7	59,7	40,3	0,7
1971-75	46,2	53,8	1,2	50,9	49,1	1,0	54,4	45,6	0,8	52,8	47,2	0,9
1976-80	58,9	41,1	0,7	53,2	46,8	0,9	53,5	46,5	0,9	46,6	53,4	1,1
1981-85	67,3	32,7	0,5	55,9	44,1	0,8	51,1	48,9	1,0	43,0	57,0	1,3
1986-92	61,8	38,2	0,6	57,9	42,1	0,7	49,6	50,4	1,0	39,5	60,5	1,5
1993-95	54,2	45,8	0,8	57,0	43,0	0,8	47,7	52,3	1,1	33,3	66,7	2,0
Rural												
Antes 1945	32,2	67,8	2,1	68,0	32,0	0,5	68,5	31,5	0,5	75,0	25,0	0,3
1946-50	22,9	77,1	3,4	56,9	43,1	0,8	81,5	18,5	0,2	75,0	25,0	0,3
1951-55	21,3	78,8	3,7	49,8	50,2	1,0	66,7	33,3	0,5	66,7	33,3	0,5
1956-60	25,2	74,8	3,0	50,3	49,7	1,0	63,6	36,4	0,6	65,6	34,4	0,5
1961-65	29,7	70,3	2,4	47,5	52,5	1,1	62,7	37,3	0,6	79,6	20,4	0,3
1966-70	33,3	66,7	2,0	47,1	52,9	1,1	60,5	39,5	0,7	70,9	29,1	0,4
1971-75	37,2	62,8	1,7	50,7	49,3	1,0	59,6	40,4	0,7	60,1	39,9	0,7
1976-80	46,7	53,3	1,1	50,9	49,1	1,0	56,7	43,3	0,8	54,6	45,4	0,8
1981-85	54,1	45,9	0,8	54,4	45,6	0,8	54,7	45,3	0,8	53,2	46,8	0,9
1986-92	54,6	45,4	0,8	57,2	42,8	0,7	50,2	49,8	1,0	44,5	55,5	1,2
1993-95	55,1	44,9	0,8	58,6	41,4	0,7	47,7	52,3	1,1	43,8	56,3	1,3

Fonte: INE-CV, Recenseamento Geral da População e Habitação, 2010

Tabela A8: Distribuição (em efectivo e %) da população de 15 anos ou mais segundo sexo por área de formação por sexo, RGPH, Cabo Verde, 2010.

	Sexo		Total	Total		
	Masculino	%			Feminino	%
Cabo Verde	8 229	52,3	7 497	47,7	15 726	100,0
Ensino	659	37,3	1 110	62,7	1 769	11,2
Humanidades e artes	914	49,7	925	50,3	1 839	11,7
Ciências sociais, gestão e direito	2 716	46,3	3 144	53,7	5 860	37,3
Ciência, Matemática e Computação	981	56,8	746	43,2	1 727	11,0
Engenharia, transformação e	1 842	86,1	298	13,9	2 140	13,6
Agricultura e Veterinária	199	70,6	83	29,4	282	1,8
Saúde e bem-estar	432	34,2	832	65,8	1 264	8,0
Serviços	486	57,5	359	42,5	845	5,4

Fonte: INE-CV, Recenseamento Geral da População e Habitação, 2010

Tabela A9: Distribuição (em %) da área de formação por sexo, e meio de residência Cabo Verde, 2010

	Sexo			Total	
	Masculino	Feminino	Total		
Urbano	51,8	48,2	100	100,0	
Ensino	3,3	6,3	100	9,6	
Humanidades e artes	5,7	5,9	100	11,6	
Ciências sociais, gestão e direito	17,8	21,0	100	38,8	
Ciência, Matemática e Computação	6,1	4,8	100	10,9	
Engenharia, transformação e construção	11,9	2,0	100	13,8	
Agricultura e Veterinária	1,2	0,6	100	1,7	
Saúde e bem-estar	2,8	5,5	100	8,3	
Serviços	3,1	2,3	100	5,3	
Rural	56,9	43,1	100	100	
Ensino	11,9	13,8	100	25,7	
Humanidades e artes	6,6	5,7	100	12,3	
Ciências sociais, gestão e direito	12,6	11,6	100	24,2	
Ciência, Matemática e Computação	7,7	4,0	100	11,7	
Engenharia, transformação e construção	10,5	1,3	100	11,8	
Agricultura e Veterinária	1,9	0,3	100	2,2	
Saúde e bem-estar	2,3	3,8	100	6,1	
Serviços		3,4	2,5	100	6,0

Fonte: INE-CV, Recenseamento Geral da População e Habitação, 2010

Recenseamento Geral da População e Habitação 2010 - Educação

Tabela A10: População de 6 a 24 anos distribuídos (em efectivo) por “abandono” ou não, da escola segundo sexo por meio de residência e características individuais seleccionadas

Características Individuais	Urbano			Rural			Total		
	Mas	Fem	Total	Mas	Fem	Total	Mas	Fem	Total
Estatuto familiar									
Representante	635	700	1335	239	251	490	874	951	1825
Filho(a)/adoptivo do representante	3197	1882	5079	2730	1675	4405	5927	3557	9484
Outro /parentesco com representante		2217	4226	1423	1313	2736	3432	3530	6962
Grupo de idades									
5-9	58	40	98	44	29	73	102	69	171
10-14	220	120	340	249	149	398	469	269	738
15-19	2337	1755	4092	1945	1397	3342	4282	3152	7434
20-24	3226	2884	6110	2154	1664	3818	5380	4548	9928
Ensino básico									
1º ano	85	50	135	105	55	160	190	105	295
2º ano	217	161	378	212	121	333	429	282	711
3º ano	211	122	333	197	89	286	408	211	619
4º ano	398	249	647	408	252	660	806	501	1307
5º ano	222	124	346	266	158	424	488	282	770
6º ano	615	464	1079	582	410	992	1197	874	2071
Não abandonou o EB	4093	3629	7722	2622	2154	4776	6715	5783	12498
Ensino Sec. geral									
1º ano	1259	760	2019	1027	636	1663	2286	1396	3682
2º ano	990	867	1857	715	589	1304	1705	1456	3161
3º ano	747	853	1600	444	443	887	1191	1296	2487
4º ano	480	553	1033	187	239	426	667	792	1459
5º ano	203	203	406	84	92	176	287	295	582
6º ano	297	292	589	104	119	223	401	411	812
Não abandonou	1865	1271	3136	1831	1121	2952	3696	2392	6088
Ensino Sec., técnica antes 1994									
1º ano	12	6	18	7	2	9	19	8	27
2º ano	4	5	9	11	3	14	15	8	23
3º ano	4	3	7	9	2	11	13	5	18
Não abandonou	5821	4785	10606	4365	3232	7597	1018	8017	18203
Ensino secundário, técnica entre 1994-2004									
3º ano	14	18	32	5	7	12	19	25	44
4º ano	13	10	23	7	3	10	20	13	33
5º ano	8	3	11	1	3	4	9	6	15
6º ano	6	7	13	3	6	9	9	13	22
Não abandonou	580	4761	10561	4376	3220	7596	1017	7981	18157
Ensino secundário, técnica após 2004									
5º ano	30	26	56	4	3	7	34	29	63
6º ano	24	21	45	13	7	20	37	28	65
Não abandonou	578	4752	10539	4375	3229	7604	10162	7981	18143
Orfandade e vivência com os pais (< 18)									
Órfão mãe e pai	12	9	21	9	6	15	21	15	36
Órfão de mãe e vive com o pai	11	5	16	8	0	8	19	5	24
Órfão de mãe e não vive com o pai	16	18	34	11	9	20	27	27	54
Órfão de pai e vive com a mãe	69	47	116	93	65	158	162	112	274
Órfão de pai e não vive com a mãe	10	19	29	8	8	16	18	27	45
Não órfão e vive com os pais	369	199	568	466	322	788	835	521	1356
Não órfão e não vive com os pais	205	243	448	215	189	404	420	432	852
Não órfão e vive só com a mãe	589	305	894	371	236	607	960	541	1501
Não órfão e vive só com o pai	68	31	99	40	14	54	108	45	153
Sem idade de interesse (18 a 24)	449	3923	8415	3171	2390	5561	7663	6313	13976
Cabo verde	584	4799	10640	4392	3239	7631	10233	8038	18271

Fonte: INE-CV, Recenseamento Geral da População e Habitação, 2010

Tabela A11: Repartição (%) da população de 6 a 24 anos que abandonaram a escolar segundo sexo do indivíduo por meio de residência, características do representante do agregado e Rácio de Feminidade (M/H).

Características do representante do agregado	Urbano			Rural		
	Masc	Fem	Rácio (M/H)	Masc	Fem	Rácio (M/H)
Sexo do representante						
Masculino	57,6	42,4	0,7	58,5	41,5	0,7
Feminino	52,6	47,4	0,9	56,7	43,3	0,8
Alfabetismo						
Sabe ler e escrever	53	47	0,9	54,8	45,2	0,8
Não sabe ler nem escrever	60,3	39,7	0,7	61	39	0,6
Não sabe/não responde	69,2	30,8	0,4	66,7	33,3	0,5
Nível de instrução						
Sem nível (nunca frequentou)	23,5	76,5	3,3	31,7	68,3	2,2
Pré-escolar	13,3	86,7	6,5	38,5	61,5	1,6
Alfabetização	28,4	71,6	2,5	44	56	1,3
Ensino básico	49,4	50,6	1	52,7	47,3	0,9
Secundário/medio	55,9	44,1	0,8	58,4	41,6	0,7
Bacharelato/superior	62,3	37,7	0,6	76,9	23,1	0,3
Não sabe/não responde	68,9	31,1	0,5	60	40	0,7
Grupo de idade						
15-24	47,4	52,6	1,1	48,1	51,9	1,1
25-64	56	44	0,8	57,6	42,4	0,7
65 ou mais	62,2	37,8	0,6	63,7	36,3	0,6
ND	100	0	0	100	0	0
Nível de conforto						
Muito baixo	54,1	45,9	0,8	56,4	43,6	0,8
Baixo	53,3	46,7	0,9	56,1	43,9	0,8
Médio	55,9	44,1	0,8	60	40	0,7
Alto	58,9	41,1	0,7	62,2	37,8	0,6
Muito alto	49,6	50,4	1	66,7	33,3	0,5
Nd	41,3	58,7	1,4	54,5	45,5	0,8
Tipologia de família						
Unipessoal	62,2	37,8	0,6	79,2	20,8	0,3
Casais isolados	37,2	62,8	1,7	36	64	1,8
Casais isolados com filhos	54,3	45,7	0,8	55,1	44,9	0,8
Conjugais compósitos	52,1	47,9	0,9	57,5	42,5	0,7
Monoparental	62,3	37,7	0,6	65,1	34,9	0,5
Não conjugais compósitos	54,9	45,1	0,8	56,4	43,6	0,8
Membros sem parentesco	71,4	28,6	0,4	57,7	42,3	0,7
Estado matrimonial						
Solteiro	58,7	41,3	0,7	60,1	39,9	0,7
Casado	59,6	40,4	0,7	61,3	38,7	0,6
União de facto	50,7	49,3	1,0	53	47	0,9
Separado	53,7	46,3	0,9	58,3	41,7	0,7
Divorciado	58,3	41,7	0,7	45,5	54,5	1,2
Viúvo	58,4	41,6	0,7	62,3	37,7	0,6
Não declarado	71,4	28,6	0,4	66,7	33,3	0,5
Situação na profissão						
Activo ocupada	55,1	44,9	0,8	56,9	43,1	0,8
Desempregada	49,3	50,7	1	57,1	42,9	0,8
Inactivo	55,8	44,2	0,8	58,6	41,4	0,7
Principal meio de vida						
Trabalho	54,8	45,2	0,8	56,2	43,8	0,8
Rendimento/propriedade	59,8	40,2	0,7	58	42	0,7
Reformado	60,6	39,4	0,6	65,1	34,9	0,5
Pensão	63,6	36,4	0,6	61,5	38,5	0,6
Social	65,5	34,5	0,5	63,4	36,6	0,6
A cargo de residentes, C.V	52,4	47,6	0,9	56,7	43,3	0,8
A cargo de Residentes estrangeiros	56,5	43,5	0,8	56	44	0,8
Vive bolsa de estudo	37,5	62,5	1,7	66,7	33,3	0,5
Vive de outra forma ou não declara	47,9	52,1	1,1	58,7	41,3	0,7
Cabo verde	54,9	45,1	0,8	57,6	42,4	0,7

Fonte: INE-CV, Recenseamento Geral da População e Habitação, 2010

Recenseamento Geral da População e Habitação 2010 - Educação

Tabela A12: População de 3 anos ou mais segundo a situação por grupos de idade, Cabo Verde, 2010

	População a frequentar			População descolarizada			População nunca frequentou		
	Mas	Fem.	Total	Mas	Fem.	Total	Mas	Fem.	Total
	%	%	100 %	%	%	100 %	%	%	100 %
3-5	9,8	9,4	16 996	0,2	0,2	482	31,0	16,7	12 998
6-11	34,6	32,9	59 782	0,3	0,3	676	3,6	1,7	1 426
12-17	33,6	33,3	59 287	4,4	3,8	9 256	1,2	0,5	443
18-24	13,7	15,3	25 757	22,1	21,8	49 209	3,3	1,3	1 210
25-29	4,2	4,6	7 744	15,8	15,8	35 371	3,4	1,1	1 149
30-34	2,5	2,7	4 587	12,7	12,8	28 586	3,3	1,6	1 297
35-39	0,7	0,7	1 205	10,6	11,1	24 286	3,3	2,6	1 694
40-44	0,3	0,3	567	9,8	10,8	22 982	4,5	4,5	2 695
45-49	0,2	0,3	455	8,4	9,0	19 420	4,9	6,7	3 607
50-54	0,2	0,2	356	5,5	5,4	12 233	6,5	10,8	5 546
55-59	0,1	0,1	215	3,2	3,2	7 176	4,8	9,7	4 737
60-64	0,1	0,1	99	1,7	1,4	3 481	2,7	5,3	2 603
65 ou+	0,1	0,1	182	5,4	4,3	10 850	27,5	37,5	20 258
Total	86 374	90 858	177 232	120 331	103 677	224 008	21 255	38 408	59 663

Fonte: INE-CV, Recenseamento Geral da População e Habitação, 2010

Tabela A13: População de 3 anos ou mais, distribuídos (em efectivo e em %) por sexo, segundo nível de instrução detalhado, Cabo Verde, 2010

Nível de instrução	Sexo				Ambos os sexos	
	Masculino	%	Feminino	%		
Total de 3 anos ou mais	228 517	100	233 444	100	461 961	100
Sem nível	21 255	9,3	38 408	16,5	59 663	100
Pré-escolar	10 551	4,6	10 692	4,6	21 243	100
Alfabetização	2 975	1,3	4 723	2,0	7 698	100
Ensino Básico (não concluído)	90 648	39,7	80 826	34,6	171 474	100
Ensino Básico (concluído)	14 464	6,3	12 467	5,3	26 931	100
Ensino secundário via geral (não concluído)	60 985	26,7	59 838	25,6	120 823	100
Ensino Secundário via geral (concluído)	8 453	3,7	8 175	3,5	16 628	100
Ensino Sec. técnica (>= 1994 não concluído)	826	0,4	594	0,3	1 420	100
Ensino Secund. técnica (< 1994 concluído)	472	0,2	267	0,1	739	100
Ensino Sec. técnica (1994/2004 n/ concluído)	906	0,4	762	0,3	1 668	100
Ensino Sec. técnica (1994/ 2004 concluído)	255	0,1	159	0,1	414	100
Ensino Sec. técnica (>= 2004 não concluído)	814	0,4	737	0,3	1 551	100
Ensino Sec. técnica (>= 2004 concluído)	372	0,2	320	0,1	692	100
Curso médio (não concluído)	885	0,4	1 119	0,5	2 004	100
Curso médio (concluído)	1 260	0,6	1 217	0,5	2 477	100
Bacharelato (não concluído)	663	0,3	597	0,3	1 260	100
Bacharelato (concluído)	985	0,4	708	0,3	1 693	100
Licenciatura (não concluído)	4 386	1,9	5 805	2,5	10 191	100
Licenciatura (concluído)	4 249	1,9	3 885	1,7	8 134	100
Mestrado (não concluído)	313	0,1	217	0,1	530	100
Mestrado (concluído)	673	0,3	440	0,2	1 113	100
Doutoramento (não concluído)	69	0,0	49	0,0	118	100
Doutoramento (concluído)	153	0,1	74	0,0	227	100
Não se sabe o nível	689	0,3	248	0,1	937	100
Não sabe se concluiu o último ano	1 216	0,5	1 117	0,5	2 333	100

Fonte: INE-CV, Recenseamento Geral da População e Habitação, 2010

Recenseamento Geral da População e Habitação 2010 - Educação

Tabela A14: Taxas brutas de escolaridade por grupo de idade, meio de residência concelho, Cabo Verde, RGPB-2010

Concelhos	TBE: 6-11 anos, rural		TBE: 6-11 anos, urbano		TBE: 12-17 anos, rural		TBE: 12-17 anos, urbano	
	Mascu	Fem	Mascu	Fem	Mascu	Fem	Mascu	Fem
Total	128,2	121,0	116,5	113,0	81,4	93,7	106,8	119,8
Ribeira Grande	130,3	122,6	115,3	113,7	76,2	93,2	101,1	109,2
Paul	132,8	123,0	124,4	126,2	66,5	91,8	86,7	96,6
Porto Novo	132,5	120,3	122,5	115,8	61,6	80,5	93,5	116,3
S. Vicente	123,8	118,8	116,1	112,1	68,0	86,7	106,8	120,1
Ribeira Brava	124,2	118,8	125,8	107,7	77,5	81,1	95,8	119,2
Tarrafal de S. Nicolau	121,4	104,2	108,3	103,8	51,4	69,7	68,8	89,3
Sal	115,7	107,5	109,9	109,5	100,0	104,3	79,5	92,6
Boavista	109,1	108,4	112,3	110,0	77,3	82,3	75,9	73,0
Maio	122,7	115,8	121,6	120,2	93,0	96,6	88,3	117,9
Tarrafal	126,0	120,4	120,9	113,5	86,3	99,5	116,8	132,0
Santa Catarina	134,5	126,5	116,2	114,8	89,7	97,5	120,6	128,4
Santa Cruz	130,9	120,0	120,1	124,1	88,8	99,6	111,8	114,3
Praia	115,8	110,5	116,0	112,4	77,6	107,4	114,7	128,2
S. Domingos	133,9	121,5	123,6	111,2	86,4	100,1	163,9	169,9
Calheta de S. Miguel	126,8	124,0	130,7	119,7	92,6	99,6	97,8	104,5
S. Salvador do Mundo	131,2	118,7	116,7	104,8	79,7	104,8	116,0	111,1
S. Lourenço dos Órgãos	128,3	112,4	114,5	103,1	106,7	124,7	121,3	137,0
Ribeira Grd de Santiago	123,5	113,2	124,7	101,1	79,6	105,7	107,4	127,8
Mosteiros	127,1	127,4	115,9	110,5	56,8	61,4	64,6	76,9
S. Filipe	125,0	119,7	121,5	122,3	65,4	70,1	81,7	97,9
Santa Catarina do Fogo	127,7	136,1	128,9	129,3	57,1	61,5	87,2	100,0
Brava	107,9	116,1	104,9	115,9	83,6	88,4	100,0	76,7

Fonte: INE-CV, Recenseamento Geral da População e Habitação, 2010

Tabela A15: Taxas líquidas de escolaridade por grupo de idade, meio de residência concelho, Cabo Verde, RGPB-2010

Concelhos	TBE: 6-11 anos, rural		TBE: 6-11 anos, urbano		TBE: 12-17 anos, rural		TBE: 12-17 anos, urbano	
	Mascu	Fem	Mascu	Fem	Mascu	Fem	Mascu	Fem
Total	90,42	90,56	89,68	90,38	48,5	58,5	59,7	68,3
BR	86,06	90,82	86,89	93,65	43,5	51,0	67,2	69,9
BV	84,09	83,13	87,68	86,73	51,9	61,4	51,8	55,9
CSM	92,20	92,39	92,23	89,84	54,0	59,1	56,9	68,4
MA	92,44	91,90	93,51	93,62	58,5	63,4	55,3	67,9
MS	87,44	87,53	87,07	88,21	40,6	47,8	51,4	60,0
PL	90,26	90,33	94,19	89,23	47,0	63,1	53,3	69,3
PN	93,07	93,13	91,53	94,02	39,5	58,3	61,5	72,6
PR	90,00	87,87	89,71	90,24	53,1	65,6	60,9	68,4
RB	90,69	93,46	98,97	94,51	40,0	55,1	66,4	83,7
RG	90,54	91,38	89,36	92,75	49,9	64,4	64,1	71,5
RGST	91,22	89,69	88,31	89,66	43,9	62,2	60,0	70,8
SC	89,78	89,82	87,20	91,00	46,5	57,4	60,3	64,2
SCAT	91,86	91,01	89,08	91,50	51,7	57,9	70,3	75,4
SCFG	90,69	90,12	89,47	90,24	36,0	39,3	44,7	47,6
SD	87,68	88,09	92,73	90,68	46,7	59,1	68,9	76,0
SF	91,03	91,27	89,91	91,00	43,2	44,9	57,6	64,1
SL	86,27	80,19	87,29	89,70	34,5	48,9	50,7	60,5
SLO	91,07	90,21	89,31	84,69	61,8	73,8	70,9	84,9
SSM	89,78	92,40	87,78	92,31	52,7	66,9	73,1	84,3
SV	88,37	88,18	89,96	89,75	37,7	52,4	56,4	67,2
TF	90,55	91,61	91,74	91,57	55,5	67,1	70,7	75,7
TFSN	89,32	88,54	90,53	91,29	43,2	57,9	56,7	74,2

Fonte: INE-CV, Recenseamento Geral da População e Habitação, 2010

Nota: RG-Ribeira Grande; PL-Paúl; PN-Porto Novo; SV-S.Vicente;SL-Sal; TFSN- Tarrafal de S. Nicolau; RB- Ribeira Brava; BV-Boa Vista; MA-Maio; TF- Tarrafal; SCAT-Santa Catarina; SC- Santa Cruz; PR- Praia;CSM-Calheta S.Miguel; SLO- São Lourenço dos Órgãos; SSM- São Salvador do Mundo;RGST- Ribeira Grande de Santiago; MS-Mosteiros; SF- S.Filipe;SCFG- Santa Catarina de Fogo; BR- Brava

Recenseamento Geral da População e Habitação 2010 - Educação

Tabela A16: Taxa de alfabetismo/alfabetização por sexo, meio de residência, concelho, Cabo Verde, 2010

Concelhos	Urbano		Rural	
	Masculino	Feminino	Masculino	Feminino
Total	91,8	83,2	82,8	67,8
BR	92,3	82,2	84,5	76,8
BV	91,6	87,6	93,5	86,3
CSM	90,8	78,1	80,5	62,5
MA	90,6	80,4	86,5	72,4
MS	88,4	73,4	83,8	66,7
PL	87,5	74,2	75,8	62,8
PN	83,3	72,0	72,2	60,4
PR	93,3	85,6	87,9	74,4
RB	94,7	86,5	86,3	70,9
RG	90,0	81,6	78,1	63,5
RGST	89,3	78,1	78,3	61,0
SC	88,7	76,9	84,6	70,3
SCAT	91,0	83,6	83,0	65,2
SCFG	84,8	68,0	83,8	68,0
SD	95,5	85,2	87,3	74,1
SF	90,6	79,3	84,9	69,5
SL	94,0	89,6	92,2	82,3
SLO	91,3	79,5	86,4	73,8
SSM	88,3	71,9	81,0	64,4
SV	91,1	82,2	83,7	77,4
TF	88,2	75,3	82,7	65,0
TFSN	85,8	73,0	83,6	67,5

Fonte: INE-CV, Recenseamento Geral da População e Habitação, 2010

Nota: RG-Ribeira Grande; PL-Paúl; PN-Porto Novo; SV-S.Vicente;SL-Sal; TFSN- Tarrafal de S. Nicolau; RB- Ribeira Brava; BV-Boa Vista; MA-Maio; TF- Tarrafal; SCAT-Santa Catarina; SC- Santa Cruz; PR- Praia;CSM- Calheta S.Miguel; SLO- São Lourenço dos Órgãos; SSM- São Salvador do Mundo;RGST- Ribeira Grande de Santiago; MS-Mosteiros; SF- S.Filipe;SCFG- Santa Catarina de Fogo; BR- Brava

Tabela A17: Distribuição (%) de abandono segundo sexo, por concelho e meio de residência, Cabo Verde, 2010

	Meio de residência/Sexo			
	Urbano		Rural	
	Masculino	Feminino	Masculino	Feminino
Total	58,26	41,74	56,9	43,1
BR	53,57	46,43	51,0	49,0
BV	53,85	46,15	56,1	43,9
CSM	63,16	36,84	52,6	47,4
MA	63,54	36,46	58,2	41,8
MS	46,45	53,55	55,0	45,0
PL	66,67	33,33	66,0	34,0
PN	58,76	41,24	64,2	35,8
PR	53,37	46,63	56,9	43,1
RB	65,22	34,78	64,9	35,1
RG	60,44	39,56	61,3	38,7
RGST	61,70	38,30	64,0	36,0
SC	57,45	42,55	57,3	42,7
SCAT	46,85	53,15	56,2	43,8
SCFG	59,09	40,91	36,4	63,6
SD	58,97	41,03	59,0	41,0
SF	53,08	46,92	54,8	45,2
SL	52,35	47,65	41,7	58,3
SLO	73,81	26,19	58,1	41,9
SSM	58,00	42,00	60,8	39,2
SV	57,31	42,69	62,1	37,9
TF	56,50	43,50	57,6	42,4
TFSN	61,54	38,46	58,1	41,9

Fonte: INE-CV, Recenseamento Geral da População e Habitação, 2010

Nota: RG-Ribeira Grande; PL-Paúl; PN-Porto Novo; SV-S.Vicente;SL-Sal; TFSN- Tarrafal de S. Nicolau; RB- Ribeira Brava; BV-Boa Vista; MA-Maio; TF- Tarrafal; SCAT-Santa Catarina; SC- Santa Cruz; PR- Praia;CSM- Calheta S.Miguel; SLO- São Lourenço dos Órgãos; SSM- São Salvador do Mundo;RGST- Ribeira Grande de Santiago; MS- Mosteiros; SF- S.Filipe;SCFG- Santa Catarina de Fogo; BR- Brava